

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL DOUTORADO

MARIANA SCHOSSLER

---

**AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO ARGENTINO E A  
NUEVA ESCUELA HISTÓRICA:  
AS CONTRIBUIÇÕES DE RICARDO LEVENE E DE GUILLERMO FURLONG  
(1910-1960)**

---

SÃO LEOPOLDO

2020

Mariana Schossler

**AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO ARGENTINO E A  
NUEVA ESCUELA HISTÓRICA:  
AS CONTRIBUIÇÕES DE RICARDO LEVENE E DE GUILLERMO FURLONG  
(1910-1960)**

Tese apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Doutora, pelo Programa  
de Pós Graduação em História da Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
Área de concentração: Poder, Ideias e  
Instituições  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina  
Deckmann Fleck

São Leopoldo

2020

S374r

Schossler, Mariana.

As representações do passado argentino e a Nueva Escuela Histórica: as contribuições de Ricardo Levene e de Guillermo Furlong (1910-1960) / Mariana Schossler. – 2020. 229 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck.”

1. Historiografia argentina. 2. Nueva Escuela Histórica. 3. Levene, Ricardo, (1885-1959). 4. Furlong, Guillermo, 1889-1974. 5. Revolução de Maio. I. Título.

CDU 982

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Mariana Schossler

**AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO ARGENTINO E A  
NUEVA ESCUELA HISTÓRICA:  
AS CONTRIBUIÇÕES DE RICARDO LEVENE E DE GUILLERMO FURLONG  
(1910-1960)**

Tese apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Doutora, pelo Programa  
de Pós Graduação em História da Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck (Orientadora) - UNISINOS

---

Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins - UNISINOS

---

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira - PUCRS

---

Profa. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva - UERJ

---

Profa. Dra. María Andrea Reguera – UNCPBA (Argentina)

*Aos meus pais, por tudo.  
À Mariele, pelas ótimas ideias.  
Ao Tiago, pelo amor e paciência.*

## AGRADECIMENTOS

Nestes últimos quatro anos, dediquei-me a um dos projetos mais especiais e importantes da minha vida. Neste encerramento de ciclo, tenho apenas a agradecer.

Em primeiro lugar, à minha família. Meus pais e minha irmã dedicaram a mim todo o amor e atenção para que essa Tese fosse possível. Devo muito a eles. Ao Tiago, meu noivo e, em breve, meu marido, pela compreensão quando eu mais precisei. Agora podemos traçar novos planos. À Marli (*in memoriam*), minha sogra, pelo apoio e acolhida.

Às minhas melhores amigas, Ju, Mari e Sane, por me darem o tempo e todo o apoio que eu precisava.

À professora Eliane Fleck, minha orientadora. Obrigada por sempre acreditar em mim. Eu não teria me tornado a pessoa que sou hoje sem a senhora.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Sem o apoio e incentivo com que sempre pude contar não teria sido possível concluir esta Tese. Em especial, agradeço ao Cláudio Elmir (*in memoriam*) – sentirei falta dos seus conselhos, e, também, à Saionara – sua atenção foi sempre muito especial.

Aos colegas do PPGH, muito obrigada por tudo. Quero destacar, contudo, os nomes da Anna Paula, pela confiança, e da Talita, minha companheira de viagem à Argentina e a melhor *roommate* que alguém poderia ter.

Por fim, mas não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pelas Bolsas PROSUC/TAXAS e do Programa Institucional de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE) a mim concedidas. Estar na Universidade é o sonho de muitos jovens como eu. Espero que esses sonhos possam continuar sendo realizados.

*“Caminhar e/ou escrever é o trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter.”*

(Michel de Certeau, *A escrita da história*, 2011).

*“Entretanto, é por uma espécie de ficção que o historiador se dá este lugar. Com efeito, ele não é o sujeito da operação da qual é o técnico. Não faz a história, pode apenas fazer história: essa formulação indica que ele assume parte de uma posição que não é a sua e sem qual um novo tipo de análise historiográfica não lhe teria sido possível. Está apenas ‘junto’ do poder. Recebe, também, dele, sob formas mais ou menos explícitas, as diretrizes que, em todos os países modernos, conferem à história – desde as teses até os manuais – a tarefa de educar e de mobilizar. Seu discurso será magisterial sem ser de mestre, da mesma forma que dará lições de como governar sem conhecer as responsabilidades nem os riscos de governar. Pensa o poder que não possui. Sua análise se desdobra ‘ao lado’ do presente, numa encenação do passado análoga à que o projetista produz em termos de futuro, defasada também com relação ao presente.”*

(Michel de Certeau, *A escrita da história*, 2011).

## RESUMO

Esta Tese tem por objetivo compreender o que era a Nueva Escuela Histórica e sua relação com o contexto histórico e institucional argentino compreendido entre os anos de 1910 e 1960, que abarca o Centenário e o Sesquicentenário da Revolução de Maio de 1810, levando em consideração a construção de estratégias político-institucionais de estabelecimento de padrões de epistemologia histórica e de representação do passado argentino a partir das trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong SJ. A análise parte do grupo de historiadores que, na Argentina das primeiras décadas do século XX, estabeleceu um *modo de fazer* história, que seria considerado, nas décadas posteriores, uma referência em relação à epistemologia científica. Aborda-se, assim, a formação da Nueva Escuela Histórica enquanto grupo – no período compreendido entre 1911 e 1916 – na Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, os vínculos que foram construídos, ao longo dos anos, entre homens como Emilio Ravigani, Ricardo Levene, Luis María Torres, Rómulo Carbia e Diego Luis Molinari, bem como os projetos – individuais ou coletivos – que eles tenham apresentado e desenvolvido. As trajetórias de Levene e Furlong são isoladas com o propósito de discutir tanto a forma como ambos construíram suas carreiras, como para compreender os limites da Nueva Escuela Histórica enquanto grupo. Também nos detemos nas produções – compreendendo o ano de 1910, que marca as comemorações do Centenário da Revolução de Maio, e 1960, o ano do Sesquicentenário do mesmo fato histórico – de ambos os historiadores, devido à sua participação em uma série de publicações e celebrações de eventos pátrios. Esses projetos acabaram, em determinados momentos, por reunir, novamente, os membros da Nueva Escuela Histórica e, também, por construir narrativas sobre o passado da nação argentina, em contextos nos quais as versões adquiriram significados específicos.

Palavras-chave: Historiografia argentina; Nueva Escuela Histórica; Ricardo Levene; Guillermo Furlong; Revolução de Maio.



## ABSTRACT

This Thesis aims to understand what Nueva Escuela Histórica was and its relation to the Argentine historical and institutional context between the years 1910 and 1960, which covers the Centenary and the Sesquicentenary of the May 1810 Revolution, taking into account the construction of political-institutional strategies to establish patterns of historical epistemology and representation of the Argentine past based on the trajectories of Ricardo Levene and Guillermo Furlong SJ. The analysis comes from the group of historians who, in Argentina in the first decades of the twentieth century, established a way of making history, which would be considered, in later decades, a reference in relation to scientific epistemology. Thus, the formation of Nueva Escuela Histórica as a group is approached - in the period between 1911 and 1916 - in the Sección de Historia / Instituto de Investigaciones Históricas of the Facultad de Filosofía y Letras of the Universidad de Buenos Aires, the bonds that were built, over the years, among men like Emilio Ravigani, Ricardo Levene, Luis María Torres, Rómulo Carbia and Diego Luis Molinari, as well as the projects - individual or collective - that they have presented and developed. Levene and Furlong's trajectories are isolated in order to discuss both the way they both built their careers, and to understand the limits of Nueva Escuela Histórica as a group. We also focus on the productions - including the year 1910, which marks the celebrations of the Centenary of the May Revolution, and 1960, the year of the Sesquicentenary of the same historical fact - by both historians, due to their participation in a series of publications and celebrations of national events. These projects ended up, at certain times, bringing together, again, the members of the Nueva Escuela Histórica and, also, building narratives about the past of the Argentine nation, in contexts in which the versions acquired specific meanings.

Keywords: Argentine historiography; Nueva Escuela Histórica; Ricardo Levene; Guillermo Furlong; May Revolution.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados biográficos dos membros da Nueva Escuela Histórica. ....	63
Tabela 2: Locais de atuação dos membros da Nueva Escuela Histórica.....	72
Tabela 3: Secciones Generales e Secciones Especiales do IIº Congreso Internacional de Historia de América.....	107
Tabela 4: Temáticas inseridas nas Secciones Especiales do IIº Congreso Internacional de Historia de América.....	107
Tabela 5: Publicações de Furlong entre 1929 e 1939.....	122
Tabela 6: Temáticas dos volumes da coleção <i>Historia de la nación argentina</i> (1936). ....	166
Tabela 7: Capítulos da coleção <i>Historia de la nación argentina</i> (1936) escritos por membros da Nueva Escuela Histórica.....	170

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA, FORMAÇÃO INTELECTUAL E VÍNCULOS INSTITUCIONAIS NA ARGENTINA DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX .....</b>	<b>32</b>
2.1 O SURGIMENTO DA NUEVA ESCUELA HISTÓRICA: UMA QUESTÃO DE CONTEXTO.....	37
2.2 A IDENTIFICAÇÃO DE UMA “NUEVA ESCUELA”: O PRIMER CONGRESO DE CIENCIAS SOCIALES (TUCUMÁN, 1916).....	53
2.3 A SECCIÓN DE HISTORIA/INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICAS DA FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS DA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES.....	62
<b>3. ENTRE PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS E ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA INCURSÃO NAS TRAJETÓRIAS DE RICARDO LEVENE E GUILLERMO FURLONG .....</b>	<b>87</b>
3.1 DOCÊNCIA, EVENTOS E INSTITUIÇÕES: CONSTRUÇÃO DE PRESTÍGIO PROFISSIONAL E CONTROLE SOBRE AS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS ....	89
<b>3.1.1 Espaços de docência .....</b>	<b>95</b>
<b>3.1.2 Ricardo Levene e a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia, a Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos e outras instituições;.....</b>	<b>101</b>
3.1.2.1 O I Congresso de História da América (Rio de Janeiro, 1922) .....	102
3.1.2.2 O IIº Congresso de Historia de América (Buenos Aires, 1937).....	105
3.1.2.3 As relações com Rafael Altamira e o hispano-americanismo historiográfico.....	110
<b>3.1.3 Guillermo Furlong e a Academia Literaria del Plata, a Junta de Historia Eclesiástica Argentina, e o Colegio del Salvador .....</b>	<b>116</b>
3.2 SOBRE CONTATOS ENTRE HISTORIADORES: AS COMUNICAÇÕES ENTRE LEVENE E FURLONG .....	131

<b>4. LEITURAS DA NAÇÃO: A REVOLUÇÃO DE MAIO NOS TRABALHOS DE RICARDO LEVENE E GUILLERMO FURLONG.....</b>	<b>141</b>
4.1 AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO .....	143
4.2 AS DÉCADAS DE 1920 E 1930: A VALORIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE MAIO E A COLEÇÃO <i>HISTORIA DE LA NACIÓN ARGENTINA</i> (1936) .....	151
<b>4.2.1 A coleção <i>Historia de la nación argentina</i> (1936) .....</b>	<b>160</b>
4.3 AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO .....	174
<b>4.3.1 A Revolução de Maio apresentada por Furlong: tradição, hispanismo e comemoração .....</b>	<b>181</b>
4.4 REMEMORANDO LEVENE: A REVOLUÇÃO DE MAIO EM SUAS OBRAS.	194
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>216</b>
FONTES .....	216
BIBLIOGRAFIA .....	219

## 1. INTRODUÇÃO

*“Iniciar uma Pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Mas trata-se decerto de uma viagem diferente, onde já não se pode contar com um caminho preexistente que bastará ser percorrido após a decisão de partir.*

*Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador.”*

*(José D’Assunção Barros, O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico, 2005).*

A definição do problema de pesquisa ou, pelo menos, do tema ao qual um historiador deseja se dedicar é atravessada por uma série de motivações e traz consigo diversas implicações. As motivações podem ser externas ao indivíduo, como a instituição à qual ele pertence, o que pode determinar quais objetos podem ser investigados e quais questões podem ser formuladas. Ou, por outro lado, podem advir de interesses do próprio profissional e da forma como diferentes problemáticas vão surgindo ao longo de sua trajetória. De certa forma, algo muito próximo disso ocorreu ao longo da minha formação enquanto historiadora, fazendo com que, com o passar do tempo, fosse possível explorar, de formas diferentes o tema da História da Historiografia Argentina.

Ao longo dos anos do curso de História – Licenciatura, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, fui, aos poucos, tomando contato com a pesquisa, através de minha atuação como Bolsista de Iniciação Científica,<sup>1</sup> a partir da qual foi se delineando o objeto de pesquisa que me acompanha até hoje. Neste período, tomei contato com uma série de obras do argentino Guillermo Furlong SJ (1889-1974), nas quais o historiador jesuíta se dedicava a reconstituir biografias de missionários do período colonial. Foi me chamando a atenção a forma

---

<sup>1</sup> Entre os meses de agosto de 2011 e novembro de 2013, atuei como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq junto a dois diferentes projetos de pesquisa coordenados pela Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck. Até fevereiro de 2013 participei do Projeto intitulado *Medicina e Missão na América Meridional: epidemias, saberes e práticas de cura (séculos XVII e XVIII)*, no qual realizei um levantamento prosopográfico de jesuítas que atuaram como profissionais da cura na Província do Paraguai durante os séculos XVII e XVIII. No segundo Projeto ao qual estive vinculada, e que se intitulava *Uma ordem de homens de religião e de ciência: difusão, produção e circulação de saberes e práticas científicas pela Companhia de Jesus (América meridional, séculos XVII e XVIII)*, trabalhei com a reconstituição das trajetórias de vida e analisei a produção científica de alguns jesuítas astrônomos.

como Furlong lidava com suas fontes, a maneira como construía seu texto, os autores que utilizava para corroborar as informações que trazia. Suas produções me permitiram formular questionamentos desenvolvidos tanto em meu Trabalho de Conclusão de Curso<sup>2</sup> quanto em minha Dissertação de Mestrado,<sup>3</sup> defendida em abril de 2016 na Unisinos. No entanto, embora Furlong, enquanto historiador, se constitua, em si mesmo, um objeto de pesquisa interessante e importante, minhas pesquisas anteriores apontaram para o fato de que este personagem estava inserido em um vasto contexto historiográfico na Argentina da primeira metade do século XX.

Entre os anos de 1910 e 1960, a Argentina passou não apenas pelas comemorações do Centenário e do Sesquicentenário da Revolução de Maio de 1810, movimento que inaugurou o processo independentista da região, mas, também, por uma série de lutas internas entre diferentes partidos políticos, diferentes concepções de Estado e de Nação, e diferentes formas

---

<sup>2</sup> Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *De los insignes varones: ciência e santidade no discurso de Guillermo Furlong SJ*, me propus a investigar a construção de biografias de dois missionários, Heinrich Peschke e Segismundo Asperger. Para tanto, optei por trabalhar o autor e suas obras a partir de três questões em específico: reconstituir a trajetória do historiador jesuíta; investigar a operação historiográfica por ele realizada e, por fim, identificar a memória por ele construída sobre ambos os missionários em seus textos. Foi ao realizar a revisão bibliográfica para a elaboração do anteprojeto desta monografia que tomei contato com a produção de Furlong sobre os líderes da Revolução de Maio, ocorrida na Argentina, em 1810. Tendo em vista a sua vasta e reconhecida produção sobre a Companhia de Jesus, chamou-me a atenção o interesse que o historiador jesuíta passou a ter nas biografias dos líderes revolucionários laicos do movimento de 1810, sobretudo após seu ingresso em instituições de cunho historiográfico que iam além dos muros da Ordem. Estes textos produzidos sobre personagens históricos, que não missionários jesuítas, serviram de mote para a análise da trajetória do historiador para além da Companhia, procurando compreender Furlong não apenas como *historiador jesuíta*, mas como *historiador*, legitimado por seus pares e alcançando a inserção em algumas das instituições de cunho historiográfico mais importantes do país, como a Academia Nacional de la Historia.

<sup>3</sup> No projeto submetido ao processo seletivo do Mestrado de finais do ano de 2013 propus a análise das obras *Bibliografía del Deán Funes* (1939), *El general San Martín: ¿masón-católico-deísta?* (1963), *Belgrano: el santo de la espada y de la pluma* (1974) e *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina* (1979), escritas por Furlong. Além de sua reconhecida e vasta produção bibliográfica sobre a história da atuação da Companhia de Jesus na América platina colonial, Furlong dedicou-se, como já referido, à reconstituição das trajetórias dos principais líderes da Revolução de Maio, ocorrida em 1810. A incursão do historiador em temas da história política argentina do século XIX, o caráter biográfico destas obras e os distintos contextos em que elas foram produzidas instigaram a curiosidade e justificaram a proposição da investigação da qual resultou minha dissertação de mestrado. Para que fosse possível verificar a vinculação destas quatro obras a um processo de construção de uma memória sobre a Revolução de Maio, em curso na historiografia argentina no século XX, considerei fundamental abordar a trajetória intelectual de Guillermo Furlong, privilegiando a reconstituição da rede de contatos que ele estabeleceu e a sua inserção em instituições não eclesiais, como a Academia Nacional de la Historia Argentina e a Junta de Historia Eclesiástica Argentina. Entretanto, o projeto sofreu alterações com o andamento da pesquisa. Minha orientadora e eu optamos por analisar somente uma dentre as obras relacionadas no projeto submetido ao processo seletivo. Nossa escolha recaiu sobre a obra *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina* (1979), devido a algumas de suas especificidades. O texto que deu origem a esta obra foi escrito por Furlong para ser lido como uma conferência durante as comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio, ocorridas em 1960, tendo sido adaptado para posterior publicação em formato de livro. Além de permitir a reflexão sobre como se deu a inserção do jesuíta nestas comemorações, a análise mais aprofundada desta obra permitiu, também, um estudo sobre o aporte teórico-metodológico utilizado pelo autor na construção da obra, abordagem interessante, pois auxilia na compreensão da contribuição de Furlong para a historiografia argentina. Minha Dissertação, intitulada *O prócer da Revolução de Maio e o historiador jesuíta: reconstituindo suas trajetórias a partir da análise da obra Cornelio Saavedra padre de la patria argentina, de Guillermo Furlong SJ*, foi defendida em meados de abril de 2016.

de construção de identidades, principalmente por conta dos fluxos massivos de imigrantes que ingressaram na Argentina nas décadas anteriores e no grande crescimento econômico apresentado a partir de medidas ancoradas em pressupostos liberais. Neste contexto, a historiografia teve um papel importante. Ora próximos do Estado e das grandes instituições, como a Igreja Católica, ora próximos de grupos dissidentes, os historiadores, ao reconstituírem a história do país, e, principalmente, de seu passado colonial,<sup>4</sup> atuaram não apenas no sentido de conformar uma epistemologia, mas, sobretudo, em construir uma narrativa que agregasse as diferentes camadas da população, embora mantivesse as elites no poder.

Dentre os grupos de historiadores que atuaram na Argentina durante este meio século, pode-se destacar os homens de letras que, exercendo diferentes profissões – eram médicos, engenheiros, advogados, militares etc. –, dedicavam seu tempo livre às pesquisas, e, conjuntamente, mas em um âmbito profissional, os intelectuais ligados ao Revisionismo Histórico<sup>5</sup> e à Nueva Escuela Histórica. Esta última surgiu nas duas primeiras décadas do século XX, em um contexto de reforma universitária, de profissionalização do ofício de historiador e de intensas discussões políticas que giravam em torno das comemorações do Centenário da Revolução de Maio de 1810. O grupo de intelectuais capitaneado por nomes como Ricardo Levene, Emilio Ravignani, Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari e Luis María Torres<sup>6</sup> passou a estabelecer uma série de estratégias político-institucionais que culminariam no seu reconhecimento como um dos principais projetos historiográficos de sua época no país.

Estes historiadores atribuíram ao método um papel chave na construção do discurso histórico, sendo que dedicavam especial atenção ao tratamento das fontes. A proximidade que esses homens construíram com o Estado permitiu, ainda, que historiadores que não pertenciam

---

<sup>4</sup> É necessário considerar que, durante o período colonial e nos anos imediatamente posteriores à independência, não havia uma “Argentina” tal qual conhecemos atualmente, tanto no tocante às suas fronteiras, quanto no tocante a aspectos culturais. Entretanto, para fins de delimitação geográfica, utilizarei termos como “história colonial argentina”, “Argentina colonial” e “região do Rio da Prata” para referir-me ao espaço que, durante a dominação espanhola, corresponderia ao território atual do país. Tal escolha se torna operacional para evitar uma possível repetição de termos, o que tornaria a leitura maçante, e, também, para delimitar o espaço de análise em relação ao território do Vice-reino do Rio da Prata, criado em 1776, que englobava territórios pertencentes atualmente ao Paraguai, ao Uruguai, à Bolívia e, ainda, à Argentina.

<sup>5</sup> Grupo formado por intelectuais como os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta, Leopoldo Lugones, Julio Meinvielle, Leonardo Castellani, Marcelo Sánchez Sorondo e Carlos Ibarguren. Segundo Adamovsky (2017, p. 78), “[...] el revisionismo sería sobre todo un movimiento iniciado entre intelectuales de la derecha nacionalista y antiliberal que, influidos por Maurras, imaginaban en el pasado un proyecto de nación autóctono y un orden social orgánico –encarnado en Juan Manuel de Rosas, caudillo bonaerense y la autoridad dominante del país entre 1835 y 1852– que luego sería frustrado por el imperialismo y las élites liberales. En este sentido, como apuntó Halperín Donghi, se trataba de una visión ‘decadentista’ de la historia”.

<sup>6</sup> Dentro da Nueva Escuela Histórica, estes intelectuais atuaram junto a instituições como a Sección de Historia da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e à Junta de Historia y Numismática, posteriormente renomeada Academia Nacional de la Historia.

de forma clara a este grupo fossem relegados à margem, fazendo com que a Nueva Escuela se tornasse uma das principais porta-vozes de uma “história oficial”.

Foi ao analisar as produções de Guillermo Furlong que me chamou a atenção o fato de que alguns integrantes do grupo da Nueva Escuela Histórica sempre encontravam-se presentes em minhas tentativas de reconstituição de sua trajetória, a qual, aparentemente, não possuía quaisquer aspectos em comum com as daqueles historiadores. Dessa constatação, surgiram alguns dos questionamentos que procuro responder ao longo da Tese: o que era a Nueva Escuela? Qual espaço este grupo ocupava na historiografia argentina da primeira metade do século XX? Qual o papel que instituições como a Academia Nacional de la Historia, o Instituto de Investigaciones Históricas da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (UBA) e, inclusive, as próprias universidades tinham neste contexto? Quais as relações dos historiadores que a compunham entre si e com outros espaços de construção de conhecimento histórico, como a Igreja, outras instituições, revistas etc.?

Nas últimas décadas, alguns historiadores argentinos vêm investigando tanto a Nueva Escuela Histórica quanto as trajetórias de seus membros. O historiador que dedicou trabalhos de maior fôlego sobre o assunto foi Fernando Devoto. Em dois livros publicados (*La historiografía argentina en el siglo XX (I)*, de 1997, e *Historia de la historiografía argentina*, de 2009, escrito juntamente com Nora Pagano), o autor procura inserir a Nueva Escuela no contexto da historiografia argentina da primeira metade do século XX. Já para historiadores como Alejandro Cattaruzza (2001) e Belén Callegarich (2013), a forma como o grupo se utilizava do método para sua epistemologia é algo fundamental, e daria unidade ao mesmo.

O segundo ponto a ser questionado, e que, de certa forma, está atrelado ao primeiro, diz respeito à própria denominação “escuela” (escola). De acordo com Gérard Leclerc (2004), essa definição pressupõe, um padrão, uma série de características a serem compartilhadas entre os membros da Nueva Escuela, que dizem respeito não apenas aos seus vínculos pessoais e institucionais, mas, também, à forma como produzem conhecimento histórico. Considerar essa necessidade da existência de um padrão que caracterize os historiadores do grupo torna possíveis mais alguns questionamentos sobre essa temática: quais os critérios utilizados, ao longo do tempo, para a classificação da Nueva Escuela Histórica enquanto escola historiográfica? Quais as semelhanças e diferenças entre as trajetórias e as produções desses personagens? E, ainda: o rótulo Nueva Escuela Histórica, sob o qual foram agrupados, permite uma real dimensão da complexidade do cenário historiográfico argentino entre as décadas de 1910 e 1960?



Minha intenção, nesta Tese, é compreender o que era a Nueva Escuela Histórica e sua relação com o contexto histórico e institucional argentino, analisando, principalmente, a forma como os historiadores que a ela pertenciam procuraram construir estratégias político-institucionais de estabelecimento de padrões de epistemologia histórica, seus projetos – tanto individuais quanto coletivos –, bem como as representações do passado argentino, sobretudo no que diz respeito ao período colonial, em suas produções. Privilegio o período que se situa entre os anos de 1910 e 1960, porque nele ocorreram as comemorações do Centenário e do Sesquicentenário da Revolução de Maio de 1810,<sup>7</sup> evento que evoca diversas discussões, não apenas historiográficas, mas, também, políticas, sociais e, principalmente, identitárias, que permearam a formação da nação argentina nestes mais de dois séculos transcorridos desde o mesmo.

Alguns autores, como Chiaramonte (1993), Goldman & Souto (1997), Valdemarca (2012); Tedeschi (2012) e Goldman (2010) dedicaram-se à análise do conceito de nação e de como este foi apropriado, revisado e ressignificado a partir dos usos que lhe deram políticos, homens de letras e, mais atualmente, historiadores. Os ecos de tal construção são notados ainda no século XX, principalmente no que diz respeito às comemorações do Centenário e do Sesquicentenário da Revolução de Maio, como apontam Romero (2006), Luna (2010) e Paredes (2010), entre outros, e nas discussões feitas por autores como Palti (1991), Chicote e Gobel (2001), Terán (2008), Beired (2009), Tedesco (2016), Tau Anzoátegui (2016) e Silva (2017).

Integrar instituições e diferentes círculos intelectuais parece ter possibilitado aos historiadores que fizeram parte da Nueva Escuela Histórica uma série de estratégias de afirmação profissional, sendo que elas tiveram papel fundamental nesse processo, pois permitiram que esses homens definissem quais temáticas de estudos seriam mais adequadas ao período, as fontes a serem utilizadas, bem como a forma de tratá-las, e, ainda, as maneiras de apresentar esses resultados e os periódicos e coleções de livros onde seriam publicados. Os cargos que esses historiadores ocuparam nessas instituições serviram como espaço para o controle e disseminação de algumas dessas práticas.

---

<sup>7</sup> O movimento de 1810 é muito bem documentado pela historiografia argentina. Autores como Lynch (1991), Shumway (2008), Jiménez Calle (2009), Fradkín & Garavaglia (2009), Gaut Vel Hartman (2010), Acevedo (2010) e Halperín-Donghi (2015) concordam em afirmar que as principais causas do movimento envolvem as reformas borbônicas da segunda metade do século XVIII, a situação político-econômica interna da região do Rio da Prata imediatamente anterior à Revolução, as invasões inglesas dos anos 1806 e 1807, o clima de ideias e a circulação de informações entre o Velho e o Novo Mundo e, principalmente, o contexto europeu de inícios do XIX e as guerras napoleônicas, que privaram a Espanha do controle exercido sobre suas colônias na América. Ao mesmo tempo, o cerne daquilo que se conheceu como Revolução de Maio dá-se entre os dias 22 a 25 de maio de 1810, com a deposição do vice-rei e a criação, a partir de um Cabildo Abierto, da Primeira Junta de Governo.

Isto pode ser observado, por exemplo em trajetórias como as de Emilio Ravignani, Luis Maria Torres, Rómulo Carbia e Diego Luis Molinari. Estes homens possuem diversos traços em comum em suas trajetórias: nasceram em Buenos Aires, entre os anos de 1878 e 1889, grande parte de sua formação deu-se em sua cidade natal (embora nem sempre nas mesmas instituições) e todos se dedicaram aos estudos históricos. O que chama a atenção, contudo, é o fato de que todos esses personagens passaram a atuar na Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) da Universidad de Buenos Aires (UBA) em cargos distintos, mas de grande importância para a instituição. Torres, “desde 1912 hasta 1920 se desempeñó como Director de la Sección de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras”, enquanto Carbia foi “Director de la Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Letras desde 1915” e Molinari trabalhou como “profesor de Historia Argentina en la Facultad de Filosofía y Letras (1933-1946)” (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 213-220). O caso de Ravignani se destaca neste grupo porque foi o intelectual que por mais tempo manteve contatos com a instituição, assumindo cargos de docência e de gestão:

En la Facultad de Filosofía y Letras no llegó a completar sus estudios porque cursando el último año obtuvo la designación de Encargado de Investigaciones Históricas. [...] Fue profesor [...] de Historia de América en la Facultad de Filosofía y Letras de Bs.As. Ocupó dos veces el Decanato de esta facultad y fue creador y Director del Instituto de Investigaciones Históricas de la misma. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 218).

Esta característica, própria desses intelectuais, de ocupar cargos em uma mesma instituição fez da FFyL da UBA um importante espaço de construção de conhecimento histórico e manutenção de estratégias de afirmação profissional. Mas, para além disso, e ainda dentro do grupo da Nueva Escuela Histórica, há algumas trajetórias que fogem desse padrão de inserção e atuação junto à FFyL da UBA. Um dos principais nomes, nesse sentido, é de um dos expoentes do grupo, Ricardo Levene (1885-1959) que, embora tenha completado sua formação em Buenos Aires, fez carreira como professor na cidade vizinha de La Plata, e na Junta de Historia y Numismática Americana/Academia Nacional de la Historia.

Levene<sup>8</sup> defendeu sua Tese junto à Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA) em 1905. Sua atividade profissional girou em torno da investigação histórica e da docência, iniciada em 1911, nas disciplinas de História, Sociologia e Direito nos níveis primário, secundário e universitário. Como professor, atuou junto à UBA e em La Plata. Em 1914, ingressou na Junta de Historia y Numismática, na qual exerceu cargos

---

<sup>8</sup> Entre suas principais obras estão *Introducción a la historia del derecho indiano* (1924), *Lecciones de historia argentina* (1924) e, sobretudo, *Historia del derecho argentino* (1945).

de secretário, vice-presidente e presidente. Foi sob seu comando que, em 1938, a instituição foi reconhecida oficialmente e denominada Academia Nacional de la Historia Argentina (ANH).

Durante a década de 1930 e devido à restauração conservadora,<sup>9</sup> o historiador argentino esteve próximo do governo, atuando como assessor em questões culturais e educacionais e, também, como conselheiro do presidente Agustín P. Justo. É importante considerar, também, que Levene procurou incrementar a cultura histórica e patriótica argentina com a colaboração do Estado.

Entretanto, Levene não foi o único membro da Nueva Escuela a construir uma trajetória que fugia aos moldes daquelas encontradas nos demais personagens. Este foi o caso, por exemplo, de José Torre Revello (1893-1964). Embora tenha trabalhado junto à FFyL da UBA, sua formação e os espaços onde atuou diferem bastante dos historiadores já elencados. Ao contrário dos seus colegas, ele não possuía formação acadêmica. Entretanto, aos dezoito anos passou a trabalhar junto à Sección de Historia da FFyL da UBA. Ali, teve contato com Ravignani e Torres, que administravam a repartição neste momento e trabalhavam em um projeto de busca, cópia, compilação e publicação de fontes sobre o período colonial argentino, intitulado *Documentos para la historia argentina*. Torre Revello foi comissionado pela Sección para trabalhar junto ao Archivo de Indias em Sevilha, Espanha, onde passou dezessete anos trabalhando na cópia e envio de documentos encomendados por seus colegas de Buenos Aires. Foi a partir destas pesquisas no Archivo que Torre Revello passou, ao longo dos anos, a realizar seus próprios estudos históricos.

No entanto, é necessário considerar, ainda, que, se as trajetórias de Levene e Torre Revello tinham traços que diferiam dos demais membros da Nueva Escuela, há, ainda, um personagem que se destaca neste cenário: o jesuíta Guillermo Furlong (1889-1974), já citado no início desta Introdução, que também foi agregado ao grupo da Nueva Escuela Histórica. A primeira menção a esta possibilidade foi feita pelos próprios Fernando Devoto e Nora Pagano em sua *Historia de la historiografía argentina* (2009, p. 194):

Precisamente entre los años '50 y '60, el sacerdote jesuita Guillermo Furlong publicaba dos de sus más notables obras: *Nacimiento y desarrollo de la filosofía en el Río de la Plata*, *Historia social y cultural del Río de la Plata, 1536-1810*, precedidas por una vastísima historiografía centrada en la historia de la Orden a la que pertenecía y en la etapa colonial. Esta última característica

---

<sup>9</sup> A década de 1930 ficou conhecida na Argentina pela restauração Conservadora, após cerca de quatorze anos de governos Radicais. O período foi marcado por mandatos presidenciais de militares que, com o apoio das oligarquias, utilizaram-se de medidas autoritárias para a imposição de controle sobre a sociedade e demais grupos políticos.

lo acercaba bastante a su colega Torre Revello, quien pronunciara el consabido discurso en la ocasión de la incorporación de Furlong a la Academia en 1939; acaso por estas cercanías, aquél le dedicase uno de sus últimos libros: *Torre Revello, a self made man. Biografía y bibliografía*.

Guillermo Furlong Cardiff era filho de imigrantes irlandeses e ingressou na Companhia de Jesus em 1903, aos 13 anos de idade. Em meados de 1905, foi enviado por seus Superiores à Espanha, para dar continuidade à sua formação. Em 1910, iniciou seus estudos de Filosofia e, um ano mais tarde, foi enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, anexo à Universidade de Georgetown, onde, em 1913, obteve seu PhD. Em meados do mesmo ano, Guillermo Furlong retornou à Argentina, onde iniciou suas funções como historiador da Companhia de Jesus. Segundo Geoghegan (1979), Furlong passou a frequentar o Archivo General de la Nación, o Museo Mitre e algumas bibliotecas privadas. Em 1920, Furlong retornou à Espanha para a conclusão dos seus estudos de Teologia, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. Em 1924, após receber a ordenação sacerdotal, retornou à Argentina, passando a atuar como professor de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês.

Em 1929, publicou seu primeiro livro sobre temas históricos, intitulado *Glorias Santafesinas*, que versa sobre a história da Argentina colonial. A quantidade de documentos e informações que conseguiu reunir em suas visitas realizadas a arquivos e bibliotecas argentinas e europeias possibilitou, também, a escrita de diversos artigos. Em 1937, Furlong participou do II Congresso Internacional de Historia da América, realizado em Buenos Aires, atuando como relator da seção de História Religiosa. No mesmo ano, Enrique Udaondo apresentou o jesuíta argentino para a Academia Nacional de la Historia, para a qual foi nomeado membro em 1939, vindo a ocupar a cadeira de número 31. Em 1942, Furlong passou a integrar a Junta de História Eclesiástica Argentina (JHEA), tendo sido seu primeiro vice-presidente. Em 1955, jubilou-se de suas atividades como professor no Colegio del Salvador, passando a dedicar-se quase que exclusivamente aos estudos históricos até o ano de sua morte, em 1974.

Considerando-se as trajetórias de Torre Revello e Furlong, chama a atenção o fato de que estes dois personagens tenham sido integrados à Nueva Escuela Histórica *a posteriori*, ou seja, já no século XXI. Se os vínculos do primeiro com o grupo são mais evidentes, dada sua atuação junto à Sección de Historia e seu trabalho de coleta e cópia de documentos em Sevilha, as ligações do jesuíta com Levene, Ravignani, Molinari, Carbia e Torres não são tão evidentes. No entanto, pode-se mencionar o fato de que Furlong manteve uma amizade pessoal com Ravignani, já que também utilizou os acervos da Sección/Instituto de Investigaciones Históricas

em seus trabalhos e participou da própria Academia, obtendo, assim, reconhecimento dos pares.

Neste sentido, para além de considerar uma análise do grupo da Nueva Escuela Histórica, é importante, também, compreender de que forma os indivíduos que dele participavam se utilizavam das estratégias de afirmação profissional praticadas e a forma como seus projetos pessoais se associaram com projetos coletivos. Preocupo-me, aqui, em articular o individual e o coletivo, no sentido de enriquecer a análise e, também, de apreender a complexidade da temática proposta para a Tese. Para tanto, as trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong SJ serão operacionais por alguns motivos em específico.

Em primeiro lugar, como mencionado acima, ambos os historiadores possuem trajetórias que fogem ao padrão daqueles intelectuais que atuaram junto à FFyL da UBA, o que permite testar os limites do grupo, ou seja: se estes homens compunham uma escola historiográfica, até que ponto pode-se identificar que haveria um projeto conjunto, com semelhanças temáticas, abordagens similares, usos de documentos e suas críticas, apresentação dos resultados, resultados que se aproximam, intertextualidade etc. Estes aspectos poderiam apontar para uma confluência de interesses e produções dentro do grupo, mesmo que as diferenças nas trajetórias de seus componentes sejam evidentes.

Em segundo lugar, deve-se levar em consideração o fato de que, ao descentralizar o ponto de observação da FFyL da UBA e perseguir as atuações de personagens que construíram suas trajetórias intelectuais mais afastados dessa instituição – embora participassem de outras cuja relevância se verá mais adiante –, abre-se a possibilidade de desenvolver uma análise que permita investigar até que ponto historiadores pertencentes à Nueva Escuela circularam, também, por entre outros grupos de intelectuais, procurando compreender de que forma suas atuações e as possíveis influências geradas pela sua vinculação à suposta *escuela historiográfica* impactaram os espaços nos quais foram se inserindo ao longo do tempo.

Para estas análises, tanto do ponto de vista da escala ampla do grupo da Nueva Escuela, quanto em escala reduzida, a partir das trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong, será necessário contar com um amplo espectro de fontes. Em primeiro lugar, pode-se citar aquelas que denomino “fontes biográficas”, que dizem respeito às trajetórias do grupo de historiadores em conjunto e, também, às suas atuações pessoais.

Sobre a *escuela historiográfica*, encontrei uma série de textos que auxiliam na compreensão de como a Nueva Escuela foi entendida e descrita, desde 1916, por Juan Agustín García na *Advertencia dos Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*, até textos

publicados em datas próximas ao estudo de Devoto e Pagano (2009), e que trazem outras perspectivas sobre a temática. Estes trabalhos auxiliam no mapeamento da trajetória da própria Nueva Escuela Histórica enquanto grupo e permitem compreender, ainda, a forma como foi estudada ao longo do tempo, bem como as diferentes interpretações sobre o tema. São textos que se distinguem entre artigos, tanto em revistas acadêmicas quanto de divulgação científica, publicações da Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia, livros e, inclusive, uma Tese de Doutorado.

Na intenção de estudar, em momentos específicos, as trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong, pode-se contar com fontes e bibliografia bastante especializadas sobre ambos os historiadores. Para o caso específico da trajetória de Ricardo Levene, pode-se contar com uma produção bastante ampla. Autores como Rodríguez (2001), Escudero (2010), Silva (2011), Suárez & Saab (2012) e Zarandona (2012) se dedicaram, de formas diferentes, a estudar a biografia e a produção do historiador argentino. Trabalhos como *Los estudios históricos en la Argentina I. La obra histórica de Ricardo Levene (1931)*, *Los estudios históricos en la Universidad Nacional de la Plata (1905-1990)* (1998) e *Aportes historiográficos de la Nueva Escuela. Ricardo Levene, un historiador del Centenario* (2006) também servirão, aqui, de fontes para a trajetória do historiador.

Eduardo Escudero (2010) dedicou sua Monografia de Conclusão de Curso à temática, texto que foi publicado em formato de livro sob o título *Ricardo Levene: políticas de la Historia y de la Cultura 1930-1945* (2010). Nesta obra, o autor dedica-se a estudar discursos pronunciados por Levene entre os anos de 1930 e 1945, quando este teve um papel ativo junto a instituições como a Academia Nacional de la Historia e órgãos do governo que tratavam de questões de história, memória, museus e monumentos. Escudero (2010) dedica os primeiros capítulos de seu trabalho à reconstituição da trajetória do historiador e suas relações com a Nueva Escuela Histórica. Posteriormente, passa a analisar de forma sistemática os discursos pronunciados por Levene. Para Escudero (2010, p. 56-57),

Con tal cúmulo de actuaciones profesionales e institucionales, al llegar el decisivo año 1945, y transcurrida la década del treinta, Ricardo Levene no sólo estaba en la cumbre de su carrera profesional y desempeñaba múltiples cargos en diferentes instituciones, sino que ocupaba, sin duda, un lugar relevante en el mundo cultural e historiográfico argentino. A pesar de la crisis institucional provocada por el Golpe de Estado de 1930 y las incertidumbres políticas e ideológicas del período 1930-1945, el ascenso institucional de Levene no conoció. Muy por el contrario, su carrera se afianzó y el historiador intervino desde y en el Estado en tanto mentor decisivo.

O foco do autor dá-se, neste sentido, em afirmar, reiteradamente, a importância que Levene foi alcançando nos círculos historiográficos argentinos e o livre trânsito que conquistou entre os diferentes regimes políticos estabelecidos na Argentina da primeira metade do século XX.

Outro trabalho importante sobre a trajetória de Levene e que oferece um olhar distinto sobre sua atuação enquanto historiador é a Tese de Ana Paula Barcelos da Silva (2011). A autora analisa as relações estabelecidas entre Ricardo Levene, Rafael Altamira, Max Fleiuss e Fidelino de Figueiredo, historiadores argentino, espanhol, brasileiro e português, respectivamente. O foco da autora gira em torno dos modelos explicativos acionados por estes intelectuais para explicar as relações entre os países americanos e as Coroas ibéricas durante o período colonial.

No caso específico de Levene e Altamira, Silva (2011) chama a atenção para o hispano-americanismo historiográfico, modelo que procurava a positividade das interpretações sobre as relações metrópole-colônia durante o período de dominação espanhola. Tal modelo de explicação histórica foi adotado por Levene, que se posicionou, em meio a polêmicas, sobre os aspectos positivos e negativos da utilização do termo “colônia” nos estudos desenvolvidos sobre o período na Argentina entre as décadas de 1940 e 1950. Para a autora,

Isto se dá, cabe ressaltar, em meio a um olhar elitista, excludente ou excessivamente apaziguador que interessava às classes dominantes brasileira e argentina. Assim, vemos propostas integracionistas que podem e alguns momentos soar progressistas, mas estão, na verdade, pautadas em princípios bastante conservadores. São propostas relacionadas, no início do século XX, a uma ideologia dominante que visava apagar ou atenuar o passado colonial, a miscigenação, os afrodescendentes, índios e inúmeros imigrantes que compõem a formação social da Ibero-América. Propostas que visaram integrá-los, mas também excluí-los; enquadrá-los em padrões civilizacionais brancos e europeus; e que aplicaram aqui o olhar reprovador e homogeneizador europeu, o que teria ampliado o desconhecimento e a solidão. (SILVA, 2011, p. 7-8).

Levene chegou, na década de 1940, ao ápice de seu radicalismo em relação ao hispano-americanismo historiográfico, ao propor à Academia Nacional de la Historia que os historiadores argentinos não se utilizassem mais do termo colônia em seus trabalhos, substituindo-o por período de dominação hispânica, por exemplo. Estes aspectos são importantes na medida em que envolvem instituições importantes e podem, inclusive, transparecer nas produções de outros historiadores, como Guillermo Furlong.

No caso deste, também há uma bibliografia já consolidada, que, no entanto, se mescla com textos que tiveram o objetivo de reconstituir a trajetória do jesuíta de forma mais ou menos organizada, mas, também, com certo cunho elogioso. No entanto, estes trabalhos são importantes porque permitem mapear os contatos que Furlong teve com os demais membros do grupo da Nueva Escuela. Neste *corpus*, pode-se colocar alguns textos, como a obra *Guillermo Furlong Cardiff* (2009), publicada pela Junta de Historia Eclesiástica Argentina, que surgiu de um esforço de compilação, por Enrique Mario Mayochi, de dados e diversos documentos deixados por Furlong após sua morte. À esta obra podem se somar os artigos publicados no número 13 da Revista *Archivum*, editada pela Junta de História Eclesiástica Argentina, em 1979<sup>10</sup> e o texto *La obra oculta del Padre Furlong* (1994), de Mario Tesler. Este curioso livro agrupa os textos publicados por Guillermo Furlong utilizando pseudônimos. Uma das hipóteses levantadas por Tesler é a de que o uso de pseudônimos seria um disfarce de identidade, dependendo do assunto abordado pelo jesuíta em seu texto.

Duas autoras têm investido, ainda, no estudo da biografia e da produção do jesuíta. Em primeiro lugar, pode-se citar um texto publicado por Valentina Ayrolo (1999) por ocasião de um Congresso em comemoração aos 400 anos da presença da Companhia de Jesus em Córdoba, Argentina. Neste trabalho, a autora analisa os vínculos historiográficos de Furlong a partir da obra *La revolución de Mayo, los sucesos, los hombres, las ideas* (1960). Para a autora, “una de las características [...] es tal vez, la de tratar de demostrar el origen católico de nuestra nación como rasgo cultural que daba homogeneidad a la nación y sentido de pertenencia a sus partes (...)” (AYROLO, 1999, p. 50). Neste sentido, a intenção do historiador seria a de enfatizar em seus trabalhos aquilo que considerava ser um ponto de conexão entre as populações da região do Rio da Prata e que daria unidade a este território, que contava com grandes diferenças internas.

Já Imolesi (2013; 2014) se propõe a analisar textos que Furlong produziu sobre a Companhia de Jesus. Em seu primeiro trabalho sobre a temática, intitulado *Sobre el país de los felicianos. La narrativa histórica de Guillermo Furlong SJ acerca de las misiones jesuíticas de guaraníes* (2013), a autora foca na obra *Misiones y sus pueblos de guaraníes*, de 1962, na qual Furlong reconstitui a atuação missionária da Companhia de Jesus na América platina, detendo-se, especificamente, no discurso do historiador jesuíta sobre a atuação da Ordem junto às populações de índios guaranis que viviam na vasta região abarcada pela Província Jesuítica do

---

<sup>10</sup> Esta edição da revista foi publicada em razão dos cinco anos da morte de Furlong e traz uma série de artigos escritos por amigos e colegas, onde estes compartilham suas memórias sobre a convivência com o jesuíta e sua atuação como professor e historiador.



Paraguai. A autora classifica Furlong como um “intelectual católico”.<sup>11</sup> Vale ressaltar que Imolesi (2013, p. 9) intitula uma das seções do texto da seguinte maneira: “*Una operación (anti)historiográfica, la expulsión y la emergencia de los guaraníes como patriotas*”. A autora procura demonstrar, convergindo com o trabalho de Ayrolo (1999), que Furlong, através de seus textos, procurou exaltar o trabalho da Companhia de Jesus e, inclusive, teria escrito o que denominou de “la historia de un cristianismo feliz”, onde “la operación historiográfica no consiste en utilizar las fuentes (que él conoce y muy bien) para conocer el pasado sino para demostrar cómo la obra de Dios se materializó en la existencia de los 30 pueblos”. Neste sentido, o historiador argentino procurou encontrar, também, exemplos morais na história da formação da pátria argentina, para, através deles, contribuir para a construção da nação e para a exaltação de heróis nacionais, fossem eles sacerdotes ou não.

É necessário considerar que eventos como o I Congreso Americano de Ciencias Sociales realizado em Tucumán, Argentina, em 1916, o I Congreso de História da América, ocorrido em 1922 no Rio de Janeiro, Brasil e o II Congreso de Historia de América, realizado em Buenos Aires, Argentina, em 1937, foram de grande relevância para os historiadores do grupo, já que reuniam diversos profissionais vindos de cidades e, inclusive, países diferentes, e possibilitaram a divulgação de pesquisas. Em relação a esses eventos, pode-se contar tanto com bibliografia quanto com algumas fontes. Autores como Guimarães (1997), Silva (2011) e Nascimento Junior (2019) dedicaram-se a analisar a importância desses eventos em seus contextos específicos. Encontrei, também a publicação intitulada *IIº Congreso de Historia de América* (1938), em 5 volumes, que reúne “disertaciones, discursos, actas y resoluciones generales del congreso”. Este material é importante pois permite compreender de que forma cada um dos historiadores participou do evento, e, também, como cada atuação pessoal contribuiu para um pretense projeto do grupo da Nueva Escuela.

Da mesma forma, a coleção *Historia de la nación argentina* (1936-1950), um projeto de Ricardo Levene cuja intenção era escrever uma história de seu país que abrangesse o período compreendido entre as culturas pré-hispânicas, até o governo de Juan Manuel de Rosas.<sup>12</sup> Para

---

<sup>11</sup> A partir da década de 1930, se desenvolve na Argentina uma corrente de ultradireita, composta por membros das Forças Armadas e de intelectuais católicos que “reforzó esta visión de catolicismo como elemento constitutivo de la nación. Los intelectuales de origen católico aspiraron entonces a construir discursos capaces de orientar prácticas sociales desde su identidad confesional.” (IMOLESI, 2013, p. 4). Além disso, buscava-se salientar a origem espanhola da Argentina e seu passado considerado glorioso.

<sup>12</sup> Rosas (1793-1877), estancieiro e político, governou Buenos Aires entre 1829 e 1832, e, em 1835, foi nomeado para um segundo quinquênio de governo na província. Seu governo ditatorial conseguiu a estabilidade política interna, manteve a integridade nacional e favoreceu o crescimento econômico. As eleições acabaram tornando-se farsas e os poderes legislativo e judiciário foram transformados em instrumentos de sua vontade. Rosas também criou um culto de personalidade e seu regime se tornou totalitário, com todos os aspectos da sociedade

esta coleção, o historiador reuniu uma série de profissionais, tanto argentinos quanto estrangeiros, que contribuíram com textos sobre temas e períodos específicos. Por seu turno, em 1960, ano das comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio, Furlong publicou uma série de livros e artigos e pronunciou conferências por toda a Argentina. Desta ocasião datam os artigos intitulados *Cornelio de Saavedra* (1960b) e *Hombres e ideas en los días de Mayo* (1960a), publicados na revista *Estudios*, em uma edição especial comemorativa, e os livros *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960c) e *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1960, reimpresso em 1979).

Dentro destas delimitações, definiu-se, também, o marco teórico-metodológico desta Tese. Este trabalho se filia teoricamente à História da Historiografia, a História Intelectual e os estudos sobre as relações entre Memória e Nação. Refletindo sobre o primeiro tópico, Valdei Lopes de Araújo (2013), em artigo intitulado *História da historiografia como analítica da historicidade*, procura apontar seus desafios e limites, enfocando, contudo, o principal objeto de investigação do mesmo. Para o autor,

A analítica da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão. Portanto, *a transformação do tempo em tempo histórico* pode ser pensada como o campo de fenômenos que poderia orientar a construção de agendas de investigação de longo prazo para uma História da Historiografia com relativa autonomia. Voltada para esse amplo campo de fenômenos, a História da Historiografia teria necessariamente de recorrer a uma variedade de objetos de investigação, cada um deles somente operacional a partir de suas teorias regionais. (ARAÚJO, 2013, p. 41, grifo no original).

A História da Historiografia permite, enquanto proposta teórico-metodológica, a observação da forma como os indivíduos, em seu espaço e contexto, enxergavam a si mesmos como sujeitos permeados de historicidade, bem como a maneira a partir da qual liam o passado e produziam sobre o mesmo. Produzir História é algo que encontra-se, em diversos casos, ligado a uma série de interesses, condicionamentos, posicionamentos pessoais e coletivos, vinculações institucionais, ou seja, respeita, em última instância, aquilo que Michel de Certeau (2011) denominou *operação historiográfica*.

---

sendo rigidamente controlados. Em 1850, o General Urquiza – governador da Província de Entre Ríos – se rebelou com o apoio dos unitaristas (grupo contrário ao governo federal centralizado), e dos governos do Brasil e de Montevideú, invadiu Santa Fé, marchou sobre Buenos Aires e derrotou as tropas de Rosas na Batalha de Caseros (1852).

Em sua obra intitulada *A escrita da História* (2011), Certeau argumenta que a *operação historiográfica* é composta por um *lugar social* do historiador, que, geralmente, está vinculado a instituições ou grupos, o que o condiciona a seguir determinadas regras de análise e publicação; uma *prática*, caracterizada pelo uso que faz dos documentos, desde sua seleção, até sua leitura e sua crítica, sendo esta existente ou não, passando, ainda, pelo referencial teórico-metodológico utilizado; uma *escrita*, ou seja, a composição de um determinado tipo de texto que estará vinculado ao *lugar social* e à *prática historiográfica*. Neste sentido, o foco do autor se dá na vinculação institucional do historiador, o que permitiria ou proibiria determinados tipos de produção e abordagens.

O olhar de Certeau (2011) sobre a *operação historiográfica*, é imprescindível para que se possa correlacionar as trajetórias e as produções dos membros do grupo da Nueva Escuela Histórica. Considerando-se o aporte da História da Historiografia, analisar os *lugares sociais* ocupados por esses homens, tanto individualmente quanto em conjunto, compreender a forma como relacionavam o uso dos documentos com os aportes teórico-metodológicos dos quais se utilizavam em sua *prática*, e, por fim, os textos que produziram, a partir de projetos historiográficos que vieram à tona em momentos de comemoração ou, ainda, patrocinados pelo Estado argentino.

No que tange à História Intelectual, é importante considerar alguns pontos específicos, que dizem respeito ao conceito de escola historiográfica. Em primeiro lugar, é indispensável para a discussão aqui empreendida o uso do conceito de redes intelectuais. As redes foram utilizadas, por muito tempo, para o estudo das famílias e das relações destas com diversos indivíduos em seus contextos. A família a qual o personagem histórico pertencia, delimitava, muitas vezes, as suas relações com outros indivíduos, grupos e, inclusive, com instituições, como a Igreja e o Estado.

Em se tratando de História Intelectual, as redes possuem uma dimensão interessante, no sentido de que permitem mapear os vínculos e contatos que os profissionais foram construindo ao longo de suas trajetórias. Embora a família, no caso dos intelectuais, também tenha sua importância para a construção de seus vínculos – já que os laços familiares podem delimitar os contatos que terá ao longo da vida –, por outro lado, foi possível, para diversos homens, extrapolar o caráter familiar de suas relações e construir redes intelectuais tanto de cooperação quanto de delineamento de projetos, fossem eles individuais ou coletivos, que permitissem a consolidação de uma forma de se fazer história que se adequasse aos seus interesses. Neste sentido, “Los vínculos son vertebradores de los actores sociales en su articulación colectiva y

soporte básico de la acción en la sociedad (Imízcoz, 1996: 18)” (REGUERA, 2017, p. 11), ou seja, é a partir das relações travadas entre os diferentes indivíduos que a sua ação em sociedade se torna possível e, inclusive, efetiva, dando evidência e força a determinados grupos em detrimento de outros.

Pensando-se, especificamente, na forma como essas redes se apresentam, pode-se recorrer, aqui, a uma definição do que seriam essas redes, quando representadas graficamente. Recorrendo a outros referenciais da temática, como Michel Bertrand (1999), Andrea Reguera (2017), na *Introducción* do livro por ela organizado, intitulado *Vínculos que configuran redes*, sintetiza a representação das redes da seguinte forma:

Aquí entra a tallar la red social, que, según Bertrand (1999: 119), remite, en primer lugar, a una estructura construida de lazos o de relaciones entre los individuos y puede adquirir diferentes formas: la de una red personal egocentrada en un solo y mismo individuo o la de redes de relaciones fragmentadas, construidas en relación con varios nodos y que constituyen una estructura polimodal; y, en segundo lugar, aparecen los intercambios (materiales o inmateriales) que circulan en el interior de la red. Red social es entonces ‘un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones preestablecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente’. (REGUERA, 2017, p. 10).

Considerando-se esta estrutura que possui um ponto central e uma série de nós que têm a função de ligar e agrupar diferentes personagens, pode-se pensar as redes, em sua acepção intelectual, que me interessa especificamente, como um conjunto de vínculos entre diferentes intelectuais, formados através de uma série de contatos entre si, seja em instituições, eventos, convites para publicações, posicionamentos políticos e toda uma série de possibilidades que permitam a esses profissionais a constituição de projetos historiográficos. Mapear as redes construídas pelos historiadores da Nueva Escuela Histórica, não com a intenção de desenvolver uma projeção gráfica exaustiva de suas relações, mas procurando estabelecer as relações institucionais e pessoais que levaram estes personagens a integrar o grupo, permite elaborar uma espécie de panorama das vinculações entre esses indivíduos, evidenciando as discussões sobre a denominação *escuela*, até o momento atrelada aos historiadores.

A intenção, neste sentido, é procurar entender as principais características de uma escola historiográfica, pensando o que pressupõe esta denominação em relação a um grupo de historiadores. Gérard Leclerc (2004, p. 22), ao investigar uma sociologia dos intelectuais, o autor aponta que uma escola de pensamento se define por um grupo de “discípulos reunidos em torno e um mestre ou da memória de um mestre”. Esta escola pode estar inserida em uma

tradição intelectual, em um “sistema de crenças, de regras, de procedimentos, no interior do qual podem aparecer as inovações” (LECLERC, 2004, p. 22).

Aproximando-me do campo historiográfico, o estudo de Peter Burke (1991) sobre a Escola dos Annales pode ajudar a compreender o que quer dizer a denominação aqui questionada. No prefácio da obra, o autor argumenta que

O objetivo deste livro é descrever, analisar e avaliar a obra da escola dos *Annales*. Essa escola é, amiúde, vista como um grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos, indiferente à política e aos eventos. *Esse estereótipo dos Annales ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo. Talvez seja preferível falar num movimento dos Annales, não numa ‘escola’.* (BURKE, 1991, p. 9, grifos meus).

Pensando nos estereótipos apontados por Burke (1991), em especial, de que deveria haver uma coesão interna no grupo dos Annales, pode-se agregar um texto do historiador brasileiro José D’Assunção Barros (2012), intitulado *O que é uma “escola” na historiografia? – Um paralelo com a Filosofia*, no qual o autor delimita algumas características que, segundo sua compreensão, identificariam uma escola, a partir das seguintes categorias: a) padrão ou programa perceptível; b) perspectiva teórico-metodológica; c) intertextualidade; d) identidade de grupo.

É necessário apontar, contudo, que o conceito de escola historiográfica, na acepção aqui utilizada, possui alguns limites. Afinal, até que ponto se pode procurar, na Nueva Escuela Histórica um tal projeto de grupo que atenda às quatro categorias? E mais: quais são as escolas historiográficas que atenderiam, de forma mais ou menos precisa, a todas as categorias mencionadas? Levando-se em conta as categorias, é possível classificar a Nueva Escuela como uma escola historiográfica?

Pensando nestes questionamentos, retomo o texto de Leclerc (2004) e sua ideia de tradição intelectual ou, no caso aqui estudado, de tradição historiográfica. É notório, entre os membros da Nueva Escuela e, principalmente, no caso de Ricardo Levene, uma forte vinculação com Bartolomé Mitre. Seria possível falar em uma tentativa de vinculação a uma tradição, ou seja, a um historiador que possuía projetos de escrita da história que se inseriam em um conjunto de regras de profissionalização da disciplina na Argentina e que respondia a questões que diziam respeito à nação? Em caso afirmativo, teria-se uma vinculação reconhecida pelo próprio historiador, e não uma classificação ou denominação vinda “de fora”. Ao mesmo tempo,

entendo que esta vinculação – talvez mais individual do que coletiva – a uma tradição possa levar a uma discussão sobre as inovações propostas por um grupo como, no caso da Nueva Escuela Histórica, sobre as estratégias metodológicas, a vinculação de instituições com o Estado e, inclusive, a presença do historiador na Academia, fatores importantes para a caracterização da escola historiográfica e que permitem uma ampla margem de escolhas pessoais e de divergências entre os membros.

Indo além desse ponto, é María Cristina de Pompert de Valenzuela (1991) que, em sua tese, aponta um caminho importante para o estudo das relações entre os membros do grupo. Valendo-se, primeiramente, das palavras do próprio Emilio Ravignani – que teria apontado, em uma nota ao Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, que a Nueva Escuela Histórica não consistiria em uma escola historiográfica – a autora afirma que se referiria “[...] al nuevo movimiento que ha marcado nuevas direcciones en la investigación y crítica de las fuentes documentales” (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 54). Tal perspectiva se aplica, ainda, quando a mesma autora propõe, ainda nas primeiras páginas de seu trabalho, que, embora a influência do grupo tivesse se iniciado na FFyL da UBA, esta teria se projetado em outras universidades, permitindo a formação de outros profissionais, bem como a demarcação de uma epistemologia histórica que foi seguida, de forma mais ou menos precisa, por outros intelectuais, mesmo que não fizessem parte do grupo. A autora afirma, ainda, que “a partir de la década del treinta los principales efectos del movimiento se habían generalizado, al punto de que es posible afirmar que la mayoría de los autores de relevancia en la época, debían algo a la Nueva Escuela Histórica” (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 56).

Estas afirmações parecem poder ser confirmadas a partir do cotejo entre os dados já levantados sobre ambos os historiadores. Entretanto, pode ser mais interessante questionar não apenas o vínculo de Furlong com a Nueva Escuela Histórica, mas, também, o contexto historiográfico argentino da primeira metade do século XX, os diferentes projetos, a inserção de um historiador religioso em certas instituições e espaços de sociabilidade, além da própria classificação desta como uma escola historiográfica e a vinculação de Levene ao grupo.

Por fim, cabe, aqui, propor uma discussão sobre memória. As discussões atuais sobre o conceito de memória apontam um caminho bastante frutífero a ser seguido pelos pesquisadores. Há uma grande preocupação por parte de teóricos como Joël Candau (2012) e Fernando Catroga (2001) em caracterizar memória como uma reconstrução do passado condicionada pelo presente e que sempre será utilizada com alguma finalidade, principalmente, pedagógica. Ao mesmo tempo, é necessário ter em mente que tal reconstrução é sempre seletiva.

As lembranças (selecionadas, fragmentadas) são apresentadas como se fossem o próprio acontecimento, e não uma versão deste. Esta *re-presentificação* do passado (CATROGA, 2001) não tem apenas o objetivo de trazer à lembrança, por si só, um determinado acontecimento. É preciso levar em consideração o fato de que a evocação – seletiva – de uma lembrança em detrimento de outra acaba por adaptar, conformar a visão acerca daquilo que se quer lembrar. No caso de rememorações intencionais ocorridas, por exemplo, durante comemorações ou cerimônias que homenageiam datas importantes, a evocação de feitos gloriosos ou, por outro lado, dolorosos para determinados grupos, auxilia na constante construção de identidade necessária para a Nação.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. (CANDAUI, 2012, p. 16).

A “dívida para com os mortos” pode ser, assim, seletiva. Há acontecimentos que desejamos rememorar ou esquecer e, do mesmo modo, há indivíduos que, para a história nacional, por exemplo, podem/devem ser lembrados ou relegados ao olvido. Esta seleção pode depender da intencionalidade do grupo que comemora, do grupo que lembra, e, também, da importância que aqueles que escreveram sobre o(s) indivíduo(s) – sejam eles historiadores, leigos ou profissionais de outras áreas – atribuem à(s) sua(s) atuação(ões).

A memória, na acepção de Catroga (2001) e Candau (2012) vai muito além da lembrança de um indivíduo sobre determinado fato ou personagem histórico, mas se apresenta como uma construção calcada em momentos históricos específicos. As comemorações, os diferentes regimes políticos e, também, os historiadores, cada um a seu modo, acabam por selecionar o que será rememorado, de que forma isso será feito e qual *re-presentificação* será apresentada, evocando “dívidas para com os mortos” que são pagas de forma seletiva e que, no caso dos homens considerados próceres do movimento de Maio de 1810, por exemplo, alçam ora uns ora outros ao posto de heróis, caindo outros personagens no limbo do esquecimento.

A utilização dos conceitos e autores supracitados para subsidiar a análise tanto das trajetórias, quanto dos vínculos, projetos e produções de Furlong e Levene permite estabelecer uma correlação entre o(s) contexto(s) vivenciado(s) por ambos os historiadores e os discursos que produziram. Compreender o funcionamento de sua *operação historiográfica* a partir das vinculações institucionais e historiográficas estabelecidas, dos diferentes momentos históricos

vividos pela Argentina e pela Igreja durante a primeira metade do século XX, até a década de 1960, bem como as construções biográficas e de memória sobre personagens históricos importantes para a nação, são questões que me são caras e que auxiliam a responder os questionamentos propostos anteriormente e atender aos objetivos deste trabalho.

A partir destes referenciais, das fontes elencadas, e dos questionamentos propostos, esta Tese organiza-se em três capítulos. O primeiro, intitulado *Epistemologia histórica, formação intelectual e vínculos institucionais nas primeiras décadas do século XX*, aborda a formação da Nueva Escuela Histórica enquanto grupo – no período compreendido pelos anos de 1911 a 1916. Esse recorte leva em consideração o contexto histórico no qual o grupo formou-se, a formação de cada um de seus integrantes, a passagem por instituições, como a Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, os vínculos construídos entre homens como Ravigani, Levene, Torres, Carbia e Molinari ao longo dos anos, bem como os projetos – individuais ou coletivos – que tenham apresentado e desenvolvido nesse espaço. Para além disso, a intenção é compreender de que forma podem ter-se criado as relações entre os indivíduos que pertenceram ao grupo, e, caso tenham existido, se esses vínculos tornaram possível uma coesão entre o grupo que possibilite sua identificação enquanto uma *escuela* historiográfica.

O segundo capítulo, cujo título é *Entre práticas historiográficas e estratégias de afirmação profissional: uma incursão nas trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong*, tem por objetivo discutir, de forma mais detida, as trajetórias de ambos os historiadores. A partir das discussões do primeiro capítulo, isolar estes dois personagens e discutir a forma como construíram suas carreiras permite compreender os limites da Nueva Escuela Histórica como um grupo. Enquanto Levene constituiu relações intelectuais e historiográficas em universidades, na Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia e, ainda, com uma sensível aproximação em relação ao Estado, Furlong, como sacerdote da Companhia de Jesus, dedicou-se ao ensino em centros de formação da Ordem, atuando, ainda, na escrita de uma história eclesiástica. Ao afastarem-se da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e seguirem trajetórias distintas, ambos os historiadores constituíram estratégias de afirmação profissional que, a seu modo, permitiram que ocupassem espaços importantes, principalmente no que diz respeito ao controle das práticas históricas da época em seus campos específicos.

Por fim, o último capítulo acaba por, em certa medida, reunir novamente os historiadores da Nueva Escuela Histórica, já que, como diz o próprio título, trata de *Leituras da nação: a*



*Revolução de Maio nos trabalhos de Ricardo Levene e Guillermo Furlong.* Entre o ano de 1910 – que marca as comemorações do Centenário da Revolução de Maio – e o de 1960 – o ano do Sesquicentenário do mesmo fato histórico – ambos os historiadores propuseram e/ou participaram de uma série de publicações e celebrações de eventos pátrios. Esses projetos acabaram, em determinados momentos, por reunir, novamente, os membros da Nueva Escuela Histórica e, também, por construir narrativas sobre a nação argentina, em contextos nos quais as versões sobre o passado tinham significados específicos.

## 2 EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA, FORMAÇÃO INTELECTUAL E VÍNCULOS INSTITUCIONAIS NA ARGENTINA DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

*“La inteligencia argentina vivificada por la corriente realista de la Historia, explica que nuestros grandes hombres hayan sido los que representaron las aspiraciones generales y expusieron la filosofía política para la acción.”*

*(Ricardo Levene, La historia de las ideas sociales y la Nueva Escuela Histórica Argentina. 1944)*

*“Creía que la Universidad es el eje de ese movimiento, porque todo el pasado afluye a la institución madre, como las múltiples corrientes que forman un gran río y de ellas salen aumentadas las nuevas corrientes que irrigan el pensar argentino [...]”*

*(Ricardo Levene, La historia de las ideas sociales y la Nueva Escuela Histórica Argentina. 1944)*

Entre os anos de 1920 e 1940, o grupo de historiadores que ficou conhecido por Nueva Escuela Histórica, ganhou destaque na Argentina e, principalmente, em Buenos Aires, tanto pela forma como escreviam a história de seu país, quanto pelos vínculos institucionais e pessoais que foram construindo ao longo dos anos de atuação profissional. Estes vínculos permitiram que historiadores como Emilio Ravignani, Ricardo Levene, Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari, Luis María Torres e, por extensão, Guillermo Furlong e José Torre Revello, construíssem estratégias de afirmação intelectual que foram importantes para o controle que estes homens passaram a exercer em relação às práticas historiográficas de sua época, transformando o método e seu discurso sobre o passado como a forma mais bem-aceita de se escrever História.

Estes vínculos, construídos em diferentes espaços, resultaram em redes relacionais cujas configurações foram essenciais para a construção de suas trajetórias. Eventos dedicados às Ciências Sociais, instituições como a Sección de Historia da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e a Junta de Historia y Numismática, bem como as próprias universidades, se constituíram em lugares privilegiados para os contatos entre esses intelectuais que, se, em um primeiro momento, foram caracterizados por uma formação em comum, passaram a consolidar-se e a agregar outros profissionais na intenção de pôr em prática projetos de pesquisas e publicações bastante específicos.

No entanto, como definir os vínculos criados por esses indivíduos? Considerando-se a própria historicidade do grupo da Nueva Escuela, e o período de tempo durante o qual possuiu grande importância no contexto argentino, quais aspectos permitem defini-lo como uma *escuela historiográfica*? Haveria alguma outra denominação mais apropriada? Como perceber os detalhes, as especificidades, as intenções dos diferentes historiadores, em um contexto complexo de diferentes atores e possibilidades de se fazer História? Como compreender o percurso traçado por esses profissionais ao longo da primeira metade do século XX?

Do ponto de vista teórico-metodológico, uma estratégia importante pode ser considerar as redes intelectuais construídas por esses intelectuais. As novas proposições e metodologias da Escola dos Annales, bem como sua atenção especial dedicada à história social propiciou aos historiadores das elites, durante o decorrer do século XX, o estudo em torno do conceito de família (BERTRAND, 2000) e suas diferentes especificidades (BALMORI; VOSS; WORTMAN, 1990). Um dos principais eixos de investigação no que refere à problemática da família diz respeito às relações estabelecidas pelo núcleo familiar – e, principalmente, por seu(s) principal(ais) representante(s) – com outros núcleos familiares a partir de casamentos, apadrinhamentos etc., bem como alianças políticas, comerciais e de amizade que condicionam laços entre os indivíduos. Para a reconstituição destas relações, o conceito de redes torna-se operacional.

[...] una red no es una formación social, institución o grupo constituido, sino la representación o una visión estilizada de un conjunto de relaciones entre actores sociales. Cuando hablamos de la red egocentrada de un personaje, se trata del conjunto de personas con las que este está relacionado directa o mediatamente: sus contactos directos, pero también aquellos que sólo conoce a través de estos, en la medida en que, por medio de ellos, llegan noticias de terceras personas, circulan bienes y servicios, se articulan facciones políticas o circuitos mercantiles, etc. Esta red no es algo cerrado ni completo, en la medida en que cada uno de esos individuos mantienen, a su vez, relaciones con otras personas que no interfieren en esa red egocentrada y que, por tanto, escapan a nuestra percepción. Sin embargo, nos da la visión que una persona tiene del conjunto de sus relaciones y de los contactos de estos, en la medida en que le afectan de un modo u otro. (IMÍZCOZ, 2009, p. 101, grifos meus).

Embora longa, a passagem extraída do texto de Imízcoz (2009) é bastante útil para a compreensão do conceito de redes. É importante notar, para esta argumentação, que o autor aponta a diferenciação nos níveis de vínculo entre os indivíduos. Afinal, um determinado personagem histórico pode manter relações mais diretas com pessoas as quais possui laços mais estreitos, como a parentela, por exemplo. Ao mesmo tempo, pessoas ligadas àquelas que

possuem um vínculo mais estreito com determinado indivíduo, mas que não possuem ligação direta com o primeiro, ainda se encontram na rede social estabelecida, pois, de certa forma, recebem influência do personagem central.

[...] se puede reconstruir el conjunto de relaciones de un individuo, su red egocentrada, observando con quiénes se relaciona directamente, con qué frecuencia, con qué intercambios, y con quienes se relaciona mediatamente, a través de otras personas, cuáles de estos individuos están más relacionados entre sí y cuales quedan más alejados de ese núcleo denso, quiénes conectan o abren un círculo de relaciones hacia otros espacios o segmentos sociales, etc. (IMÍZCOZ, 2009, p. 101).

Neste sentido, podem-se compreender as relações de poder existentes quando do estabelecimento de laços com outros indivíduos. Ao mesmo tempo, é notória a possibilidade de mapeamento das trocas – que podem ser de cunho econômico, mas, mais especificamente, de cunho social – entre aqueles que compõem a rede. Um exemplo disso é a indicação de pessoas a cargos políticos ou burocráticos. Para além da própria troca de favores, a indicação de uma pessoa de confiança para um cargo específico pode contribuir para uma ampliação da esfera de poder do personagem central da rede estudada.

Pensando-se na temática apresentada no presente texto, pode-se expandir o conceito de redes e sua utilização para os círculos intelectuais da primeira metade do século XX. Assim, pode-se pensar as relações e laços estabelecidos por intelectuais com seus pares e a formação de redes de crítica, principalmente em espaços de sociabilidade como instituições de cunho historiográfico, arquivos e museus. Estas redes, além de contribuir para a análise das trocas historiográficas, possibilita a compreensão do reconhecimento dos pares em relação a outros intelectuais, dado que a inclusão dos mesmos em determinados grupos e relações pode indicar a validação do conhecimento por eles produzido.

Neste sentido, compreendo as redes intelectuais como instrumento para o estudo de:

[...] la existencia de contactos profesionales de personas que se reconocen como pares y que de manera consciente utilizan estos contactos para promover algún tipo de actividad profesional que puede ser: circulación de la información, difusión de su trabajo, organización de equipos, creación de revistas o instituciones y hasta defensa de intereses corporativos. (DEVÉS VALDÉS apud HERNÁNDEZ PEÑALOZA, 2013, p. 94-95).

É importante, também, pensar os locais onde ocorrem estes contatos e a formação de laços entre os intelectuais. Instituições como a Sección de Historia/Instituto de Investigaciones

Históricas da Faculdade de Filosofia y Letras e a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia foram, para a Argentina da primeira metade do século XX, dois importantes espaços de sociabilidade intelectual, principalmente de historiadores que se dedicavam, à época, aos estudos de história do período colonial da região do Rio da Prata. Entretanto, cabe aqui um questionamento: será que tais instituições aceitavam e agregavam, também, historiadores que se dedicavam a outras temáticas e tinham outros posicionamentos além daqueles defendidos pelos principais membros da instituição ou estas eram dominadas por grupos bastante coesos? Assim, torna-se bastante frutífero pensar em outros locais de sociabilidade e discussão: os eventos, ou como denomina Hernández Peñaloza (2013), “reuniones científicas”.

Ahora bien, la noción de red especialmente útil que vamos a tener en cuenta, para nuestro trabajo, es aquella donde se entrelazan los estudiosos (académicos), con un medio importante de circulación de ideas: Los encuentros o reuniones científicas (congresos, jornadas, seminarios, coloquios, etc), espacio donde se permite conocer nuevos conceptos, informar de nuevos métodos de trabajo, intercambiar experiencias de investigación, estableciendo una red activa de intelectuales que promueve y consolida el conocimiento sobre un tema específico. (HERNÁNDEZ PEÑALOZA, 2013, p. 95).

Os eventos científicos podem, assim, contribuir para a discussão de diferentes formas de pensar a história e, também, para reflexões entre membros de diferentes *escolas historiográficas*. Neste sentido, pode-se mencionar, aqui, o Primer Congreso Americano de Ciencias Sociales, ocorrido em 1916, em Tucumán, e o Primer e o II Congressos Internacionais de Historia da América, celebrados, respectivamente, em 1922, no Rio de Janeiro, e, em 1937, em Buenos Aires. Compreender o trânsito de intelectuais entre as instituições, os Congressos e entre diferentes espaços de sociabilidade e construção de conhecimento, é algo imprescindível para uma leitura do campo historiográfico argentino da primeira metade do século XX.

Mapear as *redes intelectuais* dos historiadores que pertenceram à Nueva Escuela Historia necessita, também, um olhar apurado sobre o conceito de trajetória. É fundamental esclarecer, aqui, que, ao utilizar-me das informações que venho encontrando tanto sobre Furlong e Levene, quanto sobre os demais membros do grupo, procuro me afastar da “ilusão biográfica” referida por Pierre Bourdieu (1996). Giovanni Levi (1996) aponta que os historiadores se preocupam em construir uma narrativa linear da vida do biografado, sem considerar o ambiente no qual este se encontra inserido, suas dúvidas, medos, decisões arbitrárias e problemas pessoais. O biografado acaba por ser apresentado como um indivíduo

com uma trajetória exemplar, desde seu nascimento até a sua morte, supondo-se que “todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas” (LEVI, 1996, 180). Bourdieu, por sua vez, (1996, p. 190) aponta os limites do gênero biográfico, ao afirmar que

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontado com o mesmo espaço dos possíveis.

Para o sociólogo francês, muitos historiadores seguem um modelo em que o biografado possui uma carreira inteligível, com um início, um meio e um fim, sendo que não são levadas em consideração as vicissitudes e as tomadas de decisão consideradas inesperadas em um roteiro linear. Atualmente, autores como Sabina Loriga e François Dosse questionam as críticas feitas por Bourdieu ao gênero biográfico (apud SOLANO, 2010, p. 6), na medida em que “Bourdieu [...] só vê a possibilidade de abarcar a trajetória individual atrelada ao percurso dos outros agentes, que participaram de fatos similares, nos mesmos espaços de sociabilidade”. Neste sentido, Loriga lembra que o sociólogo considera a existência de apenas um tipo de biografia, sendo que, na realidade, a escrita biográfica pode dar-se de várias formas, sem a necessidade de um relato linear, e que podemos encontrar exemplos disso em obras de intelectuais do século XIX, como Thomas Carlyle, Jacob Burckhardt e Hippolyte Tayne, que priorizam determinados aspectos das trajetórias de seus biografados, fugindo, assim, do contra modelo preconizado por Bourdieu.

As reflexões do presente capítulo, a partir dos conceitos de *redes* e *trajetória*, têm o objetivo de investigar a Nueva Escuela Histórica a partir da sua formação, procurando compreender o que foi este grupo. Em um primeiro momento, minha intenção é reconstituir as definições usuais relativas à Nueva Escuela, a partir de autores que têm trabalhado o grupo nas últimas décadas, relacionando-as com o contexto histórico argentino da virada do século XIX para o século XX. Isto é importante no sentido de que permite verificar alguns dos principais limites que são identificados ao delinear suas principais características. Deve-se adiantar que a historiografia mais recente sobre a temática encontrou um padrão de filiação e funcionamento para o grupo, atribuindo, assim, uma ideia de unidade, de projeto, de visão de conjunto.

No entanto, é possível, realmente, encontrar uma unidade entre os historiadores que compuseram a Nueva Escuela Histórica? Quais aspectos os uniram? Havia um projeto? Havia uma espécie de trabalho em equipe? Qual o papel das instituições e dos eventos nessa perspectiva? A partir da conceitualização do grupo, recorro aos textos de contemporâneos ao seu surgimento, procurando indicar onde e quando encontra-se o ponto de formação do grupo, o que permite, então, investigar a formação desses indivíduos, ao longo das primeiras décadas do século XX e as estratégias de afirmação profissional das quais se utilizaram para demarcar seu espaço na historiografia argentina.

## 2.1 O SURGIMENTO DA NUEVA ESCUELA HISTÓRICA: UMA QUESTÃO DE CONTEXTO

A virada do século XIX para o século XX foi um momento de transformações em diversas partes do mundo. Na Europa, países como Itália, Alemanha e França encontravam desafios em suas organizações enquanto Estados Nacionais, dadas as mudanças de regimes políticos, e as necessidades de construção de memória e identidade sobre seu passado. Tais transformações foram sentidas, também, na América. Após a onda independentista<sup>13</sup> que marcou a primeira metade do século XIX, as novas nações americanas tiveram que trabalhar em seu processo de organização, tanto no que diz respeito ao Estado, quanto no sentido de uma sociedade. No caso da Argentina, tal processo foi conduzido por elites que, apropriando-se de um programa de propostas liberais, e tendo como uma de suas figuras fundamentais o presidente Bartolomé Mitre,<sup>14</sup> procuravam não apenas uma modernização do país, mas, também, um

---

<sup>13</sup> No caso da América platina, especificamente, os processos independentistas ocorreram de forma distinta nos diferentes países. Paraguai, Uruguai e Argentina viram o poder espanhol enfraquecer de forma significativa na primeira década do século XIX, quando a metrópole, inserida no contexto das invasões napoleônicas e de crise do antigo regime colonial, precisou, ainda, enfrentar as invasões inglesas (1806-1807) de seus domínios nas margens do Rio da Prata. Os colonos, a partir da defesa do território, da deposição do vice-rei e da Revolução de Maio (1810), iniciaram um período de governo próprio. No caso do Paraguai, sua independência foi declarada em 1811. A Argentina obteve o reconhecimento da dissolução de seus laços de governo com a Espanha em 1816, no evento que ficou conhecido como Congreso de Tucumán. No que diz respeito ao Uruguai, seu processo independentista necessitou, ainda, de alguns anos, já que, em 1916, seu território foi invadido pela Coroa portuguesa, sendo anexado ao Brasil como Província Cisplatina em 1821. O próprio D. Pedro I proclamou a independência brasileira apenas em 1822 – tendo sido reconhecida em 1824 por Portugal e com a manutenção da monarquia. Foi no ano de 1925 que o Uruguai declarou sua separação do território brasileiro, acarretando mais um conflito com o Império, que perdurou até 1828. Mesmo assim, após os processos de independência e seu reconhecimento, os novos Estados passaram por processos próprios de organização. No caso da Argentina sua unificação como país sob a direção da capital, Buenos Aires, deu-se apenas em 1861.

<sup>14</sup> Historiador argentino e presidente da Academia Nacional de la Historia Argentina, entre os anos de 1906 e 1915. Dentre as suas principais obras se encontram: *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* e *Historia de San Martín y de la emancipación americana* (sem datas de publicação definidas).

grande crescimento econômico, que pudesse contribuir para o enriquecimento dessas famílias tradicionais.

Entre o final do século XIX e a primeira década do XX, o país passou por um processo de que podem ser caracterizados como um período de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, marcado pela imigração, aumento populacional, urbanização, construção de ferrovias, economia de exportação, complexificação do Estado e da sociedade (CATTARUZZA, 2016). Estas transformações foram acompanhadas de um período (mais precisamente entre 1880 e 1916) de governos considerados conservadores, que, por mais que mantivessem seus mecanismos de controle de sucessão, passaram a ser, cada vez mais, questionados por grupos como radicalistas (e a emergência de um partido, a Unión Cívica Radical – UCR),<sup>15</sup> operários, socialistas e anarquistas.

Estas questões e tensões sociais, políticas e econômicas se refletiram, posteriormente, no período no qual Furlong e Levene atuaram como historiadores, já que muitas das contestações dos diversos grupos se repetiram ao longo de toda a primeira metade do século XX e, inclusive, se agudizaram durante o período.

Segundo Lopes (2012), cerca de 4.200.000 imigrantes ingressaram na Argentina entre os anos de 1881 e 1914. Estas pessoas chegaram ao país a partir de duas grandes ondas, que tinham características diferentes:

[...] a imigração de massas na Argentina ocorreu em duas grandes ondas até a Primeira Guerra Mundial: a primeira foi na década de 1880, período em que imigrou o maior número de famílias e a porcentagem de retorno foi menor em todo o período estudado. O grande número deles era de colonos decididos a aproveitar as possibilidades que eram oferecidas pelas terras disponíveis, dada a expansão da fronteira e os altos preços de grãos para os custos de produção argentina. Já a segunda grande onda migratória se deu nos primeiros anos do novo século, cujos traços não foram diferentes dos do período anterior (LOPES, 2012, p. 22-23).

---

<sup>15</sup> A Unión Cívica foi criada em 1889 como um grupo que se apresentava como oposição ao governo do então presidente Miguel Juárez Celman (1886-1890). Sua intenção era a derrubada do governo oligárquico de Juárez Celman. Contudo, com a aliança entre Bartolomé Mitre (simpático à União Cívica) e o general Julio Argentino Roca (um dos principais representantes das oligarquias) para as eleições de 1892, ocorreu uma cisão dentro da Unión Cívica, já que parte do grupo tendia a apoiar Mitre – e Roca, por consequência – e aqueles que não admitiam tal aliança política. Assim, em 1891, formaram-se dois grupos: A Unión Cívica Nacional (que apoiou a candidatura de Mitre e sua aliança com Roca) e a Unión Cívica Radical – UCR. A UCR recebeu o adjetivo *radical* em seu nome exatamente por sua postura contrária à oligarquia. O grupo passou a atuar como oposição ao governo e pôs em prática diversos pequenos levantes pelo interior do país e, também, na capital, Buenos Aires. Ao aproximar-se a virada do século, Hipólito Yrigoyen tornou-se um dos principais representantes da UCR, destacando-se, inclusive, por seu personalismo. Com a aprovação da Lei Geral de Eleições, lei nº 8871, conhecida popularmente como *Lei Sáenz Peña*, que introduziu o voto obrigatório e secreto, a UCR passou a alcançar resultados expressivos nas urnas, elegendo governadores e representantes para o Congresso argentino. Tal atuação culminou com a eleição do próprio Yrigoyen em 1916.



A maioria dos imigrantes era composta de homens jovens e de origem rural, que procuravam terras no interior do país para ocupação e cultivo. Estimativas apontam que cerca de 30% da população, à época, era formada de estrangeiros. E a chegada deste grande contingente populacional coincidiu com uma notável expansão econômica. Para Felix Luna (2010), a década de 1880 e as subseqüentes podem ser denominadas “años de prosperidad”, por conta o grande crescimento econômico alcançado pelo país à época. Tais características seriam devidas, principalmente, ao governo do general Julio Argentino Roca. Segundo Luna (2010, p. 10-11),

[...] una circunstancia insólita marca su desempeño como presidente: la de haber sido el único, desde 1853, que ocupó por dos períodos completos a que se lo destacara en la historia política argentina, pero no es el único hecho que distingue su trayectoria. La fundación de La Plata, la conquista del Chaco, la organización política y poblacional de la Patagonia, el impulso de tendencias económicas que marcaron durante años la inserción del país en los circuitos mundiales de la producción y el consumo son importantes acontecimientos que se asocian a la gestión de Roca. También lo serán la inmigración masiva, las soluciones a los conflictos limítrofes con los países vecinos y las polémicas religiosas y educativas de la época.

Ainda para o mesmo historiador, é necessário observar que, durante o governo de Roca, a Argentina alcançou grande crescimento econômico, a partir de políticas do Estado que facilitaram grandes quantidades de investimentos de capitais estrangeiros, principalmente britânicos, utilizados, de forma significativa, para a construção de um extenso sistema de ferrovias que ligavam a capital, Buenos Aires, às províncias do interior<sup>16</sup> e, ao mesmo tempo,

---

<sup>16</sup> O sistema ferroviário argentino desenvolveu-se a partir do ano de 1857 e recebeu tanto investimentos estatais quanto estrangeiros, principalmente britânicos. Seu crescimento deu-se, em grande medida, a partir das necessidades de escoamento da produção agrícola, destinada, em grande parte, à exportação. “Así como compraron los primeros bonos del Estado, los ingleses también iban a invertir su capital en las vías de transporte que la producción necesitaba para poder comercializarse y exportarse: los ferrocarriles. La rentabilidad de las primeras inversiones ferroviarias extranjerías estuvo garantizada —como los bonos— por el Estado que, durante la mayor parte del siglo XIX, les aseguró una ganancia (que generalmente rondaba el 7%) sobre el capital invertido. Como premio adicional, a algunas empresas se les cedió una amplia extensión de tierra al costado de las vías, que éstas transformaban en un negocio inmobiliario a partir de su venta” (ROCCHI, 2001, p. 25). A primeira linha foi construída pelo Estado e tinha sua origem em Buenos Aires: “Era ésta una pequeña línea que iba de plaza Lavalle a la de Miserere y que terminó convirtiéndose en el Gran Oeste Argentino. Esta compañía, que fue extendiendo sus ramales por la provincia, continuó siendo de propiedad estatal hasta 1890, año en que fue vendida después de un largo y controversial debate público y legislativo” (ROCCHI, 2001, p. 25). Posteriormente, chegaram tanto ao interior da província de Buenos Aires, quanto a cidades como Córdoba e Rosário na região central, e à província de Cuyo, nos Andes. Em 1916, a Argentina contava com 34000 quilômetros de vias ferroviárias, cifras maiores do que as do México (25000 km) e Brasil (22000 km), por exemplo, mas ainda muito menores se comparadas a países como os Estados Unidos (350000 km). “Desde entonces, la expansión ferroviaria se desaceleró y entró en el estancamiento. Sólo la concreción parcial de algunos proyectos gubernamentales (como el ferrocarril que cruzaba los Andes en Salta) posibilitó la

o país consolidou sua posição de potência exportadora na divisão internacional do trabalho, com produtos como lã, couro e sebo, aos quais se juntaram, durante as primeiras décadas do século XX, as carnes congeladas e resfriadas, bem como os cereais. David Rock (1989, p. 217) compartilha da visão de Luna (2010), acrescentando, ainda, que este período de grande crescimento econômico não reduziu desigualdades internas na Argentina:

A fines del siglo XIX y principios del XX se produjo nuevamente un avance sin parangón en la historia argentina. El largo ciclo de expansión y consolidación nacional que empezó con el acuerdo político de 1862 llegó a su apogeo alrededor de 1914. Antaño uno de los lugares más atrasados del mundo, Argentina era ahora uno de los países más prósperos. Pero en medio de esa prosperidad había una sorprendente ambigüedad. Durante todo este período la Argentina siguió siendo un productor de alimentos y materias primas; vivía de las pampas, aún incapaces de diversificarse sustancialmente en la manufactura. En 1914 y nuevamente en 1930 las disparidades entre el litoral y el interior se hicieron más pronunciadas. El este era el centro de las inversiones y el consumo, y su corazón, la ciudad de Buenos Aires, una encarnación de la civilización avanzada. Gran parte de la región que estaba fuera de ésta aún era una muestra de las partes más atrasadas de América Latina: haciendas dispersas, un empobrecido campesinado indio o mestizo, escuálidas ciudades y estancamiento.

Entre os anos de 1880, com o governo de Roca, e 1916, com o fim do governo de Sáenz Peña, a Argentina viveu aquilo que Cattaruzza (2016) denomina governo conservador: seu elenco era recrutado entre os “notáveis” pertencentes às elites, fossem elas novas ou velhas, provinciais ou portenhas, tornando a política um assunto quase de família. Tal sistema garantia a reprodução do regime, tornando-se uma expressão acabada do sistema oligárquico.

Do ponto de vista social, a imigração e os avanços econômicos das últimas décadas do século XIX e inícios do século XX modificaram de forma substancial a realidade argentina, principalmente em grandes cidades, como a capital Buenos Aires, que receberam, além dos estrangeiros, fluxos migratórios internos.<sup>17</sup>

---

construcción de nuevas vías. El capital privado no se aventuró más, pues el fin de la expansión ferrocarrilera mostraba que se había llegado a los límites de la frontera productiva rentable” (ROCCHI, 2001, p. 26).

<sup>17</sup> As primeiras levas de imigrantes, que chegaram à Argentina na década de 1880, principalmente, autodeclaravam-se como agricultores. No entanto, alguns fatores contribuíram para que, nas primeiras décadas do século XX, segundo Ema Cibotti (2001, p. 368), a maioria dos imigrantes “[...] declaraban oficios propios de los artesanos urbanos calificados aumentó junto con el número de los jornaleros y de quienes se definían ‘sin ocupación determinada’”. Isto se deu a partir de modificações nos incentivos para imigração – já que o aumento das atividades agrícolas havia se mostrado menos significativo do que o esperado – e por conta das novas perspectivas geradas pela intensa urbanização. Segundo Jorge Francisco Liernur (2001, p. 411), se “[...] en 1869 sólo el 28,6% de los 1.737.000 argentinos vivía en ciudades; cuarenta y cinco años más tarde estos pasaron a constituir el 52,7% de los 7.885.200 habitantes”. Esta urbanização atraiu, ainda, uma série de trabalhadores do campo – inclusive filhos de imigrantes que buscavam educação e trabalho – às cidades, caracterizando uma

Neste cenário, um grupo de intelectuais, composto por Ricardo Levene, Emilio Ravignani, Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari e Luis María Torres passou a enfatizar a pesquisa histórica em duas frentes. Em primeiro lugar, deve-se citar a importância atribuída por estes historiadores ao método como chave para a construção do discurso histórico, sendo que o tratamento das fontes provoca grande interesse. Tal postura se inspira em obras como *Introducción a los estudios históricos* (2003 [1897]) de Charles Langlois e Charles Seignobos, acessível a muitos intelectuais da época, inclusive mediante tradução.<sup>18</sup> Em segundo lugar, a chegada de homens como Levene e Ravignani à presidência de instituições como a Academia Nacional de la Historia e o Instituto de Investigaciones Históricas da Universidad de Buenos Aires foi essencial no sentido de que estes espaços permitiam o controle da legitimação do discurso e das práticas historiográficas.

Os membros do grupo buscavam suas principais referências teórico-metodológicas em autores como Rafael Altamira, Xenopol, Langlois e Seignobos e Bernheim, cujas obras tinham como principal característica o rigor metodológico e a crítica às fontes. Além disso, observa-se que os historiadores da Nueva Escuela buscavam realizar as discussões acerca dos conteúdos e resultados de suas obras, corroborando ou rechaçando hipóteses, não apenas no ambiente institucional ao qual estavam vinculados, mas, também, e principalmente, através das “redes de crítica”.<sup>19</sup>

Los nuevos historiadores se expresaron e fueron reseñados acorde con el funcionamiento de las “redes de la crítica”, que – a diferencia de la práctica decimonónica – se instituía ahora como producto de un saber objetivo o “científico”; de allí que sus sedes institucionales más identificables fueron los círculos del aparato académico, revistas especializadas y libros, que en general

---

onda de migrações internas que, somadas aos influxos de estrangeiros, modificaram de forma significativa a sociedade argentina.

<sup>18</sup> Sobre o acesso a obras de historiadores europeus, Fernando Devoto (1997), em *Estudio preliminar* ao livro *La historiografía argentina en el siglo XX*, aponta que “La aspiración a la profesionalidad podía también derivarse de la eficacia para ejercer el *métier* que podía provenir no de los estudios sistemáticos sino de ciertas lecturas. Pero en este punto es claro que la invocada posesión que los nuevos historiadores hacían de las recetas que supuestamente contenía el *Lehrbuch* de Bernheim – y que Groussac, que desconfiaba o fingía desconfiar de que los conocimientos lingüísticos de los nuevos historiadores les permitieran acceder a aquéllas, sugería malignamente que debían derivar más probablemente de la versión ( que él a su vez suponía más liviana y digerible) que de ellas habían brindado Langlois y Seignobos – era algo muy distinto a haberlas aprendido en el curso de la propia formación profesional. Y ello era sí porque aquellas recetas librescas estaban al alcance de la mano de cualquier estudioso de formación no sistemática. Y el panorama no era menos desconsolador si a Bernheim agregamos la figura de Altamira, cuya fascinante personalidad, amplísima erudición y versatilidad de intereses encandiló a Buenos Aires y a los nuevos historiadores en su visita en 1909, pero cuyos abundantes difícilmente puedan haber brindado un suplemento útil a lo que ya contenían los manuales antes citados” (DEVOTO, 1997, p. 14).

<sup>19</sup> Essas “redes de crítica” auxiliam na reconstituição do ambiente intelectual a partir das discussões suscitadas pela publicação de uma determinada obra, uma vez que resenhas e críticas apontam tanto para concordância, quanto para os rechaços das ideias por ela divulgadas.

no excedían los acotados ámbitos intelectuales. [...] Ciertamente la actividad crítica desempeñó diversas funciones acorde con el particular status de quien la ejerciera: el disciplinamiento de los “consagrados” sobre los recién llegados y el intento de éstos por legitimarse y adquirir notoriedad a través de aquélla. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 150).

As discussões teórico-metodológicas empreendidas pelos membros do grupo possuem relação com problemas enfrentados pelos historiadores ao longo do século XIX, quando a epistemologia histórica confrontava-se com questões de *prática*, do uso que os historiadores fizeram dos documentos, mas, também, com *filosofias da história* construídas como formas de se interpretar o passado e, ainda, pensar sua relação com o presente e com o futuro. Dentre estas, pode-se citar os trabalhos de Georg Friedrich Hegel (1770-1831), Auguste Comte (1798-1857) e Karl Marx (1818-1883). Sua especificidade diz respeito não apenas à forma como foram utilizados por outros profissionais, mas pela polêmica que causaram em muitos círculos historiográficos.

As doutrinas de Hegel e de Comte representam modelos do gênero: organizam os períodos, apreciam as mudanças ou as permanências, interpretam a evolução geral do mundo com o auxílio de um princípio único – a marcha do Espírito ou a lei dos três estados. De uma certa maneira, Marx, que faz do materialismo histórico uma teoria científica ligada a uma prática revolucionária, não sai inteiramente do âmbito da filosofia da história na medida em que, para ele, a evolução da humanidade permanece orientada para um fim. (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 44).

No caso do Positivismo de Comte,<sup>20</sup> este tornou-se um modelo explicativo referencial para muitos historiadores. Ao mesmo tempo, escrever e pesquisar sobre os homens que

---

<sup>20</sup> Em um primeiro momento, a construção teórica do autor francês diz respeito à forma como compreendia a evolução e o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Do ponto de vista histórico, as sociedades, a partir de uma visão de progresso, obedeceriam a estágios ao longo de suas trajetórias que as impulsionariam, aos poucos, de um estado primitivo para um estado de perfeição embasado na ciência e na racionalidade, atributos indispensáveis para qualquer sociedade chegasse a um *status* de modernidade. A relação entre progresso e evolução aparece, em uma historiografia que se utiliza dos referenciais positivistas, no fato de que as ações humanas descritas e estudadas direcionam-se sempre em um sentido de um aperfeiçoamento da sociedade. Eventos como revoluções, guerras, decisões políticas importantes, mudanças de regimes ou acordos econômicos são lidos pelos historiadores como algo positivo no sentido de que os câmbios influenciam no aprimoramento das relações entre os indivíduos e do progresso em relação aos processos históricos. Estas interpretações tornaram-se algo importante em um momento no qual os conhecimentos das ciências naturais se especializavam e alcançavam grande notoriedade entre a comunidade intelectual e científica europeia. Uma das teorias que mais chamou a atenção foi aquela proposta por Charles Darwin (1808-1882) no ano de 1859 e que ficou conhecida por *Evolucionismo*. Sua principal ideia girava em torno do conceito de que haveria uma seleção natural dos indivíduos de cada espécie, o que, ao longo do tempo, resultaria em um aperfeiçoamento do grupo, que deixaria às próximas gerações apenas as características que facilitariam sua sobrevivência em um determinado ambiente, eliminando atributos que não seriam úteis para aquele contexto. O Positivismo, de certa forma, agrega estas discussões, tornando a leitura dos processos históricos uma forma de pensar as sociedades como se elas estivessem sempre seguindo um mesmo caminho. Mesmo que as ações conscientes dos indivíduos

auxiliaram na construção dos Estados-nação europeus era imprescindível, não apenas no sentido de uma valorização de seus feitos e de uma rememoração de suas trajetórias, mas, principalmente, porque estes podiam tornar-se bons exemplos de ações realizadas em prol do coletivo de indivíduos.

Estes referenciais do século XIX e da virada para o século XX tiveram em comum tanto o apelo para a História como elemento constituinte da nação, ao rememorar uma pretensa identidade de uma sociedade, quanto em relação às suas escolhas temáticas. Biografar os Estados-nação, alguns personagens bastante conhecidos da história ocidental, ou criar materiais para o ensino de História são propósitos que se inserem em uma pedagogia de constituição de uma narrativa a ser apreendida e repetida quando necessário, seja em um momento político específico ou em uma comemoração. Assim, muitos historiadores utilizaram-se de uma formulação biográfica conhecida pela denominação *Historia Magistra Vitae*,<sup>21</sup> que tem por característica básica a exemplaridade, se constituindo em um tipo de história que busca no passado os referenciais de conduta moral e política para as próximas gerações.

O ritmo do cosmos, a raiz ahistórica da natureza humana e a fama (perpetuada pela escrita) são, assim, as traves-mestras que devem ser invocadas para se entender melhor o consabido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é mestra da vida (*historia magistra vitae*): *'Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati comendatur'*. A tarefa directora que Cícero adjudicava à história (ou melhor, à história como arte) tinha em vista obter efeitos análogos aos da oratória, fornecendo a esta, com imparcialidade, uma colecção de exemplos pedagógicos (*plena exemplorum est historia*). Para isso, e tal como outras formas de evitar a queda no esquecimento, a historiografia era também garante de transmissibilidade. O que dá sentido ao facto de ela ter sido qualificada, não só como verdadeiro testemunho do tempo e como discurso aletológico ('lux veritatis'), mas também como 'vita memoriae'. (CATROGA, 2006, p. 14-15, grifos do autor).

Segundo Catroga (2006), a *Historia Magistra* possui carácter pedagógico e memorial, pois tinha como objetivo garantir a transmissibilidade das ações humanas. Já para Koselleck

---

não estivessem motivadas por uma evolução, ou um progresso, estariam fadadas ao caminho da perfeição. A História, enquanto disciplina, tornou-se uma narrativa dos sucessos que levariam a essa perfeição, com um fim bastante definido: exaltar o aperfeiçoamento inerente às sociedades. "Nasceu dessa forma, entre filósofos, sociólogos e historiadores, uma forma de religião da história à qual se atribuíam funções quase proféticas, persuadidos, à época, de que se participava de uma temporalidade contendo uma direcção endógena, que ia além da vontade dos agentes históricos. A história se transsubstanciava assim na narrativa da marcha dos seres humanos em direcção ao melhor, ao progresso, a uma sociedade do bem-estar para além das provações vividas" (DOSSE, 2010, p. 15-16).

<sup>21</sup> Esta expressão foi cunhada pelo orador, político e filósofo latino Cícero. Sobre a *Historia Magistra Vitae* em suas obras, ver o trabalho de Pavez (2011), intitulado *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero*.

(2006), a *Historia Magistra* depende de uma concepção cíclica do tempo, onde os acontecimentos e as ações pessoais se repetem. Neste sentido, a exemplaridade é necessária, de modo que se possa aperfeiçoar os indivíduos intelectual e moralmente para que possíveis erros que ocorreram no passado não aconteçam novamente. É importante notar que transformações sociais são admitidas, embora estas aconteçam de forma lenta e gradual, fazendo com que os exemplos vindos do passado não se percam.<sup>22</sup>

Cria-se, a partir disso, uma “pedagogia do exemplo”, termo empregado por Jonaedson Carino, em seu texto intitulado *A biografia e sua instrumentalidade educativa*, de 1999. O autor, que analisa biografias que não foram escritas exclusivamente por historiadores, parte da ideia de que os textos biográficos têm um caráter educativo, pois possuem uma exemplaridade que seria inerente a eles. Neste sentido, o conceito de “pedagogia do exemplo” pode ser utilizado quando as biografias, “Tomadas como exemplo, imitadas, seguidas, integrando um ‘modelo’ de conduta determinado pelo espírito da época, servirão à educação.” (CARINO, 1999, p. 173).

Seguindo-se esta “pedagogia do exemplo”, os personagens biografados transformam-se em heróis que têm suas principais virtudes vistas como condutas que devem ser imitadas e observadas. Com a repetição destes modelos, ao longo das gerações, enraíza-se na memória coletiva a lembrança de personagens que marcam determinado período histórico em função de suas ações, mas, principalmente, por suas qualidades morais.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Sobre esse ponto, Koselleck (2006, p. 43, grifos no original) aponta que “Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível”. A *Historia Magistra* garante ao ser humano a possibilidade de compreensão dos modelos morais mesmo que o personagem que serve de exemplo tenha vivido muitos séculos antes do público ao qual a biografia se destina, dado que o espaço de experimentação do ser humano é contínuo. No caso específico de Plutarco, a exemplaridade trazida pela *Historia Magistra* é enriquecida com um discurso acerca das virtudes de cada um dos biografados. Estas virtudes enaltecidas pelo biógrafo antigo poderiam fazer do biografado um modelo de ações corretas ou daquelas que devem ser rechaçadas. No caso de governantes, como Alexandre e César, posturas como o comedimento, o tratamento dado aos mortos inimigos após as batalhas, são valorizadas, e, em uma concepção de tempo cíclico, devem ser tomadas como exemplo para ações futuras.

<sup>23</sup> Um exemplo da aplicação desta forma de se escrever História diz respeito à obra *Os heróis* (1841) de Thomas Carlyle (1795-1881), na qual delinea as trajetórias de uma série de personagens históricos como Odin, Maomé, Lutero e Cromwell, entre outros. Seu objetivo é o de demonstrar que existiam diferentes tipos de heróis e que eles eram fundamentais na evolução histórica. No século XIX, momento em que os primeiros paradigmas científicas procuram estabelecer um padrão de análise historiográfica, “[...] Carlyle exalta o herói como instrumento para escapar à contingência histórica e a uma forma de determinismo historicista, segundo a qual

No entanto, tal narrativa necessitava de uma fundamentação, de algum aspecto que a tornasse mais próxima de uma suposta *verdade histórica*. Esta fundamentação não se dava, contudo, a partir de uma reflexão teórica sobre a concepção de História, mas, sim, a partir do método utilizado, de uma *prática* que priorizava o documento como base desta epistemologia. O uso de documentos não era algo novo em fins do século XIX, mas um grupo de historiadores franceses da Escola Metódica, identificou nesta ferramenta o ponto central de construção da narrativa.

Se uma das principais exigências para a historiografia europeia – e, principalmente, francesa – no século XIX era a *cientificidade*, a impressão de *verdade* do conhecimento histórico, alguns profissionais preocuparam-se em estabelecer, em suas obras, uma reflexão sobre a metodologia que os historiadores deveriam utilizar em seus trabalhos para alcançar estes objetivos, diferentemente de autores como o próprio Auguste Comte, que trabalharam as *filosofias da história*, ou seja, a forma como os intelectuais deveriam ler os processos históricos e as relações entre passado, presente e futuro.

Era necessário, a partir da segunda metade do século XIX, que as práticas historiográficas fossem uniformizadas entre os historiadores. Este imperativo vinha do fato de que, para a construção de uma *história nacional*, de uma narrativa sobre a identidade de um povo, a pesquisa histórica deveria estar ancorada em referenciais que garantissem uma impressão de *veracidade*, ancoradas em pontos específicos: “Essa profissionalização da história traz consigo todo um sistema de sinais de pertença a um perfil singular. O historiador apresentava-se em seus escritos na humilde situação de filiação a uma comunidade de cientistas, dentro da qual sua subjetividade é mantida à parte” (DOSSE, 2012, p. 30).

---

o homem é produto de sua época” (DOSSE, 2009, p. 163). Para o historiador inglês, as qualidades encarnadas no herói é que movem o curso da história e, embora se possa encontrar diferentes tipos deste, que surgem nos mais diversos espaços, como o religioso, por exemplo, estes possuem características em comum, universais. Estas narrativas teriam um objetivo importante: não apenas lembrar os grandes feitos desses homens, mas, principalmente, contribuir para o ensino de História. Se esta disciplina se constitui de uma reunião de biografias, isto contribui para que haja o que Carlyle denomina *condensação* da História, ou seja, uma síntese capaz de conter as principais informações a serem transmitidas sobre o passado. Quando *condensada*, seria mais fácil de ser ensinada, permitindo, assim, que a disciplina fosse apreendida pelos leitores dos trabalhos de Carlyle e de outros historiadores que seguissem este método. “Mas não podemos nos remeter apenas ao esquecimento. É preciso fazer mais: desembaraçar-se das escórias, concentrar o espaço e o tempo numa dimensão exemplar, postular, sem incertezas, um ponto luminoso. ‘A história, pois, antes de poder tornar-se história universal, precisa acima de tudo ser condensada’” (LORIGA, 2011, p. 71-72). Considerando-se esta proposta de escrita de uma *História biográfica*, Carlyle avança em uma epistemologia que leva em consideração tanto os indivíduos quanto o próprio conjunto da sociedade. Seus biografados, a partir de sua exemplaridade, em uma evocação da *Historia Magistra Vitae*, se constituem em uma espécie de amostra daquilo que a nação tinha de melhor a apresentar para a posteridade.

A profissionalização da História, enquanto disciplina, deu-se a partir de algumas frentes. Em primeiro lugar, os cursos de nível superior oferecidos pelas Universidades se tornaram um espaço importante de formação de profissionais, que deveriam estar comprometidos com uma série de procedimentos de investigação, de crítica às fontes, de reprodução de trechos e, principalmente, no que diz respeito à sua utilização para a reconstituição do passado. O ensino de História passaria, assim, a basear-se em informações extraídas dos documentos, e essa narrativa tinha por objetivo separar a *verdade* acerca do passado da narrativa literária.

O bom historiador pode ser reconhecido pela dedicação ao trabalho, pela modéstia e pelos critérios incontestáveis de seu juízo científico. Rejeita em bloco o que Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, os dois grandes mestres da ciência histórica na Sorbonne, autores do famoso livro destinado aos estudantes de história *Introduction aux études historiques* [Introdução aos estudos históricos] (1898), chamam de ‘a retórica e as aparências enganosas’ ou ‘os micróbios literários’ que poluem o discurso científico. Impõe-se um modo de escrever que apaga os rastros da estética literária em proveito de uma estilística quase anônima, de valor pedagógico, a tal ponto que se tornou alvo das invectivas de Charles Péguy, que estigmatizou ‘o Langlois tal como falado’, censurando a história por seu culto à ciência, sua obsessão pela crítica em detrimento da qualidade estética. (DOSSE, 2012, p. 30, grifo no original).

Pensando a partir do ponto de vista do ensino, era necessário, também, formar historiadores que tivessem o mesmo posicionamento em relação à aplicação das metodologias próprias da disciplina. Em última instância, era o aporte metodológico que separava os verdadeiros cientistas daqueles letrados que especulavam sobre o passado. A universidade tornou-se, em razão disso, o espaço privilegiado para a formação desses profissionais e, ainda, para o estabelecimento de projetos em relação à coleta de fontes e à sua utilização para os estudos aí desenvolvidos. A *prática historiográfica*, conforme Michel de Certeau (2011), ganhou, assim, evidência.

Apesar das tentativas feitas para romper as fronteiras, está instalado no círculo da *escrita*: nessa história que se escreve, abriga prioritariamente aqueles que escreveram, de maneira tal que a obra histórica reforçasse uma tautologia sociocultural entre seus autores (letrados), seus objetos (livros, manuscritos etc.) e seu público (cultivado). Esse trabalho está ligado a um *ensino*, logo, às flutuações de uma clientela; às pressões que esta exerce ao se expandir; aos reflexos de defesa, de autoridade ou de recuo que a evolução e os movimentos dos estudantes provocam entre os mestres; à introdução da cultura de massa numa universidade massificada que deixa de ser um pequeno lugar de trocas entre pesquisa e pedagogia. (CERTEAU, 2011, p. 58, grifos no original).



Certeau define a *prática* historiográfica como o conjunto de metodologias empregadas pelo historiador para fazer a coleta e análise das fontes e, posteriormente, para a construção do texto. Para o historiador francês, “O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representando, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas” (CERTEAU, 2011, p. 72). Percebe-se, assim, que a *prática* historiográfica está condicionada tanto à escolha das fontes a serem utilizadas, o que implica a utilização de determinada metodologia, quanto à análise das mesmas. Cabe lembrar, entretanto, que tal condicionamento estará sempre ligado ao *lugar social* ocupado pelo historiador.

Como observado por Certeau (2011), nesta operação de seleção que é a *prática*, deve-se prestar atenção, também, ao tratamento dado ao documento pelo historiador.

O trabalho de discriminação consiste em isolar, em depurar e decompor o texto. Fustel [de Coulanges] reduz a leitura e a interpretação do historiador a uma mera restituição do documento como verdade: ‘Não é preciso dizer que a verdade histórica só se encontra nos documentos’.

O historiador deve limitar-se, portanto, a explicitar o sentido de cada uma das palavras, como um filólogo. Devem ser banidas todas as implicações subjetivas do historiador, pois o método praticado só pode ser estritamente indutivo e o historiador deve deixar as hipóteses no vestiário para se pôr a serviço do texto apenas, obliterando-se completamente. O processo de conhecimento é considerado direto, resultante do discernimento do olhar. (DOSSE, 2012, p. 38).<sup>24</sup>

Os procedimentos em relação aos documentos deveriam ser sempre rigidamente observados. Isso garantiria a validade do processo de construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, manuais como o de Langlois e Seignobos (2003) ganharam extrema importância, já que se constituíam em uma sistematização precisa das técnicas e práticas que os profissionais deveriam seguir. As instruções compartilhadas nesses livros diziam respeito à busca das fontes, seu aspecto externo – aparência, os danos sofridos com o passar do tempo, se se constituía em uma cópia ou no original, em qual idioma se encontra, seu aspecto geral, em resumo – e,

---

<sup>24</sup> Pode-se agregar, aqui, as palavras de Temístocles César (2010, p. 315-316, grifos meus) sobre a temática: “O fundamento metodológico dessa concepção encontra-se na noção de documento histórico: ‘a única habilidade’ [do historiador], escreve Fustel, ‘consiste em retirar dos documentos tudo aquilo que eles contêm e de nada acrescentar-lhes’. Diferentemente da química, onde a experimentação não apenas é permitida, mas requerida, ou da geometria, que é uma ciência da dedução, Fustel de Coulanges apoia seu pressuposto epistemológico na comparação com a geologia, que, como a história, é uma ciência da observação. O historiador-observador tem assim por tarefa, explica François Hartog, dissimular as ilusões e seus efeitos perniciosos sobre o presente. Por outro lado, a condição ‘presentista’ do historiador deve, na metodologia fusteliana, ser não apenas recusada, mas esquecida: quanto mais o presente é negado, mais o historiador aperfeiçoa seu método; com efeito, para ver os fatos é preciso começar pelo fechamento dos olhos sobre o presente. Dessa forma, a história poderia se tornar uma ‘ciência pura’”.

também, seu aspecto interno, o conteúdo que carregavam – tentar compreender, inclusive a partir de traços psicológicos, o que o autor do documento queria dizer, julgar se estava correto ou se acabava por equivocar-se, etc. Todo esse procedimento, se realizado da forma correta e recomendada, garantiria a cientificidade do processo, já que a devida observação e análise das fontes aproximaria a História das metodologias adotadas pelas Ciências Exatas.

En primer lugar, hay que examinar el documento. ¿Se conserva en su estado original? ¿Ha sufrido daños? Hay que estudiar cómo fue elaborado, a fin de devolverlo a su estado original en caso necesario, y determinar su procedencia. Este primer conjunto de pesquisas previas referidas sobre todo a la escritura, la lengua, las formas, las fuentes, etc., constituye el campo específico de la *crítica externa*, o crítica erudita. A continuación interviene la *crítica interna*: para reconstruir los dios psicológicos que atravesó el autor del documento actúan mediante razonamientos por analogía, cuyas premisas toma de la psicología general. Ante las afirmaciones del autor del documento nos preguntamos: 1) ¿Qué ha querido decir?; 2) ¿Creía en lo que decía?; 3) ¿Estaba en lo cierto, o se equivocaba? Esta fase guarda similitud con una de las operaciones científicas en que se basa cualquier conocimiento objetivo: el documento es ya algo que podemos observar, y no nos queda sino examinarlo conforme al método de las ciencias objetivas. Todo documento tiene valor en la medida en que, una vez estudiada su génesis, queda reducido a una observación bien realizada. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 97-98, grifos no original).

A Argentina da virada do século XIX para o século XX não ficou imune a esta tendência, principalmente em função do momento histórico vivido pelo país. O documento, então algo próprio de uma historiografia europeia, tornou-se, também, importante para um novo grupo de profissionais, a Nueva Escuela Histórica. Deve-se considerar, contudo, que o trabalho de coleta e uso dos documentos relativos à história da América platina do período colonial já vinha ocorrendo, de forma mais ou menos sistemática, desde meados do século XIX. Um dos primeiros *homens de letras* a dedicar-se à formação de um acervo documental privado, mesmo que de forma não totalmente organizada e utilizando-se, inclusive, da prática de compra e venda de documentos, foi Pedro de Angelis.<sup>25</sup> E, embora tenha juntado, ao longo de décadas de trabalho, um grande acervo de fontes, Angelis não chegou a utilizá-los sistematicamente, da forma como previam os cânones da virada do século XIX para o século XX.

---

<sup>25</sup> Pedro de Angelis nasceu em Nápoles em 1784 e faleceu em Buenos Aires em 1859. Atuou como jornalista, escritor e, também, como historiadores, compilando e publicando diversos documentos sobre o período colonial argentino, bem como sobre os anos pós-independência. A história do acervo que Pedro de Angelis acabou por constituir foi reconstituída e analisada por Schell (2018)

[...] Pedro de Angelis valorizou os papéis na conformação de seu conjunto privado e em seus fazeres. Se Arnaldo Momigliano diz que há tempos os eruditos faziam ‘da coleta de documentos o seu negócio’, naquele início do Oitocentos o documento escrito se afirmava como base para a escrita da história. Tornava-se cada vez mais necessário legitimar os estudos e o conhecimento a partir de documentação comprobatória que fosse verificada como autêntica, verdadeira – e isso a história moderna que se constituía ao longo do século XIX, aliás, ia aprendendo com a prática erudita. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, ‘as práticas próprias aos procedimentos da erudição, corporificadas, entre outras, pelo saber diplomático, pareciam operar a fusão entre o saber antiquário e o saber do historiador’. Desta forma, a ‘escrita da história apontava na direção de um novo caminho em que a autoridade dos escritores antigos não era mais o fundamento a constituir a legitimidade para narrar o passado’: os documentos é que eram dotados dessa característica. (SCHELL, 2018, p. 19).

Um dos primeiros *homens de letras* a utilizar de forma bastante sistemática e em larga escala dos documentos foi Bartolomé Mitre, que foi general e presidente da Argentina entre os anos de 1861 e 1868. Sob seu comando, a Argentina foi unificada, sob a influência de Buenos Aires enquanto capital e sede do governo nacional. Para Fernando Devoto e Nora Pagano (2009), a produção historiográfica de Mitre se insere naquilo que os autores denominam “historiografia erudita”, dado que o historiador não possuía formação acadêmica específica na disciplina, mas dedicou-se a escrever sobre diversas temáticas. Colecionador de fontes, construiu com o passar dos anos uma grandiosa biblioteca.<sup>26</sup> Sua *operação historiográfica* estava calcada na ampla utilização de extensos fundos documentais, na medida em que compreendia que as fontes garantiriam a “verdade” histórica, e, por isso, eram diligentemente citadas e reproduzidas.

---

<sup>26</sup> Ao longo de sua trajetória como historiador, Mitre constituiu um grande acervo pessoal de livros, documentos, mapas e outros materiais que contribuíram para suas pesquisas e a escrita de suas obras. No que diz respeito à formação dessa biblioteca, pode-se encontrar a seguinte informação no *site* do Museo Mitre (s/d): “La colección más importante de la biblioteca —y que fue la que le dio origen— es la denominada Biblioteca Americana, constituida por los libros y periódicos coleccionados por Mitre a lo largo de su vida y que legó a los argentinos”. O catálogo dessa coleção – que possui 351 páginas e pode ser acessado pelo [link https://museomitre.cultura.gob.ar/media/uploads/site-10/multimedia/catalogo\\_biblioteca\\_americana.pdf](https://museomitre.cultura.gob.ar/media/uploads/site-10/multimedia/catalogo_biblioteca_americana.pdf) – permite compreender quais obras formam esse conjunto. Pode-se destacar, nesse sentido, uma série de obras de cronistas e viajantes, tanto do período colonial quanto do século XIX e que estiveram em diferentes partes da América, textos de missionários jesuítas, livros e periódicos em diversos idiomas, como português, francês, inglês e alemão, além do espanhol. Somando os materiais da Biblioteca Americana com doações e outros papéis obtidos ao longo dos anos, mesmo posteriormente à morte de Mitre, “El fondo de la biblioteca está compuesto de unos 60 mil volúmenes de libros, folletos y revistas, artículos de prensa y material audiovisual en diferentes soportes, a los que hay que agregar la inmensa riqueza del archivo del museo (unos 100.000 papeles y documentos), más la colección de medallas y monedas de Bartolomé Mitre (unas 5000) y mapas y planos (alrededor de 5000) de todas las épocas. Esta documentación se actualiza constantemente con nuevas donaciones y se enriquece por medio del programa de intercambio bibliográfico que la biblioteca mantiene con bibliotecas, archivos, museos e instituciones de todo el mundo” (MUSEO MITRE, s/d, s/p). A biblioteca de Mitre se encontra atualmente para consulta e em exposição no Museo Mitre, em Buenos Aires.

A partir da década de 1850, Mitre passou a dedicar-se de forma mais sistemática aos estudos historiográficos. Data desta época a *Galería de Celebridades Argentinas* (1857), um conjunto de biografias composto por textos como a *Historia de Belgrano y de la Independencia argentina* (1857). Entretanto, algumas de suas principais obras foram publicadas apenas na década de 1880, como a *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1887). Grande parte de suas obras gira em torno tanto da Revolução de Maio, quanto de seus principais líderes, principalmente, aqueles considerados de posicionamento político liberal. Na *Galería* (1857), biografou José de San Martín, Manuel Belgrano, Juan Lavalle, Guillermo Brown, Gregorio Funes, Bernardino Rivadavia, José Manuel García, Florencio Varela e Mariano Moreno. Essas biografias deram origem a obras posteriores. A Revolução é tida, nestes textos, como momento fundador da Argentina, e seus líderes são alçados a um panteão nacional. Talvez por conta de sua atuação como general, Mitre encarou o registro da história como um campo de batalha (SHUMWAY, 2008), no qual procurou defender os privilégios de Buenos Aires em relação às demais províncias.

A especificidade de seus textos – em relação a outros historiadores de sua época – reside no fato de que uniu uma metodologia de utilização de documentos com uma narrativa que satisfazia as expectativas do momento que a nação vivia sob seu nome já muito conhecido. Embora muitas das críticas feitas a seu trabalho evidenciem o fato de que Mitre esteve próximo dos fatos que descreveu e que os cargos políticos que ocupou interfeririam nas conclusões às quais chegou, suas obras alcançaram grande publicidade, sendo comercializadas na Europa e tornando-se um modelo de narrativa sobre a história nacional cujo estilo poderia ser imitado.

A partir dessas discussões, uma geração posterior a Mitre, integrada por Torres, Ravignani, Levene, Molinari, Carbia e José Torre Revello, destacou-se ao formar um grupo denominado Nueva Escuela Histórica. Dentre estes, chamam a atenção os casos particulares de Ravignani e Levene, não apenas por suas trajetórias, mas, principalmente, pelas instituições às quais estavam filiados e dirigiam, para além do âmbito universitário. Flertando com a história oficial e estando muito próxima do Estado, a Academia Nacional de la Historia, por exemplo, reuniu muitos dos membros da Nueva Escuela, e teve forte atuação, inclusive com a publicação de livros didáticos, assessoramento de comissões ou outros empreendimentos de cunho histórico. E, mesmo com os sucessivos golpes de Estado de décadas posteriores, a Academia conseguiu manter seu *status* e sua proximidade com os diferentes governos.

Para historiadores como Alejandro Cattaruzza (2001) e Belén Callegarich (2013), uma das principais características da Nueva Escuela, e que a distingue de outros grupos do período,

reside no método que seus membros utilizaram em seus trabalhos: “la Nueva Escuela Histórica (NEH) [...] tomando como guía el manual de Langlois y Seignobos [...], busca diferenciarse de las tradiciones anteriores no sólo respecto la temática del relato histórico, sino también respecto a los ejes de debate” (CALLEGARICH, 2013, p. 2). A intenção do grupo era a de praticar uma história que estava de acordo com os modelos científicos já praticados, à época, na Europa, tendo como principal exemplo a Escola Metódica francesa.

Pero todas las caracterizaciones insisten en el papel relevante que se otorgaba, en el proceso de reconstrucción del pasado, a los documentos y a su crítica, actividad que en ocasiones se convertía en el horizonte máximo de la tarea del historiador que habría de ser, naturalmente, ‘objetivo’. En el caso argentino, la Nueva Escuela, proclamando practicar una historia científica, buscó diferenciarse del resto del mundo cultural así como de la tradición historiográfica heredada; según entendían sus miembros, su dominio del método era tanto la garantía de cientificidad como la virtud que los distinguía de los viejos historiadores y de los demás intelectuales. (CATTARUZZA, 2001, p. 107-108).

Ao mesmo tempo em que a questão metodológica era importante para a Nueva Escuela Histórica, Callegarich (2013) chama a atenção para o contexto de onde este grupo emergiu e se consolidou a partir dos vínculos institucionais constituídos. Para a autora, deve-se considerar que o contexto da virada do século XIX para o século XX, como já mencionado, permitiu uma ampliação da circulação de informações entre Europa e América, admitindo a utilização de novos meios de se fazer história.<sup>27</sup> Neste contexto, havia, também, uma demanda por parte tanto do Estado, quanto da população argentina no sentido da escrita de uma história do país, o que permitiu a emergência da Nueva Escuela enquanto grupo:

[...] esto fue posible, en parte, porque existió una necesidad de la historia a principios del siglo XX, promovida en parte por la literatura coalicionada con el Estado Nacional, que no sólo permitió que el proyecto de consolidación de la NEH encontrara en su seno el terreno propicio para desarrollarse sino que logró hacer coincidir y servirse de ese proyecto para consolidarse como institución. (CALLEGARICH, 2013, p. 14).

---

<sup>27</sup> Um exemplo dessa circulação foi a vinda de intelectuais estrangeiros para a Argentina na intenção de oferecer cursos e/ou conferências. Segundo Ana Paula Barcelos da Silva (2011, p. 85), “Um dos mais importantes historiadores espanhóis envolvidos neste processo é Rafael Altamira, professor da Universidade de Oviedo, um reduto de intelectuais regeneracionistas. É a universidade que promove a vinda de Altamira à Universidade de La Plata em 1909 a convite de Joaquín González. Visitaram também a Argentina neste período outros intelectuais espanhóis que seguiam a mesma orientação, dentre eles, o jurista Adolfo Posada, o político Alejandro Lerroux e o escritor Ortega y Gasset (este convidado pela *Institución Cultural Española*, vinculada à *Asociación Patriótica Española*, criada em Buenos Aires durante a guerra de independência em Cuba)”.

Já para Fernando Devoto e Nora Pagano (2009), a grande preocupação é oferecer um balanço das principais características do grupo estudado. Desta forma, os autores caracterizam a Nueva Escuela a partir de alguns traços gerais, levando em conta aspectos que dariam unidade ao grupo: os historiadores “filiados” ao grupo teriam seu ponto de união no “[...] hecho de haber nacido entre 1885 y 1889 en el seno de familias aluviales y por ello sin vínculos con el pasado que aspiraban a estudiar, su paso por la Facultad de Derecho, así como cierta sociabilidad político-académica” (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 140). No entanto, agrupar indivíduos sob um mesmo rótulo a partir dos critérios utilizados pelos historiadores, que, de certa forma, são externos às suas produções – como ano de nascimento e histórico familiar –, pode trazer alguns problemas quanto à legitimidade destes critérios.

O primeiro ponto a ser questionado nessa classificação diz respeito à pretensa homogeneidade do grupo. Ao questionar a legitimidade de alguns historiadores serem agrupados sob a denominação da Nueva Escuela Histórica, Devoto (1997, p. 10-11) aponta:

[...] un segundo problema que surge en forma evidente es el de la legitimidad de agrupar a ese conjunto, en tantos aspectos heterogéneo, bajo un mismo rótulo. El grupo de jóvenes historiadores [...] compartía ciertamente un conjunto de rasgos comunes que han permitido sobrevivir al paso del tiempo a la margen de que constituían una escuela, más allá de diferentes opciones políticas, ideológicas e institucionales y de no desdeñables enemistades personales que los enfrentaron a lo largo de la prolongada hegemonía académica que ejercieron en la historiografía profesional argentina.

Para o autor, deve-se considerar aspectos relativos à prática historiográfica dos membros do grupo para que se tenha uma ideia de unidade, para além de questões exteriores à produção. Devoto (1997) argumenta ainda que, talvez, a especificidade desta escola historiográfica resida no controle institucional alcançado a partir das trajetórias de Levene e Ravnani. Controle este que, para além de um projeto coletivo de escrita da história, forjou as regras do *métier* do campo na Argentina da primeira metade do século XX e legitimou o discurso dos profissionais autorizados a construir o conhecimento histórico.

As ideias então em voga na Argentina, entre o final do século XIX e início do XX, e as discussões historiográficas motivadas pelo Centenário de Maio, em 1910, ajudaram a moldar a historiografia construída por esta corrente. A Nueva Escuela se destacava, em primeiro lugar, por sua vinculação tanto com universidades, onde seus membros atuavam como professores, quanto com instituições que valorizavam o conhecimento histórico, como o Instituto de Investigaciones Históricas e a Academia Nacional de la Historia. E, em segundo lugar, pela campanha de profissionalização da disciplina histórica, o que explica as reivindicações para que

somente historiadores, com a devida formação acadêmica, ocupassem postos de ensino e de pesquisa.

## 2.2 A IDENTIFICAÇÃO DE UMA “NUEVA ESCUELA”: O PRIMER CONGRESO DE CIENCIAS SOCIALES (TUCUMÁN, 1916)

Até este ponto, contudo, tem-se uma definição do grupo elaborada *a posteriori*, ou seja, Fernando Devoto (1997), Alejandro Cattaruzza (2001), Belén Callegarich (2013) e, novamente, Devoto e Nora Pagano (2009) escreveram sobre o tema algumas décadas depois do principal período de atuação dos historiadores da Nueva Escuela Histórica, entre os anos 1920 e 1950. Neste sentido, as informações sobre a caracterização do grupo apontam vínculos historiográficos e institucionais entre os personagens supracitados, evidenciando seus referenciais teórico-metodológicos, suas relações com a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia e com a Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas da FFyL da UBA, e, ainda, uma forma de se fazer história baseada na metodologia e na utilização das instituições para sua afirmação profissional.

Torna-se necessário, contudo, recorrer aos autores contemporâneos ao grupo, na intenção de compreender de que forma Levene, Ravignani, Molinari, Torres, Carbia, Torre Revello – e até o próprio Furlong – foram identificados e analisados por intelectuais e historiadores com os quais conviveram e tiveram, inclusive, vinculações profissionais. Deve-se considerar que, entre os anos de 1916 e 1939 vieram a público quatro importantes textos que permitem um primeiro mapeamento da Nueva Escuela enquanto grupo. Em um primeiro momento, tem-se a *Advertencia* (1916) de Juan Agustín García (1862-1923), aos *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*, seguido de um artigo do próprio Rómulo Carbia (1922), apresentando uma rápida história da historiografia argentina até aquela data. Este autor, como membro do grupo, debruça-se rapidamente sobre o mesmo, o que tornará a fazer em obra bem mais completa, *Historia crítica de la historiografía argentina* (1939). Por fim, pode-se citar uma das primeiras biografias de Levene, *Los estudios históricos en la Argentina I. La obra histórica de Ricardo Levene* (1931), de Enrique de Gandía. Quando da publicação deste livro, o biografado tinha apenas 46 anos de idade, e encontrava-se no auge de sua trajetória intelectual. Então, mesmo que não seja um trabalho definitivo sobre a temática, é importante exatamente

por sua contemporaneidade, já que possibilita compreender como se deu a ascensão profissional de Levene e do grupo da Nueva Escuela nesse período.<sup>28</sup>

No ano de 1916, veio a público a Tercera Serie dos *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales* da Universidad de Buenos Aires (UBA). Os *Anales* se constituíam em uma publicação periódica e de frequência bastante irregular, nos quais eram publicados textos sobre Direito Argentino, sob a direção de Juan Agustín García.<sup>29</sup> García foi professor na UBA e reconhecido como escritor, jurista e sociólogo. Atuando também junto aos estudos historiográficos, o periódico sob sua direção adquiriu muito mais o caráter de um espaço que, nas palavras do próprio García (1916, p. 5) na *Advertencia* do Tomo I, “se fundaron para estimular este movimiento: ayudar al país a conocerse, describir todos sus fenómenos sociales, exteriorizar los resultados de esta enseñanza superior nacionalista, que se inicia en 1896”.

Caracterizando-se como um periódico que publicava estudos históricos e sociológicos, os *Anales* reuniram textos de intelectuais argentinos das primeiras décadas do século XX, dentre eles alguns com formação em Direito, mas que ficaram conhecidos por seus estudos historiográficos e atuações junto a instituições que promoviam este conhecimento, como Ricardo Levene, Emilio Ravignani e Rómulo Carbia. Estes, provavelmente, foram alunos de García e, têm em comum o fato de que estudaram na Universidad de Buenos Aires onde, também, iniciaram seus estudos históricos.

Nesta edição dos *Anales*, García (1916, p. 5-6) acaba por saudar o nascimento de uma nova geração de historiadores, que, ao serem convidados a publicar seus textos no periódico, atenderam a este pedido do diretor, contribuindo com suas pesquisas: “Los jóvenes escritores, la ‘nueva escuela histórica argentina’, respondieron a nuestro llamado, y tuvimos el placer de publicar trabajos muy importantes de Molinari, Levene, Ruiz Guiñazú, Ravignani, Torres, Carvia [sic]”. Este grupo, que García denominou “Nueva Escuela Histórica”, tinha, para o diretor dos *Anales*, uma característica comum em seus textos, que era o rigor do método: a busca por fontes, sua crítica e sua utilização como base para a epistemologia histórica – os documentos, se utilizados da forma correta, permitiriam uma leitura *verdadeira* do passado. “Así, lentamente se va poblando ese campo tan vasto de nuestra ignorancia. La historia se

---

<sup>28</sup> Esta obra de Gandía (1931) é utilizada de forma mais efetiva, ainda, no próximo capítulo desta Tese, quando trabalho, de forma mais aprofundada, as trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong. Neste capítulo, explora mais especificamente os trechos nos quais Gandía (1931) examinou a Nueva Escuela Histórica.

<sup>29</sup> García dirigiu os volumes 1 a 17 publicados entre 1902 e 1917. No ano seguinte, assume a direção do periódico Alfredo Colmo, que participou da publicação dos volumes 18 a 20, nos anos de 1918 e 1919. Após esta data, encerrou-se a impressão do periódico. Sua continuação deu-se com a *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*, cuja publicação iniciou-se no ano de 1922 e estendeu-se até 1956.



transforma, surgen épocas desconocidas *y se llenan metódicamente los claros*. Aparecen la economía, la sociología, la política, el derecho argentinos, creados o adaptados por nuestra mentalidad” (GARCÍA, 1916, p. 6, grifo meu).

Esta foi a primeira ocasião em que homens como Diego Luis Molinari, Ricardo Levene, Enrique Ruiz Guiñazú, Emilio Ravignani, Luis María Torres e Rómulo Carbia são agregados em um mesmo grupo de historiadores, com a denominação de escola historiográfica. Havia, aqui, uma classificação que reunia intelectuais formados em uma mesma instituição, que se dedicavam aos estudos históricos e, também, que se aproximavam no que diz respeito ao método que utilizavam em suas pesquisas e produções. Entretanto, note-se que García não aponta mais nenhuma característica que reuniria estes homens sob a alcunha de Nueva Escuela Histórica, fazendo com que esta classificação, ou denominação, seja bastante ampla e reúna historiadores com trajetórias muito diferentes umas das outras.

Alguns anos depois, em 1922, Rómulo Carbia, que foi considerado por García como um dos membros da Nueva Escuela, publicou um texto intitulado *Historia de la historiografía argentina: los historiógrafos eruditos y críticos* na revista *Humanidades*, de La Plata, Argentina. Neste trabalho, o autor estuda o que denomina quatro fases de uma historiografia erudita no país, que se caracterizaria pelo uso das fontes e o rigor metodológico. Para Carbia, a primeira etapa se caracteriza pelos trabalhos de Luís Domínguez, a segunda por Bartolomé Mitre, a terceira por Paul Groussac e a quarta pela Nueva Escuela Histórica. Cada um destes personagens ou grupo teria aperfeiçoado o uso dos documentos e da bibliografia em seus trabalhos, e a Nueva Escuela, em 1922, se encontraria em seu momento de maior expressão e importância.

Embora seu texto conte com cerca de dezoito páginas, grande parte de sua análise gira em torno das produções de Mitre e Groussac. Isto se dá porque, ao analisar a escola historiográfica erudita, procura manter o foco nos principais precursores do movimento, já que, sendo a Nueva Escuela Histórica o grupo em evidência no momento em que escrevia, não se poderia, ainda, refletir adequadamente sobre a mesma. Neste sentido, ao caracterizar o grupo, Carbia (1922) foca sua descrição em dois pontos principais: o recorte daqueles profissionais que pertenceriam ao grupo e sua concepção de história. Considerando-se que Rómulo Carbia era egresso da Universidad de Buenos Aires e colega de homens como Ricardo Levene e Emilio Ravignani, o autor delimitou o grupo de historiadores noticiado por García (1916) à participação que os “[...] miembros de la sección respectiva de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires habían concretado en el Congreso americano de ciencias sociales, reunido en

Tucumán en julio de 1916” (CARBIA, 1922, p. 112), inserindo-se, automaticamente, na Nueva Escuela. Assim, percebe-se que Carbia (1922) utiliza-se de um evento científico da área, bem como de uma filiação institucional – a Universidade de Buenos Aires – para delimitar o grupo de historiadores que, segundo sua compreensão, pertenceriam à escola.

A partir disso, e pensando na emergência de um novo grupo de historiadores, Carbia (1922, p. 113, grifos no original) procura deixar clara a concepção teórica de história partilhada pelo grupo do qual fazia parte.

*La nueva escuela* que le vine a suceder, y de cuyos métodos se mofa, postula una reconstrucción histórica americana, y en particular argentina, a base de pesquisas documentales y bibliográficas realizadas de acuerdo con los más estrictos métodos de Bernheim, seriando los hechos, estableciendo los procesos con el concepto de la universalidad de los fenómenos históricos y haciendo *revivir* el pasado, como quiere Croce, sin que la forma literaria obedezca a la preocupación única de lo estético.

Uma das questões que fica implícita no trecho acima reproduzido do artigo de Carbia publicado em 1922 diz respeito às inovações dos historiadores do grupo da NEH em relação aos seus antecessores da escola erudita. Segundo o autor, embora continuem se utilizando de métodos já empregados por Mitre ou Groussac no que diz respeito à busca e ao uso de documentos, os jovens pesquisadores trabalhavam a partir de séries de fatos, procurando estabelecer a universalidade dos fenômenos históricos. Isso, para Carbia (1922), evidenciaria que o grupo procurava fazer uma reflexão sobre o conhecimento histórico, afastando-se, assim, dos outros historiadores da escola erudita.

Como partícipe da Nueva Escuela, Carbia (1922) acaba por não analisar este grupo de forma muito aprofundada. É necessário considerar, contudo, que o autor revisita a temática em obra publicada em 1939, intitulada *Historia crítica de la historiografía argentina*. Contudo, ainda antes da obra de Carbia, outro historiador, Enrique de Gandía, preocupou-se, rapidamente, em caracterizar o grupo da NEH em um pequeno livro que dedicou à trajetória e, principalmente, à produção de Ricardo Levene, intitulado *Los estudios históricos en la Argentina I. La obra histórica de Ricardo Levene* (1931).

O autor parte da classificação de Carbia (1922) para inserir a Nueva Escuela em uma perspectiva próxima dos historiadores que tinham no método seu principal ponto de diferenciação em relação a outros grupos de intelectuais do período. Assim, para além de qualquer aproximação em relação à temática estudada pelos profissionais do grupo, eram os referenciais teórico-metodológicos que guiariam a pesquisa histórica, segundo Gandía (1931).

No caso da interpretação dos fenômenos do passado, para o caso da história do período colonial americano, esta deveria vir acompanhada de um profundo conhecimento da legislação e do direito indiano.

Además, la historia de nuestro pasado colonial se distingue de la historia europea en que para comprenderla en su esencia, es necesario unir a la búsqueda documental un conocimiento profundo de la cuestión jurídica, económica y social, es decir, no ignorar los secretos del derecho indiano y las leyes, de la economía de la sociología españolas. Esta preparación histórico-jurídico-económico-sociológica, tan íntimamente ligada e indispensable para abordar el estudio de nuestro pasado, los historiadores argentinos no pueden por cierto hallarla en ningún maestro europeo. La historia nacional hasta la fecha sólo ha sido dominada por los propios argentinos y a ellos, principalmente, es a quienes corresponde hacer justicia a la dominación española. (GANDÍA, 1931, p. 8).

Para Gandía (1931), o domínio da legislação e do direito indiano, bem como da história argentina, era possível apenas a um cidadão nascido no país, já que este teria a experiência necessária dada pelo contexto no qual o próprio historiador se inseria, e cujo conhecimento seria necessário para a leitura das fontes e a aplicação do método correto.

En tesis general: nuestra moderna escuela histórica no ha necesitado de la europea para lograr la autoridad que disfruta. No ha nacido, repentinamente, en estos últimos años, apadrinada por unos maestros europeos que rara vez la influenciaron. La historiografía argentina tiene un pasado fecundo que puede iniciarse con la Revolución de Mayo y el Dean Funes, según Carbia, y con Moreno, a nuestro juicio, y que como herencia espiritual ha servido de base a los historiadores que han ido sucediéndose desde los años que precedieron la Independencia hasta nuestros días. (GANDÍA, 1931, p. 9).

Portanto, e novamente recorrendo a Carbia (1922), a historiografia argentina da época não necessitaria de referenciais europeus para consolidar-se enquanto prática e método. A própria vivência interna dos profissionais seria suficiente para que sua experiência pudesse ser traduzida em estudos históricos. Note-se, contudo, que a reflexão de Gandía (1931) não atinge qualquer aspecto em relação à formação do grupo. Sua principal preocupação reside na intenção de determinar as semelhanças teórico-metodológicas existentes entre os historiadores que fizeram parte da Nueva Escuela, incluindo Levene automaticamente.

Já ao final da década, contudo, é Rómulo Carbia, em sua obra *Historia crítica de la historiografía argentina* (1939) quem faz uma importante reflexão sobre a formação do grupo e sobre aqueles historiadores que a ele pertenceriam. Neste livro, com cerca de quinhentas páginas, o autor dedica menos de dez à Nueva Escuela, novamente argumentando que há, por

sua parte, uma proximidade em relação ao grupo – Carbia fazia parte do mesmo – que não possibilita uma análise mais profunda deste fenômeno.

Ao iniciar sua análise, Carbia (1939, p. 174) aponta que, no que diz respeito a uma caracterização geral da Nueva Escuela, esta se dava a partir de uma “[...] cuestión rigurosamente técnica del concepto serial y de la universalidad del fenómeno histórico”. Partindo desta definição rápida, o historiador passa, então, a circunscrever o grupo de historiadores que faria parte da *escuela historiográfica*.

Para o historiador, existe uma relação clara entre os personagens Levene, Ravignani, Torres, Molinari e dele próprio com a FFyL da UBA e com um evento científico em particular, o Primer Congreso Americano de Ciencias Sociales, realizado na cidade de Tucumán no ano de 1916 por ocasião das comemorações do Centenário da Independência argentina: “[...] los miembros de la sección respectiva de la Facultad de filosofía y letras [*sic*] de Buenos Aires habían concretado en el Congreso americano de ciencias sociales [*sic*], reunido en Tucumán en julio de 1916” (CARBIA, 1939, p. 177).

O Primer Congreso estava inserido, por decreto presidencial, na listagem de comemorações oficiais da efeméride nacional. Segundo Nora Pagano (2016), a intenção dos organizadores era demarcar o caráter americano, transnacional, do evento, contando com a presença de representantes de diversos países do continente e, também, de uma série de instituições argentinas.<sup>30</sup> Assim como outros eventos da mesma área, que ocorriam desde os últimos anos do século XIX, o Primer Congreso tinha o objetivo de debater questões referentes à área das Ciências Sociais que passassem pelos pressupostos da ciência do período, e, no caso dos estudos históricos em específico, da importância do uso correto dos documentos históricos para uma reflexão sobre o passado argentino.

Este conjunto de eventos puede considerarse como un intento por conformar una comunidad científica en el ámbito regional; el estudio de este tipo de sociabilidad internacional no sólo queda limitado a las relaciones entre Estados, sino que resulta pertinente analizar los múltiples sujetos e

---

<sup>30</sup> Segundo a autora, “Los países americanos que adhirieron al acto fueron: Bolivia, Brasil, Colombia, República Dominicana, Haití, Honduras, Méjico, Nicaragua y El Salvador. Asistieron delegados oficiales de las repúblicas de Chile, Ecuador, EEUU de Norteamérica, Guatemala, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. Su carácter *americano* resultaba entonces bien marcado. Hubo también delegados de algunas provincias argentinas (Córdoba, La Rioja, Entre Ríos, Jujuy), representantes de las cámaras legislativas (de las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Tucumán), de universidades (Buenos Aires, La Plata, Tucumán y Católica de Buenos Aires), de facultades y de establecimientos educacionales de Buenos Aires, Santiago del Estero, La Rioja, Entre Ríos, Tucumán, Córdoba, Mendoza, Santa Fe y San Juan” (PAGANO, 2016, p. 12, grifo no original). A presença de representantes de grande parte dos países do continente americano e de instituições que tinham no ensino e/ou nas pesquisas relativas às Ciências Sociais fazia com que o evento se consolidasse neste contexto e pudesse, assim, estabelecer uma agenda de estudos na área, focando, principalmente, questões teórico-metodológicas.

instituciones vinculados con el trabajo científico o técnico. En tal sentido el Congreso fue una asociación que intentó sobreponer los valores científicos a las diferencias políticas, pero que se debatía entre los ideales universales de la ciencia y la necesidad práctica de adecuar el conocimiento a la realidad americana. (Calvo Isaza, 2011). (PAGANO, 2016, p. 10).

A partir das discussões em relação à utilização da ciência para a resolução de problemas, a intenção do evento era criar uma agenda de estudos que pusesse seu foco na questão dos problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados não apenas pelo país sede, a Argentina, mas, também, por outros países da América Latina. Segundo Pagano (2016, p. 13) “[...] su principal nota diferencial residía en el objeto y carácter del evento. En tal sentido, ‘más que elaboración o investigación’ se pondera la ‘aplicación’ de esas ciencias sociales ‘en las funciones propias del gobierno’, en su función legislativa y ejecutiva (Memoria, 1917: 14)”. Como se verá mais adiante nesta Tese, entre as décadas de 1930 e 1940 diversas iniciativas que partiram tanto do poder público argentino quanto de historiadores, como o próprio Ricardo Levene, serviram intencionalmente para uma instrumentalização do conhecimento histórico, de forma a fazer parte de tentativas de construção de uma consciência histórica a partir de publicações, investimento em museus e monumentos históricos, e, também, do ensino da disciplina desde os níveis primários até as Universidades.

Se trataba de ciencia aplicada, de la instrumentación del conocimiento científico de áreas especializadas de la ciencia para resolver problemas prácticos. Ese pragmatismo fue llevado a cabo por mediadores, y fue posible gracias a que durante los primeros años del siglo XX, un grupo de intelectuales argentinos se destacó en el desempeño de profesiones liberales, en la administración pública, en la actividad intelectual, en núcleos institucionales y dependencias territoriales, e integraron redes que los vinculaban con el orden conservador. La composición del Congreso refleja sobradamente esa circunstancia, particularmente si se atiende la conformación de su Sección III: Historia y Sociología. (PAGANO, 2016, p. 13).

No caso específico da sessão do evento que correspondia às disciplinas de História e Sociologia, os textos apresentados pelos participantes giravam em torno de assuntos “[...] referidos a historiografía, historiología (ciencia histórica y disciplinas auxiliares), archivología, museología y bibliografía, y enseñanza de la historia [...]” (PAGANO, 2016, p. 13). Teve como

autoridades Antonio Dellepiane<sup>31</sup> (presidente), Juan B. Terán<sup>32</sup> e Juan B. Ambrosetti<sup>33</sup> (vice-presidentes), e Ricardo Colombres e Eduardo Bunge (secretários). Deve-se somar a isso o fato de que uma das grandes novidades do Primer Congreso em específico foi a participação de um grupo de jovens historiadores que trabalhavam junto à antiga Sección de Historia da FFyL da UBA, já então renomeada como Instituto de Investigaciones Históricas.

No dia seis de julho de 1916, os membros da instituição passaram a apresentar seus textos. Luis Maria Torres dissertou sobre os *Principios que dirigen los estudios de Historia Argentina en la FFyL*, expondo os projetos em execução naquele espaço em relação à compilação de fontes sobre o período colonial. Emilio Ravignani leu seu texto sobre *El material histórico e investigación correlacionada con los factores históricos y con los elementos bibliográficos*, no qual refletiu sobre a organização dos *corpus* documentais sobre o período do Vice-reino do Rio da Prata. O trabalho intitulado *Breve reseña de la labor editorial crítica* foi apresentado por Diego Luis Molinari, e argumentava que a organização e edição de fontes deveria obedecer a uma ordem serial. Por fim, Ricardo Levene, cujo texto dissertava *Sobre la enseñanza de la historia*, afirmava que a publicação de documentos selecionados se constituiria em material importante para o ensino da disciplina a partir da educação básica (PAGANO, 2016).

Considerando-se que, nos eventos similares ao Primer Congreso, ocorridos na mesma época, era comum que as proposições dos participantes fossem votadas ao final de cada uma das sessões, no intuito de definir a agenda relativa à temática das investigações a serem realizadas a partir daí, mas, principalmente, da forma como essas pesquisas seriam conduzidas do ponto de vista teórico-metodológico. Neste sentido, a participação dos historiadores do grupo da Nueva Escuela Histórica foi importante, já que “Finalmente el presidente Dellepiane recordó a la asamblea la serie de artículos ‘correlacionados’ presentados por los miembros de la Sección Historia de la FFyL, y solicitaba la aprobación de ‘tan útil obra, resolviéndose inmediatamente dar un voto de aplausos a dichos trabajos’” (PAGANO, 2016, p. 17). Logo após a participação de Levene, Ravignani, Torres, Molinari e Carbia no Primer Congreso, estes

---

<sup>31</sup> Antonio Dellepiane (1864-1939) foi advogado, historiador e escritor. Doutorou-se em Direito na Universidad de Buenos Aires em 1892 e, na mesma instituição, lecionou Filosofia do Direito entre os anos de 1898 e 1918 e ocupou a primeira cátedra de Sociologia. Sua Tese, intitulada *Las causas del delito* (1892) recebeu o prêmio “Florencio Varela”.

<sup>32</sup> Juan B. Terán (1880-1938) foi deputado, professor e historiador. Estudou Direito e Ciências Sociais na Universidad de Buenos Aires e, a partir de 1902, atuou como professor no Colegio Nacional. Entre 1914 e 1929 foi reitor da Universidad Nacional de Tucumán. Uma de suas obras mais importantes foi *El nacimiento de la América española* (1927).

<sup>33</sup> Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917) foi naturalista, arqueólogo e antropólogo. Atualmente, o Museo Etnográfico da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires leva seu nome.

mesmos historiadores foram convidados a colaborar com a supracitada edição dos *Anales* dirigidos por Juan Agustín García.

Retomando o texto de Carbia (1939), para além do Primer Congreso, a Facultad de Filosofía y Letras da UBA é considerada pelo autor – e membro do grupo – como um dos principais pontos de conexão entre os diferentes historiadores. Embora, segundo o próprio Carbia (1939), estes personagens tivessem formações bastante diferentes entre si, a Sección de Historia da instituição foi fundamental para que houvesse um consenso entre os profissionais no sentido de uma *práctica historiográfica* e da forma como deveriam ser reunidos, publicados e utilizados os fundos documentais sobre a Argentina colonial.

Y aunque resulta un poco difícil filiar, con cabal exactitud – hasta por la circunstancia de la proximidad que tenemos con el fenómeno – los factores que actuaron en la génesis de la nueva escuela, me atrevo a aseverar, no obstante, que aunque cada uno de los que la integran llegó a la concepción de lo histórico por la vía de su propia labor independiente, la armonía de criterios que se logró al constituirse el grupo primitivo, en la antigua Sección de Historia de la Facultad de filosofía y letras [*sic*], tuvo su piedra angular en los hallazgos documentales y en las pesquisas bibliográficas que en ella se realizaron. La comprobación de que todo lo desconocíamos, que tan claramente se evidenciaba ante las nuevas piezas paleográficas, llevó, poco a poco, a la delineación de una diferente historia de América, que es la que se está ahora elaborando. (CARBIA, 1939, p. 179).

Os textos de García (1916), Carbia (1922;1939) e Gandía (1931), contemporâneos – e no caso do segundo autor, partícipe do grupo –, permitem identificar alguns aspectos em específico em relação aos historiadores que integraram a Nueva Escuela Histórica. Em primeiro lugar, é importante mencionar a Sección de Historia da FFyL da UBA como um espaço agregador destes profissionais. Segundo o próprio Carbia (1939), essa instituição tinha projetos em relação à compilação de fontes e à escrita da história do país a partir das mesmas, o que agregou estes indivíduos.

Em segundo lugar, o Primer Congreso Internacional de Ciencias Sociales, ocorrido em 1916 em Tucumán, em homenagem ao Centenário da Declaração de Independência da região do Rio da Prata, permitiu uma publicização dos trabalhos desses historiadores em relação a um conjunto de pesquisas realizadas dentro da Sección de Historia e que tinham na reflexão teórico-metodológica sua ancoragem. Soma-se a isso as afirmações de Gandía (1931), que salientou como principal ponto de união entre os personagens a forma como lidavam com as fontes das quais se utilizavam em seus trabalhos.

Considerando o exposto até o momento, ou seja, a caracterização da Nueva Escuela Histórica enquanto grupo, e a forma como alguns contemporâneos a viram entre as décadas de 1910 e 1930, cabe questionar o papel que a Sección de Historia da FFyL da UBA teve tanto na formação quanto na própria reunião destes pesquisadores, levando em conta, principalmente, a existência – ou não – de uma possível identidade de grupo, que indicaria, também, a existência de projetos coletivos de escrita da história. A partir desta instituição, pode-se refletir, ainda, sobre os papéis de Jose Torre Revello e Guillermo Furlong SJ nesse contexto, reconstituindo seus vínculos com a Sección de Historia e com os demais historiadores da Nueva Escuela.

### 2.3 A SECCIÓN DE HISTORIA/INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICAS DA FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS DA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

Se havia um padrão, uma coesão no grupo de historiadores que formou a Nueva Escuela Histórica, e que é identificado pela bibliografia acerca da mesma, é necessário considerar de que forma tais aspectos apresentam-se nas trajetórias dos historiadores que compuseram o grupo. Pode-se iniciar tal reflexão a partir das trajetórias desses profissionais desde seu nascimento até a sua formação.

Devoto e Pagano (2009) apontam que as datas de nascimento dos membros da Nueva Escuela Histórica concentram-se entre os anos de 1885 e 1889 e suas famílias seriam “aluviales”, ou seja, famílias de imigrantes que haviam se instalado nas décadas anteriores em Buenos Aires. Deve-se destacar, ainda, que em alguns casos, estes historiadores constituiriam a primeira geração de indivíduos destas famílias nascidos na Argentina, já educados em espanhol. Na tabela abaixo, pode-se visualizar informações sobre os primeiros anos de vida destes profissionais:



Tabela 1: Dados biográficos dos membros da Nueva Escuela Histórica.

	<b>Nascimento</b>	<b>Local</b>	<b>Formação</b>
<b>Diego Luis Molinari</b>	1889	Buenos Aires	Bacharel em Direito pela Facultad de Derecho da UBA
<b>Emilio Ravignani</b>	1886	Buenos Aires	Doutor em Jurisprudência pela Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA
<b>Guillermo Furlong</b>	1889	Rosário	Doutor em Filosofia por Georgetown (instituição jesuíta), em Maryland, EUA
<b>José Torre Revello</b>	<u>1893</u>	Buenos Aires	<u>Cursou estudos artísticos na Asociación Estímulo de Bellas Artes y en la Academia Nacional de Bellas Artes</u>
<b>Luis María Torres</b>	<u>1878</u>	Buenos Aires	Arqueólogo e historiador
<b>Ricardo Levene</b>	1885	Buenos Aires	Doutor pela Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA
<b>Rómulo Carbia</b>	1885	Buenos Aires	Doutor em História da América (Universidade de Sevilla)

Fonte: Elaborado pela autora.

Note-se que, em determinados pontos, o modelo criado por Devoto e Pagano (2009) se confirma. No que diz respeito às datas de nascimento, as trajetórias de cinco dos sete nomes filiados à Nueva Escuela encontram-se dentro do limite cronológico 1885-1889. No entanto, nos casos de Torres e Torre Revello, cujas datas de nascimento aparecem sublinhadas na tabela acima, pode-se notar que, respectivamente, nasceram poucos anos antes ou depois dos demais historiadores do grupo.

Outro ponto bastante preconizado por Devoto e Pagano (2009) é a questão da formação universitária dos historiadores supostamente pertencentes à Nueva Escuela Histórica. Um dos argumentos dos autores diz respeito ao fato de que os membros do grupo teriam estudado na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, e “[...] devenidos historiadores casi por mandato de sus maestros y por una vocación muy estimulada por la coyuntura” (DEVOTO; PAGANO, 2009, 140).

Considerando o contexto histórico no qual viveram os historiadores que fizeram parte do grupo denominado Nueva Escuela Histórica, sua formação universitária foi importante por dois motivos. Em primeiro lugar, deve-se citar que a Universidade pode ser pensada como um espaço não apenas de construção de conhecimento, mas, também, e principalmente, de sociabilidade e construção de redes intelectuais, importantes para a afirmação de suas trajetórias profissionais. Em segundo lugar, e em consequência dos vínculos formados no espaço universitário, tanto sua formação quanto o prestígio profissional alcançado permitiram que

alguns destes homens alcançassem cargos importantes tanto no meio acadêmico quanto em outras instituições voltadas aos estudos históricos.

Já em 1885, a Ley Avellaneda (Nº 1597/85), sancionada pelo então presidente Nicolás Avellaneda,<sup>34</sup> provocou consideráveis mudanças nas Universidades, fazendo com que apenas as instituições nacionais pudessem emitir títulos e criando uma série de regras para a condução dos processos administrativos e de ensino. O historiador argentino Pablo Buchbinder (1997, p. 21), ao historicizar a criação da Facultad de Filosofía y Letras da UBA, aponta que as diretivas do governo nacional passavam pelo controle em relação ao corpo de autoridades das Universidades, que tinham cargos vitalícios e cujos professores seriam nomeados pelo Poder Ejecutivo.

La ley establecía algunos parámetros generales a los que debía ajustarse su ordenamiento interno; determinó que las universidades serían gobernadas por un Consejo Superior y un Rector, máxima autoridad de la Institución, y que la conducción de las facultades estaría integrada por un cuerpo conformado sólo por un tercio de sus profesores y cuyos miembros lo serían con carácter vitalicio. Los profesores serían, a su vez, designados por el Poder Ejecutivo a partir de ternas diseñadas por el cuerpo directivo de la Facultad, desestimándose así la metodología del concurso que figuraba en el proyecto inicial.

Estas decisões acabavam por impor um intenso controle do Estado sobre as Universidades Nacionais. A nomeação dos professores era um mecanismo que permitia ao governo determinada intervenção sobre práticas, decidindo quais profissionais tinham tanto o conhecimento necessário para o ensino, quanto a força política para manter-se no cargo. Ao mesmo tempo, como não podiam participar de cargos ou conselhos administrativos, os professores não tinham a oportunidade, neste sistema, de alcançar cargos diretivos nas instituições. Os recursos destinados às mesmas também eram submetidos ao controle do Estado, que precisava aprovar os orçamentos. Por outro lado, havia uma certa brecha de autonomia nas escolhas dos reitores das Universidades, que chegavam aos cargos a partir de assembleias.

La ley, si bien reconocía un cierto espacio de autonomía a partir del hecho de que el rector era electo por una asamblea universitaria formada por miembros de la Institución, y ésta elaboraba además sus propios estatutos, supeditaba al P. E. el nombramiento y remoción de los profesores, la aprobación de los mismos estatutos y la hacía dependiente en los aspectos financieros y

---

<sup>34</sup> Avellaneda (1837-1885) foi advogado, jornalista, político e presidente da Argentina entre 1874 e 1880. Além da Ley Avellaneda, seu governo impulsionou a *Campanha do Deserto*, em 1876, e a Lei de Imigração, aprovada em seu mandato, que facilitou a radicação no país de centenas de milhares de europeus.

presupuestarios. Por otro lado, marginaba a los profesores del gobierno de las casas de altos estudios al restringir su participación en los órganos directivos de las facultades. La ley Avellaneda, como ha señalado Tulio Halperín Donghi, procuraba la creación de un cuerpo gobernante para la facultad al que quería ajeno al departamento de estudios que gobernaba. (BUCHBINDER, 1997, p. 21).

No entanto, ao mesmo tempo em que o Estado exercia controle sobre a administração das Universidades, a criação de espaços como a Facultad de Filosofía y Letras da UBA foi um aspecto importante no sentido da sociabilidade intelectual que o espaço permitia. Isso se devia ao contato que esta instituição propiciava entre os membros da Nueva Escuela e outros intelectuais já consagrados no cenário argentino da virada do século XIX para o século XX e, principalmente, da criação de cargos que tornaram possível sua afirmação enquanto profissionais e, ainda, certa intervenção sobre as práticas historiográficas na instituição.

Nas últimas décadas do século XIX, destacaram-se, especialmente em Buenos Aires homens como Paul Groussac (1848-1929), nascido na França, mas radicado na capital argentina desde 1866. Grande parte dos intelectuais e historiadores da época não possuía uma formação específica na área e, por vezes, nem mesmo uma formação em nível superior. Homens como Bartolomé Mitre (1821-1906) iniciaram sua vida intelectual em escolas de nível primário e secundário, passando, posteriormente, a aliar sua vida pública em suas profissões – no caso específico deste, a carreira militar –, com o trabalho intelectual, publicando textos em periódicos, iniciando um processo de busca por fontes para a escrita de uma história da qual foram partícipes e, em grande medida, procuraram reconstituir o passado argentino de acordo com as necessidades e problemáticas do momento em que viveram.

Segundo Paula Bruno (2005) Groussac, após cursar seus estudos em nível primário e secundário em sua cidade natal, Toulouse, optou por não ingressar na Escola Naval, e, com a intenção de conhecer a América do Sul e sem conhecer o idioma espanhol, estabeleceu-se em Buenos Aires, onde atuou como professor particular e no Colégio Nacional. Além de lecionar, passou a escrever para periódicos da região, como a *Revista Argentina*, sobre temas como literatura francesa. Estas práticas passaram, aos poucos, a abrir portas ao intelectual, tanto no sentido de suas relações políticas quanto profissionais.

Colocando-se como um estrangeiro radicado na Argentina – e aproveitando-se dessa condição para estabelecer uma espécie de distanciamento em relação ao objeto de estudo –, escreveu sobre História, Literatura e Política, dentre outros assuntos, assumindo sempre um tom de crítica às elites liberais e tecendo elogios ao governo de Juan Manuel de Rosas (BRUNO,

2005). Foi, ainda, diretor da Biblioteca Nacional entre os anos de 1884 e 1929, quando do seu falecimento.

No entanto, para além das polémicas nas quais se envolveu, um dos grandes desafios enfrentados por homens como Groussac na virada do século XIX para o século XX foi a profissionalização dos intelectuais que teve início a partir de então.<sup>35</sup> No caso dos historiadores, o período correspondente às décadas de 1890 a 1910 tornou possível sua profissionalização a partir não apenas do surgimento de instituições voltadas aos estudos históricos. A disciplina ganhou, aos poucos, um amplo espaço nas Universidades, primeiramente com a defesa de teses de doutoramento que tinham na História seu objeto de pesquisa e, posteriormente, com a criação de cursos de Bacharelado específicos com professores com formação na área, a partir da Reforma Universitária de 1918.

Nesse contexto, a Facultad de Filosofía y Letras da UBA assumiu um papel importante na formação de novos profissionais. A repartição foi criada por decreto presidencial em treze de fevereiro de 1896 e tinha por objetivo de se tornar a quarta faculdade dentro da Universidade bonaerense. Considerando-se, ainda, as supracitadas tentativas de intervenção nos espaços universitários por parte do Estado,

Uriburu designó asimismo a los miembros titulares del Consejo Académico que regiría la nueva institución: *Bartolomé Mitre, Bernardo de Yrigoyen, Ricardo Gutiérrez, Rafael Obligado, Joaquín V. González, Paul Groussac, Carlos Pellegrini y Lorenzo Anadón*. Como señalaría años más tarde Ricardo Rojas, una verdadera nómina de ‘patricios ilustres’ integró el primer núcleo de autoridades de la institución. [...] Todos ellos conservaban el perfil de aquellos escritores para quienes la actividad intelectual era una tarea subordinada a otro tipo de responsabilidades profesionales, políticas y diplomáticas. (BUCHBINDER, 1997, p. 31, grifos meus).

---

<sup>35</sup> Paula Bruno (2005) comenta que, no caso de Groussac, sua condição de estrangeiro, juntamente com a ausência de uma formação acadêmica, em comparação com outros intelectuais da época, colocou-o em uma posição um tanto dúbia: enquanto era benquisto em alguns círculos, em outros era criticado pelo teor de seus posicionamentos. “[...] nos posiciona ante un personaje con una marcada presencia en el espacio intelectual del cambio del siglo. Groussac estuvo al frente de empresas periodísticas y editoriales diversas [...], y [...] supo enunciar desde sus páginas diversos discursos que no pasaban desapercibidos. Además, [...] durante estos años su trayectoria estuvo signada por numerosas intervenciones públicas en las que se enfrentó con destacados hombres de cultura.” (BRUNO, 2005, p. 53). A autora ainda acrescenta que “Mientras Groussac lograba hacerse un espacio y consolidar su rol en el ámbito de la cultura argentina, las impresiones de sus contemporáneos acerca de su persona y de sus actividades fueron diversas: algunos lo percibieron como un contendiente y otros lo consideraron un intruso que por su estatus de extranjero no estaba en condiciones de asumir ciertas tareas relacionadas con el ámbito nacional. De todas formas, la indiferencia no se contaba entre los efectos generados por sus movimientos, hecho que puede rastrearse en las repercusiones de cada una de sus acciones al frente de la biblioteca y en la recepción nacional e internacional de sus libros.” (BRUNO, 2005, p. 63-64).

A incorporação desses intelectuais à nova FFyL é importante em dois sentidos. Em um primeiro momento, Mitre, Yrigoyen, Gutiérrez, Obligado, González, Groussac, Pellegrini e Anadón tiveram seu trabalho enquanto homens de letras reconhecido por parte do poder público. É importante mencionar que todos estes personagens tiveram uma destacada atuação na política ou em cargos públicos em diferentes momentos da história argentina.<sup>36</sup> No entanto, sua indicação para a FFyL vinha no sentido de reconhecer todo um trabalho intelectual que esses homens foram realizando ao longo de suas trajetórias, a partir de publicações em periódicos, livros, discursos e outras formas de produção.

Neste ponto, cabe abrir um parêntese em relação à atuação desses personagens no que diz respeito à sua epistemologia. Homens como Mitre e Groussac escreveram extensas obras com temáticas históricas – e isto será retomado no próximo capítulo desta Tese. No entanto, como já apontado, não tinham uma formação na área, o que fazia com que seu conhecimento sobre a temática se baseasse muito mais no empirismo do que em uma reflexão teórico-filosófica sobre História. As fontes constituíam-se em parte imprescindível da construção de uma narrativa, juntamente com o fato de que, por muitos anos, ocuparam cargos públicos e, por isso, tinham interesse em qual(is) versão(ões) da história do país seria(m) veiculada(s), quais as características a serem exaltadas nos heróis nacionais, e quais os interesses das elites que seriam considerados na constituição da escrita de um relato sobre o passado da então jovem nação.

Como um *leitmotiv*, esses homens que falam em nome de sua profissão não param de evocar o método, os meios da crítica histórica. Segundo todas as aparências, estão ali fazendo o que sempre fazem em seu ofício; as condições de seus depoimentos e o fato de colocarem seu saber a serviço de uma causa parece não perturbá-los. (DUMOULIN, 2017, p. 157, grifo no original).

---

<sup>36</sup> Como já mencionado, Mitre foi presidente argentino entre os anos de 1862 e 1868. Yrigoyen foi Ministro das Relações Exteriores em 1874 e 1882; Ministro do Interior (1877); eleito governador da província de Buenos Aires (1898); foi candidato à presidência nacional em 1886 e 1892, e senador em 1895. Gutiérrez participou da guerra de unificação argentina em meados do século XIX e atuou como médico em Buenos Aires. O escritor e poeta Obligado foi um dos fundadores da FFyL, conselheiro e vice-decano, recebendo, em 1909, um doutorado *honoris causa*. Na década de 1880, González foi deputado nacional, governador de La Rioja e participou de comissões constituintes; na década de 1900 foi ministro nacional em diversos gabinetes. Groussac foi inspetor nacional de educação e diretor da Biblioteca Nacional, como citado. Pellegrini foi presidente de 1890 a 1892; ministro de Governo da província de Buenos Aires em 1878 e Ministro da Guerra e da Marinha no ano seguinte; vice-presidente de Miguel Juárez Celman pelo Partido Autonomista Nacional, sucedeu a este depois de sua renúncia em 1890. Por fim, Anadón foi deputado provincial em Córdoba e Santa Fe; senador nacional; participou da Conferência Panamericana (México, 1901); ocupou cargos como embaixador e ministro; a partir de 1917 juntou-se aos Círculos de Obreros, fundando, inclusive, um partido, denominado Unión Popular Católica.

Esses *historiadores*, então, passaram a ser considerados como construtores de uma *historia oficial*, já que suas narrativas estariam ancoradas nos rigores do método, dando, assim, uma impressão de veracidade para as mesmas. Isto, obviamente, não considerava o fato de que toda narrativa histórica é uma construção, e que as escolhas que homens como Mitre faziam em suas obras desconsideravam uma série de outras versões sobre o passado, as fontes e as outras perspectivas teórico-metodológicas que não eram utilizadas. De qualquer forma, esta postura em relação à epistemologia histórica criou precedentes para a recepção de uma nova postura em relação ao uso das fontes, que será bastante utilizada nos anos seguintes pelos membros da Nueva Escuela Histórica: “O método antes de tudo; antes da consciência cívica, a fusão da verdade e da ciência nasce do método” (DUMOULIN, 2017, p. 157).

Em um segundo momento, deve-se considerar, também, que estes homens de letras, através de seus cargos na Facultad, foram responsáveis pela formação de uma nova geração de profissionais das Ciências Humanas e, em específico, da História enquanto disciplina, que, com diplomas de Doutorado na área, constituíram-se, posteriormente, em professores dos cursos de Graduação. Do ponto de vista dos estudos históricos, a estruturação da FFyL permitiu que o foco do currículo se desse nas atividades de pesquisa, além da formação de professores para o ensino em nível secundário.

El doble carácter de la institución, lugar para el ejercicio de la ciencia y la investigación en el mundo de las humanidades, por un lado y, por otro, instituto formador de profesores para enseñanza media, se vería reflejado en los planes de estudio a partir de 1898. [...] el plan sancionado durante ese año posibilitaba, junto a los estudios que conducían a la obtención del título doctoral, el seguimiento de cursos especiales que daban acceso al título de Profesor en Filosofía, en Historia o en Letras. (BUCHBINDER, 1997, p. 45).

Ao estudar a instituição, Pablo Buchbinder (1997) aponta que havia, por parte da organização curricular, a intenção da formação de profissionais que não apenas pudessem reproduzir um conteúdo em relação à História Mundial e à História da Argentina enquanto nação, mas, sim, a partir de cursos especializados em temáticas relativas aos interesses do país.

Además de imponer nuevos requisitos para el ingreso, la ordenanza de sanción de este plan, disponía que los cursos de Geografía, Historia, Historia Literaria y Arqueología no comprenderían la enseñanza enciclopédica de las asignaturas, sino que la Facultad, a propuesta de los profesores, resolvería cada año la parte especial que sería objeto de enseñanza en el curso anual dando preferencia a las cuestiones relacionadas con los intereses argentinos. (BUCHBINDER, 1997, p. 45).

Note-se, aqui, que parece haver, nesta estrutura curricular, a possibilidade de cursar seminários temáticos com conteúdos referentes à história do país. Ou seja, cabia aos professores, de acordo com suas especialidades, preferências e interesses, oferecer, a partir de acordos internos, disciplinas com temáticas bastante específicas. Tal prática parece indicar que havia, dentro da FFyL, um ensino por seminários, ou algum tipo de didática próxima a essa, ou seja, a discussão de recortes bastante bem delimitados com a intenção de promover não apenas aulas expositivas, mas, também, a participação dos alunos e o fomento de sua relação com a pesquisa.

É importante frisar, aqui, que a pesquisa em História se tornou, na virada do século XIX para o século XX, uma das partes importantes da formação oferecida pela FFyL. Isto fica claro ao observar-se as principais regras para a obtenção do título de Doutor na instituição, que requeriam a apresentação, perante uma banca de professores designada pela própria Facultad, de uma tese que desenvolvesse um tema de pesquisa dentre aqueles propostos pelos próprios docentes, e deveria caracterizar-se por uma exposição do problema a ser estudado, uma reflexão teórica e, por fim, uma conclusão. A banca que julgaria a tese era presidida pelo decano ou pelo vice-decano da FFyL, e, após um exame minucioso do trabalho apresentado, emitia seu parecer de aprovação ou reprovação do aluno.

El alumno podía elegir el suyo [tema de estudio] entre los que estableciera la institución después de conocer los tres temas o proposiciones que todo profesor presentaría durante el mes de enero. La tesis debía contener una exposición del problema o los hechos a los que el tema se refería, un examen de las teorías o doctrinas más autorizadas sobre el punto en cuestión y una conclusión con sus correspondientes fundamentos. Una comisión presidida por el Decano o Vicedecano revisaría los temas propuestos para prestarles así su aprobación o su negativa. (BUCHBINDER, 1997, p. 45).

Sandra Sauro (2014), em estudo introdutório à publicação da Tese apresentada em 1911 por Emilio Ravignani na FFyL,<sup>37</sup> intitulada *Las finanzas argentinas desde 1810 a 1829*, aponta que as diretivas da instituição estipulavam, ainda, uma série de instruções em relação à apresentação dos dados nos trabalhos defendidos. Exigia-se um rigor em relação às afirmações feitas pelos alunos em seus textos, sendo que todas elas deveriam ser acompanhadas de

---

<sup>37</sup> Em 2014, o Instituto Ravignani – denominação atual do Instituto de Investigaciones Históricas da FFyL da UBA – iniciou o projeto intitulado *Las Tesis del Ravignani*, que publica, em formato digital, as teses de alguns de seus alunos/ex-alunos/membros. O trabalho de Emilio Ravignani foi o primeiro a ser publicado, seguido de mais sete textos cujas temáticas giram em torno da História Argentina em diferentes períodos. O catálogo completo pode ser acessado através do endereço <http://ravignani.institutos.filo.uba.ar/grupo/las-tesis-del-ravignani>.

“provas”; a bibliografia “de primeira mão” era parte importante da pesquisa, e deveria ser citada com exatidão; a documentação referente a um determinado objeto de estudo seria analisada detidamente, de forma a garantir a exatidão dos fatos.

El artículo 4 establece que las tesis serán trabajos de investigación personal del autor. Estudiarán con detención los hechos, documentación y doctrinas referentes al tema, con especial atención al aspecto nacional. Al principio, se ofrecerá una lista de bibliografía de primera mano consultada por cada estudiante, con indicación del autor y debidamente citada; toda afirmación deberá ir acompañada de su prueba y toda doctrina o teoría de la correspondiente demostración, sobriamente presentada; siempre que el trabajo lo permita, será esperable que el autor arribe a conclusiones. (SAURO, 2014, p. 17).

Esses cuidados em relação à apresentação das Teses tinham o objetivo de garantir uma pretensa validação do conhecimento histórico, que passava, nesse momento, não apenas pela possibilidade da *prova* documental, mas, também, pelo uso rigoroso de uma série de procedimentos – bibliografia, fontes, validação de argumentos, reflexão teórica sobre a temática, regras para apresentação dos resultados, processo de exame por uma banca de especialistas etc. – que visavam garantir que os trabalhos apresentados na FFyL seguissem determinados aspectos que fizessem com que o conhecimento ali produzido fosse reconhecido enquanto científico, distanciando-se, desta forma, de outros historiadores que atuavam à época e que não possuíam a mesma formação.

Como observado por François Dosse (2012, p. 31), em sua obra *A história*, “a profissionalização é acompanhada do surgimento de um novo sistema de valores, que traz a busca da verdade e a reivindicação de objetividade para o primeiro plano”. Retomando a tabela que elaborei e que se encontra à página 61, é necessário considerar que, exceto por Torre Revello, todos os outros membros do grupo tinham formação acadêmica, obtida tanto na FFyL quanto em outros espaços universitários (note-se que Carbia e Furlong, por exemplo, cursaram Universidades europeias). No caso dos historiadores ligados à Nueva Escuela Histórica, sua profissionalização se dava não apenas pelo fato de que haviam obtido, ao longo dos primeiros anos do século XX, títulos acadêmicos importantes em uma sociedade na qual a educação constituía-se em meio de ascensão social, mas, também, pelas estratégias que adotaram, enquanto grupo e individualmente, para construir suas trajetórias profissionais e alcançar altos postos em Universidades e em outras instituições.



Ao estudar o momento de profissionalização do ofício de historiador na Argentina, Alejandro Cattaruzza e Alejandro Eujanian (2003), em sua obra *Políticas de la historia: Argentina, 1860-1960*, que reúne diversos textos de ambos os intelectuais, apontam que

En un sentido amplio, la profesionalización de diversas ocupaciones en una sociedad que comenzaba a conferirle valor a la posesión de un título, y cuya obtención podía ser vista como un camino posible para el ascenso social de todos aquellos que provenían de la clase media inmigrante o nativa, funcionó tanto como un modo de crear desde el Estado canales de acceso a *status* sociales mas altos como de construir filtros para evitar que dicho ascenso fuese indiscriminado y descontrolado. (CATTARUZZA; EUJANIAN, 2003, p. 76, grifo no original).

Se, para algumas profissões a obtenção de um título acadêmico ou formação específica pode determinar a ascensão de um indivíduo nos círculos de seus pares, no caso dos intelectuais essa premissa nem sempre é válida. Como já comentei anteriormente, uma série de *homens de letras*, indivíduos que dedicaram grande parte de suas vidas aos estudos históricos, mas que não possuíam formação específica na área, obtiveram, ao longo de suas trajetórias, grande reconhecimento por seu trabalho intelectual. Nesse sentido, é importante considerar que, para a ascensão profissional destes homens, um título acadêmico não pode ser considerado sinônimo de conquista de altos cargos.

Outro ponto a ser levado em conta é o fato de que o próprio Estado argentino facilitava essa prática de ascensão sem formação acadêmica. Note-se que os casos de Mitre e Groussac, são ilustrativos disso, já que ambos receberam reconhecimento público ao serem indicados para cargos importantes dentro da FFyL, o que era facilitado pelos Estatutos da instituição e pelo seu decreto de fundação, que determinavam a nomeação de intelectuais para os cargos mais importantes dentro da mesma. Assim, a validação do conhecimento produzido por profissionais mais jovens, ou mesmo o reconhecimento obtido em espaços públicos, não eram suficientes para garantir a ascensão dentro das Universidades para as cátedras ou outras posições importantes (CATTARUZZA; EUJANIAN, 2003).

No entanto, se o reconhecimento dos pares e do poder público e os títulos acadêmicos, nesse período, não garantiriam a ascensão profissional, o que a garantiria? Cattaruzza e Eujanian (2003, p. 79, grifos meus) observam que

En tales condiciones, *si se entiende la profesionalización como un proyecto de movilidad ascendente*, para la década de 1910 en el caso de los historiadores, todavía no se habían consolidado los mecanismos institucionales para el recambio en las cátedras, basados en normas

estrictamente académicas y consensuadas dentro de una comunidad de pares y subordinados. Por el contrario, *las estrategias de los aspirantes a la sucesión debían contemplar la participación en otros canales de promoción y esperar el reconocimiento por parte de agentes extraacadémicos que influían significativamente en el proceso de consagración y legitimación.* Con relación a ellos, *era preciso adquirir visibilidad y, al mismo tiempo, establecer criterios de diferenciación que no podían basarse solo en el título o la especialización académica,* debido al escaso reconocimiento que estas credenciales tenían en los medios intelectuales y el Estado.

É possível perceber, considerando as informações que constam na Tabela 1, que, excluindo-se o caso de Torre Revello, todos os demais membros da Nueva Escuela possuíam formação acadêmica, e, mais especificamente, em instituições diferentes. Emilio Ravignani, em particular, chegou a cursar o curso de Doutorado na FFyL. No entanto, não o concluiu, aceitando um cargo relacionado à pesquisa na instituição. Excetuando-se o caso de Ravignani, contudo, nenhum dos outros homens ligados à Nueva Escuela possuiu uma formação dentro da FFyL. O que, então, ligava esses intelectuais a essa instituição? E, para além disso, quais foram as estratégias (CATTARUZZA; EUJANIAN, 2003) utilizadas por esses profissionais para sua ascensão dentro da FFyL e em outros espaços durante a primeira metade do século XX argentino?

Na Tabela 2, abaixo, pode-se encontrar uma sistematização das informações sobre os locais onde os intelectuais filiados à Nueva Escuela Histórica atuaram ao longo de suas trajetórias, principalmente no que diz respeito à docência e à pesquisa.

Tabela 2: Locais de atuação dos membros da Nueva Escuela Histórica

Nome	Locais de atuação
Emilio Ravignani	Na FFyL: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretor de Investigações Históricas.</li> </ul> Cargos públicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Subsecretário de Fazenda da Municipalidad de Buenos Aires (1922-1927);</li> <li>• Deputado nacional (1936-1940, 1940-1943, 1946-1950).</li> </ul> Cargos como docente: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor de História Americana no Instituto Nacional del Profesorado Secundario;</li> <li>• Professor de História Constitucional da República Argentina na Facultad de Derecho de La Plata;</li> <li>• Professor de História da América na Facultad de Filosofía y Letras (UBA);</li> <li>• Ocupou duas vezes o decanato nessa Universidade;</li> <li>• Foi o criador e Diretor do Instituto de Investigaciones Históricas da mesma.</li> </ul>

Ricardo Levene	<p>Cargos como docente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor do Colegio Nacional “Mariano Moreno” (1906-1928);</li> <li>• Professor na Escuela Normal “Estanislao S. Zeballos” (1908-1925) e na Escuela Normal Superior de Guerra (1914-1932);</li> <li>• Professor titular de Introdução às Ciências Jurídicas e Sociais;</li> <li>• Presidente do Instituto de Historia del Derecho Argentino na Facultad de Derecho (UBA);</li> <li>• Professor titular de Sociologia e Diretor do Instituto de Sociología na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de La Plata;</li> <li>• Fundou a Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de La Plata, da qual foi decano em dois períodos, criando a Biblioteca de Humanidades.</li> </ul>
Rómulo Carbia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pertenceu à redação do jornal La Prensa (1906-1911);</li> <li>• Diretor da Biblioteca da Facultad de Filosofía y Letras desde 1915;</li> <li>• Cátedras de História na Universidad Nacional de la Plata;</li> <li>• Membro do Conselho Diretivo da Sociedad Científica Argentina e da Sociedad de Historia Argentina; Membro Correspondente das Academias de la Historia de Santo Domingo, Uruguay y Chile;</li> <li>• Convidado a ditar um curso na Universidad de Sevilla (1933).</li> </ul>
Diego Luis Molinari	<p>Cargos públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial na Bolívia (1917), Perú (1917), Chile (1917), Uruguai (1919) e Brasil (1922);</li> <li>• Presidente do Departamento Nacional del Trabajo (1922);</li> <li>• Deputado nacional (1924-1928);</li> <li>• Senador nacional pela Capital (1928-1930/1948-1952);</li> <li>• Cumpriu missões especiais no México (1946) e no Paquistão (1950).</li> </ul> <p>Cargos como docente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor de História Argentina na Facultad de Filosofía y Letras (1933-1946);</li> <li>• Dirigiu desde 1933 o Instituto de Investigaciones de Historia Económica;</li> <li>• Desde 1947 dirigiu o Instituto de Investigaciones Históricas da Facultad de Filosofía y Letras.</li> </ul>
Luis María Torres	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exerceu a docência na Universidad de La Plata desde 1906;</li> <li>• Desde 1912 até 1920, foi Diretor da Sección de Historia da Facultad de Filosofía y Letras;</li> <li>• Em 1920 foi nomeado Diretor do Museo de La Plata;</li> <li>• Assumiu a Cátedra de Introdução aos Estudos Históricos na Facultad de Filosofía y Letras;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigió o Museo de La Plata até 1932.</li> </ul>
Jose Torre Revello	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajudante de bibliotecário y secretario na Facultad de Filosofía y Letras (1911-1913);</li> <li>• Comissionado pela Sección de Historia da Facultad para realizar investigações em arquivos e bibliotecas espanholas (1918-1935).</li> </ul> <p>Cargos como docente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor de História Argentina e Americana no Colegio Nacional Justo José de Urquiza;</li> <li>• Professor de História da Arte na Escuela Nacional de Artes Plásticas Manuel Belgrano;</li> <li>• Ditou, na Facultad de Filosofía y Letras, a cátedra de História da América.</li> </ul>
Guillermo Furlong	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor no Seminario de Villa Devoto (1914-1916);</li> <li>• Foi transferido ao Colegio del Salvador (1916-1974);</li> <li>• Ordenado sacerdote em 1924;</li> <li>• Ingressou na Academia Nacional de la Historia (1938);</li> <li>• Em 1940, foi nomeado assessor geral da Acción Católica Argentina;</li> <li>• Em 1947, foi nomeado Diretor da revista <i>Estudios</i>;</li> <li>• Foi um dos fundadores da Junta de Historia Eclesiástica Argentina (1947).</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Geoghegan (1979) e Pompert de Valenzuela (1991).

Cabe observar que Emilio Ravigani, Diego Luis Molinari, Luis María Torres, José Torre Revello e Rómulo Carbia receberam, em momentos e em espaços diferentes, cargos na FFyL, que possibilitaram um convívio entre esses indivíduos e, também, que alguns projetos fossem postos em prática, como a coleta, seleção e publicação de documentos sobre o período colonial argentino.

O interesse em arquivos que guardassem fontes sobre o período colonial não era algo novo para a região platina, já que passava por uma série de questões relativas aos limites dos Estados-nações e às suas próprias construções identitárias.

El interés por los archivos y particularmente por la documentación colonial motivada por exigencias derivadas del desenvolvimiento de los conflictos limítrofes no era, por cierto, algo novedoso. Estas cuestiones conformaron un espacio en el que, desde mediados del siglo XIX, se establecieron vínculos sólidos y duraderos entre los historiadores y el poder político. Los gobiernos apelaban a aquellos para resolver controversias que fueron cada vez más frecuentes en la medida en que los nuevos estados nacionales necesitaban delimitar con claridad sus fronteras. (BUCHBINDER, 2014, p. 21).

Os historiadores, nesse cenário de controvérsia em relação aos limites nacionais, tiveram um espaço privilegiado, pelo fato de que sua *expertise* em relação à coleta, leitura, crítica, e utilização como prova dos documentos produzidos no passado, serviram, como aponta Dumoulin (2017), como uma espécie de juiz, procurando estabelecer uma verdade sobre as questões que envolviam as complicadas fronteiras. Para além disso, esse papel assumido pelos historiadores propiciou que diversas iniciativas em relação à reunião e à publicação desses documentos fossem apoiadas pelo Estado, com a intenção de compor narrativas sobre o passado nacional e, também, de servir como mote para a obtenção de patrocínio para essas iniciativas.

En la Argentina y en otros estados sudamericanos este tipo de disputas constituyeron factores esenciales para impulsar a los gobiernos a estimular los estudios históricos usando sus propios archivos administrativos pero también indagando en repositorios europeos, en particular españoles. Se trató de un impulso relevante que, obviamente, concebía a la historia como una cantera fundamental para quienes debían defender las posiciones de los países en conflicto. Así es posible advertir como se imponía una lógica que concebía a la disciplina como un auxiliar al servicio de las necesidades políticas y administrativas de los estados. (BUCHBINDER, 2014, p. 21).

No caso da FFyL da UBA, essa prática de financiamento estatal para projetos de busca, reunião e publicação de documentos tornou-se realidade a partir da criação da Sección de Historia em março de 1906. José N. Matienzo,<sup>38</sup> então decano da instituição, emitiu uma circular aos professores da FFyL – e, também, a outros colaboradores da mesma – solicitando que, durante suas pesquisas, enviassem materiais, fosse do interior do país ou, inclusive, em arquivos espanhóis. A intenção da instituição era publicar documentos que abrangessem o período compreendido entre a queda de Rosas e o estabelecimento definitivo da capital em Buenos Aires, que ficou conhecido como época da Organização Nacional, considerando-se que “[...] había llegado el momento de reunir los materiales que los futuros historiadores necesitarían para la narración y crítica imparcial de los acontecimientos” (BUCHBINDER, 1997, p. 73). Os documentos a serem reunidos teriam, assim, esse objetivo prático de uso, pelos historiadores, como provas para reconstituição do passado, meios para auxiliar na descrição dos acontecimentos.

Talvez os dois grandes responsáveis pela execução desse projeto foram Luis María Torres e Emilio Ravignani. Isto porque, em 1912, estes historiadores assumiram cargos específicos na FFyL que permitiram que a coleta e publicação dos documentos sobre o período

---

<sup>38</sup> José N. Matienzo (1860-1936) foi advogado, magistrado, escritor e ocupou cargos públicos. Atuou como professor e decano na Universidad de Buenos Aires e na Universidad Nacional de La Plata.

colonial alcançasse maior divulgação com a coleção *Documentos para la historia argentina* (publicada a partir de 1913). No início do ano de 1912, a Sección de Historia da instituição foi reestruturada, e Torres foi nomeado Diretor de Publicações, enquanto Ravignani assumiu o cargo de Encarregado de Investigações. Dois anos depois, Rómulo Carbia e Diego Luis Molinaria foram incorporados à mesma como Adscritos Honorários.

É importante mencionar que, até o início de 1913, já haviam sido publicados dez volumes de coleções de documentos relativos ao período do Vice-reino e da organização nacional, com documentos que denominam *públicos* e que procediam de diversos arquivos argentinos.

Según constancia que obra en la anteportada, los diez volúmenes de documentos aparecidos hasta principios de 1913, *han sido consagrados a tres épocas importantísimas de nuestra evolución nacional o sea, al virreinato, antecedentes de la revolución y organización constitucional*. El considerable material de copias aun inéditas existentes en nuestras gavetas, que a dichos períodos corresponden, está ya clasificado por materias y ordenado cronológicamente, y, en substancia, lo forman: *documentos públicos sobre administración, colonización, justicia e instrucción pública durante la última época de la dominación hispánica. Proceden, en máxima parte, del Archivo general de la Nación, y archivos del Museo Mitre, Biblioteca Nacional y Curia eclesiástica metropolitana; y esas copias, debidamente autenticadas que ya constituyen legajos importantes, son las que primero saldrán a luz.* (TORRES, 1913, p. VIII, grifos meus).

Já a partir da publicação de *Documentos para la historia argentina* (1913), diversas foram as fontes coletadas e organizadas, e que provinham, em sua grande maioria, da administração pública espanhola do período colonial, que tornaria possível observar e reconstituir, segundo Luis María Torres, a forma como os funcionários da Coroa espanhola atuavam.

Por ahora se publican parte de los legajos concernientes a *la administración de la Real Hacienda, durante el virreinato; documentos públicos bajo el rubro, unos, de expedientes, que ponen de manifiesto interesantísimos aspectos de la vida administrativa de aquella época, y simples probanzas, otros, de actos, procedimientos y hechos en general, donde el investigador podrá lograr buena suma de reflexiones sobre las prácticas, incidencias, ulterioridades y pormenores que cuidaba observar el funcionario en punto a la correcta administración de los caudales.* (TORRES, 1913, p. IX, grifos meus).

Para além da intenção na publicação das fontes, cabe ressaltar que Torres acreditava que os documentos sobre a administração colonial auxiliariam tanto na reconstituição do trabalho

de um funcionário da época, quanto da história do período de forma geral, o que aponta, novamente, para a importância dada a esse aspecto do trabalho historiográfico. A História, enquanto disciplina, estava ligada, para esses homens, ao intenso uso dos documentos, que possuíam um *status* de *prova*, ou seja, o uso correto das fontes – lê-se, aqui, com a devida crítica interna e externa – seria o passo mais importante para a construção do conhecimento histórico, inclusive se considerada a reflexão teórica.

O cuidado com esse material e as informações necessárias para o seu devido uso pelos historiadores que se baseariam na coleção *Documentos para la nación argentina* para seus estudos históricos motivou seus organizadores a estabelecer uma série de critérios em relação às fontes que seriam publicadas e, também, à apresentação das mesmas, conforme menciona o próprio Diretor de Publicações:

En el presente volumen, primero de la serie general que se inicia, se tienen en cuenta todas las previsiones, especialmente aquellas que imprimen seguridad a la compulsión y razón de procedencia a las piezas o conjuntos, y cuando sea del caso, especialmente para los documentos procedentes de colecciones argentinas, se intercalarán notas explicativas que sirvan de dirección a los estudiosos. (TORRES, 1913, p. IX).

Em um primeiro momento, há uma preocupação em determinar a procedência dos documentos que seriam publicados. É neste sentido que ocorreria uma crítica prévia à fonte, procurando estabelecer se aqueles papéis reunidos corresponderiam a falsificações ou aos originais/cópias autênticas. Ao mesmo tempo, é necessário considerar que os próprios organizadores da coleção preocupavam-se em fornecer aos leitores ou outros profissionais que se utilizariam da publicação para reunir as fontes de seus estudos algumas informações necessárias para a leitura dos documentos reproduzidos, a partir de notas explicativas. No entanto, ao mesmo tempo em que essa estratégia auxilia na interpretação dos dados presentes nesses papéis, por outro lado, as notas explicativas podem acabar interferindo nesse processo, ao direcionar o historiador que utilizar a coleção para determinadas informações, não possibilitando uma leitura totalmente livre desses materiais.

Emilio Ravignani acabou, assim, por construir o início de sua carreira como historiador a partir da coleta de documentos e sua publicação junto à FFyL. O trabalho do profissional passava, então, não apenas pela reconstituição do passado a partir das fontes, mas, também, pela sua reunião, em um projeto que visava a constituir fundos documentais necessários para estimular os estudos sobre história argentina tanto dentro da instituição quanto fora dela.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que, ao coletar os documentos e reorganizá-los, pela primeira vez, as fontes sobre o passado do país passaram a encontrar-se classificadas de acordo com metodologias que facilitavam sua leitura e sua utilização. Criou-se, para além das notas explicativas, que orientavam a leitura, uma pretensa ordem nessa documentação, oferecendo ao leitor uma seleção de papéis cuja veracidade já teria sido confirmada de antemão. Pablo Buchbinder (2014, p. 21-22), ao comentar a publicação do texto da tese de doutorado de Emilio Ravignani, destaca o seguinte:

Cabe también subrayar aquí que la búsqueda, selección y edición crítica de series documentales conformó también una práctica que animó las primeras empresas historiográficas en la Argentina. La búsqueda de documentos se llevaba a cabo en archivos porteños, del interior e incluso en repositorios europeos. Si bien la selección y publicación de documentos históricos era habitual en revistas culturales rioplatenses desde mediados del siglo XIX, las series publicadas a partir de principios del XX cumplían con requisitos mucho más rigurosos ya que las fuentes eran ahora tratadas siguiendo los criterios técnicos de la crítica impuestos en los principales centros académicos dedicados a la historia en aquellos años.

Esse projeto de reunião e publicação de fontes sobre a história do país ganhou ainda mais força com o envio, em 1918, de Jose Torre Revello para o Archivo de Indias, em Sevilla, Espanha, como colaborador de investigações. Torre Revello (1893-1964) provinha de uma família humilde e, segundo um de seus principais biógrafos, Guillermo Furlong (1968), que foi, também, seu amigo pessoal,<sup>39</sup> em 1911 conseguiu um trabalho na FFyL como ajudante de bibliotecário, passando logo a escrevente. Entre 1911 e 1918 atuou em diversos pequenos cargos na instituição, inclusive realizando funções extras de pesquisa e cópia de documentos para homens como Ravignani e Torres em arquivos da capital e do interior.

No ano de 1918, contudo, a intenção dos membros da Sección de Historia era ampliar a busca pelas fontes. Foram publicados nesse ano, segundo Raúl Molina (1955), guias documentais dos repositórios argentinos. Isso abriria precedente para estudos acerca dos fundos

---

<sup>39</sup> Na década de 1920, Furlong foi enviado à Europa por seus superiores para, além de completar sua formação, realizar diversas pesquisas em arquivos e bibliotecas europeus, conforme detalharei no próximo capítulo desta Tese. Durante sua passagem pelo Archivo de Indias, Torre Revello e Furlong conheceram-se pessoalmente e trabalharam lado a lado por algum tempo. Embora em nenhuma fonte sobre as trajetórias de ambos os historiadores possa se encontrar uma informação exata sobre a quantidade de tempo na qual atuaram juntos em suas pesquisas na instituição, desse período resultou uma longa amizade, que continuou ativa inclusive após o retorno de ambos à Argentina. Ainda sobre esse ponto, Furlong (1968, p. 12), na biografia que escreveu sobre o amigo, comenta: “Como había manifestado el señor Torre Revello a sus familiares, existía entre el señor Torre Revello a sus familiares, existía entre él que esto escribe, un convenio, por el que quien de los dos falleciera en época menos cercana, tendría a su cargo escribir la bibliografía del amigo desaparecido, y en virtud de ese convenio cumplimos ahora con lo convenido, y lo hacemos, además, a lo menos en lo que respecta a la parte bibliográfica [...]”.



existentes em outros países, principalmente, na Espanha. Torre Revello, que já tinha experiência com a atividade de busca e cópia de documentos, foi comissionado para a atividade, embarcando para a Espanha em onze de fevereiro.

A missão confiada a Torre Revello era bastante trabalhosa e específica:

[...] consistió en una ‘exploración’ de los grandes repositorios españoles, en los cuales debía buscarse la documentación original relacionada con la historia del virreinato del Río de la Plata. Para ello debían seguirse los catálogos impresos y los inventarios inéditos, ‘desplegando’ los rubros o secciones en resúmenes sintéticos, indicando el contenido de cada documento, para extraer copia de los más importantes. (MOLINA, 1955, p. 200).

As explorações e pesquisas de Torre Revello deveriam resultar em inventários da documentação encontrada no Archivo de Indias que seriam remetidos a Buenos Aires para que os membros da Sección de Historia da FFyL solicitassem os materiais de interesse para cópia.<sup>40</sup> O trabalho minucioso iniciou logo após sua chegada em Sevilla, já que o arquivo contava com doze seções que deveriam ser consultadas. Molina (1955, p. 209-210) sintetiza da seguinte maneira as atividades de Torre Revello em seus primeiros anos no Velho Mundo:

[...] de inmediato obtener una visión de conjunto de las doce secciones, en que se divide el monumental Archivo de Indias, haciendo una relación sucinta de cada una, explicando en cuáles de ellas existían ya inventarios publicados, y en cuáles había repertorios manuscritos, y, al mismo tiempo hace una corta pero emocionada relación de la documentación argentina desconocida en su mayor parte, y que habría de cambiar fundamentalmente la historia clásica, apenas se leyeran aquellas páginas que en profusión increíble llenaban los anaqueles del prodigioso archivo.

O intelectual viveu até 1935 em Sevilla, sendo que os primeiros anos foram dedicados quase que exclusivamente ao levantamento dos documentos existentes do Archivo de Indias. Foi a partir de 1923 que Torre Revello pôde passar para um efetivo trabalho de cópia dos documentos, o que procurou fazer de forma sistemática:

El 5 de septiembre de 1923 podía anunciar con orgullo al Instituto que había terminado el despliegue de todas las secciones del archivo (menos la 8ª) que colocaba a los historiadores argentinos en las mismas condiciones de los que estaban en Sevilla, pues tenían a su disposición el catálogo documental

---

<sup>40</sup> Ao longo de cerca de dezessete anos de trabalho nos arquivos espanhóis, Torre Revello e a FFyL da UBA produziram uma grande quantidade de documentação, que abarca os relatórios do comissionado, os pedidos de materiais específicos pelos profissionais da instituição, a remessa das cópias, bem como outras comunicações entre os indivíduos. Todos esses papéis encontram-se atualmente disponíveis para consulta no Archivo del Instituto Ravignani, em Buenos Aires, Argentina.

referente a Argentina [...]. [...] Comienza entonces la tarea de las copias que desde el Instituto de ordenan para satisfacer el pedido de sus miembros y discípulos. Torre [Revello] aconseja la forma en que se debe desarrollar este trabajo, que debía ser sistemático y general para evitar que la investigación monográfica causase el entorpecimiento consiguiente. (MOLINA, 1955, p. 213).

O trabalho de Torre Revello na Espanha, no período compreendido entre 1918 e 1935, contribuiu para os projetos executados pelos historiadores da FFyL, alimentando não apenas a publicação das coleções de documentos, mas, também, e principalmente, suas próprias investigações. É necessário mencionar, ainda, que Torre Revello utilizou-se desse material para seus próprios estudos históricos. Note-se que o intelectual não tinha formação acadêmica. No entanto, como um homem de letras, passou a dedicar-se a alguns temas da história argentina e a publicar alguns de seus textos. Seu trabalho foi reconhecido posteriormente, quando, ao retornar à Argentina, passou a lecionar na FFyL da UBA.

Ainda no ano de 1921 a Sección de Historia foi novamente reorganizada, passando a se chamar Instituto de Investigaciones Históricas (IIH). Emilio Ravignani assumiu sua direção, tendo exercido tal cargo até seu falecimento, em 1954. Em sua homenagem, a instituição foi posteriormente renomeada como Instituto de Investigaciones Históricas Dr. Emilio Ravignani, e encontra-se ainda em funcionamento em sua sede localizada na rua 25 de Mayo, em Buenos Aires. Sob seu comando, o IIH prosseguiu com os projetos de publicações de fontes, sendo que a coleção *Documentos para la historia argentina* contou com novos tomos até o ano de 1975.

Conforme os dados trazidos, também, na Tabela 2, os membros da Nueva Escuela Histórica ocuparam, em parte, cargos bastante importantes dentro da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e, principalmente, na Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas. Pode-se considerar, em um primeiro momento, as trajetórias de Emilio Ravignani e Luis María Torres. O último, conforme Pompert de Valenzuela (1991, p. 220),

Ejerció la docencia en la Universidad de La Plata desde 1906; desde 1912 hasta 1920 se desempeñó como Director de la Sección de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. En 1920 fue nombrado Director del Museo de La Plata y ese mismo año pasó a desempeñar la cátedra de Introducción a los Estudios Históricos en la Facultad de Filosofía y Letras. Dirigió el Museo de La Plata hasta 1932 cuando una grave enfermedad lo obligó a retirarse de toda actividad.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Deve-se recordar que os dados compilados na Tabela 2 provém, em sua maioria, da tese de doutoramento de María Cristina Pompert de Valenzuela, defendida em 1986 na Universidad Nacional del Nordeste Argentino (UNNE) e publicada no número dez, de 1991, da *Folia Histórica del Nordeste*, revista publicada pela

Embora tenha sido responsável por pôr em prática, juntamente com Ravignani, o projeto da Sección de Historia de coleta e publicação de fontes sobre a história argentina desde o período colonial, que resultou na coleção *Documentos para la historia argentina* e uma série de trabalhos dos próprios membros da instituição e de outros intelectuais, a partir de 1920 Torres deixou a direção da mesma e passou a atuar tanto em La Plata<sup>42</sup> quanto como professor da FFyL. Quem acabou por assumir a diretoria da Sección – com sua reconfiguração enquanto Instituto de Investigaciones Históricas – foi o próprio Emilio Ravignani.

Fue profesor de Historia Americana en el Instituto Nacional del Profesorado Secundario; de Historia Constitucional de la República Argentina en la Facultad de Derecho de La Plata y de Historia de América en la Facultad de Filosofía y Letras de Bs.As. Ocupó dos veces el Decanato de esta facultad y fue creador y Director del Instituto de Investigaciones Históricas de la misma. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 218).

Conciliando a direção do Instituto com a docência – e, também, o decanato da FFyL – e cargos como deputado, Ravignani construiu grande parte de sua carreira dentro da instituição, em uma trajetória de ascensão profissional bastante evidente. É importante notar que, ainda segundo Pompert de Valenzuela (1991), o historiador assumiu os cargos dentro da FFyL de forma oficial, ou seja, foi nomeado para tanto, recebendo, assim, reconhecimento por parte do Estado, que tinha esse poder de nomeação para essas posições.

Da mesma forma que Torres e Ravignani, Diego Luis Molinari e Rómulo Carbia também construíram suas carreiras dentro da FFyL, mas de formas diferentes. O primeiro atuou como enviado especial do governo argentino em diversos países ao longo do final da década de 1910 e durante toda a década de 1920, enquanto mantinha uma cátedra na instituição.

Fue profesor de Historia Argentina en la Facultad de Filosofía y Letras (1933-1946), profesor de la misma asignatura en el Instituto Superior del Profesorado Secundario y profesor titular de Historia Económica en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Bs.As. En esta última, dirigió

---

instituição. O trabalho de Pompert de Valenzuela (1991) pode ser caracterizado como um importante trabalho sobre a Nueva Escuela Histórica, ainda anterior ao de Fernando Devoto e Nora Pagano (2009). Porém, enquanto os últimos enfocam, em sua análise, as instituições, Pompert de Valenzuela (1991) põe sua ênfase nas trajetórias dos membros do grupo, trazendo informações de grande relevância para a compreensão das estratégias dos historiadores dentro de seu contexto de atuação.

<sup>42</sup> A cidade de La Plata localiza-se a 56 km a sudeste da cidade de Buenos Aires, tendo sido planejada e construída especificamente para servir como capital da província, depois que a cidade de Buenos Aires foi declarada federalizada em um Distrito Federal em 1880. A cidade abriga, também, a Universidad Nacional de La Plata, criada como instituição provincial em 1897, e que foi nacionalizada a partir de uma remodelação ocorrida em 1905.

desde 1933 el Instituto de Investigaciones de Historia Económica y desde 1947 dirigió el Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras. Fue Vicedecano de la Facultad de Ciencias Económicas (1938-1940). (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 216-217).

Deve-se considerar, contudo, que questões políticas, sobre as quais dissertarei mais adiante, relativas ao golpe de 1930, quando grupos conservadores retomaram o poder e depuseram o presidente radical Hipólito Yrigoyen (PAGANO, 1999). Foi apenas alguns anos depois que o historiador retomou sua carreira como professor, com cargos tanto na FFyL quanto na Facultad de Ciencias Económicas. A partir de 1947, ainda, passou a atuar como diretor do IIH, assumindo o cargo após Ravignani.

Já Carbia havia atuado desde 1915 na direção da Biblioteca da FFyL da UBA, procedendo, posteriormente, à docência, tanto em La Plata quanto, inclusive, na Espanha.

[...] fue luego Director de la Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Letras desde 1915. Desempeñó cátedras de Historia en la Universidad Nacional de la Plata, fue miembro del Consejo Directivo de la Sociedad Científica Argentina y de la Sociedad de Historia Argentina. También fue Miembro Correspondiente de las Academias de la Historia de Santo Domingo, Uruguay y Chile. En 1933 fue invitado a dictar un curso en la Universidad de Sevilla en el que consideró la valoración crítica de las fuentes sobre las que descansa todo cuanto sabemos del proceso del descubrimiento de América por Cristóbal Colón. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 213).

É interessante recordar que a própria formação de Carbia deu-se na antiga metrópole, o que pode ter contribuído para esse convite para que ditasse um curso na Universidad de Sevilla. Foi nessa cidade que Jose Torre Revello estabeleceu-se, também, enquanto comissionado da FFyL em seu projeto de coleta e cópia de documentos existentes do Archivo de Indias. Embora não tivesse formação acadêmica na área de História, o intelectual utilizou seu tempo livre em Sevilla para especializar-se em desenho que, segundo Furlong (1968), era uma de suas grandes paixões. Para além disso, ao retornar à Argentina, foi “[...] nombrado profesor de Historia Argentina y Americana en el Colegio Nacional Justo José de Urquiza y de Historia del Arte en la Escuela Nacional de Artes Plásticas Manuel Belgrano. Dictó en la Facultad de Filosofía y Letras la cátedra de Historia de América” (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 219). A *expertise* que Torre Revello adquiriu em seu trabalho de arquivo parece, aqui, se constituir em um aspecto importante para sua nomeação como docente, já que vinha, ao longo dos dezessete anos que passou na Espanha, publicando, ele mesmo, alguns estudos sobre história argentina.

Elencados estes dados sobre as trajetórias particulares desses membros da Nueva Escuela Histórica em específico, posso depreender que havia uma espécie de padrão em sua ascensão profissional, possibilitado, em grande medida, embora não exclusivamente, pela Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e seu aparato institucional. Do ponto de vista coletivo, há um indicativo de que havia, dentro da FFyL, um projeto em comum em relação à produção de conhecimento histórico, que teve, primeiramente, em Torres o seu estimulador e, posteriormente, em Ravnani.

[...] destacamos fundamentalmente, la insistencia del Dr. Ravnani, en el objetivo de aplicar estrictamente las normas metodológicas, y de advertir su no observancia, aún por encima de los lazos afectivos que pudieran surgir de la tarea en común, colocando como premisa de su accionar el ‘despertar el interés paulatino por el conocimiento auténtico, sin transar bajo ningún concepto, con el error a sabiendas o con todo aquello que no fuese genuino’. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 120).

Embora a autora traga um tom de certa forma elogioso à atuação de Ravnani, o texto de Pompert de Valenzuela (1991) parece apontar para um aspecto significativo: o papel assumido pelo historiador na coordenação dos projetos dentro da FFyL. Neste sentido, pode-se identificar, aí, um grupo de historiadores trabalhando com um mesmo propósito.

No entanto, no que diz respeito à década de 1910 e à Sección de Historia da FFyL da UBA, e aos intelectuais que nela atuaram, restam ainda os questionamentos: qual o papel desempenhado por homens como Ricardo Levene e Guillermo Furlong? E quanto a Diego Luis Molinari e Rómulo Carbia? Sabe-se que estes dois últimos atuaram na FFyL, no mesmo período em que Ravnani e Torres puseram em prática seus projetos de publicações de fontes sobre a história argentina. Pode-se considerar que estes intelectuais fizeram parte desses projetos e contribuíram para sua execução? Ravnani, Levene, Carbia, Molinari, Torres, Torre Revello e Furlong podem ser considerados membros de uma escola historiográfica?

Se, no ano de 1916, os historiadores da Sección de Historia da FFyL participaram do Primer Congreso Internacional de Ciencias Sociales, o que fez com que fossem identificados como Nueva Escuela Histórica, pode-se avaliar até que ponto o fato de apresentarem-se em conjunto em um mesmo evento permite que afirmar que o grupo possuía um projeto coletivo. Enquanto Torres, Ravnani e, posteriormente, Torre Revello, trabalhavam diligentemente em sua coleta e publicação de documentos, Carbia – diretor da biblioteca – e Molinari possuíam cargos na instituição, mas há poucas notícias sobre o alcance de sua participação no projeto de seus colegas.

No caso de Levene, a partir do ano de 1911, segundo Carlos Heras (1961), responsável por um texto biográfico para a abertura do primeiro tomo das *Obras completas* do historiador, este atuou como professor suplente de Sociologia na FFyL. No que diz respeito à empreitada documental, novamente não há qualquer menção. Já em relação a Furlong, como se verá mais adiante nesta Tese, o jesuíta tinha laços de amizade com Ravignani, e teve algumas de suas obras publicadas pela instituição. É possível, também, que tenha colaborado com a publicação de fontes sobre a história da Companhia de Jesus na região. Adianto que para os objetivos dessa Tese, considerar essa possibilidade contribuiu para pensar estes dois historiadores como parte de uma mesma escola historiográfica.

Ao mapear esse conceito, pode-se recorrer ao tratamento dado ao termo *escuela* por outras áreas das Ciências Humanas. Conforme a definição de Gérard Leclerc (2004), uma escola de pensamento não abrangeria uma grande quantidade de membros, uma vez que pressupõe um mestre ou indivíduo que aglutina os demais intelectuais. No caso da Nueva Escuela Histórica, chama a atenção a grande quantidade de historiadores que são a ela associados, de forma mais ou menos próxima. Aparecem relacionados ao grupo homens como José Torre Revello, indivíduo que, apesar de não possuir formação acadêmica, tinha grande experiência com arquivos tanto na Argentina, quanto no exterior, e, também, Guillermo Furlong.

Apesar de Guillermo Furlong ser contemporâneo de Levene e de outros membros da *Nueva Escuela*, sua trajetória junto a instituições que não a Companhia de Jesus iniciou-se mais tardiamente se comparada aos outros intelectuais aqui estudados. Isto se deve, em grande medida, à sua formação no exterior, que permitiu que o jesuíta começasse a publicar de forma mais sistemática apenas a partir de 1929. Por outro lado, em sua *Historia de la historiografía argentina* (2009), Fernando Devoto e Nora Pagano observam que

Precisamente entre los años '50 y '60, el sacerdote jesuita Guillermo Furlong publicaba dos de sus más notables obras: *Nacimiento y desarrollo de la filosofía en el Río de la Plata*, *Historia social y cultural del Río de la Plata, 1536-1810*, precedidas por una vastísima historiografía centrada en la historia de la Orden a la que pertenecía y en la etapa colonial. Esta última característica lo acercaba bastante a su colega Torre Revello, quien pronunciara el consabido discurso en ocasión de la incorporación de Furlong a la Academia en 1939; acaso por estas cercanías, aquél le dedicase uno de sus últimos libros: *Torre Revello, a self made man. Biografía y bibliografía*. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 194).

Neste sentido, mesmo com uma trajetória evidentemente diferente daquela proposta pelos autores, Devoto e Pagano (2009) acabam por vincular Furlong, devido à sua proximidade com Ravnani e Torre Revello, ao grupo de historiadores da Nueva Escuela Histórica. Parece-me, portanto, pertinente continuar a investigação sobre o conceito de escola historiográfica, procurando compreender se este se aplica ao grupo aqui estudado.

O exemplo dos *Annales* trazido por Burke (1991), que afirma que esta “escola” contou com várias “gerações”, pode-se refletir sobre a validade da aplicabilidade do conceito de escola historiográfica, já que ele pressupõe a existência de um padrão de formação e produção entre os membros de grupos de historiadores. Isto se torna ainda mais importante quando Barros (2012) desdobra as características básicas que identifica em uma “escola”, que interagem diretamente com Leclerc (2004) e Burke (1991): a) existência de um padrão ou programa perceptível, ou seja, a adesão a determinadas temáticas de estudo comuns, constituindo uma espécie de “programa de estudos”; b) uma perspectiva teórico-metodológica comum, a partir da identificação das principais influências teóricas e de sua apropriação, bem como a possibilidade de alguma confluência teórico-metodológica entre os membros do grupo; c) uma intertextualidade percebida através da comunicação entre os membros, mas, também, das trocas de informações, discussões de resultados de pesquisas e polêmicas envolvendo o conteúdo de suas obras; d) a existência de uma identidade de grupo e sua consolidação (ou não) com o passar dos anos e o crescimento da escola historiográfica.

Ao considerar-se que boa parte da influência da Nueva Escuela se dava a partir do ponto de vista institucional, com o domínio exercido sobre a Sección de Historia da FFyL, é possível pensar na implementação – mais ou menos efetiva – de “programas de estudos” nestes espaços e, também, de uma intertextualidade promovida pelo contato estabelecido entre os historiadores nas reuniões. Entretanto, pode-se questionar tanto o alcance destes projetos, quanto a própria adesão a eles por parte de historiadores filiados às instituições, dado o fato de que participavam destes espaços indivíduos como Furlong, cuja trajetória e produção estavam distantes do padrão da *Nueva Escuela*.

Neste sentido, embora a investigação a partir das categorias acima mencionadas possa se mostrar bastante frutífera para alguns grupos que constituem escolas historiográficas, entendo que cabem os seguintes questionamentos quanto à pertinência e à legitimidade da vinculação dos mencionados historiadores à Nueva Escuela Histórica: Existe um projeto de grupo que atenda às quatro categorias? Quais são as escolas historiográficas que atenderiam, de

forma mais ou menos precisa, a todas as categorias mencionadas? Seria possível classificá-la como uma escola historiográfica?

É nesse sentido que a noção de *movimento* (POMPERT DE VALENZUELA, 1991) permite uma ampliação da temporalidade a ser analisada, com vistas a compreender as rupturas, continuidades e influências em relação a indivíduos, escolas ou tradições anteriores e posteriores no tempo. Se tomarmos como exemplo os *Annales*, analisados por Burke (1991), percebe-se que este movimento é fruto de uma série de discussões que vinham ocorrendo na Europa desde finais do século XIX e que culminaram com a fundação da revista em 1929. Este movimento não se encontrava, ainda nesta data, extremamente estruturado em suas propostas teórico-metodológicas e temáticas, mas que foi se constituindo e atualizando ao longo de décadas de pesquisas, discussões e publicações.

A partir dessas considerações sobre o conceito de escola historiográfica, cabe investigar até que ponto os projetos individuais e os projetos coletivos de cada um desses historiadores que compõem a Nueva Escuela Histórica possuem, realmente, alguma confluência. Em um primeiro momento, deve-se considerar que o grupo formou-se em um contexto muito específico da história argentina, quando as políticas liberais e o grande crescimento econômico da virada de século passaram a caracterizar o período. No entanto, o final da década de 1910 assistirá a mudanças políticas importantes, como a emergência do Radicalismo e, posteriormente, uma guinada conservadora – inclusive, com a presença de militares no poder e a militância católica –, somada a novas posturas historiográficas, como o Revisionismo.

No próximo capítulo, me deterei na reconstituição das trajetórias dos historiadores que fizeram parte desse grupo a partir do ano de 1918, com destaque para as trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong. Partindo da constatação de que ambos se encontravam, nos primeiros anos do século XX, à margem dos principais projetos desenvolvidos por Ravignani e Torres, procurarei identificar e analisar as estratégias de afirmação profissional por eles empregadas, as quais, além de aproximá-los dos demais historiadores, os vincularam à Nueva Escuela.



### **3. ENTRE PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS E ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA INCURSÃO NAS TRAJETÓRIAS DE RICARDO LEVENE E GUILLERMO FURLONG**

A partir de 1916, Luis María Torres, Emilio Ravignani, Ricardo Levene, Rómulo Carbia e Diego Luis Molinari passaram a seguir caminhos diferentes na historiografia argentina. Enquanto Ravignani construiu sua trajetória dentro da FFyL da UBA e, também, a partir de cargos públicos, e Carbia, Molinari e Torre Revello seguiram caminhos paralelos, homens como Levene e Guillermo Furlong tiveram trajetórias bastante diferentes.

Observar as trajetórias desses historiadores, para além do grupo da Nueva Escuela, permite um exercício de aproximação com alguns aspectos importantes e que acabam por ser matizados no grande grupo. Reduzir a escala de observação – no caso específico deste trabalho, do grupo de historiadores da Nueva Escuela Histórica, em geral, para as trajetórias específicas de Ricardo Levene e Guillermo Furlong – permite uma observação biográfica dos vínculos intelectuais e das estratégias de afirmação profissional traçadas por ambos, que, pode-se adiantar, diferem-se substancialmente em alguns aspectos enquanto aproximam-se em diversos outros. As biografias intelectuais auxiliam na compreensão da forma como esses homens se utilizaram do seu presente para a construção de perspectivas tanto sobre o passado, no sentido da constituição de narrativas bastante específicas, como, também, em relação ao futuro, lançando mão de um controle sobre as práticas historiográficas que procurava delimitar os parâmetros de validação do conhecimento produzido tanto na academia quanto em outras instituições.

Nesse sentido, a história intelectual – biografias intelectuais e/ou itinerários de grupos – poderá fornecer uma chave para explicação das sociedades no tempo: os problemas do seu tempo (contemporaneidade), com base na experiência (passado), projetando expectativas de porvir (futuro). (WASSERMAN, 2015, p. 73).

No que diz respeito às suas formações, estas resultam, principalmente, de uma intensa circulação e apropriação de ideias e de formas de fazer história então em voga na Europa. Tal apropriação, no caso de Levene, vem dos aportes da Escola Metódica Francesa e dos seus intercâmbios com o historiador espanhol Rafael Altamira, enquanto Furlong foi enviado por seus superiores para cursar seus estudos em nível secundário e superior tanto na Europa quanto

nos Estados Unidos entre os anos de 1905 a 1913 e, posteriormente, para sua formação sacerdotal e pesquisas históricas, de 1920 a 1925.

Ao mesmo tempo em que procuravam considerar, com maior atenção, os referenciais europeus, apropriando-se de suas metodologias para a construção do conhecimento histórico, por outro lado, estes historiadores precisavam transitar pelo cenário historiográfico argentino, que não tinha, ainda, a mesma evidência do contexto europeu. Isto fez com que esses homens criassem alguns mecanismos de afirmação profissional que lhes eram próprios. Deve-se considerar, como já afirmei anteriormente, que a ascensão nos espaços universitários não era simples, já que dependia do seu reconhecimento enquanto profissionais por parte do Estado – o que nem sempre envolvia um título acadêmico na área de atuação.

O historiador que se propõe a analisar a composição e a produção intelectual do grupo da Nueva Escuela Histórica deve considerar diferentes escalas de observação, e, neste sentido, o conceito de trajetória é operacional. Ao estudar o conceito em texto incluído na obra *Usos & abusos da história oral* (1996, p. 189, grifos no original), Pierre Bourdieu definiu-o como uma “[...] série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Para além de um mapeamento cronológico da biografia de um indivíduo, o conceito de trajetória, da maneira como foi formulado por Bourdieu (1996) permite perceber, através de uma associação das posições, decisões, vinculações e, também, dos contextos nos quais estes personagens atuaram, as estratégias por eles utilizadas enquanto grupo e, separadamente, por cada um dos sujeitos aí envolvidos. Neste sentido, não se deve pensar este capítulo como uma reconstituição biográfica das vidas de Ricardo Levene e Guillermo Furlong, mas, sim, uma incursão por suas trajetórias, cujo objetivo é captar suas estratégias de consolidação profissional dentro da Nueva Escuela Histórica.

Considerarei para esta discussão os espaços ocupados pelos historiadores nas primeiras décadas do século XX e após sua participação no Primer Congreso Americano de Ciencias Sociales, ocorrido em 1916. Acredito que a Reforma Universitária, iniciada em 1918, pode ser considerada um evento importante no que diz respeito à profissionalização da disciplina. Tomando a Reforma como marco, na continuidade, abordarei as estratégias de Levene e Furlong, em específico, para construir suas trajetórias intelectuais e, conseqüentemente, a demarcação de espaços no contexto historiográfico argentino.

### 3.1 DOCÊNCIA, EVENTOS E INSTITUIÇÕES: CONSTRUÇÃO DE PRESTÍGIO PROFISSIONAL E CONTROLE SOBRE AS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS

A Tese que Ricardo Levene defendeu, intitulada *Leyes sociológicas*, foi publicada em 1907, em formato de livro, e conta com cerca de 150 páginas. Segundo Levene (1907, p. 10), “Dentro del amplio contenido de la Sociología, el tema de leyes sociológicas es tanto más novedoso é [sic] interesante, cuanto que aún no se ha emprendido un trabajo de afirmación y de selección en esa materia”. De acordo com o próprio autor, ele passou a se informar sobre a temática, lendo trabalhos sobre o assunto, optou por trabalhar as leis que regeriam as sociedades, pois acreditava que o ponto de vista metodológico era o aspecto mais importante para o desenvolvimento de estudos em Ciências Humanas. A partir daí, ele começa a discutir, através dos princípios das leis sociológicas, sua aplicação.

Sin huir del tema, he traído á colación numerosos principios relacionados con las leyesl [sic] de la Sociología, y que hoy se consideran [sic] definitivamente adquiridos. Y siempre, sea en la parte expositiva y de métodos, sea en lo relativo á la crítica de las leyes propuestas por los autores, he tratado de rebatir argumentos ó teorías con palabras autorizadas. (LEVENE, 1907, p. 10-11).

Ao comentar a publicação da Tese de Levene, Carlos Heras (1961) aponta que este foi o primeiro trabalho do historiador a observar um acentuado rigor acadêmico e a chamar a atenção dos círculos intelectuais bonaerenses, o que lhe garantiu cargos de catedrático no Colegio Nacional Mariano Moreno e na Escuela Normal de Flores, tendo participado ativamente, também, de atividades de extensão universitária, como conferências e cursos.

Na época em que defendeu sua Tese, Levene já havia construído uma carreira enquanto jornalista e, também, no movimento estudantil. No entanto, os principais trabalhos sobre a trajetória e a produção do historiador, como os de Carlos Heras (1961) e Eduardo Escudero (2010), não apontam para sua participação em um projeto em conjunto com colegas como Ravnani e Molinari, que também cursaram a Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA, mas em período relativamente posterior ao de Levene, já que o primeiro nasceu em 1886 e, o segundo, em 1889.

O que se pode afirmar, contudo, é que esses intelectuais parecem ter tido em homens como Juan A. García, José N. Matienzo, Rodolfo Rivarola e Ernesto Quesada os influenciadores de algumas das discussões que foram desenvolvendo com o passar do tempo

em suas produções. Também utilizaram alguns periódicos de sua época para iniciar seus debates.

En la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, las figuras de Juan A. García, José N. Matienzo, Rodolfo Rivarola y Ernesto Quesada expresaban convicciones más o menos compartidas que giraban en torno a la necesidad de reflexión sobre problemas nacionales desde una perspectiva histórica; expresaron sus ideas en cantidad de textos y publicaciones periódicas en las que comenzaron a converger viejas y nuevas generaciones como los *Anales de Derecho y Ciencias Sociales*, la *Revista Argentina de Ciencias Políticas y Revista Jurídica y de Ciencias Sociales*. En ellas harán sus primeras armas los jóvenes juristas devenidos en historiadores cuando todavía se escuchaban los ecos de las huelgas estudiantiles de 1903-4; por las páginas de estas publicaciones especializadas desfilaron artículos y reseñas, críticas que operaron como soportes iniciales en la nueva gestión historiográfica. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 145).

Seu ingresso como docente na FFyL em 1911, pode ser considerado, contudo, um novo marco em sua trajetória. Segundo Gandía (1931), Levene passou a publicar obras como *Los orígenes de la democracia argentina* (1911) e *Lecciones de historia argentina* (1912), um manual escolar para o nível secundário, com prólogo do intelectual Joaquín V. González, por quem nutria admiração, que “[...] analizó [...] el esfuerzo del joven profesor que había resuelto con saber y maestría los arduos problemas de la enseñanza de la Historia en el ciclo medio. Señaló [...] los aciertos del nuevo texto, tanto en lo referente a la arquitectura como al método expositivo” (HERAS, 1961, p. 22). No final de 1912, o Consejo directivo de la Facultad de Derecho designou Levene como professor suplente de Introdução ao Direito e, no ano seguinte, aos vinte e oito anos de idade, iniciou sua carreira como docente também na Universidad de La Plata.

No caso de Furlong, e pensando mais especificamente na cronologia de sua história de vida, sua formação deu-se quase que exclusivamente no âmbito da Companhia de Jesus. No ano de 1903, o menino Guillermo Furlong Cardiff (1889-1974), então com quatorze anos de idade, ingressou na Companhia de Jesus.<sup>43</sup> Estudar as vinculações desse personagem à Companhia de Jesus e a outras instituições implica a exploração de uma série de fontes,

---

<sup>43</sup> Os motivos que levaram ao seu ingresso na ordem foram vários, e levaram em conta desde a identificação com a trajetória de um de seus professores até o desejo de ter um propósito de vida, no caso, o sacerdócio. Entretanto, ao se tornar um jesuíta, Furlong assume um vínculo institucional que será considerado e que levará no nome para o resto de sua vida. A sigla “SJ”, incorporada sempre ao final de seu nome, quer nas capas dos livros que publicou, quer em qualquer escrito que leve seu nome, sua assinatura, evidenciará a sua vinculação com a ordem. Ao mesmo tempo, sua interessante trajetória, que concilia o sacerdócio com a produção de uma historiografia, que se dedica, principalmente, ao período colonial argentino, se estendeu para além dos círculos da ordem e fez com que o jesuíta cultivasse relações com uma série de intelectuais, tanto católicos quanto laicos.

produzidas tanto pelo próprio jesuíta, quanto por outros autores, que o conheceram e escreveram sobre sua trajetória em diferentes momentos. Em algumas das principais fontes sobre sua trajetória, presentes no livreto *Los jesuitas*,<sup>44</sup> em uma edição da revista *Archivum*,<sup>45</sup> e na obra *Guillermo Furlong Cardiff*,<sup>46</sup> pude encontrar informações relativas à formação do jesuíta, questão importante para a compreensão de sua produção e trajetória posterior. Entre os anos de 1905 e 1925, ele passou por períodos de formação em países como a Espanha e a Inglaterra, Estados Unidos e a própria Argentina. Após estudar por um ano em Gandía, o jesuíta dirigiu-se ao antigo mosteiro de Veruela, na província de Aragão. Este mosteiro havia pertencido à Ordem dos Cistercienses, e trazia ainda muitas características originais do período medieval: “Una gran muralla con torreones rodeaba la casa y sus jardines, patios y huertas. Era una visión medieval en pleno siglo XX. Sublime visión para almas juveniles, capaces de apreciar la belleza e lo arcaico” (FURLONG, 1941, p. 24). O jesuíta comenta, ainda, que lá, ao

---

<sup>44</sup> Em 1941, Furlong publicou uma pequena obra intitulada *Los jesuitas*. Ao longo das suas 47 páginas, se propõe a rebater críticas feitas membros da Companhia de Jesus, sobre as formas pelas quais se utilizavam de todo e qualquer meio para obter poder e riqueza. Partindo do exemplo de sua própria trajetória, como sua formação, seus votos e as atividades que deveriam ser executadas por cada um dos membros, Furlong procura responder a essas acusações, rebatendo as críticas com uma imagem positiva da Ordem. Por possuir cunho autobiográfico, a obra se torna uma fonte importante para a reconstituição da trajetória do historiador, principalmente no que diz respeito à sua formação, já que traz detalhes significativos sobre a dinâmica de decisões dos Superiores sobre a designação de cada jesuíta a um local de estudo ou de trabalho específicos.

<sup>45</sup> No ano de 1979, a revista *Archivum*, da Junta de Historia Eclesiastica Argentina (JHEA), de Buenos Aires, lançou uma edição especial póstuma em homenagem a Guillermo Furlong SJ.

<sup>46</sup> Em 2009, a JHEA lançou uma obra inteira, intitulada apenas *Guillermo Furlong Cardiff*, dedicada à reconstituição da trajetória do historiador a partir de “semiguardados textos biográficos de su larga vida, apuntes en hojas sueltas, borradores de cartas, artículos a medio empezar” (MAYOCHI, 2009, p. 5), que foi coordenada por Enrique Mario Mayochi, também ele membro da associação. Além destes apontamentos e documentos, a própria obra *Los jesuitas* (1942) serviu de fonte para a escrita da biografia, sendo reproduzidos diversos trechos da autobiografia. Furlong foi membro da Junta desde sua fundação, em 1942, tendo sido seu primeiro vice-presidente e diretor da revista que a JHEA publicava de 1959 até sua morte, em 1974. Os textos publicados na edição especial da *Archivum* são de autoria de colegas seus de Ordem, de ofício e de amigos, membros da associação ou não. Não há como especificar se estes autores foram convidados a escrever ou se ofereceram sua homenagem. Entretanto, é possível afirmar que os textos foram escritos com o objetivo de oferecer um testemunho sobre a vida de Furlong aos leitores do periódico. Os artigos presentes no volume 13 da revista *Archivum*, publicado em 1979, constituem-se de homenagem a Furlong, devido aos cinco anos de seu falecimento. Utilizarei, principalmente, os seguintes textos: *Homenaje al padre Guillermo Furlong S.J.*, de Luis Avila; *Algo acerca de Guillermo Furlong S.J. como bibliógrafo y bibliófilo*, de Domingo Buonocore; *Guillermo Furlong, académico de la Historia*, de Enrique de Gandía; *Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong*, de Abel Geoghegan; *El hombre, el sacerdote, el historiador*, de Enrique Mayochi; *La biblioteca del P. Furlong*, de Federico Oberti; *Una especialidad: las biografías*, de Ernesto Padilla; *Furlong, el hombre*, de Vicente Sierra; *Guillermo Furlong S.J.*, de José Sojo. Por seu turno, a obra se constitui em uma ampliação de um texto que já havia sido divulgado no periódico *Archivum*. Este texto, segundo Mayochi (1979) havia sido escrito bem antes para uma homenagem ao jesuíta argentino e, por não ter sido publicado, foi adaptado à esta edição da revista. Ao ser editado em forma de livro, sob responsabilidade de Enrique Mario Mayochi, o texto foi modificado e apresenta diversas seções que abordam a vida de Furlong antes do ingresso na Companhia de Jesus, sua formação, sua atuação como professor e historiador, e, mais especificamente, seu trabalho sacerdotal, não descuidando de ressaltar seu carisma e sua personalidade.

mesmo tempo em que lia e estudava os autores clássicos,<sup>47</sup> passou a ter algumas lições de metodologia<sup>48</sup> e paleografia com Ramón O’Callaghan (1834-1911), “arquivista, professor e cronista da cidade” (PÈREZ, s/d, p. 1, tradução minha) no arquivo da Colegiata de Tortosa (GEOGHEGAN, 1979; MAYOCHI, 2009).

Nas *Constituições* ([1559] 1997),<sup>49</sup> percebe-se que Inácio de Loyola<sup>50</sup> destacou, referindo-se à formação dos noviços, a importância de disciplinas ligadas à escrita, como a Retórica. De acordo com a quarta parte do documento, intitulada *Como instruir nas letras e em outros meios de ajuda o próximo os que permanecem na Companhia*, os chamados *escolásticos*, ou seja, os estudantes, deveriam seguir um padronizado Programa de Estudos. Nos colégios da Ordem, os noviços deveriam cursar as seguintes disciplinas: Estudos Humanísticos (incluindo-se aí a Retórica); Línguas, como Latim e Grego; Lógica; Filosofia Natural e Moral; Metafísica; Teologia Escolástica e Positiva; Sagrada Escritura. Tais estudos contemplariam, ainda, debates

---

<sup>47</sup> “¡Con que entusiasmo estudiábamos el latín y el griego, y leíamos a Homero y a Sófocles, a Píndaro y a Jenofonte, a Virgilio, Cicerón y César! Hurtábamos complacidos el tiempo a los deportes o recreaciones para abrir el poema latino o la tragedia griega, y recrearnos con su lectura siempre sabrosa y sabia. [...] Y después de los Clásicos griegos y latinos, los grandes autores modernos. Allí en plena tranquilidad de espíritu ¡cómo gozábamos leyendo el Paraíso Perdido, la Divina Comedia, la Jerusalén Conquistada o Los Lusíadas de Camoens! Otras veces nos solazábamos con El Rey Lear o la Estrella de Sevilla, la Campana de Schillero las odas de Luis de León, Nuestro placer, y placer juvenil, sano, rebosante, era inconmensurablemente mayor que el que percibe pa pobre juventud [...]” (FURLONG, 1941, p. 24-25). O estudo dos clássicos fazia parte da formação dos aspirantes a sacerdotes que ingressavam na Ordem. O próprio Furlong aponta que era a partir dos primeiros votos que os noviços eram tidos como aptos para assistir às aulas sobre os supracitados autores: “La inmensa mayoría de mis lectores no sabe (y es una gran lástima), lo que son Clásicos. Tampoco lo sabía yo cuando estaba en el Noviciado. Sabía que, una vez pronunciados los votos, pasaría al grupo de los llamados Juniores, y con ellos estudiaría los Clásicos. Hice en efecto los votos” (FURLONG, 1941, p. 24). A formulação de um currículo que privilegiava a leitura e estudo de obras consideradas clássicas aponta para a intenção da Companhia de Jesus de fomentar a erudição em seus membros, principalmente naqueles que, posteriormente, atuavam como professores ou como homens de letras. Mayoichi (2009, p. 18-19) agrega alguns nomes à lista já iniciada por Furlong: “[...] entró en íntimo contacto, mediante atentas y saboreadas lecturas, con Milton y Shakespeare, Dante y Petrarca, Goethe y Schiller, Corneille y Racine. También lo hizo con Homero y Sófocles, Eurípides y Esquilo, Virgilio y Cicerón, Horacio y Julio Cesar [...]”.

<sup>48</sup> Considerando o contexto de produção dos textos de Mayoichi (1979) e de Geoghegan (1979) e o fato de que O’Callaghan atuava como arquivista, pode-se supor que a palavra metodologia tenha sido empregada para referir as técnicas de manejo de documentos e manuscritos visando à escrita de obras históricas.

<sup>49</sup> As *Constituições* ([1559] 1997) são o principal conjunto de regras definidas pelo fundador da Ordem e seus colaboradores mais próximos para o ingresso, permanência e eventual desligamento de membros, além de expor alguns expectativas em relação ao ser missionário e ao estar em missão. Neste sentido, “[...] o texto é essencial para a compreensão desses ideais inicianos, além de nos fornecer informações a respeito da própria organização e estruturação da Ordem” (ARNAUT; RUCKSTADTER, 2002, p. 108). Sobre as *Constituições* da Companhia de Jesus ver também FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Em defesa da virtude e em busca do martírio: jesuítas em Missão no Guairá (século XVII). In: MACEDO, José Rivair. (Org.). *A Idade Média portuguesa e o Brasil - Reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Editora Vidrúguas, 2011, v. 01, p. 185-200. É interessante notar, ainda, que em 1997, ano da edição das *Constituições* que utilizo, este modelo de Programa de Educação permanece inalterado.

<sup>50</sup> O espanhol Inácio de Loyola nasceu em uma família nobre em 1491. Fez carreira militar, interrompida no cerco de Pamplona, em 1521. Após uma peregrinação para Roma e Jerusalém, empreendeu estudos em Barcelona, Alcalá e Salamanca, finalizando-os em Paris, onde, juntamente com outros companheiros, fez os votos da Companhia em 1534, tendo-a dirigido até sua morte em 1556.

públicos e composições em latim que deveriam ser apresentadas aos colegas em datas previamente marcadas. No caso daqueles membros que dessem continuidade aos seus estudos nas Universidades da Companhia, cabia uma formação dividida em dois cursos. O curso de Teologia compreendia as disciplinas de: conhecimento da literatura (que compreendia Gramática, Retórica, Poesia e História); Latim, Grego e Hebraico. Já a formação em Artes e Ciências Naturais era composta por: Lógica; Física; Metafísica; Matemática; Pedagogia (ensinar a ler e a escrever) e Ciências Naturais.

A preocupação com a escrita<sup>51</sup> aparece, também, nas iniciativas de divulgação do trabalho da Ordem tanto para a Igreja, quanto para o público leigo. Como exemplos, pode-se citar as *Cartas Anuais*<sup>52</sup> e as *Histórias*.<sup>53</sup> Parece acertado afirmar que nestas narrativas, para além da edificação dos próprios membros, que deveriam pautar suas condutas pelos exemplos de outros jesuítas virtuosos, a Companhia procurava divulgar o trabalho de evangelização que

---

<sup>51</sup> Desde os primeiros anos de existência da Companhia de Jesus, e devido à dispersão dos membros da Ordem pelas diversas regiões do mundo, Inácio de Loyola instituiu a prática da comunicação entre os Superiores e os missionários através da prática epistolar. Segundo Torres-Londoño (2002) as cartas deveriam seguir algumas regras de escrita, onde a carta principal era separada da chamada *hijuela*. A primeira deveria conter informações que pudessem ser mostradas a qualquer pessoa e que fossem edificantes, levando em consideração aspectos relativos ao trabalho missionário, à saúde dos membros da Ordem que atuavam na região e, também, um obituário, que trazia informações sobre a trajetória e a morte de cada um dos jesuítas falecidos. Já a *hijuela* era composta de assuntos que diziam respeito a problemas enfrentados na missão, quer fossem eles de ordem prática ou relativos aos missionários.

<sup>52</sup> Segundo Carlos Page (2014), nas *Cartas* e nos martiriológicos podem ser encontradas não apenas relatos sobre as circunstâncias que provocaram a morte dos missionários, mas, também, sobre suas trajetórias. Estas narrativas se caracterizam por seu caráter pedagógico, pois ao serem lidas pelos membros da Ordem deveriam inspirá-los a observar as virtudes dos já falecidos. O autor ressalta, ainda, que “Tanto cronistas como historiadores, compañeros de las misiones y hasta testigos de martirios, conocidos o desconocidos, no dejaron de volcar sus recuerdos en textos que tuvieron los mismos objetivos que se persiguieron desde el *encomium* y las hagiografías, martirologios y menologios. *Es decir, dejar marcada para la posteridad la vida de quienes estuvieron junto a ellos, que dejaron sus cómodos hogares europeos a cambio de habitaciones precarias, mala alimentación y peligros diversos en sus vidas. Pues se destacaron en el afán de entregarse al otro, que no era ni más ni menos que el hombre americano*” (PAGE, 2014, p. 21, grifos meus).

<sup>53</sup> No século XVII, os jesuítas Jean Bolland (1596-1665) e Godfried Henskens (1601-1681) inauguraram uma tradição historiográfica na Companhia, que através da atenta leitura de fontes, como as cartas e outros textos escritos por missionários, procurava reconstituir a história da Ordem. Page (2014) salienta que os *bollandistas*, após uma rigorosa seleção e leitura crítica dos documentos consultados, procediam também à análise de sua autenticidade. A principal publicação do grupo (que é editada e circula até os dias de hoje) é conhecida pelo título de *Acta Sanctorum*, obra – que já conta com 68 volumes – e que reúne hagiografias de santos. Embora se dediquem a estudar trajetórias, os *bollandistas*, a partir de sua rigorosa metodologia, inspiraram grande parte dos textos posteriores escritos por jesuítas sobre a história da Ordem. Embora, a escrita de *Histórias* por membros da Companhia tenha iniciado pouco tempo após sua fundação, tendo por objetivo narrar os sucessos de seu trabalho missionário, no século XVIII, segundo Cargnel (2009), a Ordem investe naquilo que a autora chama de *políticas de escritura*. Para o caso da América hispânica, temos os exemplos das obras de Pedro Lozano e José Guevara, ambas intituladas *Historia de la conquista*. Lozano e Guevara foram historiadores oficiais da Companhia e dedicaram suas trajetórias aos estudos históricos. Escrever tais *Histórias* era “fundamental para la Compañía para afirmar su papel en Europa así como para justificar sus actividades en estas tierras” (CARGNEL, 2009, p. 300). Para a autora, contudo, a principal originalidade dos escritos de Lozano e de Guevara tem relação com a metodologia utilizada. Sobretudo Lozano, baseia todas as suas afirmações em documentos, os quais, além de terem sido transcritos, foram submetidos a uma intensa crítica (CARGNEL, 2009).

vinha realizando na América e no Oriente, para, assim, constituir uma memória sobre sua atuação. Mais do que isso, construiu-se o que pode-se denominar um *estilo jesuítico* de escrita.

Paulo Rogério de Oliveira (2011), ao analisar a obra do jesuíta argentino José Maria Blanco,<sup>54</sup> constatou um *estilo jesuítico* de se escrever história, que se basearia em “falar o menos possível e deixar que os testemunhos tomem a fala”, pois, “contemporânea aos acontecimentos, a documentação produzida pelos jesuítas contém a história em si, não sendo necessária uma intervenção mais incisiva do pesquisador” (OLIVEIRA, 2011, p. 273). Ainda sobre o *estilo jesuítico*, Oliveira (2011, p. 271, grifos meus) afirma que

O estilo dos historiadores nos permite uma maior aproximação do seu ofício, pois o estilo diz respeito às formas como comunicam os resultados das suas pesquisas. *Os historiadores jesuítas não são meros colecionadores de fatos depurados dos documentos, que sustentam uma duvidosa objetividade. Percebe-se, de uma maneira geral, ao lado da busca pela exatidão dos fatos, um grande apreço e cuidado com a narrativa. O lugar de onde escrevem, e os laços indissociáveis da instituição com a escrita como forma de comunicação e edificação, e as circunstâncias que os levaram a escrever, exigiram dos historiadores uma maneira singular de expressar suas verdades históricas, num tom dramático, heroico, com abundância de metáforas e descrições de forte apelo poético e visual.*

O *lugar social* ocupado pelos jesuítas faria, então, com que escrevessem de maneira a valorizar as virtudes dos biografados, tornando a narrativa mais envolvente, dada a dramaticidade das descrições. Neste sentido, deveria haver, por parte dos historiadores da Ordem, todo um cuidado com a *escrita* na produção de suas obras.

Em 1910, iniciou seus estudos de Filosofia, desta vez, em Tolosa e, um ano mais tarde, foi enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, anexo à Universidade de Georgetown, onde, em 1913, obteve seu PhD. A decisão de cruzar o Atlântico para a continuação dos estudos foi realizada pelos próprios Superiores de Furlong, que o consultaram sobre essa possibilidade: “Un día me preguntaron los superiores: ‘¿Tendría usted inconveniente en ir a los Estados Unidos para proseguir allí sus estudios?’ - ¿Yo? ¡ninguno! – Pues embárguese el lunes próximo y vaya vía Cuba a Florida’. Y así se hizo. Pasé al Colegio de Woodstock en Marilandia, cerca de Washington” (FURLONG, 1941, p. 25).<sup>55</sup> Em meados de 1913, Guillermo Furlong retornou à Argentina.

---

<sup>54</sup> Trata-se de uma biografia que o jesuíta José María Blanco escreveu sobre o padre Roque González, intitulada *Historia Documentada* (1929).

<sup>55</sup> Foi aí que teve a oportunidade de entrar em contato com a escrita de biografias como a *Life of Samuel Johnson* (1787), de James Boswell, que considerava um exemplo de construção biográfica, o que pode ter despertado seu interesse posterior pelo gênero (PADILLA, 1979, 73). Foi também no Woodstock College que fez seus



A partir do ano de 1913, pode-se mapear as trajetórias de ambos os historiadores na Argentina, o que permite perceber as semelhanças e as diferenças nas estratégias de afirmação profissional adotadas por Levene e Furlong ao longo dos anos que se seguiram. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a docência se constituiu em um aspecto importante. Enquanto Levene dedicou-se à docência universitária, o jesuíta atuou como professor, durante quase toda a sua vida, em instituições que se encontravam sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, como o Seminário de Villa Devoto e o Colegio del Salvador, sobre os quais tratarei mais adiante.

Outro ponto importante em relação às trajetórias desses dois intelectuais diz respeito ao trânsito por instituições que tinham por objetivo o fomento às pesquisas históricas. Levene destacou-se por seu trabalho junto à Junta de Historia y Numismática, posteriormente renomeada como Academia Nacional de la Historia, enquanto Furlong, além de ingressar, posteriormente, na mesma instituição, participou como fundador e membro de uma série de organizações, dentre elas a Junta de Historia Eclesiástica Argentina.

### 3.1.1 Espaços de docência

A segunda metade da década de 1910 veio acompanhada de uma série de transformações no campo político, que, além de influenciar, de certa forma, os modos de fazer política na Argentina durante boa parte do século XX, contribuíram para a eclosão de um movimento que visava modificações dentro das próprias Universidades. Isto porque um fator importante foi o movimento de participação das massas populares, que ora apoiavam o governo, ora utilizavam-se de sua força para, também, requerer mudanças. Um aspecto importante desse momento específico foi a chegada do radicalismo ao poder, a partir da Unión Cívica Radical,

[...] movimento de oposição que agregava os mais diversos setores descontentes e marginalizados da vida política, desde parcelas da juventude universitária, até grupos da burguesia comercial e principalmente os setores

---

primeiros exercícios de escrita. Segundo Mayochi (2009, p. 23, grifos no original), “Fue en los Estados Unidos donde Furlong publicó sus primeros ensayos históricos y literarios. Así, dio a las prensas *Saint Francis Xavier’s Sonet and its influence on English authors, Shakespeare in Spain, Fray Luis de León, The Spanish Lyries y Popular Education in the United States*”. Além disso, um de seus textos rendeu-lhe troca de correspondências com Marcelino Menéndez Pelayo (1856-1912), da qual Furlong recorda em uma entrevista concedida a Arancibia (1968, p. 30), publicada na Revista Estudios sob o título *El hombre que hizo más*: “Descubrió que era historiador alrededor del año trece. ‘Sin embargo, cuando escribí en el Catholic Quaterly Review, de Filadelfia, un artículo titulado ‘Shakespeare in Spain’, en el que me refería largamente a Menéndez y Pelayo, recibí de él una carta imposible de leerse, ¡qué letra infame! En ella me decía que mi vocación literaria era evidente”.

médios emergentes. Reivindicava o sufrágio universal e clamava por moralidade administrativa. Como movimento de oposição, a União Cívica lutava por incorporar-se ao sistema mas sem alterar seus fundamentos. (KATO, 1973, p. 133).

Considerando-se o já mencionado contexto argentino dos primeiros anos do século XX, o radicalismo, que surgiu e expandiu-se a partir da década de 1890, despontou como uma alternativa viável na década de 1910, já que as condições socioeconômicas permitiam mudanças. “Enquanto movimento político, o radicalismo veio quebrar uma ordem relativamente estável que sustentava a oligarquia no poder. Nascia num período em que um processo de modernização intentado principalmente na década de 1880 já havia alterado as condições econômicas e sociais do país” (KATO, 1973, p. 133).

Hipólito Yrigoyen,<sup>56</sup> líder do movimento em Buenos Aires, tornou-se, ao longo dos anos, uma espécie de personificação do radicalismo. Em 1916, chegou ao poder como presidente a partir de eleições, e passa a exercer um governo que, embora não rompesse com o *status quo*, mantendo os privilégios das elites, estimulava políticas de bem-estar social e o contato com a população, através de grandes festividades, marchas, protestos, além da própria participação eleitoral.

Este doble énfasis en el ‘bienestar’ y el ‘contacto con el pueblo’ nos está diciendo que los radicales apuntaban a lograr una integración política y una situación de armonía de clases, manteniendo la estructura socioeconómica existente pero promoviendo la participación política institucionalizada fuera de los marcos de la clase gobernante tradicional. Estos objetivos comprometieron al gobierno con dos grupos claves: la clase media de profesionales ‘dependientes’, que ya antes de 1916 se había convertido en un elemento importante dentro del radicalismo, y la clase obrera urbana. Los contactos que tuvo el gobierno con estos grupos modelaron su relación con la élite y con el capital extranjero. La cuádruple relación a que esto dio lugar en definitiva pasó a ocupar es proscenio político argentino hasta 1930. (ROCK, 1992, p. 111).

Esse posicionamento, primeiramente de Yrigoyen (1916-1922), de Marcelo T. de Alvear (1922-1928)<sup>57</sup> e, novamente, de Yrigoyen (1928-1930) inaugura um período das chamadas políticas de massas, cujo envolvimento da população foi muito importante. “Hay, sin embargo, un aspecto en el cual el advenimiento del gobierno radical marcó un cambio

---

<sup>56</sup> Yrigoyen (1852-1933) foi presidente da UCR a partir de 1893. Também cumpriu dois mandatos como presidente de seu país (1916-1922 e 1928-1930).

<sup>57</sup> Alvear (1868-1942), foi presidente do país entre 1922 e 1928. Líder da facção antipersonalista da UCR, opositora a Hipólito Yrigoyen.

revolucionario en el estilo político argentino. La atmósfera cerrada y formal de la oligarquía fue muy pronto barrida por una oleada de euforia popular” (ROCK, 1992, p. 112). Deve-se agregar, ainda, que essas políticas de massas foram imprescindíveis, também, para o período posterior aos governos radicais. Mesmo durante as décadas de 1930 e 1940, com governos militares e de concordância, as políticas de massas continuarão a ser uma realidade, sendo levadas à última instância durante os governos de Juan Domingo Perón.<sup>58</sup>

Nessa conjuntura, Cattaruzza (2016) destaca duas tendências, no campo intelectual, que conviveram entre si. Em primeiro lugar, intelectuais já consolidados, como Ricardo Rojas,<sup>59</sup> conseguiram, através de suas cátedras universitárias e de uma maior flexibilidade política, estabelecer uma espécie de bom relacionamento com o governo Yrigoyen. Em segundo lugar, houve a emergência de uma nova geração de intelectuais, advindas tanto das fileiras socialistas e comunistas, de tendências anti-imperialistas, e também, da própria FFyL da UBA, como os historiadores que compunham a Nueva Escuela Histórica.

É nesse contexto de mudança de governos e perspectivas em relação à política que tanto Furlong quanto Levene passaram a construir suas trajetórias intelectuais. Ainda em 1913, o jesuíta iniciou suas funções como historiador da Companhia de Jesus. Segundo Geoghegan (1979), Furlong passou a frequentar o Archivo General de la Nación, o Museo Mitre e algumas bibliotecas privadas (Geoghegan, 1979; Mayochi, 2009). Estes espaços e repositórios de documentos eram importantes em dois sentidos. Em um primeiro momento, disponibilizavam aos eruditos e historiadores fontes sobre a história argentina desde o período colonial. Para além de instituições ligadas ao Estado, como o Archivo General, os arquivos privados eram espaços importantes de pesquisa, já que homens como Mitre, por exemplo, ao longo de suas vidas adquiriram e/ou copiaram uma série de textos e obras, as quais poderiam não constar em instituições públicas. Um exemplo deste tipo de relação é a que Furlong manteve com o médico Miguel Angel Fariní, que, em diversas ocasiões entre as décadas de 1920 e 1930, deixou que ele consultasse seu acervo enquanto atendia a seus pacientes. Em um segundo momento, deve-se considerar estes espaços como possibilidades de sociabilidade intelectual, dado o encontro destes personagens durante os momentos de pesquisa. Foi em uma ocasião como esta que Furlong conheceu o historiador Enrique Peña. É importante mencionar que a amizade entre o jesuíta e Peña levou o segundo a receber Furlong em sua casa em várias oportunidades:

---

<sup>58</sup> Perón (1895-1974) foi presidente por três mandatos: 1946-1952, 1952-1955 e 1973-1974. Como exemplo de suas políticas de massas, pode-se citar a legislação trabalhista: aumento do salário mínimo, 13º salário, folgas semanais, redução da jornada de trabalho, aposentadoria, férias remuneradas, seguro médico e cobertura para os acidentes de trabalho.

<sup>59</sup> Rojas (1882-1957) foi escritor, historiador da literatura e crítico literário.

Don Enrique Peña abrió las puertas de su casa a Furlong, quien con frecuencia retiraba de allí libros y documentos, que le eran prestados generosamente por su dueño. Más aún: cuando éste hallaba una novedad que en su concepto podía serle útil al joven investigador, llevábala por sus propias manos hasta el Colegio del Salvador. (MAYOCHI, 2009, p. 40).

Além da amizade, Peña teria influenciado diretamente a *operação historiográfica* desenvolvida por Guillermo Furlong, dando-lhe alguns conselhos sobre como proceder em relação às suas pesquisas.

El señor Peña fue quien orientó definitivamente al padre Furlong hacia la investigación histórica, brindándole el siguiente consejo: ‘No lea libro alguno de historia, pero trácese una línea de estudio, una serie de temas afines, y frecuente el Archivo General de la Nación en busca de materiales sobre dichos temas y le aseguro que, al cabo de diez o quince años, quedará asombrado del material que habrá reunido...’. (GEOGHEGAN, 1979, p. 36).

Em 1920, Furlong retornou à Espanha, para a conclusão dos seus estudos de Teologia, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. É importante mencionar que, segundo Mayochi (2009), neste período Furlong manifestou um forte interesse pela história da América platina do período colonial, visitando diversos arquivos. Em 1924, após receber a ordenação sacerdotal, retornou à Argentina, passando a atuar como professor de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês.

Uma questão que merece atenção neste trabalho é a relação que Guillermo Furlong e Ricardo Levene estabeleceram e mantiveram com os círculos universitários argentinos. O propósito de um exame mais atento desta relação se dá por dois motivos: em um primeiro momento, a já mencionada profissionalização do seu ofício; em um segundo momento, uma carreira no Ensino Superior possibilitava não apenas prestígio profissional, mas, também, a possibilidade de construir uma série de relações com outros profissionais e com alunos, formando, assim, uma série de “discípulos”, se retomadas as palavras de Leclerc (2004).

Um movimento de grande relevância, nesse sentido, foi a Reforma Universitária, que eclodiu em Córdoba no ano de 1918, e que, prontamente, espalhou-se para o resto do país. A emergente classe média letrada que aspirava pelo acesso à Universidade, bem como os jovens intelectuais cuja formação lhes permitiria cargos de docência nessas instituições podem ser consideradas algumas das principais causas desse movimento. Para além disso, deve-se considerar que toda uma geração de intelectuais argentinos via nas universidades uma possibilidade de ascensão acadêmica e social, o que fez com que apoiassem a Reforma.

En el examen de las causas del fenómeno reformista, no ha faltado la explicación generacional que, según el mismo Bagú, complementa la anterior. Se alude así, por lo menos en el país cuna del Movimiento, a una 'generación de 1910' o 'generación del Centenario', que sobreponiéndose al positivismo reinante 'intentó penetrar en lo argentino por la vía de las preferencias y de las valoraciones más que por la del determinismo social y ambiental utilizada por los hombres del 80 y del 96. En esa nueva generación militaron figuras como las de Alejandro Korn, Ricardo Rojas, Alfredo Palacios, Ricardo Levene, Juan B. Terán, Saúl Taborda y mucho más. La mayoría de ellos estuvieron comprometidos en el movimiento de la Reforma Universitaria, aunque siempre dentro del marco de las ideas republicanas y liberales que alimentaron a sus antecesores'. (BERNHEIM, 1998, p. 111).

Note-se que Ricardo Levene foi um dos indivíduos que também se apropriou da Reforma Universitária, mesmo que não atuasse em Córdoba. O historiador já vinha trabalhando como docente há alguns anos. Entretanto, era ainda bastante jovem em 1918, o que pode explicar o seu interesse neste movimento. Do ponto de vista da conformação da História enquanto disciplina, um dos pontos mais importantes defendidos por intelectuais como Levene era o fato de que apenas lecionassem nos cursos superiores professores especialistas em sua área de conhecimento. Ou seja, apenas historiadores poderiam atuar como docentes nos cursos de História.

Para além disso, a Reforma previa, também, uma maior autonomia para as universidades. Deve-se recordar que a própria FFyL da UBA, por seu estatuto de criação, dependia do Estado para uma série de questões, como a nomeação de professores e até a aprovação do orçamento, que era, também, limitado. Sobre este ponto, Pablo Buchbinder (2008, p. 73, grifos no original), ao estudar especificamente o fenômeno reformista na obra intitulada *¿Revolución en los claustros? La Reforma Universitaria de 1918*, aponta que

La cuestión del profesorado ocupaba un espacio central en las preocupaciones [...]. Los profesores debían tener dominio completo de su ciencia, ser independientes del texto oficial y poseer iniciativa propia. Criticaba el sistema de exámenes vigente, que no estimulaba el pensamiento, sino el ejercicio de la memoria. Proponía, finalmente, completar la autonomía universitaria a través de la concesión de una subvención fija a las universidades, elegir al rector por el sufragio universal de la *república* académica e introducir la figura del docente libre, similar al *privat docent* alemán, para otorgar mayores opciones a los estudiantes.

No caso de Levene, sabe-se que este graduou-se em Direito. Entretanto, a Tese que defendeu em 1905 era um texto de Sociologia. Caso análogo é, também, o do já citado Emilio

Ravignani, que seguiu o mesmo caminho em sua formação. Tais exemplos parecem demonstrar que, no início do século XX, nem sempre os estudantes conseguiam fazer o curso Graduação na área na qual desejavam atuar, pois algumas universidades não os ofereciam. Assim, as temáticas das Teses por eles defendidas parecem, em razão disso, apontar para as especializações profissionais que eles buscavam efetivamente. A Reforma, ao exigir que apenas especialistas atuassem como docentes, abria um vasto campo de trabalho para estes profissionais com formação recente nas disciplinas.

Em consonância com a campanha para a docência nos cursos de Graduação em História, alguns intelectuais argentinos, dentre eles os membros do grupo da Nueva Escuela Histórica, atuaram em outras frentes no sentido de garantir espaços institucionais para sua atuação e controle das práticas historiográficas.

Al mismo tiempo, la Reforma Universitaria de 1918 abonó el terreno para que muchos de los exponentes de esta nueva corriente encontraran un anclaje dentro de las cátedras universitarias. [...] Para eso atacaron en tres frentes: por un lado, poner a disposición de los investigadores el acervo documental, por otro, lograr la incorporación al plantel de profesores en las distintas universidades y por último crear institutos desde los cuales se pudiera llevar a cabo la tarea del historiador. (CALLEGARICH, 2013, p. 2-3).

Instituições como o já mencionado Instituto de Investigaciones Históricas e a Academia Nacional de la Historia são importantes neste contexto, pois, além de se constituírem em uma possibilidade de fomento para pesquisas, atuavam como espaços de sociabilidade intelectual, de discussões acadêmicas e, ainda, de controle sobre as produções e os métodos de seus membros, já que o ingresso dos indivíduos dependia de um reconhecimento por parte de outros historiadores. Adianto que a história da Academia e sua função de controle sobre as práticas historiográficas serão abordadas no próximo tópico deste capítulo. De qualquer forma, é importante mencionar que tanto a inserção no meio universitário quanto a fundação e o controle sobre instituições possibilitaram a construção, com o passar do tempo, de uma rede de "discípulos", os quais, como alunos e colegas de profissão, por vezes, acabaram por aglutinar-se em torno de indivíduos como Levene.

E quais teriam sido as experiências de Guillermo Furlong neste meio? O jesuíta foi professor no Colegio del Salvador até o ano de 1955, quando, já com mais de 65 anos de idade, foi jubulado de suas atividades docentes nesta instituição. A partir deste momento, sua produção, entre livros, artigos, panfletos etc., cresceu vertiginosamente até o ano de 1974, quando faleceu.

Em alguns momentos da pesquisa, perguntei-me o porquê, afinal, de não encontrar nenhuma notícia sobre a atuação de Furlong junto à Universidad del Salvador (USAL), instituição ligada ao Colegio de mesmo nome e fundada, em 1944, como faculdade, e que obteve a nomenclatura "universidade" somente em 1956. Se Furlong, ao que tudo indica, foi um importante historiador da Companhia de Jesus no século XX, por que não foi incumbido de atuação docente em sua Universidade?

Em primeiro lugar, deve-se considerar que o curso de História da USAL foi criado apenas em 1956, um ano depois de Furlong ter sido jubilado de suas atividades como professor. Mesmo assim, sabe-se que atuou como consultor para a criação deste curso, tendo, assim, sua influência e seu trabalho como historiador reconhecidos. Em segundo lugar, deve-se considerar, ainda, que Furlong possuía Doutorado em Filosofia e formação em Teologia, o que pode ter sido considerado um impeditivo para a docência em História, independentemente de sua vasta experiência na disciplina.

### **3.1.2 Ricardo Levene e a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia, a Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos e outras instituições;**

Se, ainda bastante jovem, Levene já alcançou cargos como docente em Universidades, foi na mesma época – 1914 – que ingressou, também, na então Junta de Historia y Numismática Americana, instituição criada no ano de 1893, por Bartolomé Mitre. Em 1938, após diversas mudanças de gestão e, já sob a presidência de Ricardo Levene, a Junta passou a se chamar Academia. Esta instituição constituía-se em um importante espaço, não apenas de discussões entre os diferentes intelectuais que a compunham, mas também de difusão do conhecimento historiográfico, através de publicações, assessoramento sobre questões históricas e produção de material didático.

Esta vertiente tuvo la peculiaridad de conectar a los historiadores profesionales con un amplio sistema relacional que vinculaba zonas de los poderes públicos con otras de la sociedad civil. Desarrollaba tareas de asesoramiento: nombres e establecimientos educativos, calles, estaciones de ferrocarril, homenajes, recomendaciones; tuvo una considerable injerencia en materia educativa en lo concerniente a la manualística y los contenidos. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 162).

Coube à Academia Nacional de la Historia, composta pelos principais historiadores argentinos da época, o reconhecimento público do valor dos textos de Furlong – que ingressou

na mesma em 1938 –, para além do reconhecimento da Companhia de Jesus, com o qual ele já contava, e, também, sua leitura, indicação e utilização em pesquisas sobre o tema. As obras escritas pelo jesuíta, neste sentido, passaram a ser aprovadas pelos pares e produzidas para um “nós”, isto é, um grupo que compartilhava uma mesma disciplina e as mesmas regras.

Ao mesmo tempo, se o reconhecimento dos pares é um aspecto importante da inserção de um historiador em uma instituição, aqueles profissionais que exercem maior influência neste espaço, como é o caso de um presidente, por exemplo, também possuem um papel importante neste processo. Ricardo Levene, em suas gestões como presidente da Academia e devido a sua proximidade com o Estado, tinha a possibilidade, neste *lugar social* (CERTEAU, 2011), de exercer certo controle sobre as práticas historiográficas. Entretanto, é necessário ressaltar que este controle também dependia, em grande medida, da adesão dos outros membros da Academia aos seus projetos. De nada adiantaria a proposição de alguma diretriz se esta não suscitasse o debate necessário para sua adesão e utilização coletiva.

Note-se que a Academia oferecia um espaço de integração entre historiadores, o que poderia facilitar as discussões – ou acirrar disputas intelectuais – entre os profissionais. Ao mesmo tempo, esta integração possibilitava uma maior divulgação dos trabalhos realizados no âmbito da instituição, já que, segundo os autores acima citados, a ANH oferecia assessoria em uma série de eventos e atos públicos e contribuía, também, apoiando a escrita de manuais escolares e a seleção dos conteúdos a serem ensinados. Neste sentido, parece ter havido, efetivamente, por parte da Academia, uma preocupação com a formação da população argentina.

Deve-se considerar, ainda, que a posição ocupada por Levene dentro da instituição – como membro e presidente – possibilitou ao historiador a participação em uma série de eventos e o contato com profissionais de outras nacionalidades. Durante o Primer Congreso Americano de Ciencias Sociales, ocorrido em Tucumán em 1916 isso já havia ocorrido. No entanto, durante as décadas de 1920 e 1930 é que esse contato se intensifica, a partir de dois eventos em específico: o I Congreso de História da América (Rio de Janeiro, 1922) e o II Congreso de Historia de América (Buenos Aires, 1937).

### *3.1.2.1 O I Congresso de História da América (Rio de Janeiro, 1922)*

Para as comemorações do Centenário da Independência brasileira, ocorridas em 1922, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vinha, desde finais do século XIX,



estudando propostas de eventos científicos que pudessem integrar os demais países da América Latina, à semelhança do que havia sido realizado em 1916, em Tucumán. Com a aprovação do projeto do evento, o IHGB nomeou uma comissão para sua organização, e reservou uma data simbólica para o evento:

A presidência do Instituto imediatamente encampou a proposta, apressando-se em nomear uma comissão executiva encarregada de planejar o evento. Nossos historiadores tencionavam convocar seus pares do continente para uma reflexão conjunta sobre os destinos do Novo Mundo. A data aprazada para o encontro, por sua vez, não poderia ser mais emblemática: a semana de 7 a 15 de setembro de 1922. (GUIMARÃES, 1997, p. 222)

Minha intenção, aqui, não é trabalhar exaustivamente o evento, mas, sim, sinalizar dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, deve-se considerar a participação de Ricardo Levene como representante argentino neste Congresso. Infelizmente, não encontrei menções em relação à participação de outros membros da Nueva Escuela Histórica no evento. No entanto, a participação do historiador parece ser significativa, já que, em um de seus discursos, segundo José Lucio do Nascimento Júnior (2019, p. 195-196, grifos meus), demonstrou a intenção de uma aproximação entre Brasil e Argentina.

Duas sessões plenas ocorreram nos dias 12 e 14 de setembro de 1922. Na primeira, *destacamos que nos discursos de Ricardo Levene (representante da Argentina)*, de Manuel Cícero e do Conde de Afonso Celso (membros do Instituto e da comissão de organização do evento) houve *a busca de aproximação entre as academias do Brasil e da Argentina*. Ainda nesta sessão, foi aprovada a elaboração da História Geral da América em conjunto com os representantes de todos os países presentes. E, a sessão de encerramento, realizou-se no dia 15 de setembro de 1922, iniciada às 16 horas. Neste evento ouve a homenagem a José Bonifácio, chamado de “o Patriota”. No mesmo dia, houve ainda um banquete oferecido no salão da Associação dos Empregados do Comércio. O fim do Congresso se seguiu de uma viagem à São Paulo, entre 16 a 20 de setembro. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 195-196, grifos meus).

Isto é importante porque parece resultar, em grande medida, da vinculação de Levene com a Junta de Historia y Numismática. O historiador ingressou na instituição em 1915, ainda bastante jovem. No entanto, deve-se recordar que, neste momento de sua trajetória, Levene já possuía experiência como professor universitário e vinha publicando obras de grande importância, como as *Lecciones de historia argentina* (1912). Levene foi presidente da Junta durante três mandatos: 1927 a 1931; 1934 a 1953; 1955 a 1959. De acordo com Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2011, p. 75-76), a aproximação entre os dois países, no campo

historiográfico, se constituía em um projeto seu no âmbito da Junta, que visava à criação de vínculos e redes com instituições e intelectuais da América Ibérica, os quais viriam a se fortalecer durante seus períodos como presidente.

[...] é a partir da primeira presidência de Levene, entre 1927 e 1931, que a Junta ganha novo impulso e focaliza nestes intercâmbios institucionais, na relação com o poder público e no estreitamento dos vínculos com a Espanha. Dentre suas principais medidas, Levene intensifica os estudos de história nacional e americana, através da reforma do plano de estudos históricos no país, investe na criação de arquivos (como o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires) e, o que mais nos interessa, multiplica as ligações acadêmicas no âmbito ibero-americano. É no bojo destas preocupações que se situam sua participação como delegado da Junta no Primeiro Congresso de História da América no Rio de Janeiro e sua incorporação como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922. (SILVA, 2011, p. 75-76).

Como representante da instituição no Congresso de 1922, Levene não participou apenas do evento em si, mas, também, de suas sessões preparatórias. Agregando-se, ainda, ao seu projeto de integração latino-americana, o historiador apresentou a proposta à JHyN, em agosto de 1922, de inclusão à instituição, como membros correspondentes, de alguns historiadores brasileiros. Isto, além de reforçar os laços de sociabilidade, segundo Levene, estabeleceria uma integração entre os dois países.

Ricardo Levene foi um dos representantes da comissão da Argentina no Congresso, tendo participado das sessões preparatórias e do evento em si. Na primeira sessão plena, *Levene entregou diplomas de sócios-correspondentes da Junta de História y Numismática ao Barão de Ramiz Galvão, ao Conde de Afonso Celso, a Max Fleiuss, Cícero Peregrino da Silva, Bernardes da Silva e a Eugenio Egas com o intuito de reforçar laços de sociabilidade entre brasileiros e argentinos.* Em discurso pronunciado na sessão, destacou que a “Casa Palatina” foi modelo para outros institutos similares na América Latina, inclusive o argentino, salientando a proximidade entre General Osório e D. Pedro II. *A decisão de tornar os membros do IHGB sócios correspondentes da Junta foi uma proposta levantada pelo próprio Levene, sendo aprovada em reunião da instituição em agosto de 1922.* Ou seja, um mês antes do início das comemorações do centenário de Independência do Brasil. A aprovação do representante da Argentina como sócio do Instituto Histórico teve que esperar até o final da década de 1920 para se concretizar. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 196, grifos meus).

A criação desses laços entre historiadores de diferentes países foi importante, principalmente porque, quinze anos depois, em 1937, seria realizada uma segunda edição do Congresso em Buenos Aires, contando com a participação de profissionais estrangeiros e com a participação de Levene – desta vez como organizador e Furlong – então participante.

### 3.1.2.2 O IIº Congreso de Historia de América (Buenos Aires, 1937)

O IIº Congreso Internacional de Historia de América foi realizado em 1937, em Buenos Aires. Conforme já afirmado anteriormente, este evento tinha relação direta com sua primeira edição, que ocorreu em 1922 no Rio de Janeiro, e contou com a participação de representantes argentinos, inclusive o próprio Ricardo Levene. O evento foi regulamentado por um Decreto de Oficialización emitido pelo Departamento de Instrucción Pública em 14 de janeiro de 1937. Esse decreto levava em consideração

Que el I Congreso se llevó a cabo en Río de Janeiro en 1922, con motivo de cumplirse el Centenario de la Emancipación del país amigo y que este IIº Congreso forma parte de los actos conmemorativos del IV Centenario de la Fundación de la ciudad de Buenos Aires, como lo ha declarado la Comisión Oficial respectiva;

Que la Comisión Organizadora del IIº Congreso ha sido integrada con representantes de distintas instituciones dedicadas en la República a las investigaciones históricas y preferentemente el de la Historia Argentina y Americana;

Que siendo conveniente a los fines culturales de los estudios históricos y solidaridad continental oficializar este importante Congreso [...]. (DECRETO DE OFICIALIZACIÓN, 1938, p. 9).

Novamente, é Ricardo Levene quem assume a função de presidir a organização do projeto. Ao seu lado, na Comissão Organizadora, encontravam-se Rómulo Zabala, como primeiro vice-presidente; Emilio Ravignani, como segundo vice-presidente; Mario Belgrano, secretario; Martín S. Noel, como tesoureiro. Nesta posição de presidente da Comissão Organizadora, Levene, ao escrever algumas *Palabras de los miembros de la mesa organizadora del Congreso*, aponta o que significava o evento e qual era a intenção da sua realização.

Es una institución científica, en primer término, al estimular las investigaciones originales en el dominio de la Historia Americana, desde la Conquista a nuestros días (las épocas Prehistórica y Protohistórica y el Descubrimiento son los temas propios del Congreso de Americanistas). Su consecuencia inmediata ha sido el intercambio de publicaciones históricas, documentales y bibliográficas, que editan las academias, Institutos o Juntas de Historia y Universidades, así como también las que realizan los investigadores separadamente. Sobre estas bases objetivas se elaboraron los juicios e interpretaciones históricas, influenciándose recíprocamente en el estudio de problemas comunes. (LEVENE, 1938, p. 13).

Além de reunir os historiadores de diferentes países para apresentar seus trabalhos sobre história nacional, a intenção de eventos como o IIº Congreso era, efetivamente, discutir como os profissionais deviam lidar com a epistemologia histórica, com as temáticas de pesquisa, com as fontes, a reflexão teórico-metodológica, bem como a apresentação desses resultados sob a forma de textos expostos oralmente. No caso do evento de 1937, sua intenção foi a de discutir formas de elaboração de sínteses históricas. Pode-se inferir que essa temática tenha tido ainda mais relevância quando consideramos que um ano antes da realização do IIº Congreso vinha a público a primeira edição da coleção *Historia de la nación argentina* (1936), abordada no próximo capítulo, que, em sua essência, se constitui em uma síntese da história da Argentina, antes mesmo que o país existisse enquanto nação. Essa noção fica ainda mais clara quando se tem em mente que Levene, ao propor o projeto da coleção, inspira-se nos trabalhos de Ernest Lavisse para a França, país cuja historiografia estaria, nos primeiros anos do século XX, discutindo a elaboração de sínteses históricas.

El Congreso Internacional de Historia de América es también una institución cultural y patriótica para la difusión del saber histórico. La historia erudita es el laboratorio de trabajo del investigador, pero el historiador moderno está obligado a preparar la síntesis. Esta noción de la síntesis histórica – bandera de escuelas de historiadores en Europa – es la que estamos adoptando en la preparación de la historia de naciones de este Continente. (LEVENE, 1938, p. 13).

Para levar a cabo a elaboração das sínteses, a partir de sua discussão, tida como prioridade pelos profissionais, o evento foi estruturado de forma a abranger as diferentes temáticas com um eixo central. Foram organizadas duas Secciones Generales, com grande abrangência teórico-metodológica, e vinte e três Secciones Especiales, dedicadas à discussão das histórias nacionais de cada um dos países representados. Por fim, essas Secciones Especiales podiam receber apresentações de trabalhos que discutissem temas específicos distribuídos em dez opções, conforme pode-se ler nas tabelas abaixo:

Tabela 3: Secciones Generales e Secciones Especiales do IIº Congreso Internacional de Historia de América.

<b>Secciones Generales</b>	
1ª	Concepto e interpretación de la Historia de América y técnica de Bibliografía y Archivos
2ª	Revisión de textos de Historia Americana y metodología de su enseñanza
<b>Secciones Especiales</b>	
1ª	Historia del Dominio de Canadá
2ª	Historia de los Estados Unidos de la América del Norte
3ª	Historia de Méjico
4ª	Historia de Guatemala
5ª	Historia de Honduras
6ª	Historia de Nicaragua
7ª	Historia de Costa Rica
8ª	Historia de Panamá
9ª	Historia de la República Dominicana
10ª	Historia de Haití
11ª	Historia de Cuba
12ª	Historia de El Salvador
13ª	Historia de Colombia
14ª	Historia de Venezuela
15ª	Historia de las Guayanas
16ª	Historia del Brasil
17ª	Historia del Ecuador
18ª	Historia del Perú
19ª	Historia de Bolivia
20ª	Historia de Chile
21ª	Historia del Paraguay
22ª	Historia del Uruguay
23ª	Historia de la Argentina

Fonte: Adaptado de IIº CONGRESO (1938).

Tabela 4: Temáticas inseridas nas Secciones Especiales do IIº Congreso Internacional de Historia de América.

<b>Cada una de las Secciones Especiales abarca desde la época de la Conquista el estudio de</b>	
1ª	Temas de Historia Política (administrativa, constitucional y parlamentaria)
2ª	Temas de Historia Jurídica
3ª	Temas de Historia Económica
4ª	Temas de Historia Filosófica y Científica
5ª	Temas de Historia Literaria y Artística
6ª	Temas de Historia Militar y Naval
7ª	Temas de Historia Religiosa
8ª	Temas de Historia Diplomática
9ª	Temas de Historia Social (familia, ciudades y campañas)
10ª	Temas de Numismática

Fonte: Adaptado de IIº CONGRESO (1938).

Os diferentes temas trabalhados nas Secciones Especiales possuíam relatores, que eram responsáveis por fornecer, ao final das apresentações, um relatório sobre os objetos de pesquisa de cada um dos participantes. No que diz respeito à temática de Historia Religiosa, é importante considerar que Furlong foi seu relator. Em seu informe, o jesuíta fez um rápido resumo dos nove trabalhos<sup>60</sup> apresentados sobre a temática no evento e, nas conclusões, retomou rapidamente as conclusões dos autores, geralmente elogiando-os por suas escolhas temáticas.

Chama a atenção, no caso de Furlong, que, no mesmo ano do IIº Congreso, Enrique Udaondo fez a indicação de seu nome para a Academia Nacional de la Historia, para a qual foi nomeado no ano de 1939, passando a ocupar a cadeira de número 31. Embora o jesuíta tenha começado a publicar livros de história de forma sistemática a partir de 1929, os eventos científicos, bem como sua participação como autor de capítulos da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) podem ter sido uma boa oportunidade para que ele pudesse divulgar seus trabalhos e fosse reconhecido por seus pares, e, também, viesse a ocupar um espaço como o de uma instituição já reconhecida e financiada pelo Estado argentino.

Servindo tanto como possibilidade de divulgação de trabalhos e trocas de publicações e de ideias entre profissionais de diferentes países, quanto de mecanismo para o estabelecimento de diretrizes sobre a epistemologia da História da América, o IIº Congreso Internacional de Historia de América se inseriu em um momento específico, na medida em que a partir da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) e do estreitamento de laços entre Ricardo Levene, a JHyN/ANH e o Estado, a História, enquanto ciência, ganhava um caráter de importância e poder.

O decreto é promulgado pelo General Agustín Justo, presidente entre 1932 e 1938, com quem Levene mantinha intensas e profícuas relações. De acordo com Pagano e Galante, *'bien mirado, este hecho no tiene nada de sorprendente sino que es el corolario apropiado de la coyuntura antes referida: una institución en expansión y un poder político interesado en tal expansión'*. Foi com esta força política que a ainda Junta recebeu, em 1937, os representantes de diversos países que participariam do Segundo Congreso de História da América, em continuação ao primeiro realizado no Brasil em 1922. O evento foi considerado acadêmico e institucionalmente muito bem sucedido, pois suas resoluções converteram a Junta em *'un centro historiográfico hegemónico'* e lhe deram forte projeção internacional. (SILVA, 2011, p. 81, grifos no original).

---

<sup>60</sup> Os trabalhos foram: *La religión en Minas Geraes durante el período colonial*, de Lucio José dos Santos (Brasil); *Una institución del claro porteño en los días de la colonia*, de Monseñor Nicolás Fasolino (Argentina); *La Iglesia en Venezuela. Breve resumen histórico*, de P. Nicolás E. Navarro (Venezuela); *Correrías apostólicas de Don Jacinto Vera*, de P. Juan Faustino Sallaberry S.J. (Uruguai); *Los colegios misioneros franciscanos en la América Española*, de Francis Borgia Steck; *Las misiones franciscanas en la Venezuela colonial*, de Mary Watters (EUA); além de outros, não listados.

A JHyN/ANH, nesse contexto, passou a se consolidar como um dos mais importantes espaços de construção de conhecimento histórico na capital argentina. Além disso, a confluência entre o interesse estatal e os projetos de Ricardo Levene também colocaram-no em um papel importante no que diz respeito à disciplina, já que atuava como pesquisador, professor e, também, organizador de projetos e presidente de uma instituição, ao mesmo tempo, o que assegurou a ele um capital social que lhe dava poder sobre as práticas de sua disciplina.

Ao mesmo tempo, nota-se que esse espaço ocupado pelo historiador permitiu a ele a elaboração de uma série de projetos que tinham como ênfase o desenvolvimento de relações historiográficas entre a Argentina e outros países da América Latina, dentre eles, o Brasil. Essas relações resultariam, em última instância, em pesquisas comuns, em projetos de revisão em relação ao que já havia sido escrito sobre o tema da história do continente e, inclusive, de uma produção de materiais didáticos.

Isto através da reunião de estudiosos que não se conheciam, segundo ele, mais por preconceitos do que por razões materiais. Dentre suas principais decisões estava a ‘Revisão dos Textos de Ensino de Historia e Geografia’, desenvolvida inicialmente entre Brasil e Argentina [...]. Este, [...] insere-se nos interesses americanistas de Levene e da Junta/Academia. Interesses que refletem sua defesa da aproximação com países vizinhos em vista da ruptura com o isolamento, como vimos no trecho da conferência realizada no Colégio Nacional citada anteriormente. Em conjunto com a história argentina, o americanismo foi a temática mais presente nas atividades e publicações da instituição. Pagano e Galante listam os inúmeros empreendimentos de cunho americanista desenvolvidos pela Junta/Academia [...]. (SILVA, 2011, p. 81-82).

Essa constituição de relações com os países vizinhos, para além do campo diplomático, passando, também, pelos estudos históricos, possibilitou a construção de um terreno fértil não só para o surgimento de ideias relativas às diretrizes teórico-metodológicas das pesquisas na e sobre a região, mas, também, de possíveis interpretações sobre o passado americano. Vale destacar ainda que, por sua posição como presidente da Academia, Levene constituiu relações com Rafael Altamira, intelectual espanhol expoente na matriz explicativa do hispano-americanismo historiográfico, o que resultou em propostas do argentino quanto à utilização do termo “colônia” nos trabalhos apresentados por membros da instituição.

### *3.1.2.3 As relações com Rafael Altamira e o hispano-americanismo historiográfico*

No final do século XIX, os juízos negativos em relação à herança espanhola na América tornaram-se dominantes na historiografia, o que, juntamente com um período de decadência interna da antiga metrópole, motivou uma reação política e ideológica às críticas sofridas, movimento conhecido pela denominação pan-americanismo e que buscava a unidade dos países de raiz hispânica.

Este processo é gestado ao longo das últimas décadas do século XIX, mas o fim definitivo do mundo colonial ibérico e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre ex-metrópoles e ex-colônias. A derrota espanhola para os Estados Unidos gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Portanto, a perda de suas últimas colônias conduziu a Espanha a um movimento de reformas políticas, econômicas e culturais que transformou suas relações com os países hispano-americanos, precárias desde as independências no início do século XIX. (SILVA, 2017, p. 348).

Foi neste contexto, no qual a Espanha necessitava reiterar seu papel de importância em relação à sua atuação como metrópole, que iniciou-se a elaboração, posteriormente bastante difundida na América, inclusive, de uma espécie de aproximação entre o país e suas antigas colônias. O “programa para a solução do ‘problema espanhol’ passava, por um lado, pela reforma do ensino e pela difusão da cultura técnica entre o povo; e, por outro, pela reaproximação com a América, que num primeiro momento teria caráter cultural, científico e diplomático, para então passar ao plano das relações econômicas” (BEIRED, 2009, p. 45). Atuando em várias frentes, tal projeto angariou simpatizantes também entre os historiadores, cujo modelo de explicação histórica ficou conhecido como hispanismo, ou hispano-americanismo historiográfico.

Tal postura tinha pontos de apoio em específico: a construção de uma identidade a partir da diferenciação de sua tradição católica em relação aos valores protestantes anglo-saxões e o passado comum do país – língua, história, tradição, religião – em relação às suas antigas colônias.

O hispanismo surgiu neste período como forma de construção de uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias com traços diferenciados



em especial do mundo protestante anglo-saxão. Estes povos seriam unidos pela história, tradições, língua e religião (católica) comuns, e por isto formariam uma grande comunidade internacional. Segundo José Luis Beired, o pano de fundo desta ideia era ‘responder à decadência da Espanha em relação aos demais países europeus. Tratava-se de encontrar a chave para a modernização da Espanha nas suas várias dimensões – política, econômica, social e cultural’. (SILVA, 2017, p. 349).

Como já informado, um dos principais expoentes de tal postura era Rafael Altamira (1866-1951), historiador ligado à Universidade de Oviedo e de postura liberal, que ampliou o marco das relações culturais entre a Espanha e suas ex-colônias, ao realizar “uma missão na América destinada a estabelecer relações com universidades e centros culturais e científicos de diversos países” (BEIRED, 2009, p. 45). Em 1909, Altamira atuou na Universidade de La Plata (Argentina), tendo ministrado um curso de três meses que marcou a fundação dos estudos históricos nesta instituição. Percorreu, também, outros países latino-americanos e viajou aos Estados Unidos a convite da Associação Histórica Americana, tendo proferido diversas conferências e estabelecido contatos com intelectuais e políticos.

A perspectiva histórica de Altamira se inseria no marco da influência do positivismo de Ranke, e compreendia o sujeito da história como ator coletivo ou *persona social*. Inserido nos debates sobre epistemologia histórica mencionados no capítulo anterior, Altamira acabou por conceber as populações – como as nações, por exemplo – como um indivíduo sempre em aprimoramento, em contínua evolução. Tal concepção aliava-se, ainda, com o estudo massivo dos documentos que, se utilizados da maneira correta, conforme previam os historiadores da Escola Metódica, permitiriam a busca da *verdade*. Tal intenção fica expressa em uma carta que escreveu a Levene, datada de 1º de janeiro de 1917, quando, ao mencionar as novas gerações de historiadores argentinos, projeta: “A medida que se van capacitando para la investigación, y después que han trabajado aquí sobre los manuscritos del Archivo histórico y de la Biblioteca Nacional, los voy enviando al Archivo de Indias, para que aumenten su caudal de documentación inédita” (ALTAMIRA, apud TAU ANZOÁTEGUI, 1990, p. 483). Para Altamira (apud TAU ANZOÁTEGUI, 1990, p. 483), esse seria o caminho para um maior conhecimento sobre o período colonial americano: “Unidos los esfuerzos de ustedes y de nosotros, guiados todos por la serena búsqueda de la verdad es de creer que dentro de algunos años la historia colonial que se conozca difiera un mundo de la que hasta ahora se ja propalado. A usted le tocará buena parte en esa renovación”.

Quanto ao papel que seu país desempenhou enquanto metrópole, ele “definia como admirável a obra da Espanha tangente à organização do governo, à colonização e à civilização,

a qual teria tido dois objetivos principais: a conversão dos índios ao cristianismo e a difusão da cultura espanhola” (BEIRED, 2009, p. 46). Observa-se, aí, uma positividade da atuação da Espanha como organizadora de um sistema, desconsiderando totalmente as violências praticadas em relação a grupos como os indígenas, por exemplo. O historiador emite, contudo, opinião favorável em relação ao processo de independência das antigas colônias:

Considera-o legítimo tanto em função das ‘luzes’ alcançadas pelos americanos quanto pela insuficiência das medidas do governo espanhol para reformar o regime colonial. Além disso, menciona como fatores os desacertos, abusos e anacronismo das autoridades espanholas e do clero. Apontava mesmo a falta de flexibilidade dos liberais espanhóis nas Cortes de Cádiz, que, apesar de acenarem com a plena igualdade de peninsulares e americanos, terminaram por aprovar uma constituição que discriminava os não-brancos e que estabelecia a representação desproporcional entre deputados espanhóis e americanos. (BEIRED, 2009, p. 47).

Mencionando os fatores que teriam levado ao processo independentista, faz uma espécie de *mea culpa*, destacando a responsabilidade da política adotada pela Coroa espanhola sobre os efeitos decorrentes de certas medidas adotadas nas colônias. No entanto, ao considerar apenas as reformas borbônicas,<sup>61</sup> implantadas a partir da segunda metade do século XVIII, como fatores que levaram às Independências, ele mantém sua percepção positiva sobre a dominação e desconsidera as violências cometidas. Tal modelo explicativo estaria, segundo Beired (2009, p. 44), inserido nas discussões e problemáticas do hispano-americanismo historiográfico, pois

A interpretação do passado tornou-se um problema central para o hispano-americanismo, uma vez que a herança histórica constituía justamente o principal pilar de sustentação desse ideário. [...] a pertinência do projeto hispano-americanista residia na formulação de uma explicação histórica capaz

---

<sup>61</sup> Conjunto de medidas imposto pela metrópole durante o reinado de Carlos III (1759-1788), que tinham por objetivo estabelecer um maior controle sobre as colônias. Dentre elas, cabe destacar a criação do Vice-reino do Rio da Prata em 1776, bem como o Regulamento de Livre Comércio entre Espanha e as Índias de 1778, a instalação de burocratas de origem espanhola e sem vínculos com as elites locais e uma maior centralização da administração partir da criação de intendências. Enquanto Fradkín & Garavaglia (2009, p. 177) consideram que “las innovaciones no fueran parte de un plan previamente elaborado, sino que se fueran definiendo a través de iniciativas que tuvieron ritmos desiguales y muy disímil capacidad de ejecución”, Lynch (1991, p. 6, grifos meus) argumenta que “La política borbónica alteró la relación existente entre los principales grupos de poder. La propia administración fue la primera en perturbar el equilibrio. El *absolutismo ilustrado* fortaleció la posición del Estado a expensas del sector privado y terminó por deshacerse de la clase dominante local. *Los Borbones revisaron detenidamente el gobierno imperial, centralizaron el control y modernizaron la burocracia; se crearon nuevos virreinos y otras unidades administrativas; se designaron nuevos funcionarios, los intendentes, y se introdujeron nuevos métodos de gobierno. Éstos consistían en parte en planes administrativos y fiscales, que implicaban al tiempo una supervisión más estrecha de la población americana.*”. Neste sentido, Lynch (1991) concorda com Halperín Donghi (2015), afirmando que as reformas tinham como objetivo a modernização do império e tornar a administração das colônias mais eficiente, embora não tenham apresentado o resultado esperado.

de reivindicar positivamente o papel da Espanha na história e em especial sobre o espaço americano.

A partir destas questões, postas de forma clara pelo grupo dos hispano-americanistas e, de certa forma, capitaneadas por Altamira, surgiram diversas discussões, algumas delas do outro lado do Atlântico, tendo como referência o historiador argentino Ricardo Levene, que assim como o espanhol, era um dos principais historiadores de seu país na primeira metade do século XX. Levene levou as problemáticas deste modelo explicativo a esferas públicas na Argentina, em instituições como a Academia Nacional de la Historia e em diversos textos publicados.

Já entre as décadas de 1930 e 1940, Levene lançou mão de uma série de contatos e atividades com pesquisadores do exterior, no sentido de promover uma integração historiográfica tanto em relação ao Brasil, quanto em relação à Espanha. No caso do Brasil, houve uma intensa troca de correspondências com historiadores como Max Fleiuss e, também, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os membros desta instituição foram convidados, também, a participar da já citada coleção *Historia de la Nación Argentina* (1936), e suas relações passaram pela troca de publicações que versavam sobre ambos os países. Já no caso da Espanha, as relações de Levene passaram por uma intensa troca de correspondências<sup>62</sup> e publicações com Rafael Altamira, nas quais discutiam os resultados de suas obras e pesquisas.

Tanto o contato com o historiador espanhol quanto outras ações realizadas pelos membros da Junta de Historia y Numismática, posteriormente renomeada Academia Nacional de la Historia, visavam ao estabelecimento de relações amistosas da ex-metrópole com sua ex-colônia. O contato entre os historiadores se dava, também, a partir de visitas de argentinos à Espanha para ministrar cursos e/ou realizar pesquisas. Levene, por exemplo, foi convidado em duas ocasiões, no início da década de 1930, para ministrar cursos no Centro de Estudos de História da América na Universidad de Sevilla. Em ambas as ocasiões, o argentino alegou que seus compromissos junto à Universidad de La Plata não permitiriam viagens mais longas.

A maior atuação de Levene em relação às discussões empreendidas pelo modelo explicativo do hispano-americanismo historiográfico se deu, inclusive, na ANH. Em estudo realizado sobre a utilização dos termos “província”, “reino” ou “colônia” na historiografia

---

<sup>62</sup> O acervo de correspondências trocadas entre Ricardo Levene com Rafael Altamira e também com outros intelectuais pode ser encontrado na Biblioteca Nacional de Maestros e no acervo da Academia Nacional de la Historia, ambas instituições localizadas em Buenos Aires. Para sua tese, Ana Paula Barcelos da Silva (2011) teve acesso a essa documentação e faz uma análise aprofundada em alguns pontos da trajetória de Levene e suas relações com o hispano-americanismo historiográfico, como suas intenções de estabelecer relações amistosas com outros países da América Latina e com a Espanha.

argentina do século XX, Víctor Tau Anzoátegui (2016) discorre sobre algumas das medidas tomadas pelo historiador argentino junto à Academia Nacional de la Historia em relação à produção sobre o período colonial por parte de historiadores filiados à instituição. Em 1943, empenhado em reivindicar a obra da Espanha na América e preocupado com o uso indiscriminado da expressão “colônia”, Levene apresentou na ANH um projeto dirigido

[...] aos autores de livros sobre história argentina e americana, convidando-os a não usar as expressões ‘período colonial’ ou ‘história colonial’, substituindo-as por ‘período de dominação espanhola’, sob o fundamento de que as leis das Índias estabelecem que estas não eram colônias propriamente ditas, mas províncias anexadas à Coroa de Castela e León, as quais não podiam ser alienadas. (TAU ANZOÁTEGUI, 2016, p. 17-18).

Tal recomendação se insere no bojo de uma discussão historiográfica sobre o estatuto legal do termo, de acordo com o direito indiano, que considerava “colônias” as ocupações de territórios por espanhóis, enquanto que os termos “província” ou “reino” eram mais adequados para definir o estatuto jurídico da América espanhola frente à Coroa ibérica.<sup>63</sup> Defendendo a tese de que o termo *colônia* estava carregado politicamente de aspectos negativos pela historiografia pós-independências,<sup>64</sup> principalmente no início do século XX, e objetivando a positivação do período colonial, Levene lança mão deste artifício para ampliar e, desta maneira, impor, o modelo explicativo do hispano-americanismo historiográfico para um grande número de historiadores argentinos. Esta proposta é coroada com o lançamento, em 1951, de um livro intitulado *Las Índias no eran colonias*, no qual Levene defende novamente sua tese, ampliando o debate para além das paredes da ANH.

Em resumo, a sua tese da independência da América constituía a coroação dos seus argumentos para provar o caráter benigno da ação da Espanha sobre a América, pois permitia mostrar que a emancipação se inscrevia na própria lógica do domínio espanhol, uma vez que expressava o desenvolvimento de um povo que, ao amadurecer, podia abandonar a tutela paterna; e, sobretudo, que a independência comportava uma continuidade histórica e uma unidade

---

<sup>63</sup> Sobre os detalhes desta discussão, ver Tau Anzoátegui (2016).

<sup>64</sup> Tau Anzoátegui (2016, p. 15) aponta que: “O uso da palavra ‘colônia’ tem grau de aceitação variado, conforme o ramo histórico no qual se a emprega (como, por exemplo, a economia, a arte, a política ou o Direito), ou a postura individual do historiador. Não se pode tampouco ignorar o impacto ideológico do vocábulo na mentalidade contemporânea através de dois modos radicais de contemplar esse período histórico: a dos que consideram que a obra da Espanha na América foi positiva; e a dos que fazem um balanço mais ou menos negativo do processo de conquista e colonização. Para aqueles, a conclusão de que não foram colônias casa melhor com sua argumentação; para os últimos, a condição colonial das Índias é que casa com a sua. Neste debate – explícito ou virtual – paira a ideia de que ‘colônia’ é uma categoria política subordinada e até denegridora; e que ‘províncias’ ou ‘reinos’, ao invés, são denominações que por si só enaltecem os territórios assim designados”.

civilizatória entre os dois lados, cuja consagração no campo da historiografia argentina se encarnava no próprio livro de Levene. (BEIRED, 2009, p. 49).

Silva (2011) lembra que a escrita desta obra, que minimizava as violências do período colonial, se dá justamente no início do governo peronista. Isto porque, com suas políticas populistas e voltadas às massas populares, o peronismo – à semelhança do radicalismo – procurava construir uma imagem de rompimento com os governos oligárquicos e conservadores da virada do século XIX para o século XX e da década de 1930. O posicionamento de Levene reafirmaria, assim, sua posição historiográfica – conservadora – e seu espaço na ANH em um momento de grande avanço de ideias nacionalistas. Silva (2011, p. 63), valendo-se das afirmações de José Luis Beired, aponta, ainda, que

[...] Levene teria conjugado valores liberais a aspectos conservadores em sua leitura do passado colonial. Segundo ele [Beired], surgira então ‘uma visão que ao acentuar aspectos como a eternidade da essência hispânica, a dimensão moral, o catolicismo, evidenciava como Levene articulava sua posição liberal à adoção de representações de teor conservador’. Isto contribuía para sua suposta neutralidade diante da conflituada conjuntura política argentina entre os anos 1920 e 1940 e, conseqüentemente, para sua relativa estabilidade na esfera institucional.

Ao mesmo tempo, tal empreendimento não resultou em uma efetiva discussão entre os americanistas, exatamente pelo fato de que sua interpretação do passado atendia a interesses que não eram os mesmos dos historiadores da década de 1950. Isto porque, neste período, a historiografia argentina foi introduzindo gradativamente abordagens econômicas, a partir de referenciais dos Annales ou, então, marxistas, tirando, assim, o foco da discussão em relação ao termo “colônia”:

O novo enfoque introduzido pelos economistas produziu impacto em um setor importante da historiografia dos anos 60 e 70. Ao mesmo tempo, começaram a ver com certo distanciamento e recuo as preocupações da linha jurídico-institucional do americanismo, por considerar que o enfoque formalista que se aplicava sem nuances não era relevante para o conhecimento da realidade histórica. O livro de Levene [...] foi talvez o pretexto para condenar a tese e justificar o desinteresse pela questão, que não valia a pena aprofundar e discutir. O fato e sua invocação isolada corrobora essa suposição. (TAU ANZOÁTEGUI, 2016, p. 27).

Neste sentido, estas discussões historiográficas, ancoradas em novos paradigmas, contribuíram para a rejeição, em maior ou menor grau, da tese de Levene. Deve-se, no entanto, considerar que o modelo explicativo adotado pelo historiador argentino foi, com o passar dos

anos, sendo construído, e refletiu-se em sua produção, que atingiu a maturidade apenas nas décadas de 1940 e 1950.

### 3.1.3 Guillermo Furlong e a Academia Literaria del Plata, a Junta de Historia Eclesiástica Argentina, e o Colegio del Salvador

Como afirmei anteriormente, Furlong permaneceu nos Estados Unidos até o ano de 1913, quando retornou à Argentina e passou a lecionar tanto no Seminario de Villa Devoto, quanto, posteriormente, no Colegio del Salvador. Entre os anos de 1913 e 1920, quando retornou à Europa para retomar sua formação sacerdotal, o jesuíta realizou pesquisas em arquivos argentinos, através das quais reuniu uma série de materiais e fontes que lhe serão úteis, posteriormente, para a escrita e publicação de uma série extensa de obras sobre a atuação da Companhia de Jesus no Rio da Prata durante o período colonial.

Nesse período, durante o qual Furlong dedicou-se à busca por documentos, o jesuíta frequentou assiduamente dois importantes repositórios de fontes de Buenos Aires, o Archivo General de la Nación (AGN)<sup>65</sup> e o Museo Mitre (MM),<sup>66</sup> além de bibliotecas pessoais, nas quais pôde realizar pesquisas (Geoghegan, 1979; Mayochi, 2009). Não encontrei maiores notícias

---

<sup>65</sup> O Archivo General de la Nación foi fundado em 1821, com o objetivo de “Reunir, conservar y tener disponible para su consulta o utilización la documentación [...] que interese al país como testimonio acerca de su ser y acontecer, sea ella producida en forma oficial, adquirida o donada por instituciones privadas o particulares.” (AGN, 2013, s/p). Foi no AGN que Furlong conheceu o historiador Enrique Peña, quem lhe daria, segundo Geoghegan (1979, p. 36), um grande conselho sobre seu fazer historiográfico: “El señor Peña fue quien orientó definitivamente al padre Furlong hacia la investigación histórica, brindándole el siguiente consejo: ‘No lea libro alguno de historia, pero trácese una línea de estudio, una serie de temas afines, y frecuente el Archivo General de la Nación en busca de materiales sobre dichos temas y le aseguro que, al cabo de diez o quince años, quedará asombrado del material que habrá reunido...’”.

<sup>66</sup> Quanto ao Museo Mitre – instituição que Furlong frequentará, inclusive, para reunir informações para a biografia sobre Cornelio Saavedra – sabe-se um pouco mais sobre sua história através da página da instituição na Internet (<http://www.museomitre.gov.ar/historia.htm>). Bartolomé Mitre foi presidente da Argentina entre 1862 e 1868 e um dos mais famosos e reconhecidos historiadores argentinos do século XIX e o Museo que leva seu nome tem por objetivo se tornar um repositório de documentos, imagens e demais fontes para a história colonial da Argentina. O MM foi criado a partir de um projeto de lei que permitiu ao Estado a compra do imóvel onde viveu Mitre para que esta abrigasse o museu: “Como primer director fue nombrado Alejandro Rosa, quien había compartido con Mitre sus pasiones por los estudios históricos y numismáticos, plasmadas en su momento con la fundación de la Junta de Historia y Numismática Americana, institución que en 1938 cambió su nombre y hoy es la reconocida Academia Nacional de la Historia. *Gracias a la celeridad en las tareas de organizar el museo sus puertas se abrieron al público el 3 de junio de 1907. Un primer objetivo fue editar numerosos volúmenes de documentación histórica y el Catálogo de lenguas americanas.*” Já sob a direção de Rómulo Zabala, o Museo dedicou-se a “editar los catálogos del museo y de numismática, prosiguiendo la transcripción y publicación de los papeles del archivo colonial. Cabe destacar que el 21 de mayo de 1942 el museo fue declarado monumento histórico nacional. Posteriormente le cupo a Juan Angel Fariní la conducción de la institución en dos períodos (1948-1956 y 1966-1973), época durante la cual *se recuperaron elementos originales de la casa, como así también la adquisición de óleos y retratos de Mitre.*” (MUSEO MITRE, s/d, p. 1, grifos meus)

sobre quais os interesses de Furlong nesse momento. No entanto, pode-se ter um indicativo dos temas nos quais vinha trabalhando nesse momento, já que, entre os anos de 1918 e 1921, o jesuíta publicou, na Revista *Estudios*, quatro textos<sup>67</sup> sobre as origens da imprensa nas regiões do rio da Prata e sobre aquela praticada pelos jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai.

Para o caso argentino, a revista *Estudios* se constituiu em um dos exemplos de revista católica de divulgação.<sup>68</sup> No ano de 1870, o jesuíta Vicente Gambón criou a Academia Literaria del Plata, instituição ligada ao Colegio del Salvador e que tinha como objetivo a formação complementar de egressos do estabelecimento de ensino. Em 1911, a Academia Literaria e o Colegio del Salvador passaram a, em parceria, publicar *Estudios*, periódico mensal que divulgava textos relativos à crítica literária em si, textos doutrinários católicos, discussões sobre temáticas da época e outros assuntos que os editores considerassem de interesse.

Las características de la nueva publicación eran las de una revista de cultura general, con artículos referidos a las más diversas cuestiones doctrinales a la vez que dedicaba espacio a los temas que ocupaban la atención del momento, sin dejar por ello de albergar contribuciones de fondo sobre la doctrina católica. (AUZA, 2000, p. 332).

Pensando nesta miscelânea de temas abordados por *Estudios*, é necessário mencionar que Guillermo Furlong foi um colaborador muito ativo da revista, contando, em alguns momentos, com mais de um texto em uma mesma edição.

Talvez pelo ecletismo de *Estudios*, evidenciado na publicação de textos sobre assuntos diversos, a revista tenha se tornado uma eficiente ferramenta de divulgação para a Companhia de Jesus, alcançando diversos públicos e sendo, também, “la publicación católica de cultura general más prestigiosa y en la que convergen colaboraciones de casi la totalidad de los que ejercen el oficio de la escritura como actividad permanente [...], la publicación que llega más a los medios intelectuales y universitarios” (AUZA, 2000, p. 333). Estas características podem estar relacionadas com os autores que nela publicavam e que possuíam diferentes especialidades e se dedicavam a diferentes assuntos de interesse dos leitores.

---

<sup>67</sup> Os textos intitulavam-se: *Orígenes de la imprenta en las regiones del Río de la Plata* (1918), *Los orígenes de la imprenta en el Río de la Plata* (1919), *Notas y aclaraciones al estudio sobre “Los orígenes de la imprenta en las regiones del Río de la Plata* (1919) e *La imprenta jesuítica en Córdoba* (1921).

<sup>68</sup> Para além dos livros propriamente ditos, a utilização de periódicos foi um meio importante de defesa da atuação da ordem e, principalmente, de difusão de textos e doutrina católica. Segundo Henrique Rosa SJ (1954), em 1850, a Companhia criou em Roma, com a aprovação do papa Pio IX, o periódico *Civiltà Cattolica*, que tinha como objetivo reagir às críticas que a ordem sofria em meados do século XIX, bem como divulgar preceitos doutrinários. Nas décadas seguintes, foram surgindo outras revistas tanto na Europa, quanto na América.

Si bien no son colaboradores permanentes, pasan por esas páginas escritores, legisladores, juristas, constitucionalistas, educadores, novelistas, periodistas, dirigentes sociales pertenecientes al movimiento laical. Esa variedad de plumas, de enfoques, de análisis, de géneros, dan a la revista un carácter dinámico, con intereses múltiples y de interés para toda clase de lectores. (AUZA, 2000, 333).

*Estudios* foi publicada até dezembro de 1967, alcançando 558 edições. A relação de Guillermo Furlong com a revista foi, neste sentido, muito estreita e possibilitou a divulgação de diversos trabalhos e, também, de um posicionamento da Companhia sobre questões historiográficas que versavam sobre o passado colonial argentino.

A década de 1920, contudo, trouxe novidades para as produções de Furlong. A conclusão de sua formação sacerdotal o levou novamente à Europa e, principalmente, à Espanha. Sobre a data desse retorno ao Velho Mundo há algumas divergências. Geoghegan (1979) e Mayochi (2009) afirmam que foi enviado por seus superiores no ano de 1920, e permaneceu na Europa até 1924; já Raúl Molina (1955) menciona as datas de 1922 e 1926 para a saída e para o retorno à Argentina, respectivamente. Mesmo com a questão das datas, certo é que este período foi de grande importância para suas pesquisas, já que visitou uma série de arquivos, bibliotecas e outros repositórios nos quais copiou, de forma integral ou a partir de extratos, grande quantidade de documentos sobre o período colonial. Segundo Mayochi (2009, p. 28, grifos meus),

Así lo hizo, en efecto, residiendo casi siempre en *Barcelona*; mas aprovechó las varias vacaciones estivales para visitar a *Sevilla, Madrid, Simancas, París, Londres y Munich*, cuyos archivos exploró y estudió ahincadamente en sus respectivas secciones americanas. Obviamente, centro de sus preferencias fue *el sevillano Archivo General de Indias*, donde pasó siete meses continuos y contó con la invalorable guía del padre Pablo Pastells y de don José Torre Revello, nuestro meritorio investigador histórico que por entonces revisaba pacientemente el cuatro veces secular repositorio.

Neste período, Furlong manifestou um forte interesse pela história da América platina do período colonial:

[...] *Furlong descubrió y copió valiosos documentos [...] en Barcelona [...].* En la parroquia del pueblo de *Balastro*, al norte del monasterio de Veruela, [...]. Otro tanto hizo en *Sevilla y en Madrid*, en cuyo *Archivo Histórico* halló interesantísimos corpus documentales. En la *Biblioteque National de Paris* pudo examinar los muchos manuscritos americanos de lengua indígena que allí se conservan, mientras que en el *British Museum* vio y leyó numerosas obras tan raras [...]. Fue, finalmente, en la *Biblioteca de los Bollandistas de Bruselas* donde tuvo la satisfacción de ver, leer y extractar las Décadas de



Techo, único exemplar existente en repertorio alguno. (MAYOCHI, 2009, p. 29-30, grifos meus).

A partir dessas informações encontradas no texto de Mayochi (2009), pode-se recorrer a Molina (1955) para compreender com maior exatidão quais documentos Furlong buscava encontrar nos arquivos que visitou. Segundo esse autor, pode-se inferir que o jesuíta tinha interesse tanto em reunir papéis relativos à administração espanhola, quanto em relação às trajetórias e produções dos missionários expulsos em 1767. Informa Molina (1955, p. 258) que

En Zaragoza, Valencia, Granada, Córdoba, Cádiz, Burgos y otras ciudades españolas visitó cuantos archivos pudo, pero fué en Sevilla y en Madrid en donde su cosecha resultó más provechosa.

En Madrid pudo apreciar la importancia de los fondos documentales del archivo histórico de la Real Academia de la Historia, del Depósito Hidrográfico, el de la residencia o biblioteca del P. Fidel Pita, sin desdeñar el de El Escorial, no el de la biblioteca de la Academia de Ciencias Morales y Políticas y el valiosísimo archivo del Jardín Botánico, en donde halló los tomos de Ruiz y Pavón, referentes a la flora americana. No pudo trabajar mucho en la Biblioteca Nacional, no obstante las facilidades que le brindó su entonces director don Francisco Rodríguez Marín, pues los catálogos no estaban a disposición del público en las condiciones requeridas para la investigación.

Após percorrer os arquivos e repositórios da capital espanhola, Furlong teria se concentrado no Archivo de Indias, na cidade de Sevilla. Chama a atenção, nesse período, que foi nessa instituição que o jesuíta conheceu dois personagens importantes em sua trajetória: seu colega de Ordem, P. Pablo Pastells<sup>69</sup> e aquele que se tornará amigo de longa data, José Torre Revello, que encontrava-se em Sevilla comissionado pela FFyL. Nesse arquivo em específico, “fueron de su predilección las secciones correspondientes a l Audiencia de Charcas, Real Patronato, Indiferente general, Paraguay y Buenos Aires, como las de correos y postas” (MOLINA, 1955, p. 258).

Nessas seções do Archivo de Indias, Furlong copiou uma série de documentos tanto sobre a administração colonial espanhola quanto sobre a própria Companhia de Jesus:

Fué tarea importante de su trabajo en Sevilla como en Simancas la copia de la documentación relacionada con el tratado de límites entre España y Portugal,

---

<sup>69</sup> Pablo Pastells (1846-1932) foi missionário da Companhia de Jesus e provincial em Manila (Filipinas), além de historiador da ordem. Algumas de suas principais obras são: *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay, según la documentación del Archivo de Indias* (1912-1933); *Misión de la Compañía de Jesús en Filipinas en el siglo XIX* (1916); *El descubrimiento del estrecho de Magallanes* (1920); *Historia General de Filipinas, 1493-1662* (1925-1936); *Catálogo de los Documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias. Índice de Razón y Fe* (1951).

la historia de los ‘siete pueblos’ o sea de la ‘guerra guaraníca’ y del mismo modo todo lo que halló sobre la universidad y colegio de Monserrat, de Córdoba del Tucumán, ya que hasta entonces había sido tema esencial en la investigación del P. Furlong lo relacionado con la cultura hispano-americana. Completó esta investigación con lo referente a la Inquisición y aludió asimismo a la importación de libros al Nuevo Mundo. (MOLINA, 1955, p. 259).

Embora Molina (1955), Geoghegan (1979) ou Mayochi (2009) não deixem claro quanto tempo exatamente Furlong permaneceu na Espanha nessa tarefa de reunião e cópia de documentos, o primeiro autor aponta que o jesuíta teve acesso a extensos fundos documentais para além dos arquivos que já havia visitado, já que Pablo Pastells possuía, ele mesmo, uma imensa coleção de papéis, que pôs à sua disposição:

Hizo más eficiente su labor en Sevilla, no sólo la amistad del sabio y generoso guía, el recordado P. Pastells, sino también la circunstancia, de habitar su misma casa y de tener a su disposición los diez mil documentos copiados que llenaban más de cien volúmenes, dirigidos éstos y escogidos aquéllos por el propio P. Pastells, por encargo y a expensas de los jesuitas del Río de la Plata y de Filipinas. (MOLINA, 1955, p. 259).

No que diz respeito às obras produzidas na América, principalmente por missionários expulsos, Furlong iniciou suas investigações na Espanha, encontrando, inclusive, documentos que pertenceram a Felix de Azara.<sup>70</sup>

Conoció también la biblioteca pública de Huesca donde se encuentran impresos y manuscritos del obispo de San Alberto, y también visitó la del seminario de Barbastro, donde halló un baúl de papeles rioplatenses propiedad de Azara y la del colegio de El Palo, en Málaga, en donde vió numerosas obras de los jesuitas del Nueva Mundo. (MOLINA, 1955, p. 259).

Após copiar integralmente ou extrair os trechos que tinha interesse dos documentos localizados nas diversas cidades espanholas pelas quais passou, o jesuíta incursionou por outras regiões da Europa, como a Bélgica, a Alemanha, a França e o Reino Unido, procurando, ao que parece, as obras dos jesuítas expulsos. Por isso,

Trabajó e investigó en dos oportunidades en el *Brittish Museum* de Londres y además estuvo en París, en cuyas bibliotecas y archivos, en el Nacional, en el

---

<sup>70</sup> O militar espanhol Félix de Azara (1742-1821), irmão do político e diplomata José Nicolás de Azara, atuou também como engenheiro, cartógrafo e naturalista. Deixou diversos manuscritos, nos quais descreveu a natureza e as gentes da América platina.

de Santa Genoveva y en la del Arsenal, buscó cuanto de argentino hubiera en ellas.

En cierta oportunidad pasó varias semanas en la Biblioteca Real de Bruselas y en la de los Bolandistas, y en esta última pudo ver y extraer las *décadas* del Padre Techo, pues allí se conserva el único ejemplar conocido de esta voluminosa obra. Trabajó en los archivos de Berlín, Leipzig y Munich, y sólo de éste pudo obtener algún provecho, gracias a las noticias que le proporcionó el historiador suizo Antonio Huonder y con su ayuda dar con un rico filón de documentos germano-platenses. En esa ocasión descubrió el códice de Baucke o Paucke, cuyas ilustraciones publicó en un volumen que rotuló *iconografía colonial rioplatense*. (MOLINA, 1955, p. 259-260, grifos no original).

Por fim, “de regreso a su patria hizo escala en el Río de Janeiro, donde visitó la Biblioteca Nacional para apreciar la colección ‘de Angelis’” (MOLINA, 1955, p. 260). Furlong empreendeu, assim, uma grande viagem que, além de concluir sua formação sacerdotal – foi enviado ao Reino Unido para realizar sua terceira provação, onde instalou-se na residência jesuíta de Mouth Street, em Londres (GEOGHEGAN, 1979), e em “el 2 de febrero de 1926, hizo los [votos] correspondientes a coadjutor espiritual [...]” (MAYOCHI, 2009, p. 30) – como, también, atuou nesse projeto de reunião de fontes. À semelhança do que os historiadores da Sección de Historia da FFyL propuseram, com o envio de Torre Revello à Espanha como comissionado, para que pudessem reunir os documentos necessários para a realização de suas pesquisas, a Companhia de Jesus, ao patrocinar a viagem de seu membro à Europa, também inseriu-se e propiciou que fosse posto em prática um projeto de construção de uma história da Ordem para o período colonial.

Pode-se considerar esse projeto como uma iniciativa da Ordem porque o próprio Furlong, em *Los jesuitas* (1941), esclareceu as razões do apoio e do patrocínio que recebeu para as diversas viagens que fez aos arquivos da Europa. Na obra, consta a informação de que seus Superiores, reconhecendo talentos particulares em alguns membros da Ordem, os auxiliavam em seu aprimoramento, o que, no caso de Furlong, possibilitou sua dedicação aos estudos históricos:

[...] cómo los superiores favorecen esas vocaciones personales, y cómo todos los demás Jesuitas se empeñan en que cada uno dé de sí cuanto pueda para la gloria de Dios. La Compañía de Jesús da a todos sus hijos un rico caudal, pero deja a cada uno explotarlo según su carácter, inclinaciones y talentos: sabia táctica, enseñada y practicada por San Ignacio. (FURLONG, 1941, p. 31).<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Ele continua, mais uma vez, a referir sua experiência pessoal: “Yo mismo *sentí inclinación a los estudios históricos*, y puedo decirlo con toda verdad y gratitud, *los superiores me favorecieron en todos sentidos*. Me bastó indicar la conveniencia de ir a los grandes archivos españoles, y para ello me dieron amplísima facultad. Insiné la conveniencia de ir al British Museum de Londres, a la Biblioteca Nacional de París, a la Real de Bruselas y al Archivo de Munich, y no solamente no hubo obstáculos, antes, por el contrario, facilidades

Pode-se destacar, ainda, o fato de que as produções do jesuíta, a partir de seu retorno à Argentina em 1925 – quando passou a atuar, também, como professor, no Colegio del Salvador – tinham como temática central a história da Companhia de Jesus. O primeiro livro que publicou, intitulado *Glorias santafecinas* (1929), versava sobre as trajetórias de dois missionários do período colonial. Daí em diante, as principais obras que lançou até o final da década de 1930 giraram em torno da atuação dos membros da Ordem e/ou de suas produções textuais, como pode-se observar na Tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Publicações de Furlong entre 1929 e 1939.

Ano	Título
1929	Glorias santafecinas
1933	Los jesuitas y la cultura rioplatense
1936	Cartografía jesuítica del Río de la Plata
1937	Las misiones jesuíticas (Historia de la Nación Argentina)
1938	Entre los abipones del Chaco
1938	Entre los pampas de Buenos Aires
1938	Entre los mocobíes de Santa Fe
1939	Entre los vilelas de Salta

Fonte: Elaborado pela autora.

Para além da publicação de textos referentes às suas pesquisas, outra das atuações de Furlong que cabe ressaltar é a de professor no Colégio del Salvador. Tendo iniciado suas atividades em 1868, o Colégio del Salvador se tornou um importante centro de formação, não apenas da intelectualidade jesuíta argentina, mas, também, dos integrantes das tradicionais famílias católicas. Segundo documento disponibilizado pela própria instituição de ensino,<sup>72</sup> “el objetivo de este colegio es poner al alcance de todas las familias, sin distonción de clases, una sólida instrucción unida a una cristiana educación que haga de sus hijos su consuelo y su alivio” (COLEGIO DEL SALVADOR, s/d, p. 12), e, para tanto, mantinha uma escola pública e, também, vínculos com grupos católicos que auxiliavam na manutenção das atividades

---

amplísimas. *Y es el caso de todos los que se sienten inclinados a un trabajo especializado: la Compañía de Jesús los alienta, ayuda y favorece cuanto puede. Si no lo hace siempre, es, o porque no conviene para la gloria de Dios, o porque materialmente no pueden por una u otra causa.*” (FURLONG, 1941, p. 31, grifos meus). Vale observar que a conclusão dos estudos em Teologia na Europa pode ter se dado por vontade do próprio Furlong, dado que o historiador argentino refere, na passagem destacada acima, as visitas aos arquivos, museus e bibliotecas como aqueles que teria visitado durante esta etapa de sua formação.

<sup>72</sup> Informações sobre a história do Colegio del Salvador podem ser obtidas através da página [colegiodelsalvador.esc.edu.ar/institucional/historia/](http://colegiodelsalvador.esc.edu.ar/institucional/historia/).

desenvolvidas. Durante boa parte do século XX, o Colégio chegou a possuir mais de mil alunos, que, para além de sua educação formal, deveriam auxiliar a Companhia na evangelização e em obras sociais, já que o aspecto solidário da instituição se estenderia, também,

[...] a la atención pastoral de las islas del Tigre con la Lancha-Capilla llamada El Salvador, a la Penitenciaría Nacional, a los Hospitales públicos, a las misiones surgidas en las décadas de los cincuenta y sesenta y tantas otras acciones que fueran despertando vocaciones de servicio desde el Evangelio. Varias de estas obras solidarias eran acompañadas por el ofrecimiento de atención espiritual y de Ejercicios Espirituales para sus integrantes. Las Congregaciones Marianas y las Acción Católica eran, hasta entrada la década del 50 del Siglo XX, espacios pastorales voluntarios de formación espiritual para alumnos y ex alumnos. (COLEGIO DEL SALVADOR, s/d, p. 13).

Foi levando em considerando este projeto de formação de uma intelectualidade católica pelo Colegio del Salvador, que Guillermo Furlong se inseriu como docente na instituição, destinado a desempenhar esta função por seus superiores da Companhia de Jesus. Como mencionado anteriormente, após concluir seus estudos, em 1924, o jesuíta passou a atuar como professor de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês nesta instituição de ensino.

A intenção, aqui, não é analisar sua atuação como docente, aspecto que demandaria um *corpus* documental muito diferente daquele que possuo e que, por si só, já mereceria um trabalho de fôlego. Por outro lado, os contatos que Furlong estabeleceu com outros intelectuais argentinos, tanto através de suas pesquisas em arquivos e bibliotecas argentinos, quanto durante o período em que foi professor, podem ter contribuído para o estabelecimento de outros vínculos institucionais, que serão analisados ainda neste capítulo. Deve-se considerar, também, que sua atuação como docente foi lembrada, de forma rápida, pelos autores dos já mencionados artigos da edição de 1979 da revista *Archivum*, que foram escritos não apenas por colegas de ordem religiosa e amigos, mas, também, por alguns de seus ex-alunos, que devido a sua atividade intelectual, continuaram a conviver com o jesuíta depois de sua formação no Colegio del Salvador.

A manutenção de instituições de ensino confessionais tinha objetivos bastante específicos, dentre eles, estava o de assegurar uma educação de qualidade aos praticantes do catolicismo, bem como a adoção de comportamentos virtuosos por parte de seus alunos e familiares. Neste sentido, para Roberto Di Stefano e Loris Zanatta (2009, p. 377),

Era necesario, por ende, lograr cohesión, organización, unidad de miras y de objetivos, claridad y coherencia doctrinaria. Y más aún, era preciso que los practicantes tomaran conciencia de los peligros que amenazaban a la fe y a los fundamentos católicos de la sociedad y comprendieran la importancia de movilizarse en su defensa.

O final do século XIX foi, para o catolicismo de um modo geral e, para o catolicismo argentino em particular, um período em que uma das principais preocupações era a expansão do comunismo, principalmente entre as classes trabalhadoras. Desde o Concílio Vaticano I<sup>73</sup> e, posteriormente, da promulgação da Encíclica Rerum Novarum (1891),<sup>74</sup> a Igreja vinha demonstrando preocupação diante das crescentes indagações sobre suas políticas sociais. Para Miranda Lida, que estudou a temática em sua obra intitulada *Historia del Catolicismo en la Argentina* (2015), em um momento no qual o país vivia um projeto de progresso econômico, a

---

<sup>73</sup> O Concílio Vaticano I foi convocado pelo papa Pio IX e iniciou-se em 1869. Segundo Rambo (1998, p. 148-149), “Durante as sessões do Concílio, os padres conciliares, sob a orientação de Pio IX, empenharam-se em afirmar e a reafirmar as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento. A Restauração Católica nada mais significa do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que finalmente foram formuladas nos documentos do Concílio. A Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se, em princípio, a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi neste contexto que surgiu o conceito de Ultramontanismo. Ultramontanos (da expressão ‘ultra monte’ = além das montanhas) são ou foram os teólogos, o clero, os religiosos e o povo em geral, que combatiam o galicismo dos católicos franceses que desejavam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima aquela que tinha sua sede ‘ultra montes, além das montanhas’, o papa em Roma. Os princípios defendidos pela Restauração negavam qualquer tipo de ingerência do estado laico nos assuntos da Igreja e, por sua vez, a Igreja devia manter-se afastada do estado arreligioso, agnóstico ou ateu. A dinâmica da história, entretanto, não tardou em demonstrar que o poder civil e o poder religioso não podiam ignorar-se mutuamente ou simplesmente prescindir um do outro. Foi preciso encontrar uma fórmula aceitável de convivência. Esta fórmula, certamente, não consistia num passo para trás, retomando ou restaurando o regime de cristandade. Os saudosistas do regime passado somavam minoria e não existiam as mínimas chances de êxito. A saída para o impasse situava-se em outro lugar. O Estado, a sociedade civil e suas autoridades, a Igreja, a sociedade religiosa e suas autoridades têm obrigações para com os súditos. O Estado tem como obrigação garantir o bem-estar material do cidadão e à Igreja cabe zelar pelo bem-estar espiritual dos fiéis”.

<sup>74</sup> A Encíclica Rerum Novarum, de 1891, do papa Leão XIII definiu e consolidou os principais pontos da Doutrina Social da Igreja. Para Rambo (1998), uma das preocupações dominantes da Encíclica era o operariado urbano emergente que, influenciado pela “ameaça” comunista, passou a questionar o posicionamento da Igreja em relação às questões sociais. A partir daí, foram criadas iniciativas como os Círculos de Obreros – conhecida no Brasil por Círculos Operários –, ou seja, agremiações que tinham por objetivo a reunião e a ajuda de operários urbanos de Buenos Aires e de outros centros argentinos.

crise de 1890<sup>75</sup> fez com que as elites católicas<sup>76</sup> elaborassem políticas sociais, que visavam amenizar as críticas e os questionamentos sobre as preocupações com os mais pobres e que a Igreja atuasse a partir de medidas que passavam pela própria educação e normatização do clero. Segundo a autora, “el catolicismo procuraba acompañarlo [o progresso], incluso encauzarlo, pero sin oponerle tenaz resistencia, siempre que el progreso material se viese morigerado por el progreso moral, único modo de evitar el desenfreno especulativo de los años ochenta: este discurso cobraba más sentido que nunca en tiempos de crisis” (LIDA, 2015, p. 37).

É pensando na questão moral, tão importante para as elites católicas argentinas, que foram criados os Círculos de Obreros e grupos como o Opción por los pobres. No primeiro caso, para além dos militantes católicos, indivíduos como o Padre Federico Grote<sup>77</sup> atuavam como mediadores entre as organizações patronais e os Círculos de Obreros. Havia, ainda, segundo María Ester Rapalo (2005), a intenção, por parte da Igreja, em constituir um movimento sindicalista católico, identificado com a Encíclica Rerum Novarum (1891) e que procurava inibir movimentos radicais de luta pelos direitos trabalhistas, advogando medidas compensatórias que visavam à manutenção do *status quo* das relações empregados/patrões. Já no segundo caso mencionado, há a formação, por parte de alguns religiosos de Buenos Aires, de um grupo que visava a defesa de interesses da população mais pobre. Como afirma María Elena Barral (2016), estes padres agiram, através de greves de fome, reuniões, homenagens a personagens assassinados, contra certas medidas tomadas pelo governo e que tinham por objetivo o desalojamento e uma cada vez maior invisibilização das populações mais pobres da capital argentina.

Além destas iniciativas, que tinham como público alvo, mais especificamente, as populações das classes operárias, é importante mencionar que as políticas sociais da Igreja passaram, também, por medidas como a fundação de escolas e tentativas de fundação de Universidades, a criação de associações de mulheres, com o objetivo de auxiliar os mais pobres.

---

<sup>75</sup> Segundo Felix Luna (2010), o governo de Juárez Celman, sucessor de Roca, acabou por tomar medidas que podem ter contribuído para a emergência de uma crise financeira a partir de meados do ano de 1889. De acordo com as palavras do autor, “el presidente llevó a cabo una administración sin demasiados tropiezos, obteniendo los mayores volúmenes en el intercambio comercial y un crecimiento inmigratorio. elevado: 260.000 personas sólo en ese año. Creían también los lujosos edificios, se afirmaba la construcción de nuevas obras públicas y la presencia de la Argentina en la Exposición Universal de París de 1889 fue una muestra más del impetuoso crecimiento del país. Pero la opulencia duraría poco. Pronto comenzaron a mostrarse los signos de la crisis. El oro subió, la vida se hizo cada vez más cara, el papel moneda se depreció y las cotizaciones de la Bolsa se derrumbaron.” (LUNA, 2010, p. 24-25).

<sup>76</sup> Ao mencionar as elites católicas, refiro-me, mais especificamente, tanto à hierarquia da Igreja propriamente dita, composta pelos sacerdotes, bispos e demais autoridades eclesiais, quanto àquelas elites que apoiavam o catolicismo, intelectuais católicos, etc.

<sup>77</sup> Federico Grote (1853-1940) foi um padre redentorista que dedicou grande parte de sua atuação aos projetos sociais da igreja. Foi o fundador, em 1892, dos Círculos de Obreros.

No tocante aos imigrantes, a Igreja considerou a fé católica como ponto de integração entre estes e a população argentina no geral, e intensificou seu trabalho, inclusive com publicações nas línguas nativas.

No que diz respeito ao clero, havia uma preocupação da hierarquia eclesiástica com duas questões em específico. Em primeiro lugar, os sacerdotes que atendiam as paróquias, ou “curas párocos”, termo empregado por Lucía Santos Lepera (2015), não criavam raízes nas comunidades como pretendiam seus superiores e, em segundo lugar, havia a preocupação com a manutenção econômico-financeira do clero. Desta situação, resultavam problemas disciplinares, o que ia de encontro às intenções da Igreja, que buscava se consolidar como uma instituição estável na Argentina da virada de século. Neste sentido, e no bojo ainda do proposto pelo Concílio Vaticano I, foram feitos investimentos na formação do clero (RAMBO, 1998). Construiu-se a nova sede do Seminário Conciliar em Villa Devoto, onde Guillermo Furlong, por exemplo, lecionou. Os custos da obra foram pagos, em sua grande maioria, com doações: “los costos de la obra se financiaron mayormente con colectas gestionadas por una comisión de damas de la alta sociedad – Mercedes Castellanos de Anchorena hizo levantar la capilla y fue quien más se comprometió con las obras” (LIDA, 2015, p. 56). A normatização do clero passou, também, por questões de etiqueta, já que

Había otras normas tácitas que serían también de suma importancia para el clero de fin de siglo, en especial, para todo aquel que aspirase a ascender en su carrera eclesiástica: el aseo, la apropiada conservación del traje sacerdotal, los buenos modales, el pulido uso del lenguaje. Lo mismo cabe decir de alguna dosis de erudición: en este sentido, puede recordarse que ya en 1889 la primera carta pastoral del episcopado argentino insistiría en la necesidad de fundar una universidad católica, ‘con criterio verdaderamente científico’, según enfatizaba. (LIDA, 2015, p. 36).

Para além das questões que envolviam sua apresentação formal, havia a preocupação com a formação intelectual do clero, o que levou, em 1910, à criação da Universidad Católica. O Colegio del Salvador, uma opção para a formação de jovens católicos, criou seu Instituto Superior de Filosofía em 1944 e passou a se constituir em Universidade apenas em 1956. Neste contexto de normatização, foi criada a Acción Católica.<sup>78</sup> Outro dos artificios utilizados, as

---

<sup>78</sup> O principal objetivo da Acción Católica era agrupar os fiéis sob a autoridade episcopal, promovendo uma recristianização dos costumes e da vida pública. Os sacerdotes atuavam (e ainda atuam) junto a grupos, no sentido de promover boas ações. Na Argentina, A Acción Católica está organizada da seguinte maneira: Área de Adultos; Área de Jovens, conhecida como JAC, que engloba os Prejuveniles, Juveniles e Mayores; Área dos Aspirantes, formada por crianças. Há, ainda, áreas complementares, que são: Área Sectores, formada por setores específicos da sociedade que necessitam de atenção especializada, e a Equipe de Formación. É importante



missões populares, que ocorreram não apenas na Argentina, mas em outros países latino-americanos, como o Brasil, evidenciam os esforços feitos pela Igreja para a renovação da fé das populações.

*Para reforçar o efeito da atividade pastoral permanente nas paróquias, principalmente rurais, a Igreja lançou mão de um outro expediente sistemático que foram as missões populares. Sacerdotes especialmente selecionados pela sua capacidade oratória e a sua notória vida pessoal inatacável, percorriam de tempos em tempos as paróquias, para durante uma semana, de forma intensiva, chamar os fiéis à renovação espiritual e chamá-los para a participação dos sacramentos. Com sermões inflamados, instruções para as diversas categorias – como homens, mulheres, moços, moças e crianças –, chamavam para a confissão e a participação na eucaristia. Nessas ocasiões, os relapsos tinham ocasião de pôr em dia, sem constrangimentos, a sua vida sacramental, com sacerdotes estranhos, resolver os problemas familiares, as pendengas com vizinhos, as inimizades surgidas pelos mais diversos motivos. As missões populares eram enfim ocasiões em que se renovava o fervor religioso, se intensificava a vida sacramental, se reavivava o autêntico espírito católico, tanto nos indivíduos como nas comunidades. (RAMBO, 1998, p. 156, grifos meus).*

Tais perspectivas de fervor religioso, alimentadas pela própria Igreja, bem como a intensa participação de elites católicas em grupos, políticas sociais e doações acabaram por se constituir em “una iglesia que en los años veinte parecía cada vez más militante, integrista, aferrada a los más rancios valores antimodernos, no tenía reparos en mostrarse mundana, codeándose con pilotos aventureros que atraían a las muchachas jóvenes por demás” (LIDA, 2015, p. 94). Este catolicismo, com forte tendência militar, propiciou a emergência de um movimento que Gineth Andrea Alvarez (2013) denomina de Catolicismo Integral. Para a autora, este movimento, ou postura, possui algumas características básicas que o diferenciam de outros modos de viver o catolicismo do período:

[...] el Catolicismo Integral tiene cuatro características básicas: *Romano*, en tanto el papado está en la cabeza; *Intransigente*, en tanto antiliberal e inflexible; *Integral*, al mostrarse contrario a ser reducido a actividades privadas del culto individual, y; *Social*, porque penetra la vida pública y busca adquirir una dimensión popular en contra respuesta a la movilidad generada por el liberalismo económico en torno a la denominada ‘cuestión social’ [...]. (ALVAREZ, 2013, p. 109-110, grifos no original).

---

mencionar que Guillermo Furlong atuou junto aos grupos de jovens da Acción Católica. Mais informações sobre a iniciativa podem ser encontradas no site [www.accioncatolica.org.ar/](http://www.accioncatolica.org.ar/).

O Catolicismo Integral propunha, assim, que as principais ações esperadas dos fiéis católicos (ética, amor ao próximo, respeito, caridade com os mais pobres) fossem levadas a todas as esferas da vida, seja no âmbito privado ou no âmbito público. Ao mesmo tempo, o caráter confessional deste movimento deveria ser expresso, também, em momentos como comemorações cívicas, que poderiam vir acompanhadas de procissões religiosas, na política e no ensino regular escolar. Neste campo, uma das vitórias dos católicos argentinos foi “[...] la implementación, por medio del Decreto 18411 del 31 de diciembre de 1943, de la enseñanza religiosa como obligatoria en todas las escuelas en sus diferentes niveles educativos y en las universidades dependientes del Consejo Nacional de Educación, lo cual rompía la tradición de educación laica argentina” (ALVAREZ, 2013, p. 104-105).

É neste contexto de difusão do Catolicismo Integral que surgem as obras de Guillermo Furlong, que versaram, principalmente, sobre a história da Companhia de Jesus na região da Província Jesuítica do Paraguai<sup>79</sup> durante o período colonial. Cabe observar que o jesuíta foi educado e iniciou sua produção justamente nas décadas posteriores às normativas do Concílio Vaticano I e da Encíclica Rerum Novarum. No entanto, é importante considerar se – e como – estes movimentos podem ter impactado e repercutido em sua produção.

Para tanto, um aspecto importante de sua trajetória é a valorização não apenas da história da Igreja e de sua Ordem em si, mas a defesa da História Eclesiástica enquanto disciplina e a sua importância para a reconstituição da história e da memória do Catolicismo. Foi com essa intenção que Furlong passou a integrar a Junta de Historia Eclesiástica Argentina a partir de 1942, ano de fundação da instituição, da qual foi seu primeiro vice-presidente.<sup>80</sup> Segundo Tanzi (2012, s/p), havia, no início da década de 1940 o interesse, que partia tanto da hierarquia eclesial quanto de intelectuais católicos, em pesquisar e publicar sobre a história da Igreja na Argentina desde o período colonial até o século XX. Neste sentido,

[...] faltaba una institución cultural que orientara, ordenara y destacara la proyección histórica de estos estudios. [...] La Junta tenía por misión

---

<sup>79</sup> Segundo Fleck (2007, p. 63), “A antiga Província do Paraguay abrangia, na época colonial, limites bastante mais extensos que os da moderna República Paraguai. Recebendo o nome do rio que banhava, compreendia uma imensa região que se estendia entre o Brasil e o Peru, até o Prata e o Oceano Atlântico. O antigo Paraguai limitava-se, ao norte, com a Capitania de São Vicente, pois a linha imaginária a separar os territórios de Portugal, passava sobre o Iguape, no atual estado de São Paulo; ao sul, com o Rio da Prata; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a província de Tucumán, atualmente território argentino. Os atuais Estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e sul do Mato Grosso, subindo daí até a bacia do Amazonas, eram jurisdição do Paraguay”.

<sup>80</sup> A história desta instituição se encontra mais bem documentada do que as anteriores, pois, em 2012, Héctor Tanzi pronunciou uma conferência que fornece uma série de informações e encontra-se disponível no endereço <http://www.jhea.org.ar/historia.html>.

fundamental el estudio y la difusión de la obra realizada por la Iglesia Católica, asesorar a la Conferencia Episcopal en las consultas que se formularan y cooperar en la conservación y valoración de los monumentos y objetos artísticos religiosos.

Embora Furlong não tenha ocupados, em nenhum momento, o cargo de presidente da Junta – levando em consideração que, neste momento de sua vida, além de suas funções como sacerdote, lecionava no Colegio del Salvador e se dedicava aos estudos historiográficos – pode-se perguntar até que ponto não seria interesse do próprio jesuíta a fundação de uma instituição que fomentasse o campo de estudos da História Eclesiástica, muito presente em seus trabalhos. A História Eclesiástica se distancia da atual História das Religiões e das Religiosidades, fruto das intensas renovações e discussões em torno das abordagens e construções teórico-metodológicas do século XX.<sup>81</sup>

A História Eclesiástica teve, segundo Prado & Silva Jr (2014), uma importante função no campo da historiografia cristã. Seu surgimento é datado do século IV, com Eusébio de Cesareia e sua *História Eclesiástica*. Suas principais características são a descrição cronológica e seu caráter confessional, até mesmo apologético. Esta modalidade persistiu até o século XX, com algumas variações, e sofreu críticas justamente pelo enfoque bastante restrito ao objeto de estudo. Frequentemente vinculada ao catolicismo, a História Eclesiástica trabalha de forma sistemática a Igreja e sua história enquanto instituição, bem como a atuação do clero, dedicando-se ao “estudo do funcionamento, estrutura e organização do clero e da pregação religiosa, incluindo as formas de proselitismo religioso, a disciplina clerical e a normatização do ritual” (HERMANN, 1997, p. 489).

---

<sup>81</sup> Autores como Carlo Ginzburg (1988), Dominique Julia (1995) e, para o caso brasileiro, Laura de Mello e Souza (1986; 1993) e Ronaldo Vainfas (1995) têm apontado para a importância de os estudos na área das religiões não contemplarem apenas o catolicismo, mas, também, toda a heterogeneidade e riqueza das diferentes crenças e práticas religiosas, sendo elas já institucionalizadas ou não. Neste sentido, o foco de análise se desviou da já, em alguns aspectos bem documentada, História Eclesiástica para abarcar uma multiplicidade de temáticas e um olhar mais aberto para as práticas e crenças populares, na busca de eliminar os preconceitos dos quais esta temática vinha carregada. As populações, que antes eram consideradas mero pano de fundo para a atuação do clero, passaram ao primeiro plano, e os historiadores procuraram compreender a complexidade dos movimentos de apropriação da religião institucionalizada por estes indivíduos. Ao mesmo tempo, os pesquisadores depararam-se com a problemática das fontes para os estudos destas temáticas, já que estas, na maioria das vezes, provêm de relatos de missionários e de documentação oficial da Igreja ou do Estado. Neste ponto, pode-se considerar *Os Andarilhos do Bem* (1988) de Ginzburg, como um dos marcos dos estudos da apreensão popular do fenômeno religioso, pois o autor dirigiu seu olhar mais para as respostas dos inquiridos em processos da Inquisição italiana do que para as perguntas. Embora lidasse ainda com uma fonte oficial, os questionamentos feitos por Ginzburg (1988) possibilitaram uma maior complexificação dos processos inquisitoriais pensando a questão do ponto de vista popular, ao invés da simples intencionalidade do Santo Ofício italiano. Outra possibilidade aberta pela disciplina de História das Religiões e das Religiosidades é o entendimento de que alguns campos podem servir-se de outros como objeto de pesquisa, complexificando a relação entre o lugar social do historiador religioso e o tipo de texto resultante de sua operação historiográfica.

É importante frisar, contudo, que, mesmo que a atuação dos religiosos se dê junto às mais distintas populações, e que estas, em diversos casos, vivenciam a religião a seu modo, tais práticas e crenças não são o objeto de estudo da História Eclesiástica. As populações servem, assim, de pano de fundo para a atuação do clero, cujo trabalho é abordado do ponto de vista da Igreja e da valorização do trabalho da mesma em diferentes territórios.<sup>82</sup>

A Junta de Historia Eclesiastica Argentina (JHEA), que “tenía por misión fundamental el estudio y la difusión de la obra realizada por la Iglesia Católica, asesorar a la Conferencia Episcopal (...) y cooperar en la conservación y valoración de los monumentos y objetos artísticos religiosos” contou com diversos historiadores *laicos*<sup>83</sup> entre seus membros, pois “Como un instituto de este tipo no podía prescindir de los laicos dedicados a la historia de la Iglesia, a poco se incorporaron Adolfo M. Diaz, *Enrique Udaondo*, César B. Pérez Colman, *Mario J. Buschiazzo*, *José Torre Revello* y *Vicente D. Sierra*” (TANZI, 2012, s/p, grifos do autor).<sup>84</sup>

Assim como a Academia e o Instituto, a Junta acabou se tornando um importante espaço de divulgação dos trabalhos de Furlong e, também, de sociabilidade intelectual, sobretudo, de contato com outros sacerdotes. Confirmando sua adesão a uma área de pesquisa bastante bem delimitada, Furlong dedicou-se, em boa parte de seus trabalhos, a reconstituir a história da ordem à qual pertenceu e a estudá-la enquanto parte de um segmento da Igreja que tinha uma função bem determinada na América Meridional. Tal enfoque levou à exaltação não apenas do catolicismo como um todo, mas, principalmente, do trabalho missionário da Companhia de Jesus. Para reforçar esta postura historiográfica, tem-se a denominação da JHEA, instituição à qual se filia, que se autodenomina integrada ao campo de estudos da História Eclesiástica.

---

<sup>82</sup> Entre os anos de 1952 e 1972, Furlong lançou uma coleção de livretos que tinha como objetivo trabalhar as trajetórias de diversos missionários jesuítas do período colonial, dando ênfase a documentos de sua autoria e as suas atuações nas populações indígenas. Esta coleção é composta pelos seguintes títulos: *José Manuel Peramas y su diario del destierro (1768)* (1952); *Tomás Falkner y su acerca de los patagones (1788)* (1954); *Joaquín de Camaño y su “Noticia del Gran Chaco”* (1955); *Pedro Lozano, SJ y sus “Observaciones a Vargas” (1750)* (1959); *Antonio Sepp, SJ y su “gobierno temporal” (1732)* (1962); *Nicolás Mascardi, SJ y su carta-relación (1670)* (1963); *Antonio Ruiz de Montoya y su carta a Comental (1645)* (1964); *Juan de Escandón SJ y su carta a Buriel (1760)* (1965); *Alonso Barzana SJ y su carta a Juan Sebastián* (1968); *Bernardo Nusdorffer y su “Novena parte”(1670)* (1971); *Florián Paucke SJ y sus cartas al visitador Contucci (1762-1764)* (1972).

<sup>83</sup> Em nenhum momento Tanzi (2012) afirma se o número de religiosos que compunha a JHEA era maior do que o de leigos. Entretanto, parece-me, no entanto, que a instituição foi composta primeiramente, por historiadores religiosos, sendo que os leigos foram sendo integrados aos poucos.

<sup>84</sup> Note-se que historiadores como José Torre Revello, por exemplo, participavam das três instituições aqui mencionadas. Por sua vez, o já citado Udaondo tinha vínculos, também, com a ANH. Neste sentido, percebe-se que havia trânsito, por parte de alguns historiadores, como no caso de Furlong, entre mais de uma instituição leiga.

Em 1943, a JHEA cria a revista *Archivum*,<sup>85</sup> que se tornaria a principal publicação da instituição. Divulgada com uma periodicidade semestral, a revista lançou, durante sua existência, 23 edições. De acordo com seu Estatuto, os volumes contavam com a seguinte estrutura:

I. Artículos originales de investigación histórica; II. Documentos inéditos o rarísimos; III. Notas, datos o comentarios breves sobre temas históricos; IV. Valoraciones de libros; V. Bibliografía, sección en que se expone todo lo que ha aparecido sobre historia de la Iglesia argentina tanto de libros, como revistas especializadas o en periódicos; VI. Monumentos religiosos del pasado argentino, ilustraciones y comentarios. Más adelante, se han añadido otro apartado dedicado a Necrológicas y a revistas y libros recibidos. Desde el primer momento contó con un detallado índice onomástico. (GRAU, s/d, p. 2).

Observa-se, a partir do Estatuto da revista, que havia, pelo menos, dois espaços dedicados à avaliação e à crítica bibliográfica, o que indica que os membros da JHEA procuravam entrar em contato com diversas obras que versavam sobre a História da Igreja. Entretanto, seria importante saber se as obras resenhadas foram escritas, também, por historiadores que não pertenciam à Junta, o que seria um indicativo da capacidade de recepção de obras que foram escritas por pares que pertenciam a outras instituições de pesquisa. Já a seção VI era dedicada, especialmente, à rememoração de datas especiais a partir de trabalhos que versavam sobre monumentos e ilustrações. Com a posterior inserção de Necrológicos,<sup>86</sup> fica evidenciado o caráter também memorialístico que a revista da instituição passou a assumir ao longo do tempo.

### 3.2 SOBRE CONTATOS ENTRE HISTORIADORES: AS COMUNICAÇÕES ENTRE LEVENE E FURLONG

Antes de encerrar este capítulo, gostaria, ainda, de abordar um ponto que considero importante para a compreensão da comunicação que os personagens aqui estudados

---

<sup>85</sup> Furlong dirigiu a revista *Archivum* entre os anos de 1959 e 1974. Lamentavelmente, ainda são poucos os trabalhos produzidos sobre este periódico argentino, o que aponta para a necessidade de estudos que versem sobre a difusão e a recepção das ideias que este periódico veiculou ao longo de quase seis décadas. Dentre as questões que, com certeza, mereceriam a atenção dos pesquisadores, estão: Qual era a linha editorial da revista? A revista publicava somente artigos de membros da JHEA? Qual era o público leitor da *Archivum*? Qual a importância deste periódico para a divulgação das ideias de Furlong?

<sup>86</sup> A inserção de uma seção de Necrológicos no índice da revista, bem como a já citada seção VI, podem ter possibilitado o número especial em homenagem a Guillermo Furlong, publicado em 1979, e que, como já dito anteriormente, serve de fonte para a reconstituição da trajetória do jesuíta e historiador argentino.

estabeleceram entre si: as relações de ordem intelectual que Levene e Furlong mantiveram. Afinal, ao longo dos anos, é natural que historiadores que frequentam espaços próximos, como arquivos, instituições de pesquisa e universidades e que, inclusive, façam parte de uma mesma organização, como a JHyN/ANH, troquem algum tipo de correspondência para falar de seus projetos, encontros e outras questões em comum.

Entre os meses de novembro de 2018 e abril de 2019, tive a oportunidade de, em função de uma Bolsa de Pesquisa na modalidade Doutorado Sanduíche, pesquisar em diversos arquivos, museus e bibliotecas argentinos, dentre os quais destaco a Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene, onde localizei algumas cartas trocadas entre Levene e Furlong, que foram fundamentais para os objetivos da Tese.

Em 1994 foi inaugurada, na Calle Pacheco de Melo, 2134, no bairro da Recoleta, Buenos Aires, a Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (BMyARL). Esta instituição resultou da doação, por Ricardo Levene (filho), dos documentos, papéis, correspondências, livros e uma série de materiais, que pertenceram a seu pai, para o Estado argentino, na intenção de constituir uma instituição que estivesse dedicada à memória do historiador falecido em 1959. É importante considerar a BMyARL foi instalada na casa que pertenceu ao intelectual, na qual residiu com sua família e utilizou, também, como local de trabalho, estabelecendo sua biblioteca pessoal e seu escritório.

A instituição recebeu, mediante o Decreto 2357/91, financiamento do Estado argentino para seu funcionamento. A partir da doação dos materiais, o Estado ficou responsável por realizar todas as ações necessárias para que a BMyARL fosse instalada e se mantivesse com as portas abertas ao público. Para tanto, foi incluída no âmbito administrativo da Biblioteca Nacional de Maestros (BNM), fundada em 1884, e que abrande uma série de salas, um Centro de Documentación e a administração da MByARL.

El 9 de Noviembre de 1991, mediante Decreto 2357/91, el Estado Nacional aceptó la donación efectuada. La misma pasó a formar parte del patrimonio del Ministerio de Cultura y Educación de la Nación; y su programa se autorizó por Resolución Ministerial N° 204/96. En uno de los considerandos de dicho decreto el Estado Nacional se comprometía a (...) ‘adoptar las acciones tendientes para que se cumpla la voluntad del donante y realizar los inventarios y obras necesarias para la construcción de la Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene.’ (...)

La ‘Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene’ fue inaugurada el 25 de julio de 1994. Por último, la Resolución Ministerial N° 898/97 determinó en su artículo 1 incluirla en el ámbito de nuestra Biblioteca. (BNM, 2018, s/p).

O acervo da BMyARL é composto, segundo o *site*<sup>87</sup> da instituição, por doze mil volumes de livros e revistas que abordam assuntos como história argentina e da América Latina, história do direito, Sociologia e ensino de história, de autoria de Levene – incluindo primeiras edições – e de outros historiadores. Já o arquivo conta com um *corpus* documental produzido, principalmente, nos anos de maior produção intelectual do historiador, e traz “[...] copias de correspondencia [...], conferencias y homenajes [...], recortes periodísticos [...], apuntes de clases, boletines, gacetillas y revistas, reconocimientos y homenajes, [...] ilustraciones y fotografías, cronologías, índices de libros de su autoría, extractos de revistas, hasta [...] anotaciones personales” (BNM, 2018, s/p).

Dentro deste acervo, é possível mapear de forma bastante satisfatória a vida profissional de Levene, já que, com facilidade, pode-se encontrar, separados por ano, remetente, assunto, diversos dos papéis mencionados acima, em um conjunto variado e significativo. Tratando-se especificamente dos membros do grupo da Nueva Escuela Histórica, há papéis que indicam comunicações de Levene com Ravignani, Carbia, Milinari e Torre Revello, todas sobre temas como envio de publicações, pedidos de informações etc. Uma das suas comunicações com o último personagem, datada de onze de outubro de 1935, diz respeito, por exemplo, a um pedido de dados sobre um “folleto” publicado por Antonio de León Pinelo em 1623, citado em um trabalho de Torre Revello. Nesta carta, inclusive, o comissionado da FFyL saúda a Levene com a frase “Mi querido amigo” (TORRE REVELLO, 1935, p. 1).

Dois aspectos, contudo, chamam a atenção em relação a esses papéis de Levene, principalmente no que diz respeito às suas comunicações com outros intelectuais. Em primeiro lugar, apenas encontram-se as cartas recebidas por Levene. Isto é interessante porque pode-se aventar que não havia uma preocupação por parte do próprio historiador em guardar cópias, e, inclusive, os borradores de suas comunicações. No entanto, pode-se inferir, a partir da leitura das cartas que recebeu, os assuntos tratados nos papéis que enviou.

Em segundo lugar, nota-se que foi suprimida do acervo a documentação de cunho pessoal. As cartas enviadas a parentes e familiares, e, conseqüentemente, o tratamento de questões mais pessoais, não se encontram na totalidade dos papéis do acervo. Neste sentido, uma suposição a ser feita diz respeito ao fato de que a própria família de Levene e, principalmente, seu filho, antes de realizar a doação do material do pai, possa ter selecionado aqueles documentos que seriam disponibilizados ao público para consultas e pesquisas. Encaro

---

<sup>87</sup> O *site* da instituição pode ser acessado através do endereço [http://www.bnm.me.gov.ar/la\\_biblioteca/areas/levene.php](http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/areas/levene.php).

isto como uma seleção intencional das informações a que outros pesquisadores poderiam ter acesso pouco mais de 30 anos após a morte do historiador. A intenção pode ter sido a de construir uma memória sobre Ricardo Levene enquanto profissional, historiador e pesquisador dedicado à história de seu país e reconhecido por esse papel na sociedade. A demarcação de um recorte na coleção de documentos é, assim, simbólica, constituindo-se em direcionamento da leitura dos materiais, que, ao se tornar um patrimônio a ser administrado pelo Estado, servia, também, a um propósito.

Um aspecto a se considerar [...], é de que as coleções têm potencial de se tornar patrimônios culturais. Os elementos destacados dos quadros de experiência colecionistas permitem afirmar que as coleções constituem marcações individuais de um ciclo de vida, ou de passagem desses ciclos, *mas podem se constituir em marcações coletivas de uma ilusão social, ou marcações simbólicas*. Na medida em que uma coleção se torne um marcador coletivo, ou simbólico, inclusive, pode adquirir valor de mercado e inserir-se em um mercado de bens simbólicos. (LOPES, 2017, p. 87, grifo meu).

Levene, ao integrar e, ao mesmo tempo, posicionar-se próximo do Estado argentino, devido à sua atuação junto à JHyN/ANH, e ao eleger temas ligados à história nacional para suas pesquisas, acabou por construir uma memória em relação ao seu trabalho que o ligou a certas instituições e a uma epistemologia bastante específicas. A inflexão em relação à seleção dos documentos que compõem seu acervo vem no sentido de reforçar essa imagem de um historiador da nação, preocupado com seu trabalho e com suas pesquisas, e que, em virtude da grande quantidade de papéis que deixou, e dos livros que recebeu e trocou com outros intelectuais do período, demonstrava o reconhecimento em relação à sua atuação e seu comprometimento enquanto profissional.

Por outro lado, se, em relação a Levene, há a tentativa, por parte de sua própria família e do Estado argentino, de construção de uma memória acerca de sua trajetória como intelectual, por parte da Companhia de Jesus observa-se um processo inverso no que diz respeito a Furlong. Embora tenha vivido e trabalhado por grande parte de sua vida no Colegio del Salvador, em Buenos Aires, instituição de ensino que funciona até hoje em um imponente prédio junto à Avenida Callao, 542, constata-se que pouco material foi produzido sobre sua trajetória. Na biblioteca do Colegio há uma série de livros escritos por Furlong, bem como na Universidad del Salvador. Sua biblioteca física e seu repositório virtual, o *Racimo*,<sup>88</sup> guardam parte de sua produção, tanto de artigos da revista *Estudios*, quanto de livros. No entanto, se sua

---

<sup>88</sup> O repositório pode ser acessado pelo *link* <https://racimo.usal.edu.ar/>.



documentação privada, como cartas, anotações etc., à semelhança daquelas que se pode encontrar sobre Levene, está armazenada em alguma dessas instituições, ou em qualquer outro repositório da Companhia de Jesus, não há informações. Os funcionários, tanto do Colegio del Salvador, quanto da Universidad de mesmo nome, ao serem indagados, disseram não saber informar onde se encontram.

Diferentemente do caso de Levene, onde há a construção de uma memória, mediada pela seleção dos papéis disponibilizados para consulta, os de Furlong não estão acessíveis aos pesquisadores, o que impede um contato com outros textos, como cartas pessoais, por exemplo, que não aqueles que já foram publicados. Não ter acesso a esse tipo de fontes inviabiliza termos contato com sua caligrafia, com o seu fazer historiográfico, com a sua forma de organização de um texto ou, ainda, com a forma como assinava seus escritos. Nesse sentido, pode-se questionar até que ponto a própria Companhia de Jesus hesita (ou hesitou) em construir uma memória sobre Furlong a partir do acesso facultado à sua documentação. Parece-me justificável perguntar: Quais os motivos que levam (ou levaram) a Ordem dos jesuítas a não divulgar esses materiais?

É necessário considerar que os conjuntos de documentos, além de constituírem uma ilusão social ou marcações simbólicas em relação ao indivíduo, permitem uma correspondência entre uma pessoa e uma memória, seja ela individual ou coletiva. O acesso a esses materiais produzidos ou reunidos por Furlong permitiria a identificação de quais os papéis que guardava, o que considerava importante, seu processo de construção de conhecimento, os contatos com outros intelectuais, ou seja, uma série de aspectos que não poderão ser investigados. Temos acesso apenas a livros e textos que já passaram por um processo de edição, o que delimita de forma bastante específica a memória construída pelo e sobre o historiador jesuíta.

O processo de singularização das coleções em bens sociais, dessa forma, pode servir para identificar os conflitos em torno da constituição das instituições públicas de singularização. No caso aqui em questão, supomos que as coleções, ao se instituírem como bens sociais, exteriorizam *possibilidades de pensar os objetos colecionáveis, ou colecionados, em correspondência com a memória individual e coletiva que os mesmos ativam*, nas redes de interação formadas pelos colecionadores, conformando processos de patrimonialização cultural.

Nesse sentido, os processos de singularização das coleções estariam sujeitos aos fluxos que atravessam em vínculos estabelecidos entre homens e coisas, desde a mercantilização, sua troca-distribuição, até o consumo e a produção de valores de uso sociais que definem as coleções com bens sociais e patrimônios. (LOPES, 2017, p. 89-90, grifo meu)

Foi ao pesquisar na BMyARL, que encontrei, pela primeira vez, papéis escritos pelo próprio jesuíta, em sua comunicação epistolar com Levene. Considerando-se o fato de que ambos os historiadores participaram, principalmente na década de 1930, de alguns projetos, como a escrita e publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936), a organização e realização do IIº Congresso Internacional de Historia de América, bem como da posterior inserção de Furlong na Academia Nacional de la Historia, acredito ser importante compreender como se constituiu e se caracterizou a relação entre esses intelectuais para além desses eventos. Considerando um dos objetivos da Tese, que é o de discutir a forma como esses historiadores se comportavam enquanto integrantes de um grupo, esse aspecto de suas trajetórias é imprescindível para a reconstituição da dinâmica entre estes personagens, para que se possa ter uma real dimensão dos contatos que mantiveram entre si.

Ao procurar por papéis que documentassem a relação entre Ricardo Levene e Guillermo Furlong, encontrei dedicatórias em livros e algumas cartas. A biblioteca que pertenceu a Levene possuía, ao todo, dez exemplares de livros publicados por Furlong. Todos os exemplares trazem dedicatórias escritas de próprio punho pelo jesuíta. Os primeiros cinco títulos abarcam livros que foram publicados entre 1929 e 1941, e todos eles dizem respeito à atuação de missionários jesuítas durante o período colonial. Um deles, inclusive, é a primeira publicação de Furlong, *Glorias santafesinas* (1929), cuja dedicatória diz: “Al Dr. Ricardo Levene egregio autor de tantas preciosas monografías muy agradecido. G. Furlong Out/1929” (FURLONG, 1929, folha de rosto, grifo meu). Nela, chamou-me a atenção a expressão “muy agradecido”. Considerando que esta obra marca o início da produção sistemática de obras de história por Furlong, o que teria levado o historiador jesuíta a agradecer a Levene?

Não há, contudo, informações suficientes para responder a esse questionamento, já que a troca de cartas entre ambos, pelo menos aquelas guardadas na BMyARL, iniciou-se apenas em 1942. Pode-se, no entanto, fazer algumas inferências em relação a isso. É importante lembrar que o jesuíta retornou à Argentina em meados da década de 1920, após concluir seus estudos e suas pesquisas na Europa. Nos períodos em que esteve em seu país natal – entre 1913 e 1920, e a partir de 1924 –, dedicou-se a pesquisas em arquivos, principalmente na capital, Buenos Aires. Ao mesmo tempo, durante as décadas de 1910 e 1920, Levene conciliou sua ascensão junto aos círculos acadêmicos com as pesquisas em arquivos e a produção de obras como *Lecciones de historia argentina* (1912) e o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920), apenas para citar exemplos, além de seu ingresso na então JHyN.

Esses dados, se comparados, permitem aventar a hipótese de que os historiadores podem ter trabalhado ao mesmo tempo em um mesmo arquivo, ou colaborado entre si em relação a notícias sobre determinados documentos que procuravam. Isto possibilitaria que estes profissionais já tivessem conhecimento sobre as pesquisas que desenvolviam, explicando, também, o convite que Furlong recebeu para colaborar na coleção *Historia de la nación argentina* (1936) mesmo não fazendo parte dos círculos acadêmicos, como professor universitário, ou como membro da JHyN/ANH, já que sua indicação deu-se apenas em 1938.

Outra plausível explicação para o emprego da expressão “muy agradecido” seria a de que Levene tenha manifestado, através de alguma crítica escrita, ou mesmo verbalmente, alguma opinião positiva sobre o texto de Furlong. No entanto, não há qualquer evidência, até o momento, que comprove qualquer uma destas duas hipóteses levantadas.

Entre os anos de 1938 e 1941, Levene recebeu mais quatro obras de Furlong, todas de uma mesma série ou coleção, sendo que as dedicatórias são mais curtas e não permitem tantas inferências. Na obra *Entre los mocobíes de Santa Fe* (1938), escreveu apenas “Al Dr. Ricardo Levene afectuosamente. el autor Marzo 13/38” (FURLONG, 1938, folha de rosto). A partir daí, o conteúdo da dedicatória teve poucas modificações. Em *Entre los pampas de Buenos Aires* (1938), pode-se ler: “Al Dr. Ricardo Levene respetuosamente. G. Furlong Nov. 26/38” (FURLONG, 1938, folha de rosto); na obra *Entre los vilelas de Salta* (1939), a frase se repete: “Al Dr. Ricardo Levene/ respetuosamente. el autor Nov. 20/39” (FURLONG, 1939, folha de rosto); dois anos depois, em *Entre los lules de Tucumán* (1941), há uma variação apenas na forma de indicar o nome do autor: “Al Dr. Ricardo Levene respetuosamente” (FURLONG, 1941, folha de rosto), com um balão desenhado à caneta que liga a frase ao nome do autor.

Foi no ano seguinte, 1942, que iniciou-se a comunicação dos historiadores por carta. Novamente, não é possível saber se houve alguma outra troca anterior de correspondências entre os historiadores, já que localizei apenas quatro cartas no BMyARL, enquanto os papéis de Furlong encontram-se inacessíveis. Deve-se recordar, ainda, que nesse período o jesuíta já fazia parte da ANH, o que tornava o contato entre ambos mais próximo.

Em quinze de agosto de 1942, Furlong escreveu a Levene, fazendo uma solicitação. Nesse momento, juntamente com outros intelectuais, o jesuíta já havia trabalhado na fundação da Junta de Historia Eclesiástica Argentina (JHEA), a qual, como já mencionado, se constituía em uma instituição importante para a divulgação dos trabalhos sobre História Eclesiástica. O texto que pode ser lido na carta de Furlong é o seguinte:

Estimado Sr. y amigo: Desearía que a la mayor brevedad hiciera remitir al ‘Sr. Francisco Actis – Colegio Maypú – San Isidro – F.C.C.A.’ un ejemplar de los Estatutos y Reglamentos de la Academia de la Historia que U. tan dignamente preside. Escribo estas líneas lejos de Buenos Aires, y al regresar a la capital quiero pasar por S. Isidro, el domingo próximo, y trabajar con el mencionado Sr. Actis el Reglamento de la recién fundada Junta de Historia Eclesiástica Argentina, en la que soy vice-presidente. (FURLONG, 15/08/1942).

Frente à necessidade de escrever um regulamento para a JHEA, Furlong pediu a Levene que lhe enviase um exemplar da publicação que regia a ANH, o que facilitaria seu trabalho. Infelizmente, não há qualquer cópia de uma resposta ao jesuíta, e não é possível saber se sua solicitação foi atendida. No início do ano seguinte, um novo pedido de Furlong, dessa vez em relação a uma de suas participações como apresentador em uma das sessões da ANH.

Estimado señor y amigo: Después de lo que me indicó Ud. ayer por teléfono, he pensado que sería talvez más oportuno que yo no hablara sobre Lamas en la reunión o acto del día 22. De una parte son ya dos oradores, Ud. y el Dr. Martinez Teddy, cuando no tres si viene el Dr. Schiaffino. Por otra parte Ud. se va a referir a los principales hechos de la vida y a los escritos de Lamas, y creo ingrato el que se vuelva por segunda vez sobre lo mismo. Si Ud. lo cree prudente y oportuno, y puede facilmente eliminarme de este acto, sería ello más de mi agrado. Dos oradores, por poco que digan, llenan una hora. En vez de este discurso o lucubración me ofrezco desde ya a tener otro sobre la educación de la mujer en la época colonial, en la sesión que Ud. dispusiese. (FURLONG, 30/04/1943).

A partir do início de sua segunda carta, depreende-se um aspecto importante da comunicação entre os historiadores do período que, novamente, torna possíveis apenas inferências. Ao mencionar o contato através de telefone, pode-se aventar que talvez boa parte da comunicação entre esses profissionais pudesse se dar por outros meios que não através de correspondência, o que explicaria a pequena quantidade de cartas encontradas na BMyARL.

No entanto, para o caso da sessão do dia 22 de maio de 1943, pode-se encontrar informações em outra fonte importante: os *Boletines de la Academia Nacional de la Historia*. O volume XVII – publicado em 1944, mas referente aos eventos do ano de 1943 – registra que, nessa data, ocorreu uma sessão temática, em comemoração ao Centenário do Instituto Historico y Geográfico del Uruguay. Nessa sessão, Levene apresentou uma conferência intitulada *El Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay y la personalidad de su fundador Andres Lamas*. Furlong participou com a fala *Don Andres Lamas*, de conteúdo biográfico. Encerrou a sessão a conferência de Ariosto D. Gonzalez, intitulada *El Instituto Histórico y Geográfico símbolo de la vinculación uruguayo-argentina*.

Poucas semanas depois, em rápida carta, o jesuíta comunica a Levene onde se encontrava naquele momento e qual seria seu próximo destino: “Recién regresado de Córdoba me hallo con el pasaje, ida y vuelta, a Montevideo, que aprovecharé en breve” (FURLONG, 09/05/1943). Não fica claro se a passagem de ida e volta a Montevideo foi financiada pela ANH ou pela Companhia de Jesus, nem se era uma prática comum entre os membros da primeira informar sua localização ao presidente, nesse caso, Levene.

É no final daquele ano, contudo, que Furlong obtém êxito em uma de suas indicações. Em nove de novembro de 1943, o jesuíta escreveu ao presidente da ANH para indicar, como membro correspondente – isto é, de país estrangeiro – o jesuíta estadunidense Peter Dunne.

Aquel simpático jesuita, el padre Peter Dunne, es de tal espíritu y caracter que creo podría ser un excelente elemento de vinculación de los E.E.U.U. con la Argentina y habríamos de conquistarle, aun más, para trabajos en ese sentido. Se me ocurre que la A. N. de la H. tal vez le podría nombrar Miembro Correspondiente. El es Decano de la Facultad de Historia en la Universidad de S. Francisco y author de Pioneer bachrobes [sic] on the West Coast, Mary of St. Bernard, Protestant Revolt y otros. Es hombre que prestigiaría nuestra Academia. (FURLONG, 09/11/1943)

Novamente, a partir do *Boletín* (1944), volume XVII, pode-se confirmar a indicação do jesuíta, já que no dia 27 de novembro de 1943 deu-se a sessão de *Incorporación del Académico Correspondiente en los Estados Unidos de Norte América, R. P. Peter Dunne, S.J.*. De acordo com as formalidades da ocasião, Furlong pronunciou um discurso para apresentar o novo membro, seguido por uma conferência do próprio Dunne, intitulada *Las misiones jesuíticas en el N. O. de México*.

Para o período entre 1944 e 1948 há, ainda, mais cinco obras com dedicatórias de Furlong na BMyARL. Chamam a atenção, nesse conjunto de livros, os elogios feitos pelo jesuíta aos trabalhos de Levene: em *Bibliotecas argentinas durante la dominación hispánica* (1944a), escreveu “Al Dr. Ricardo Levene, dinámico y talentoso propulsor de toda/iniciativa cultural. G. Furlong S.J.” (FURLONG, 1944a, folha de rosto); em *Historia del Colegio del Salvador* (1944), pode-se ler “Al Dr. Ricardo Levene afectuosamente, G. Furlong SJ.” (FURLONG, 1944, folha de rosto); em *Matemáticos argentinos durante la dominación hispánica* (1945) encontra-se “Al Dr. Ricardo Levene, quien admira su labor patriótico, frente de su genio, G. Furlong SJ.” (FURLONG, 1945, folha de rosto); em *La cultura femenina en la época colonial* (1947), escreveu “Al Dr. Ricardo Levene, amistosamente, G. Furlong SJ.” (FURLONG, 1947, folha de rosto); e em *Naturalistas argentinos durante la dominación*

*hispanica* (1948) há a dedicatória “Al Dr. Ricardo Levene, y como un breve reconocimiento de su inmensa labor en prol de los estudios históricos. G. Furlong S.J./ 28-V-48” (FURLONG, 1948, folha de rosto).

Talvez os elogios à pessoa de Levene, enquanto profissional, derivem de sua vinculação com a Academia. No entanto, é plausível supor que o fato de Levene ter ocupado espaços muito importantes, que o aproximaram de setores do Estado argentino e conferiram prestígio e poder, fez com que recebesse maior atenção e, com certeza, alguns elogios de seus colegas de profissão.

Ademais, é importante considerar, com os dados apresentados até o momento, que os dois historiadores – juntamente com outros membros da Nueva Escuela Histórica – transitaram pelos mesmos espaços (a FFyL da UBA, a JHyN/ANH, entre outras), embora com intenções bastante diferentes. Enquanto Levene dedicava-se aos postos universitários e ocupava cargos importantes próximos ao Estado, como a presidência da Academia, Furlong dedicava-se ao ensino no Colegio del Salvador e às suas pesquisas relativas à História Eclesiástica, instituição que visava o reconhecimento da disciplina, pode ter se transformado, também, em um espaço de afirmação intelectual.

Se é possível apontar para tantas diferenças em suas trajetórias, quais foram suas concepções de História e como estas se refletiram em sua produção intelectual? Seria possível traçar alguma aproximação entre Levene e Furlong? Visando ao atendimento destes questionamentos, no próximo capítulo, analisarei as obras que os dois historiadores argentinos escreveram sobre a Revolução de Maio, em momentos específicos de comemoração, o Centenário e o Sesquicentenário, procurando identificar e discutir as divergências e semelhanças entre esses dois personagens que integraram a assim chamada Nueva Escuela Histórica.

#### **4. LEITURAS DA NAÇÃO: A REVOLUÇÃO DE MAIO NOS TRABALHOS DE RICARDO LEVENE E GUILLERMO FURLONG**

A construção de uma nação, do ponto de vista identitário, passa não apenas pela organização de um Estado, em sua acepção administrativa, e de todas as instituições que dele se irradiam para exercer controle e influência na vida dos indivíduos que estão sob sua jurisdição, mas, também, por uma relação emocional de pertencimento. Marcel Detienne (2013, p. 11-12), ao definir o conceito de nação, aponta que

[...] nação designa um conjunto de seres humanos caracterizado por uma comunidade de origem, de língua e de cultura. [...] Por certo, a nação não pode ser confundida com aquilo que o Estado pretende ser. Ela implica, com efeito, uma espécie de espontaneidade, essencial para a força de um Povo, com seus sentimentos e suas paixões.

Considerando-se esse apelo aos sentimentos individuais e coletivos em relação ao pertencimento – ou não – a uma determinada nação, é importante refletir sobre a forma como essa relação é construída ao longo do tempo. Afinal, embora Detienne (2013) aponte que deveria haver certa “espontaneidade” nessa relação, tanto com um lugar de nascimento, ou um espaço de residência, com uma comunidade, deve-se olhar com mais cuidado para a forma como ocorre uma espécie de “manutenção”, uma alimentação desses sentimentos ao longo do tempo nos Estados-nação.

No caso dos Estados há pouco constituídos na América Latina da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, havia a consciência de que era necessário construir uma nação e, juntamente com ela, o sentimento de pertencimento à mesma. No caso dos imigrantes, como apontado anteriormente, era necessário integrá-los à população a partir de uma educação formal que não apenas ensinasse a língua, mas, também, a História do país. No entanto, considerando-se toda a população em geral e, principalmente, no caso da Argentina,

Aunque tales planteos sociológicos o psicológicos han sido superados por interpretaciones que atienden la complejidad, abrieron el camino para considerar el condicionamiento del sujeto frente a las políticas estatales que se proponían la construcción de una conciencia de identificación con la nación, propiciándola especialmente desde el sistema educativo y la propaganda oficial. En este sentido, al revisar los rasgos constitutivos el estado nacional desde la teoría política, el argentino Oscar Oszlak advierte la importancia del componente idealista, sintetizándolo como la ‘capacidad de internalizar una identidad colectiva, mediante la emisión de símbolos que refuerzan sentimientos de pertenencia y solidaridad social y permiten, en

consecuencia, el control ideológico como mecanismo de dominación'. (ANDINO, 2016, p. 22-23).

No entanto, no que diz respeito à formação de uma nação e à construção de um sentimento de pertencimento à mesma, este controle não se dá apenas a partir da imposição de currículos escolares, mas, também, com as interpretações feitas em relação ao passado, em especial sobre alguns fatos históricos, cujas datas são comemoradas periodicamente, e possuem especial importância nesses contextos. No caso argentino, a Revolução de Maio (1810) é um ótimo exemplo disso, por ter sido revisitada por diversos historiadores, principalmente nas comemorações de seu Centenário e seu Sesquicentenário.

O cerne daquilo que conhecemos como Revolução de Maio deu-se entre os dias 22 a 25 de maio de 1810, embora seja preciso recuar até alguns dias antes para compreender os principais acontecimentos. Entre os dias 18 e 20 de maio, ao receber a notícia de que a Espanha havia caído nas mãos do exército francês, os colonos bonaerenses exigiram ao Vice-rei um Cabildo Abierto com o objetivo de discutir as decisões a serem tomadas a partir de então.

El 22 de mayo se celebró un Cabildo Abierto, en el cual se manifestaron diversas posturas respecto de la autoridad del virrey, y si éste debería permanecer en el cargo. Saavedra mantuvo silencio mientras esperaba su turno para hablar. Los oradores más importantes fueron el obispo Benito Lué y Riega, Juan José Castelli, Ruiz Huidobro, Manuel Genaro Villota, Juan José Paso y Juan Nepomuceno de Sola. Saavedra fue el último a tomar la palabra, proponiendo que el mando se delegase en el cabildo hasta la formación de una junta de gobierno, en el modo y forma que el cabildo estimara conveniente. Insistió en que ya no quedaban dudas 'de que el pueblo es el que confiere autoridad o mando. La posición de Castelli se unió a la suya, y fue la que se impuso con 87 votos. (JIMÉNEZ CALLE, 2009, p. 14).

A sessão do Cabildo transcorreu até a madrugada do dia 23 de maio. No dia 24, foi apresentada uma proposta para a formação da Junta que tinha como presidente o Vice-rei Cisneros. Embora a proposta tenha sido aceita num primeiro momento, na noite do mesmo dia Cornelio Saavedra<sup>89</sup> e Juan José Castelli,<sup>90</sup> então membros dessa primeira formação da Junta, apresentaram suas renúncias exigindo a total deposição do Vice-rei e a formação de um novo

---

<sup>89</sup> O militar e político argentino Cornelio Saavedra (1761-1829) presidiu a Primeira Junta de Governo, tendo iniciado sua carreira militar durante as invasões inglesas ao Rio da Prata. Sua adesão e participação decisivas na Revolução de Maio de 1810 foram recompensadas com a nomeação para o cargo de Presidente da Primeira Junta, mas sua política conciliadora, afastada das ideias revolucionárias, acabou por suscitar denúncias de conspiração. Reintegrado ao cargo e às honras em 1818, regressou a Buenos Aires (após lutar no Alto Peru), sendo nomeado Chefe do Estado Maior do Exército. Em 1820, exilou-se em Montevideú.

<sup>90</sup> Juan José Castelli (1764-1812) foi um dos líderes da Revolução de Maio, tendo, também, liderado uma campanha militar no Alto Peru.



corpo governativo sem a presença do mesmo. Neste sentido, no dia 25 de maio apresentou-se uma nova formação para a Junta, que tinha como presidente Cornelio Saavedra. Embora este tenha sido apenas o início do processo independentista no Rio da Prata – que terá, ainda um longo caminho até a efetiva independência das antigas colônias – o período compreendido entre os dias 22 e 25 de maio de 1810 é considerado o momento fundante da nação, por conta da formação do primeiro governo que não reconhecia a autoridade espanhola sobre a região, mesmo que a Junta tenha jurado fidelidade a Fernando VII como recurso de legitimação.

Indo além do fato histórico em si, a Revolução de Maio e seus personagens evocam diversas discussões, não apenas historiográficas, mas, também, políticas, sociais e, principalmente, identitárias, que permearam a formação da nação argentina nestes mais de dois séculos transcorridos desde o movimento. Neste sentido, a comemoração da Revolução como momento fundante da nação argentina aponta para a necessidade de se construir não apenas um Estado, mas, sobretudo, um sentimento de pertencimento das populações a um mesmo povo.

Em 1910 e em 1960 foram comemorados, respectivamente, o Centenário e o Sesquicentenário da Revolução de Maio. Estes foram momentos importantes nessa pedagogia da construção da nação, dos quais Levene e Furlong participaram, cada um a seu modo. Enquanto que o primeiro participou dos festejos no início do século e escreveu uma de suas obras magnas dez anos depois, que foi lembrada em 1960, o segundo publicou uma série de textos durante o Sesquicentenário. No período entre essas duas comemorações, os historiadores puseram em prática, ainda, outros projetos que visavam não apenas sua afirmação profissional, mas, também, a história nacional, que contemplaram desde a organização e participação em eventos científicos até publicações de livros e coleções. São estes projetos – em momentos de comemoração ou não – o objeto de estudo deste capítulo.

#### 4.1 AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO

Nos primeiros anos do século XX, uma série de questões relativas às relações da Argentina com seu próprio passado vieram à tona no contexto das políticas liberais que até então imperavam: como agregar em torno de um referencial comum uma população muito heterogênea. Os grandes montantes de imigrantes, somados a contingentes populacionais compostos por indígenas, operários, classes médias e elites que tinham formações e origens diferentes. Em julho de 1884, promulgou-se a Ley 1420, que previa a educação comum, laica,

gratuita e obrigatória. Este foi um primeiro intento de procurar estabelecer uma formação comum a toda a população, o que era importante para o objetivo político e social até então.

Quando do Centenário da Revolução de Maio, comemorado em 1910, estas questões estavam ainda mais presentes: em primeiro lugar, era necessário reforçar o sentimento de pertencimento à Argentina enquanto nação; em segundo lugar, encontravam-se as forças dissidentes e/ou de oposição, como o próprio Radicalismo, que ganhavam força e tornavam-se um problema no horizontes das elites que praticavam comportamentos mais aliados ao conservadorismo e ao liberalismo.

En definitiva, puede decirse que para la elite dirigente y la intelectualidad próxima a ella, la instancia del Centenario de Mayo y su repercusión cultural representan la culminación de una idea de nación, sustentada a partir de dos sentidos o dimensiones: un refugio moral y espiritual frente al cosmopolitismo materialista (expresado en el inmigrante no arraigado, en la moral mercantilista y en la pérdida de sentimiento hacia la patria) y un orden político-social republicano conservador, desafiado por el democratismo (el radicalismo con sus reclamos electorales plebeyistas) y el socialismo revolucionario en sus distintas vertientes (los obreros anarquistas y comunistas con sus conflictivas demandas, disolventes y antipatrióticas. (ANDINO, 2016, p. 106).

Em 1910, Ricardo Levene e Guillermo Furlong encontravam-se em momentos diferentes de suas trajetórias. O primeiro já vinha atuando enquanto professor e, nos anos seguintes, já alcançaria a docência universitária. Já Furlong estudava na Espanha, enviado por seus superiores. No entanto, principalmente o primeiro esteve inserido nas discussões que o país enfrentava e, a seu modo, participou dos debates.

A chegada dos contingentes de imigrantes coincidiu com um grande crescimento econômico, muito bem-vindo neste contexto, por outro lado, estes grupos não possuíam uma conexão identitária com o passado argentino. Antes do influxo imigratório, grande parte da população argentina era composta por grupos indígenas e seus descendentes. Além disso, havia uma grande miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Os imigrantes, em sua maioria europeus, participaram de uma política de branqueamento na Argentina. Para Di Tella (2017, p. 88), em sua *História social da Argentina*,

[...] as camadas humildes da população eram em boa parte mestiças, com um componente significativo de negros e mulatos na Capital. Dadas as atitudes racistas difundidas quase universalmente, o italiano e o espanhol que chegavam ao Rio da Prata – e mais ainda em outras partes do continente – sentia que tinha a ‘aristocracia da pele’ e que estava acima de boa parte da população local.

As condições de vida dessas populações de imigrantes, após sua chegada a Buenos Aires e às cidades do interior, nem sempre foram as ideais. Muitos indivíduos não tinham qualquer qualificação profissional, tendo que concorrer com contingentes populacionais vindos do interior da Argentina e se submeter a jornadas de pequenos serviços informais. Aqueles que possuíam uma profissão, ao desembarcar na capital geralmente, ocupavam postos de trabalho em pequenas fábricas e na produção de artigos artesanais. As famílias viviam em cortiços – conhecidos como *conventillos* – antigas mansões transformadas em diversas moradias de poucos cômodos, situadas em bairros como La Boca e San Telmo, que abrigavam núcleos numerosos de pessoas. Essas habitações, por possuírem precárias condições de higiene, favoreceram a disseminação de epidemias e a mortalidade infantil, embora fossem, em muitos casos as únicas alternativas de moradia, em razão do alto custo dos aluguéis, dos baixos salários e da falta de estabilidade nos empregos. Pode-se somar a isso o fato de que essas famílias vinham de diferentes partes da Europa, o que dificultava a comunicação, já que muitos não possuíam noções básicas de castelhano (ROMERO, 2012).

Para além da questão da inserção destas pessoas na sociedade argentina, era necessário, para uma efetiva política de integração, que esta população conhecesse a história do país no qual passava a residir e, também, se identificasse com esse passado. Tais questões se tornaram ainda mais prementes quando das comemorações do centenário da Revolução de Maio, em 1910, momento em que a construção de uma memória sobre o fato histórico em si e sobre a construção de uma nação se tornou importante.

Desde o governo de Roca até a Primeira Guerra, a Argentina viu uma sucessão de governos liberais. Por conta principalmente de sua produção agrícola, o país vinha se destacando no mercado internacional, e as elites aspiravam viver de modo como se estivessem em uma metrópole europeia (LUNA, 2010). Por outro lado, na década de 1900 houve tentativas de revolução radical e os grupos anarquistas e comunistas cresceram em tamanho e influência. O processo eleitoral de 1910, ocorrido meses antes das comemorações, resultou na eleição de Roque Sáenz Peña, e mudanças na lei eleitoral em seu governo propiciaram, ainda na mesma década, a chegada de radicais e socialistas ao poder.

As comemorações do Centenário da Revolução de Maio foram consideradas o momento ideal não apenas para rememorar e festejar o acontecimento histórico em si, mas, principalmente, e o que é mais importante aqui, para a construção de uma memória coletiva

sobre Maio e sobre a História argentina de forma geral. Neste sentido, os historiadores e os intelectuais tiveram papel central nesse momento.

O centenário de Maio foi festejado a partir de atos organizados não apenas pelo governo, mas, também, por particulares. A própria cidade de Buenos Aires contou com uma Comisión Municipal del Centenario, e foram organizados atos públicos, que contaram com a presença de delegações estrangeiras<sup>91</sup> e intelectuais europeus.<sup>92</sup> Por outro lado, as comemorações foram marcadas por intensos protestos de organizações de trabalhadores, que reivindicavam alguns direitos em relação à residência e seus dirigentes.<sup>93</sup>

Outras iniciativas dizem respeito às tentativas de construção de uma memória sobre a Revolução de Maio em seu centenário. Em primeiro lugar, houve a publicação de uma grande quantidade de obras e textos. Em sua maioria, estes tinham o objetivo de rememorar Maio de 1810 e construir o que Maurice Halbwachs (1990) denominaria “memória coletiva”.<sup>94</sup>

Particularmente importantes desde el punto de vista de la memoria, de esa intención de empezar a construir una tradición documental, fueron algunas publicaciones aparecidas con motivo del centenario. En este marco aparecieron los doce tomos de documentos del archivo de San Martín, las

---

<sup>91</sup> No porto de Buenos Aires desembarcaram delegações vindas de Nova York, Amsterdã, Marselha, Gênova, Liverpool, Japão, etc. Os embaixadores considerados mais ilustres foram hospedados em palácios bonaerenses: Isabel de Bourbon ficou hospedada no palácio de Bary, na avenida Alvear, por exemplo. O presidente do Chile foi recebido em um palco no Paseo de Julio. Já o vice-presidente do Peru assistiu ao desfile militar do dia 25 de maio na Plaza de Mayo. As delegações foram, também, convidadas a assistir a uma apresentação do barítono italiano Titta Ruffo no Teatro Colón.

<sup>92</sup> Foram convidados para a ocasião os espanhóis Jacinto Bonavente, Vicente Blasco Ibáñez e Ramón del Valle Inclán e os franceses Georges Clemenceau, Anatole France e Jean Jaurès. Segundo Luna (2010, p. 183), algumas destas visitas resultaram em relatos posteriormente publicados: “Algunos escribieron luego de la visita sus impresiones: *La Argentina y sus grandezas*, de Blasco Ibáñez, y *Notas de viaje por la América del Sur*, de Clemenceau, ex primer ministro francés que volvió a su tierra vivamente impresionado por su descubrimiento de nuestro país”.

<sup>93</sup> Segundo Luna (2010, p. 181, grifos no original), “Las organizaciones de trabajadores habían aprovechado para pedir que se derogara la Ley de Residencia y que regresaran al país los dirigentes expulsados. Ante el fracaso del pedido, la Confederación Obrera Regional Argentina declaró la huelga general, y el 1º de Mayo los discursos fueron de encendida protesta. La huelga fue anunciada para el 18, y la respuesta del gobierno no se hizo esperar: el 13 fueron detenidos los redactores de los periódicos obreros, al tiempo que diputados y senadores debatieron la posibilidad de declarar el estado de sitio. Un grupo de ciudadanos asumió la represión: encabezados por el barón Demarchi, Carlos Carlés, el capitán Lara, Juan Balestra y Pedro Luro incendiaron *La Protesta*, el diario anarquista. También saquearon *La Vanguardia*, aunque los socialistas no habían adherido a la huelga. La medida de fuerza duró tres días, mientras eran encarcelados unos quinientos dirigentes obreros y el estado de sitio atemorizaba a los manifestantes”. Note-se que não era apenas o Estado que atuava na repressão de greves, mas, também, opositores dos movimentos de operários.

<sup>94</sup> A memória não valoriza o fato em si, mas a representação, o significado que o mesmo tem para a sociedade em questão e poderá ter para as próximas gerações. Embora o grupo de indivíduos seja mutável, dada a condição da existência humana, as representações acerca dos fatos vividos podem ser compartilhadas, repassadas de geração em geração e, perpetuadas, estando sempre mediadas pelo ambiente cultural e social às quais se encontram vinculadas (CANDAUI, 2012; HALBWACHS, 1990). Ainda mais: uma sociedade, mesmo que não tenha vivido determinados fatos que se encontram muito afastados no tempo, pode utilizar-se da História e dos fatos vividos pelos seus antepassados para preencher as lacunas, chegando, inclusive, a “reinventar” um passado e suas representações sobre o mesmo (HALBWACHS, 1990).

memorias y autobiografías de próceres editadas por el Museo Histórico Nacional, y sobre todo algunas obras de carácter ensayístico que iniciaron una larga tradición de crítica respecto del sentido de la nacionalidad: *El diario de Gabriel Quiroga*, de Manuel Gálvez, *La restauración nacionalista*, de Ricardo Rojas, publicada el año anterior, y *El juicio del siglo*, de Joaquín V. González (LUNA, 2010, p. 179-180, grifos no original).

Houve, também, a publicação de poesias em estilo modernista: Leopoldo Lugones publicou suas *Odas seculares* e, em 1913, *El payador*; Rubén Darío se destacou com o *Canto a la Argentina*, que veio a público no Jornal *La Nación* em 25 de maio; Alberto Gerchunoff publicou *Los gauchos judíos*. Outro texto da época a ficar famoso foi a *Oración patriótica de acción de gracias por las fiestas del Centenario*, pronunciada por Monseñor Miguel de Andrea na Catedral de Buenos Aires em 2 de junho de 1910 e publicada em setembro do mesmo ano na *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

Todas estas iniciativas visavam à integração dos imigrantes com a história da pátria que haviam adotado e a construção de uma memória sobre o passado argentino para a população em geral do país, visando a inseri-la em um lugar que lhe estaria destinado.

Si bien hay múltiples iniciativas al respecto, que provienen tanto del ámbito privado como del Estado, la importancia otorgada por este último a estos homenajes está muy lejos de la trascendencia que tuvo para el gobierno argentino la conmemoración del primer centenario en 1910. Para entonces, a las clases dominantes y a los elencos gobernantes les sobaban motivos para celebrar y mostrar los éxitos de un recorrido secular que había conducido desde un territorio mal ensamblado y todavía muy marginal en el concierto internacional en 1810 a una nación que les parecía destinada a integrar el batallón de las más prósperas y progresistas del orbe (FRADKÍN; GELMAN, 2010, p. 13).

Considerando os objetivos da presente Tese, detenho-me agora na discussão em torno do papel desempenhado por Ricardo Levene e Guillermo Furlong nesses festejos. No caso do primeiro, Carlos Heras (1961) aponta que participou ativamente como representante da juventude da época e, por isso, teria sido convidado a exaltar, segundo o autor, o momento inicial da democracia argentina. Para tanto, participou de atividades a partir do dia dezoito de maio de 1910, as quais teriam causado certo alvoroço dos meios de comunicação da capital do país:

La Comisión Estudiantil del Centenario organizó una velada patriótica realizada el 18 de mayo en el teatro San Martín. A pedido de los alumnos de los establecimientos secundarios, Levene leyó una inspirada conferencia titulada *La Democracia Argentina*, como correspondía a la finalidad del acto

y de acuerdo con la tonalidad emotiva de aquel momento histórico, fue como lo anotó LA PRENSA del día siguiente, un ‘himno sonoro, vibrante, melodioso, cantado a la libertad’... LA ARGENTINA del miércoles 25 de Mayo de 1910 la publicó íntegra en su número especial. En esta conferencia está el germen del pensamiento central que desarrollará al año siguiente en *Los Orígenes de la Democracia Argentina*. Sus alumnos realizaron un trabajo colectivo publicado después con el título *La Gran Revolución de Mayo*. El 20 tuvo a su cargo la conferencia recordatoria en la Escuela Normal de Flores de la cual era profesor y el 24 de mayo volvió a hablar en la gran manifestación popular después de haberse colocado una placa conmemorativa en la Pirámide de la Plaza de Mayo. (HERAS, 1961, p. 19-20, grifos no original).

Sobre as atividades de Levene no Centenário da Revolução de Maio, gostaria de destacar dois pontos em específico. Em primeiro lugar, o fato de que o historiador, já desde o início de sua carreira, era convidado para a leitura de conferências temáticas. Essa prática de eventos – públicos ou privados – que contavam com a presença de profissionais para a leitura de textos temáticos era algo muito comum tanto para Levene quanto para Furlong que, como se verá mais adiante, também participou de uma série de eventos desse tipo. Essas conferências eram lidas não apenas nos meios acadêmicos, em Universidades, escolas, ou, ainda, em sociedades científicas, mas, também, em uma série de espaços de sociabilidade e, também, em momentos de comemorações, como foi o caso do Centenário.

Em segundo lugar, gostaria de ressaltar a atenção dada pela imprensa aos eventos. No caso específico das comemorações do Centenário de Maio, os jornais *La Prensa* e *La Argentina* comentaram e/ou publicaram o material lido por Levene. Pode-se deduzir dessas publicações que havia, por um lado, um público interessado nestes conteúdos; por outro lado, essa publicização das atividades do historiador permitiria uma maior divulgação de seu trabalho, fazendo com que um maior número de pessoas tivesse acesso aos textos que escrevia e lia em momentos determinados.

A participação da imprensa na divulgação dos trabalhos de Levene será importante, ainda, quando da escrita e divulgação de alguns trabalhos surgidos logo após as comemorações do Centenário de Maio. Como afirmei anteriormente, no ano de 1912 o historiador publicou sua obra intitulada *Lecciones de historia argentina*, dedicada ao ensino secundário. Embora ligeiramente posterior às comemorações, acredito que pode-se inseri-la no contexto do Centenário, já que o texto tinha uma função bem específica e que ia ao encontro das intenções do Estado argentino, conforme explica o próprio Levene:

Decía, al iniciar esta Introducción, que sólo había preocupado el espíritu del autor, poner en descubierto la verdad, que es de suyo un resplandor de belleza

y de bondad. En estos momentos, en que se discute si la reforma moral de la enseñanza ha de hacerse a través de la Filosofía, como interpreta M. Fouillée, o a través de la Historia, como quiere M. Lavissee, diríamos nosotros, lejos de la pretensión de dar una fórmula definitiva y teórica, que la cuestión es puramente histórica y particular de cada pueblo. *Nuestro pasado le da la razón a M. Lavissee: se puede hacer una educación moral de la juventud, con la enseñanza de la Historia Argentina.* (LEVENE, 1930,<sup>95</sup> p. XXIX, grifo meu).

Considerando-se as intenções do próprio Estado argentino por ocasião das comemorações do Centenário de Maio, as *Lecciones de historia argentina* (1912), compostas por dois volumes de cerca de quinhentas páginas cada, foram pensadas pelo próprio autor como um manual para a “educação moral da juventude”. A História, enquanto disciplina, teria o caráter de promover a união dos argentinos em torno de um passado comum. O ensino secundário, para o qual a obra estaria destinada, permitiria, além de uma educação formal com um mesmo referencial comum para os jovens do país, uma maior complexidade de análise na obra, proposto pelo próprio Levene (1930, p. XXVIII):

Desde el punto de vista formal, teniendo presente el destino de este libro y lo procedimientos didácticos desarrollados para hacer con provecho su enseñanza, he conformado el plan del trabajo a las siguientes normas: 1º complementan cada uno de los dos volúmenes de esta historia, otros que versan sobre ‘Lecturas Históricas’, en los que se transcribe la parte principal y pertinente de la documentación histórica, sobre la que descansa y se apoya la historia misma.

Compile trechos de fontes na obra tinha um objetivo duplo: em primeiro lugar, fazer com que o processo de ensino-aprendizagem se constituísse em algo mais interessante para os alunos. Afinal, os mesmos teriam a experiência de ler os documentos e concluir, a partir de sua própria leitura, construir seu conhecimento sobre o passado. O que Levene não leva em conta, contudo, é que, ao transcrever apenas “a parte principal e pertinente da documentação histórica”, está ele próprio direcionando a leitura dos alunos, já que houve uma escolha, uma seleção daquilo que seria reproduzido. Essa seleção determina, em última instância, que apenas são dignos de interesse para o público escolar aqueles documentos que Ricardo Levene considerava relevantes, em detrimento de outros.

Em segundo lugar, e levando em conta o apreço de Levene – e de outros membros da Nueva Escuela Histórica – pelos referenciais da Escola Metódica francesa para a construção do

---

<sup>95</sup> Deve-se esclarecer que, para o presente trabalho, tive acesso apenas à edição de 1930 da obra, cuja primeira publicação deu-se em 1912. A edição, além de reproduzir todo o texto original, permite a análise de alguns outros pontos importantes da publicação, como a reprodução de resenhas e notícias em relação à obra e o caráter elogioso das mesmas, como se verá logo adiante.

conhecimento histórico, a estratégia de reprodução de fontes partia do pressuposto de que documento era imprescindível para a pesquisa, constituindo-se em narrativa da “verdade histórica”.

De este modo, el alumno puede seguir, dirigido por la mano experta del maestro, el proceso, educativo e interesante, que conduce al descubrimiento de la verdad y despierta en la mente fecundas sugerencias. Además, habr se desterrado así el dogmatismo en la enseñanza de esta asignatura, afirmando el carácter objetivo de la verdad histórica, que resulta de una m s prolija investigación y verificación de documentos [...]. (LEVENE, 1930, p. XXVIII-XXIX).

Para além disso, Levene procura fornecer, ainda, outros materiais para os leitores das *Lecciones de historia argentina* (1912), como mapas e ilustra es.<sup>96</sup> De certa forma, o autor procurava estabelecer uma separa o entre seus trabalhos e aqueles que o haviam antecedido, j  que buscou demarcar uma postura “científica” em rela o ao conhecimento histórico, quando afirmava que “[...] se ha hecho de este material una interpretación científica también m s moderna, prefiriendo, a una nomenclatura estéril de sucesos, nombres y fechas, la cronología razonada e interpretada de los hechos históricos” (LEVENE, 1930, p. XXVIII).

Outro aspecto que merece ser destacado em rela o ao trabalho de Levene   a divulga o que o próprio historiador faz de sua publica o. Isto fica evidente na edi o de 1930 das *Lecciones de historia argentina* (1912), da qual me utilizo aqui. O historiador, nas edi es subsequentes   primeira de cada uma de suas obras, publica uma se o, nos pré-textos,<sup>97</sup> intitulada *Juicios de valor*, dedicadas especificamente   reprodu o de resenhas e comentários acerca das edi es anteriores em periódicos tanto argentinos quanto estrangeiros. No caso aqui estudado, Levene selecionou um breve texto publicado por William Spence Robertson na *The Hispanic American Historical Review* no ano de 1921 – que diz respeito   edi o de 1920 das *Lecciones de historia argentina* – que, ao caracterizar brevemente o primeiro volume da obra, afirma que: “Por todo lo dicho – y por mucho más – este volumen representa una síntesis sugestiva de la historia colonial de la Argentina utilizando las más recientes contribuciones

---

<sup>96</sup> Ao comentar “[...] 2  acompa am al texto, numerosos mapas históricos, en los cuales puede estimar el alumno el desarrollo de los sucesos, y apreciar su verdadero carácter nacional; 3  enemigos de continuar cada capítulo con un resumen que lo descalifica, he creído que cumplen mejor el propósito didáctico de la claridad expositiva, y el científico de la apreciación s ntetica de conjunto, los cuadros sin pticos que van agregados; 4  por último, este libro contiene también numerosas ilustraciones que ayudan a su fácil comprensión y recuerdo” (LEVENE, 1930, p. XXIX).

<sup>97</sup> Compreendo como pr -textos aqueles que antecedem o conteúdo principal da obra, como prólogos, apresenta es, pref cios, notas dos editores e, no caso de Ricardo Levene, as se es intituladas *Juicios de valor*.



científicas de los investigadores argentinos” (ROBERTSON apud LEVENE, 1930, p. XXXVIII).

Quanto ao segundo volume, embora Robertson faça uma ressalva em relação à abordagem relativa à segunda metade do século XIX argentino, não deixa de fazer um elogio ao trabalho de Levene:

Pero para el crítico, sin embargo, la falta de una mayor dedicación al medio siglo de desarrollo argentino bajo la actual Constitución, es un hecho que lamenta.

A pesar de esta salvedad – que el crítico cree puede ser subsanada en la próxima edición – la Historia de Levene, es de lo mejores trabajos que tratan de una nación hispanoamericana.

Deseamos que su ejemplo sea imitado. (ROBERTSON apud LEVENE, 1930, p. XXXIX).

Utilizando-se dessa prática – reproduzir os elogios recebidos em resenhas e artigos publicados sobre suas obras – Levene acaba por dar publicidade – em sua opinião, positiva – ao seu trabalho. Chama a atenção, no caso das *Lecciones de historia argentina* (1912), que apenas um texto foi reproduzido, diferentemente de outras obras, como a coleção *Historia de la nación argentina* (1936), onde o número de textos é bem maior. Pode-se indagar, assim, até que ponto essa reprodução, em específico, não foi selecionada exatamente por seu caráter elogioso, e se não houve outras resenhas e comentários cujo teor e julgamento não foram tão positivos. No entanto, antes da publicação da coleção, Levene trabalhou, ainda, em outra obra, considerada uma de suas obras magnas: o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920).

#### 4.2 AS DÉCADAS DE 1920 E 1930: A VALORIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE MAIO E A COLEÇÃO *HISTORIA DE LA NACIÓN ARGENTINA* (1936)

Considerando-se ainda os ecos das comemorações do Centenário da Revolução de Maio em 1910, Ricardo Levene continuou a publicar trabalhos sobre História da Argentina com o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920), ainda no governo de Yrigoyen, e em um momento no qual o historiador se utilizou dos esforços pela profissionalização do ofício de historiador para alcançar prestígio profissional. Esta foi sua

primeira grande obra destinada ao personagem, que foi revisitado em 1938 e em 1948,<sup>98</sup> ano em que encerrou suas atividades como professor na Universidad de Buenos Aires e na Universidad de La Plata, em função de sua aposentadoria. Neste meio tempo, Levene desenvolveu, ainda, outros projetos, alguns deles em parceria com o Estado argentino, como a coleção *Historia de la nación argentina* (1936). É importante observar, contudo, que o contexto no qual a publicação do *Ensayo* (1920) se insere diz respeito à própria atuação de Levene enquanto intelectual, já que esta obra, principalmente quando analisada tendo em vista as questões já colocadas, marca uma posição sobre a Revolução de Maio enquanto fato histórico e sobre Mariano Moreno<sup>99</sup> enquanto seu líder.

Pensar a elaboração de um personagem e de um acontecimento por uma sociedade requer que consideremos que a memória, como mencionado anteriormente, pode passar por um *trabalho de enquadramento* (POLLAK, 1992), cuja principal responsável é a historiografia que, a partir do século XIX, para a Europa, e do século XX, para o caso argentino, se preocupa com a formação de uma história nacional, principalmente em países onde a unificação se deu tardiamente. Dependendo das intenções (conscientes ou não) do historiador, algumas características do personagem podem ser exaltadas em detrimento de outras – conforme a *Historia Magistra Vitae* –, e o contínuo processo de reconstrução da memória pode fazer com que outros historiadores, com outras intenções, ressaltem, por sua vez, facetas não consideradas do mesmo indivíduo. Ao mesmo tempo, e quando a intenção é o elogio, tem-se uma espécie de modelo de construção textual, colocada nos seguintes termos por Joël Candau (2012, p. 143):

---

<sup>98</sup> As obras nas quais Levene revisitou o personagem foram *Significación histórica de Mariano Moreno* (1938) e *El pensamiento vivo de Mariano Moreno* (1948).

<sup>99</sup> Mariano Moreno era formado em Direito pela Universidade de Charcas, e teve seu pensamento bastante influenciado por ideias ilustradas. Moreno possuía um posicionamento político muito bem definido, influenciado, em alguns aspectos, pelo Iluminismo europeu do século XVIII, e tendo como modelo a Revolução Francesa. Seu contato com soldados ingleses durante as invasões destes ao Rio da Prata entre os anos de 1806 e 1807 fizeram, também, com que tivesse contato com a ideia do livre-comércio. A partir disso, Moreno torna-se um dos representantes do pensamento liberal de inícios do século XIX, sendo considerado, até os dias de hoje, um dos principais pensadores da questão independentista no Rio da Prata do início do século XIX (SHUMWAY, 2009; GAUT VEL HARTMAN, 2010). Em 1805, assumiu cargos na Audiência e no Cabildo de Buenos Aires. Dada sua formação acadêmica, atuou também como advogado e no auxílio a indivíduos que o procuravam para a redação de documentos, utilizados para os mais diversos fins. Moreno deixou diversos escritos, dentre eles, a *Representación de los Hacendados* (1809), no qual condensa parte dos ideais políticos dos diversos grupos que lutavam pelo poder no período. Eleito secretário da Primeira Junta, teria manifestado sua concepção de governo para a nova nação em seu documento intitulado *Plan de Operaciones* (1810). Segundo Gaut vel Hartman (2010), Moreno procurava estabelecer as bases para uma revolução profunda das estruturas políticas do Vice-reino do Rio da Prata, o que levaria em consideração não apenas a remoção das autoridades coloniais dos postos mais altos do governo, mas, também, a obtenção da independência e a escrita de uma Constituição. Faleceu em 1811, durante uma viagem à Grã-Bretanha, onde deveria atuar como embaixador. Embora tenha tido uma curta atuação após a Revolução de Maio, por conta de seu falecimento prematuro, os escritos de Moreno (ou a ele atribuídos) chamam a atenção pela complexidade das informações neles inseridas.

A prosopopeia memorial apresenta várias características de *Exemplum*: idealização, personagens-modelos nos quais são mascarados os defeitos e enaltecidas as qualidades, seleção de traços de caráter julgados dignos de imitação, ‘lendas de vidas’ *post mortem* que podem fabricar [...], transcendendo as qualidades pessoais do defunto ‘através de um modelo que combina arquétipos e estereótipos’ etc. A emulação dos grandes homens do passado pode então manifestar-se a partir de formas de tanatocracia ou, mais comumente, por tentativas de panteonização, que serão sempre jogos identitários para o grupo, sociedade ou nação.

É a partir da ideia do *exemplum* que gostaria de introduzir, nesta Tese, a análise do *Ensayo* (1920). Embora a obra refira-se, também, à Revolução de Maio – principalmente a seus aspectos sociais e econômicos –, a trajetória de Moreno encontra-se diluída no texto. É notório que tal estratégia narrativa possuía um objetivo muito bem definido, exposto já no prefácio intitulado *Una palabra*:

*Obrero de un programa colectivo de construcción del pasado argentino, este libro es fruto de pacientes investigaciones realizadas en nuestros archivos. No es sino un ensayo, como dice lealmente su título. Las fundadas observaciones que se formulen y nuevas pruebas documentales que se publiquen, podrán rectificar o integrar la visión de la escena y de los hombres de un momento de nuestra historia, que el autor ha contemplado. (LEVENE, 1920, Tomo I, p. VII, grifos meus).*

No trecho acima, Levene assume a intenção de construção de um passado para a Argentina, em um momento importante para a compreensão das possíveis intenções do historiador ao evocar a trajetória de Moreno em 1920. Acredito que a maior intenção do autor seja apontar Moreno como um dos representantes do pensamento liberal latino-americano de inícios do século XIX. Esta inflexão fica mais clara ao analisar-se o texto como um todo.

A obra é dividida em diversos capítulos, cuja organização se dá em ordem cronológica, iniciando já nas últimas décadas do século XVIII – com a criação do Vice-reino do Rio da Prata e as reformas borbônicas, bem como o nascimento de Moreno –, embora tenha por foco os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1806 e 1810. Ainda no primeiro capítulo, Levene discorre, em certa medida, sobre o que considerava o processo de emergência de uma noção de nacionalidade nos domínios coloniais espanhóis ainda antes da Independência. Para tanto, constrói seu raciocínio alegando que aconteceram outras revoltas entre os séculos XVI e XVIII. Entretanto, “faltaba al organismo que tales conmociones sufría la puberdade física y el desarrollo económico, que las revisten de su verdadero valor como exponentes de necesidades colectivas” (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 2).

Para o autor, é a consciência das necessidades coletivas, de uma determinada população, bem como uma unidade territorial ou cultural que iniciam o processo de formação das nacionalidades, tão importante para o posterior processo de independência. Para tal constatação, Levene baseia-se, principalmente, no caso europeu, cujos diferentes Estados foram construindo suas nacionalidades com o passar de vários séculos:

*La nacionalidad es siempre una unidad espiritual sin duda, pero se eleva sobre la base de unidades físicas fundamentales. A veces, es el territorio que, a manera de continente, imprime formas determinadas al contenido; no obstante la variedad geográfica, otras veces operan los intereses comunes, que derivan del medio y fuentes de producción, y del vínculo de las partes reunidas en los puntos de circulación o exportación de la riqueza. Cuando estas unidades físicas (geográfica, económica o étnica) se han consolidado, otras de carácter psicológico y moral integran la obra de la nacionalidad. En términos generales, éste ha sido el proceso de la formación de los estados europeos del occidente durante los siglos XIII al XV; de la Europa del centro, que se prolonga hasta los sucesos del 70, y de las nacionalidades de la Europa oriental. (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 3, grifos meus).*

Neste sentido, o autor transplanta um “modelo” de nacionalidade – que é discutível, dadas as particularidades das diferentes regiões da Europa – para a América platina de finais do século XVIII. E vai mais longe: aponta que tal processo se deu a partir da definição das “unidades físicas”, fusão das raças, desenvolvimento econômico e primeiras manifestações de consciência social.

*Tal ha sido el proceso de nuestra nacionalidad. Con la época del virreinato se inicia un ciclo de intensa evolución histórica, definiéndose las ‘unidades físicas’, la fusión de razas operada en el período precedente y el desenvolvimiento de orden económico; y aparecen en todos los puntos del territorio las primeras manifestaciones de la conciencia social. En un medio geográfico y económico de destacada variedad, la sociedad del Plata ha evolucionado con lentitud hasta mediados del siglo XVIII. Débiles eran las reacciones acusadas por el inmenso organismo cuyas distintas partes se diferenciaban entre sí por virtud de los peculiares caracteres de cada región. (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 3).*

A nacionalidade surgiria, assim, a partir da consciência social surgida por conta das necessidades das populações. As diferentes regiões, com suas especificidades, teriam constituído nacionalidades distintas já durante o período colonial. Fato é que tais afirmações podem ser bastante relativizadas ao analisarem-se as acepções do vocábulo *nação* no século XVIII. Para Nora Souto e Fabio Wasserman (2008, p. 83, grifos meus), havia, à época, diversos significados para o conceito: “por un lado hacía referencia al lugar de nacimiento, empleo ya

registrado en el ámbito de las universidades y los concilios eclesiásticos medievales”, era utilizado para “distinguir a una *población caracterizada por una serie de rasgos étnicos o culturales como lengua, religión o costumbres*” e, también, para “designar a *poblaciones que compartían unas mismas leyes o debían obediencia a un mismo poder, acepción política que había comenzado a difundir desde principios del setecientos*”.

É importante notar que, nestas três acepções, há diferenciações entre uma identidade étnica que atribua traços de nacionalidade a uma determinada população e a questão política de uma delimitação territorial e administrativa arbitrária, que pode agregar, sob o mesmo governo, populações muito diferentes do ponto de vista de seu caráter identitário e, portanto, nacional. Neste sentido, pode-se questionar a ideia de formação de uma nação ainda durante o período colonial, pela própria imprecisão do termo. Afinal, quais seriam os traços tão marcantes das características apontadas por Levene (definição das “unidades físicas”, fusão das raças, desenvolvimento econômico e primeiras manifestações de consciência social) que caracterizariam como nação os territórios do Rio da Prata e que os diferenciariam de outros vice-reinos espanhóis? É a partir destes questionamentos que Souto e Wasserman (2008) apontam a ideia de construção, lenta e contínua, da ideia de nação na região platina, impulsionada, principalmente, pelos diferentes Estados formados a partir do processo independentista.

Os argumentos utilizados pelo autor para defender sua tese sobre o surgimento do sentimento de nacionalidade na região do Rio da Prata aponta para uma tentativa de demonstrar ao seu leitor que alguns setores da população passaram, aos poucos, a tomar consciência da possibilidade de um governo autônomo. Entretanto, como afirma Chiaramonte (1993, p. 50), “El afán por afirmar los débiles estados surgidos del derrumbe ibérico, fomentando la conciencia de una nacionalidad distinta, propósito explícito en esa historiografía, facilitó la generalizada suposición de que la Independencia fué fruto de la necesidad de autonomía de nacionalidades ya formadas”. É a partir deste pressuposto – de uma identidade nacional que anseia por autonomia – que Levene acaba por construir sua argumentação sobre Moreno, ao apontar que o líder revolucionário possuía um projeto político liberal para a nova nação que emergiria, fomentado pela circulação de ideias entre os dois lados do Atlântico nas décadas anteriores.

Levene, ainda no início do primeiro tomo, aponta que no final do século XVIII e inícios do XIX, diversos fatores contribuíram para a preparação do clima intelectual que fomentou o movimento independentista, entre eles “la filtración cada vez más penetrante de la filosofía y

economía liberal”, bem como “la irradiación contagiosa de la independencia de las colonias de la América del Norte” e “las nuevas ideas que la Revolución francesa había esparcido por el mundo fueron asimiladas con rapidez y se incorporaron a la vida orgánica de la naciente sociedad”. Por fim, cita “la activa y nueva política inglesa en la América española, la creciente entrada de extranjeros, fomentada especialmente por la legislación sobre comercio libre de negros, aceleraron el desenvolvimiento social que se venía cumpliendo en el imperio indiano” (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 18-19).

Nas páginas seguintes de seu estudo, Levene vai agregando informações sobre a formação de Moreno, bem como das ideias por ele proferidas em seus primeiros escritos. Ao falar sobre as leituras feitas pelo líder revolucionário enquanto cursava a Universidade de Chuquisaca, comenta: “En uno de los más conspicuos representantes de la generación revolucionaria del Plata, Mariano Moreno, acaso han tenido tanta significación política las lecturas y comentarios del *Contrato social* de Rousseau, como de la *Política indiana* de Solórzano” (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 39). Mais adiante, analisa a *Disertación jurídica sobre el servicio personal de los indios en general y sobre el particular de Yanaconas y Mitarios* (1802), escrita por Moreno para um de seus exames do curso. O historiador aponta que o texto inicia com uma defesa da liberdade dos indígenas, que se torna, aos poucos, um estudo sobre a condição do índio na América, focando os casos das populações de Yanaconas e Mitas. Levene termina a análise do texto com a seguinte afirmação: “De más carácter jurídico que histórico y de más valor político que jurídico, la *Disertación* doctoral de Mariano Moreno es como su profesión de fe. Vibran en estas páginas de adolescente las pasiones dominantes de su vida: la justicia y la libertad. Así iniciaba su vida pública confesando sus ideas liberales y su amor por los humildes” (LEVENE, 1920, Tomo I, p. 86).

As diversas referências às ideias das revoluções na França e na América do Norte, bem como as citações do conceito de liberalismo e das ideias de liberdade e justiça contribuem para formar a imagem de um Moreno que o autor quer apresentar como ilustrado, preocupado com questões sociais e, ainda, liberal. Talvez a chave para o sucesso desta representação seja a repetição destas características intelectuais do revolucionário ao longo do texto, reforçando, ao longo de quase setenta páginas, a importância destes conceitos na trajetória do personagem. Este empenho de Levene para corroborar sua tese aponta para uma necessidade do momento histórico vivido pela Argentina, já mencionado anteriormente, no qual nasceu, cresceu e tornou-se historiador, onde poderia ser útil, para legitimar o presente, apontar o sucesso dos ideais da Ilustração e do liberalismo já desde a época revolucionária.

Na sequência, Levene passa a dissertar sobre as causas do movimento e, também, sobre a própria Revolução de Maio, utilizando-se de longas páginas para comentar, de forma bastante detalhada, todos os passos seguidos pelos revolucionários. Note-se, entretanto, que, já no segundo tomo da obra, o historiador atribui a Moreno o papel de espectador em alguns dos acontecimentos, embora atribua a este personagem outro papel no processo que, para o autor, parece ainda mais importante:

Fué un espectador simplemente, pero sus miras de hombre superior debieron desplegarse desde el 22 de mayo, para abarcar la vastedad del cuadro. Y cuando por el imperio de las circunstancias pasó a ocupar un cargo de responsabilidad, llenó el vacío señalado, mezclándose con la multitud, pero no en el medio, sino a su frente; fué el *director espiritual de la revolución*. (LEVENE, 1920, Tomo II, p. 70-71, grifos meus).

Tomando Moreno como *director espiritual*, Levene leva seu leitor a considerar o revolucionário como o pensador da Revolução, aquele a quem se atribuíram as diretrizes intelectuais dos feitos dos homens tidos como próceres de Maio. Tal inflexão é importante, já que, dada a prematura morte de Moreno, este não pôde participar, como militar, da guerra de independência iniciada, atuação esta que logrou honras para indivíduos como Manuel Belgrano e José de San Martín. Atribuir um papel tão relevante ao personagem estudado, em detrimento de outras possibilidades, faz com que Levene possa inscrever seu personagem no panteão dos revolucionários que merecem ser lembrados pela nação argentina a partir de um outro registro, o de um homem dedicado a trabalhar pela causa revolucionária a partir de suas ideias.

Exemplo desta inflexão se deu também, quando da solicitação, pela Comisión Municipal del Centenario de Buenos Aires, no ano de 1910, da execução e instalação de um monumento em homenagem a Moreno. A obra, que foi executada pelo artista Miguel Blay y Fábregas e instalada nos limites da Praça do Congresso, apresenta, segundo Aguerre (2005, p. 55, grifos meus), as seguintes características:

La misma representa a la figura del prócer situada en la cima de un alto basamento en piedra irregular, *concebido a la manera de una montaña*. Mariano Moreno, sedente y representado con la vestimenta de la época, presenta una actitud de fuerza y pujanza al mirar hacia el horizonte con su rostro altivo. Apoya su puño izquierdo cerrado, casi contenido, en la rodilla izquierda. *Su mano derecha, en cambio, toma una pluma, reflejando así su oficio de escritor*. En cuanto a la utilización de recursos simbólicos merece destacarse la presencia del cóndor, que vuela por detrás y a los pies de la figura de Moreno, *demonstrando así el artista que el pensamiento del homenajeado resultaba difícil de superar*, aun por el rey de los Andes.

Tal processo de eleição de um personagem por uma comissão a ser comemorado, a elaboração de um projeto ou esboço de um monumento, a contratação de um artista, a escolha de um espaço onde assentá-lo, faz parte de uma pedagogia da memória nacional, onde cada elemento representa um aspecto da trajetória ou atuação do indivíduo. Como assinalado na citação acima, a pluma na mão de Moreno reflete seu ofício de escritor, e a presença do condor simboliza o fato de que o pensamento do revolucionário era difícil de ser superado. Tais aspectos refletem o reconhecimento de que a atuação do personagem não se deu no âmbito militar da guerra de independência, como no caso de outros líderes do acontecimento, mas sim do ponto de vista intelectual, e reforçam a ideia de que Moreno deve ser lembrado por estas características.

O fato de que a biografia de Moreno está diluída ao longo do texto do *Ensayo* (1920) abre espaço privilegiado de análise dos documentos escritos pelo próprio biografado, um dos poucos revolucionários do período que contou com uma efetiva produção de textos que traziam no seu conteúdo um projeto de construção para o Estado argentino. Seus escritos são associados à Ilustração, principalmente por conta das ideias neles contidas e das associações, já vistas anteriormente, às leituras de autores como Rousseau. Por outro lado, e justamente por tais associações, Levene procura nos escritos e no pensamento de Moreno o ideal liberal que, segundo o autor, teria guiado a Revolução de Maio. Talvez o principal problema da obra de Levene resida no fato de que o autor dá grande importância à figura e ao pensamento de Moreno como construtor de um projeto de revolução, e acaba por ignorar as demais forças políticas atuantes no momento, muitas das quais ou não queriam uma efetiva independência, ou procuravam garantir a manutenção do *status quo*.

Esta crítica leva ainda à outra percepção sobre o uso que Levene faz dos documentos por ele utilizados para a reconstituição da Revolução. Como secretário da primeira Junta de Governo, Moreno produziu grande quantidade de documentos que, por conta do cargo que ocupava, levavam sua assinatura. Penso que a indicação de Moreno para este cargo tenha se dado justamente devido à experiência que este adquiriu durante sua atuação como advogado, quando, como assinalado anteriormente, auxiliava alguns civis na escrita de documentos necessários para questões particulares. Ao mesmo tempo, por ser advogado, evidentemente dominava questões legais.

Neste sentido, é exatamente o fato de os documentos da Junta terem sido assinados por Moreno o que pode ter provocado uma confusão (intencional ou não) por parte de Levene, pelo fato de que, ao encontrar tal assinatura nesses papéis, o historiador atribua a *autoria* do mesmo



ao revolucionário, embora o *conteúdo* possa ser (e provavelmente é) de construção coletiva, com a participação dos demais membros da Junta. É importante notar que, à época, a noção de autoria não era a mesma que temos atualmente e poderia haver uma grande diferença entre ser *autor* ou *redator* de um texto. Para Roger Chartier (2010, p. 16)

[...] supõe-se uma relação originária e indestrutível entre a obra e seu autor. Ora, uma ligação como essa não é universal nem imediata, pois, se todos os textos foram realmente escritos ou pronunciados por alguém, nem por isso todos são atribuídos ao nome de uma pessoa. [...] nos obriga a abandonar a tentação de, implícita e indevidamente, considerar como universais categorias cuja formação ou uso são historicamente bastante variáveis.

A relação entre autoria de um discurso e a colocação deste em formato escrito, seja manuscrito ou impresso, é mais complexa do que parece. O fato de que o texto conte com a assinatura apenas de Mariano Moreno não garante que este tenha sido o único autor do texto, que pode ter sido elaborado em grupo e que pode ter sofrido uma série de adições e modificações à medida que foi sendo copiado.

Assim, ao eleger o revolucionário como o centro de suas investigações sobre a Revolução de Maio, Levene acaba alçando-o ao papel de principal pensador do movimento, principalmente por conta da grande quantidade de documentos que assinou. Isto se dá, ainda, em um momento onde a Argentina, enquanto nação, viu-se, após um período de predomínio de políticas liberais, inserida em um contexto de imigração massiva, de emergência de grupos radicais, que chegaram ao poder, de Reforma Universitária e de outros conflitos.<sup>100</sup> Levene, no crescimento de seu prestígio profissional, recupera Moreno e o alça ao papel de um homem que possuía um projeto político para a nação em formação, que era liberal e que se afastava da tradição espanhola de governo. A necessidade advinda da identidade nacional em gestação teria feito com que Moreno, como escritor, se utilizasse das ideias, e não da força, para atuar em prol da causa americana.

Até o momento da publicação do *Ensayo* (1920), os projetos de Levene se destinaram, em grande medida, ao próprio público argentino. Este é o caso, também, da coleção *Historia de la nación argentina* (1936), para a qual contribuirão, também, alguns dos demais membros da Nueva Escuela Histórica.

---

<sup>100</sup> Estes aspectos foram abordados nos capítulos anteriores, e são fundamentais para a compreensão da obra de Levene, já que a chegada da UCR – personificada por Yrigoyen – ao poder, em 1916, modifica, em grande medida, o cenário político argentino, e pode ter influenciado nas escolhas e interpretações do autor.

#### 4.2.1 A coleção *Historia de la nación argentina* (1936)

Em 1930, um golpe de Estado depôs o presidente Yrigoyen, então em seu segundo mandato, dando início ao período que Cattaruzza (2001) denominou “governos de concordância” e que Eggers-Brass (2006), em sua obra intitulada *Historia argentina: una mirada crítica*, chamou de “a década infame”. No geral, “los conservadores aspiraban a una república como la que hubo antes del radicalismo, con elecciones libres pero manteniendo la primacía de sus elites [...]” (ÁLVAREZ, 2001, p. 270), ou seja, o predomínio das oligarquias no poder e, além disso, um governo de fortes tendências nacionalistas.

David Rock (1989, p. 273, grifos meus), ao comentar o golpe de Estado, aponta que

En la mayoría de los aspectos, el primer experimento de democracia popular realizado en la Argentina terminó en el fracaso. *Casi todos los problemas que pretendió resolver eran tan evidentes en 1930 como lo habían sido veinte o treinta años atrás. Fundamentalmente, el radicalismo no consiguió superar el problema de la inestabilidad política: en verdad, fue su mayor víctima en el siglo XX. [...] Ilustra la futilidad de pretender implantar un cambio o tratar de llevarlo a la práctica sin contar con los indispensables instrumentos de poder para ello. El aporte del radicalismo al desarrollo de la sociedad argentina tuvo bien el carácter de un precedente o de una anticipación del futuro que el de una realización efectiva. Fue el reflejo de la aparición de una estructura social pluralista, pero también mostró por primera vez las dificultades de aplicar un sistema de poder compartido en una sociedad con marcada inclinación hacia el elitismo y los privilegios tradicionales.* Postergó temporariamente los conflictos sociales, pero no los superó.

Embora tivesse uma proposta de pensar no bem-estar social, o radicalismo não conseguiu resolver muitos dos problemas argentinos. As elites, que antes da emergência dessa tendência em 1916, detinham poder econômico, social e político, continuaram exercendo esse papel. Em 1930, Yrigoyen estava em seu segundo mandato como presidente. Neste mesmo ano, o Gen. José Félix Uriburu<sup>101</sup> conduziu um golpe de Estado que gerou uma transição para um período marcado por governos que, embora escolhidos em processos eleitorais – em sua grande maioria, fraudulentos –, promoveram esse retorno às práticas políticas dos primeiros anos do século XX.

---

<sup>101</sup> O militar Uriburu (1868-1932), sobrinho do ex-presidente José Evaristo Uriburu e nascido na província de Salta, foi presidente da Argentina. Liderou em 6 de setembro de 1930, o golpe militar contra o presidente Hipólito Yrigoyen, tendo assumido o governo da nação em 8 de setembro. Permaneceu no governo até 20 de fevereiro de 1932, quando adoeceu severamente. Morreu em Paris em 29 de abril daquele mesmo ano.

Em 1932, após uma série de fraudes eleitorais,<sup>102</sup> assumiu a presidência outro militar, Agustín P. Justo.<sup>103</sup> O que mais chama a atenção em seu governo, contudo, é seu relacionamento com Ricardo Levene. O historiador atuou, durante o governo de Justo, como seu consultor para assuntos relativos à história e à cultura argentina. Para além disso, a década de 1930 foi importante para a produção de conhecimento histórico, já que a intenção, tanto por parte do Estado, quanto por parte de alguns historiadores, foi a de construir uma narrativa histórica que servisse ao contexto então vivido.

Los historiadores, el Estado, los partidos políticos, los intelectuales que reflexionaban sobre las peculiaridades nacionales en ensayos que siempre incluían una perspectiva histórica, parecían entender en los años treinta — aunque ésta no fue una característica exclusiva del período — que el pasado podía tener alguna eficacia sobre la situación presente. Pero en tiempos agitados como aquéllos, las imágenes de la historia de la Argentina no fueron nítidas y, en razón de las incertidumbres que se vivían, tampoco se alineaban estrictamente con las posiciones políticas asumidas. Actitudes diferentes ante el presente, que pretendían legitimarse apelando al pasado, encontraban en los años treinta linajes comunes en los cuales inscribirse. (CATTARUZZA, 2001, p. 433).

A partir dessa pedagogia, a intenção dos historiadores, no período, era reconstituir a história do país procurando encontrar os aspectos aglutinadores da nação, ou seja, aqueles eventos, fatos históricos, características culturais e/ou religiosas, ideologias políticas ou todo e qualquer ponto que possa agregar a população de um Estado em torno de um objetivo comum, criando, efetivamente, uma identidade e um sentimento em relação ao nacional. No entanto, essa reconstituição do passado, além de patriótica, deveria passar por uma aproximação ao caráter “científico” do conhecimento histórico, identificado através da correta utilização do método para esta epistemologia.

Los historiadores de todos los grupos e instituciones estaban convencidos de que la suya era una empresa "científica y patriótica", cuyo objetivo era indagar lo que llamaban, en palabras del presidente de la Academia Nacional de la Historia, Ricardo Levene, el "alma de la nación", y los funcionarios, a pesar de sus diferencias ideológicas, confiaban en que la enseñanza de la historia fortalecería entre los sectores populares el sentimiento patriótico, aunque ofrecieran versiones distintas de ese patriotismo. (CATTARUZZA, 2001, p. 433).

---

<sup>102</sup> Sobre o tema, ver Álvarez (2001).

<sup>103</sup> Agustín Pedro Justo Rolón (1876-1943) foi presidente da Argentina a partir de 20 de fevereiro de 1932, a 20 de fevereiro de 1938. Este oficial militar, diplomata e político foi presidente durante a Década Infame.

Neste cenário, os membros da Nueva Escuela Histórica acabaram por se destacar, e isto se deu por dois motivos. Em primeiro lugar, como já comentado anteriormente, os historiadores que virtualmente pertenceram ao grupo acabaram por ocupar posições de grande relevância em relação à produção de conhecimento histórico. Esta relevância derivou tanto das instituições das quais fizeram parte – principalmente a Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas da FFyL e a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia – e dos cargos que nelas ocuparam. Deve-se considerar, como exemplo, as posições de Ravignani, como diretor (entre 1921 e 1946) da instituição filiada à UBA e de Levene como membro e (a partir de 1927) presidente da JHyN/ANH. Esses cargos permitiram a ambos os historiadores não apenas uma proximidade com o Estado, pela própria hierarquia de suas posições, mas, também, financiamento para seus projetos de publicações históricas.

Entre los historiadores, el grupo que parecía dominante era el de la Nueva Escuela Histórica, cuya denominación sugiere una unidad que era sólo relativa. Como han indicado Nora Pagano y Miguel Galante, la Nueva Escuela se encontraba atravesada por una disputa institucional entre la Junta de Historia y Numismática transformada en 1938 en Academia Nacional de la Historia, cuyo personaje central era Ricardo Levene, y el Instituto de Investigaciones Históricas, radicado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y dirigido en la época por Emilio Ravignani. (CATTARUZZA, 2001, p. 434-435).

Desse primeiro motivo, resulta o segundo, que diz respeito especificamente aos projetos de publicações. O mais ambicioso foi aquele apresentado por Levene à JHyN/ANH, em 1934: a coleção *Historia de la nación argentina*, que seria publicada a partir de 1936.

Em maio de 1934, Ricardo Levene apresentou à JHyN o projeto de escrita e publicação de uma coleção de livros que se intitularia *Historia de la nación argentina*. Para sua realização, além das aprovações necessárias, o historiador propunha que a coleção seguisse os modelos de outras iniciativas bem-sucedidas, aliando, em sua visão, a ciência histórica e a história nacional.<sup>104</sup> Segundo o historiador, conforme escreveu no *Prólogo* da coleção,

---

<sup>104</sup> Um ponto importante, em se tratando de historiografia europeia, era a questão da construção dos Estados nacionais. Desde a Revolução Francesa, a queda da monarquia e os diferentes regimes que se alternaram no poder durante boa parte do século XIX na própria França, compreender como a nação e, principalmente, a identidade nacional atuavam como um aspecto de ligação entre os indivíduos, imprescindível quando o elo anterior, o rei, não é mais a cabeça desse governo. Os Estados nacionais do século XIX enfrentaram diversos desafios em sua organização. Um dos principais diz respeito à sua própria burocracia, que estava em construção nesse momento. Durante o Antigo Regime, muitas das ações burocráticas do Estado eram exercidas pela Igreja Católica. Um exemplo disso são os registros de nascimentos, casamentos e óbitos, que se encontravam nos arquivos eclesiásticos, e não em arquivos civis. A organização dos Estados nacionais passou, também, pela elaboração dessa burocracia de registros civis. No Brasil, apenas com a Proclamação da República em 1889 os registros de pessoas passaram a ser responsabilidade do Estado. Durante o período colonial e o Império, a Igreja

En el estado actual de los conocimientos históricos es verdad admitida que una obra integral de dilatadas proyecciones debe realizarse con la colaboración de investigadores especialistas, sean o no miembros de la Junta, de acreditada autoridad por su labor original, siguiendo el ejemplo de los grandes modelos en su género, que han dado por resultado la redacción de obras magistrales referentes a la historia universal o de determinadas naciones. (LEVENE, 1939, p. 14).

Um dos grandes modelos do gênero citados por Levene é o caso de Ernest Lavis (1842-1922),<sup>105</sup> para além de procurar escrever uma *História da França*, acabou, também, investindo seus esforços no ensino da disciplina, escrevendo manuais escolares que tinham por objetivo rememorar e construir uma identidade em relação ao que seria o *cidadão francês*.

Este intelectual integrou a Escola Metódica, escola historiográfica que surgiu na França, na virada do século XIX para o XX e que tinha como principal característica a valorização do método, percebido como ferramenta de validação do conhecimento histórico e de reconhecimento entre os pares. Segundo Tereza Kirschner (2010, p. 355, grifo meu), estes personagens consideravam que “O emprego do método da ciência histórica é o que *distinguiria os verdadeiros historiadores dos intelectuais que escreviam história filosófica ou literária*”. Pensando ainda no contexto vivido pela França,<sup>106</sup> é necessário considerar que os membros da Escola Metódica, e, principalmente, Lavis, debruçaram-se de forma sistemática sobre o estudo da história nacional, já que argumentavam que “o estudo do passado da nação tornou-se tarefa primordial, *por meio da qual se poderiam alcançar ‘a unidade e a força moral’*. [...] A história-ciência nascia na França sob o signo do patriotismo” (KIRSCHNER, 2010, p. 355-356, grifos meus).

Nesta perspectiva, Lavis passou a trabalhar em duas frentes, sendo que a primeira foi o ensino de história. Atuando como professor universitário, o historiador participou ativamente

---

também foi responsável pelos registros de nascimentos, casamentos e óbitos. Havia a necessidade, por parte dos governos republicanos, de planejar, desenhar, e pôr em prática toda uma estrutura estatal que tinha, anteriormente, o rei como um eixo, e que, a partir daquele momento, dependia de uma série de mecanismos de execução e de fiscalização para o seu funcionamento (HOBBSAWM, 1990). Um segundo desafio aparece exatamente na construção de uma identidade e de um sentimento agregador dos indivíduos. Se o principal fator de coesão era, neste momento, a *res publica*, o que faria com que todos os cidadãos colaborassem com o novo governo? A História, a partir de suas narrativas em relação ao passado, ganha um papel especial nesse contexto.

<sup>105</sup> Lavis foi um dos principais nomes da Escola Metódica francesa. Dedicou-se, a partir do ano 1900, à publicação da monumental coleção intitulada *Histoire de France*, que serviu de modelo a diversos historiadores, inclusive o próprio Levene. Lavis também escreveu manuais escolares de História.

<sup>106</sup> Em 1870, a derrota na guerra com a Prússia e a perda dos territórios da região Alsácia-Lorena geraram, entre os franceses, um sentimento de humilhação. Neste contexto, a questão da honra nacional mobilizou muitos intelectuais, entre eles Lavis. Com a Terceira República, em 1875, o historiador passa a aderir ao regime, o que permitiu uma defesa da nação e, também a ascensão profissional como professor universitário.

do processo de reforma do ensino realizado pelos republicanos, tornando-se, inclusive, conselheiro do governo para assuntos educacionais. Pensando-se nas iniciativas das discussões em torno da reforma,

Lavissee destacou-se nessa empreitada; participou ativamente de comissões para a reforma do ensino e foi um dos redatores da lei Poincaré, de 1896, que reformou o ensino superior e criou universidades nas províncias. No âmbito do ensino superior, criaram-se novas faculdades e disciplinas, e a carreira universitária foi reestruturada. A história tornou-se uma disciplina acadêmica de prestígio, e o historiador, um profissional respeitado. Quanto ao ensino primário, este tornou-se laico, obrigatório e gratuito. (KIRSCHNER, 2010, p. 356).

Para o ensino primário, Lavissee escreveu um manual de história, intitulado *História da França* (1876), que ficou conhecido como *Petit Lavissee*. A obra possuiu inúmeras edições e foi publicada até a década de 1960. Entretanto, as iniciativas do historiador que se mostram mais importantes para o presente trabalho são as coleções que ele organizou e que tinham como temática a história da França.

Entre os anos de 1890 e 1901, coordenou, juntamente com Alfred Rambaud, a coleção *História geral do século IV aos nossos dias*, composta por 12 volumes. Sua iniciativa de maior fôlego, todavia, foi a organização da *História da França da época galo-romana à revolução*, iniciada em 1892. Para a concretização deste propósito, Lavissee contou com a colaboração de uma equipe de historiadores e seus nove tomos e 17 volumes foram publicados entre 1903 e 1911. No que tange a esta segunda coleção em específico,

[...] o que distingue a *História da França* organizada por Lavissee das histórias anteriores sobre a França, e que faz dos 27 volumes um lugar de memória, é justamente a *interpenetração da positividade científica e do culto obsessivo da pátria*. Nela fundem-se duas verdades que hoje parecem não ter relação, mas na época eram indissolúvelmente complementares. Enquanto verdades, *legitimaram uma história científica ao mesmo tempo engajada politicamente*. Uma história na qual *a nação é ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico*. (KIRSCHNER, 2010, p. 358-358, grifos meus).

Assim como Michelet,<sup>107</sup> Lavissee atua no sentido de dar à nação o papel central de sua narrativa. A intenção era mostrar que a França possuía raízes muito mais, que dariam unidade

---

<sup>107</sup> No caso específico da França, outro importante exemplo do gênero é Jules Michelet (1798-1874), que foi responsável por escrever diversas obras que tratavam da história do país, que abarcaram desde o período de dominação romana até sua contemporaneidade. “De todas as obras produzidas pela geração de historiadores franceses da Restauração e da Monarquia de Julho, a mais importante e a de maior prestígio intelectual foi, sem

à sua população. A cultura, a religião, a língua e diversos outros aspectos evidenciariam a existência da nação muito antes de um Estado. Ao mesmo tempo, esta construção permitiu a legitimação de um regime político republicano, que necessitava não apenas de aprovação dos cidadãos franceses, mas, também, de um sentimento de autoestima, indispensável para a construção de uma identidade.

Considero a coleção um projeto estatal, pois, como no caso de Ernest Lavisse, na França, ocorreu uma interpenetração entre historiografia e Estado. Ocorre, também, que os historiadores do período, principalmente aqueles ligados à Nueva Escuela Histórica, tinham essa necessidade do aporte do Estado e, de modo inverso, a necessidade que o Estado tinha do trabalho destes intelectuais para legitimar sua atuação e proceder à construção de uma ideia de nação para a Argentina da primeira metade do século XX. Em sua obra *Historia de la historiografía argentina* (2009, p. 183), Fernando Devoto e Nora Pagano apontam para as justaposições destes diferentes elementos: “Resultan ampliamente conocidos los servicios recíprocos que desde la consolidación del Estado-Nación vincularon a la disciplina histórica con los aparatos especializados de aquél; ella debía ofrecer un texto justificador que operara hacia adentro y hacia fuera de sus fronteras”. Os autores ainda complementam sua afirmação com a seguinte reflexão:

Un modesto oficio – el de historiar – se convirtió entonces en un dispositivo que hizo de sus cultores – los historiadores – la encarnación misma de la

---

dúvida, a *Histoire de France*, de Jules Michelet. A esta obra foi dedicada quase toda uma vida, o que explica a sua amplitude. No conjunto, na edição Flammarion, ela ocupou vinte e seis volumes. Há uma verdadeira unanimidade em torno das suas qualidades estilísticas e do valor literário de uma obra cuja escritura foi marcada pela paixão. Também parece ser consensual o fato de nenhuma obra histórica, no seu tempo, ter atingido a mesma vivacidade na narração dos eventos e das personagens” (SANTOS, 2001, p. 171). Michelet buscou, em seus trabalhos, uma França que tinha sua identidade construída a partir de sua longa história. Embora tenha havido a mudança de regime político, o autor considera que seria possível buscar um ponto de união e coesão entre os indivíduos através do conhecimento sobre a história do país. A construção de um imaginário sobre a França era algo necessário, já que atuava neste sentido de construção de um passado comum, que diria respeito aos franceses enquanto coletividade. Neste sentido, as técnicas usadas para essa reconstituição também foram importantes, já que era necessário, neste momento, além de construir um imaginário sobre o país, edificá-lo a partir da *cientificidade* do conhecimento histórico, ou seja, a partir do uso *correto* dos documentos como base para esta epistemologia. “Porém há um outro aspecto a ser ressaltado: o lugar que as fontes documentais originais ocuparam na sua elaboração historiográfica. E isto se dá, nesta primeira metade do século XIX, exatamente na época em que, pela primeira vez, os grandes arquivos franceses se tornaram acessíveis para o público. Neste sentido, sua obra procurou deliberadamente se constituir num quadro bastante completo da história de uma nacionalidade; percorrendo-a desde a conquista romana até o início do século XIX. Ao escrevê-la, Michelet estava interferindo na própria construção imaginária do país, buscando o seu passado num tempo o mais recuado possível e nele assentando alguns dos marcos identificatórios fundamentais da comunidade imaginária dos franceses” (SANTOS, 2001, p. 171-172). A abertura dos arquivos franceses coincidiu com muitos projetos colecionistas não apenas na Europa, mas, também, na América. Os documentos tornaram-se, aos poucos, a principal base de construção de uma epistemologia que vinha considerando os vestígios em papel como algo fundamental, uma espécie de “prova” dos acontecimentos do passado. Neste sentido, o colecionismo, juntamente com as técnicas de análise desses documentos, tornou-se uma necessidade para estes historiadores.

Nación, como señaló Pierre Nora. La magnitud de la tarea que se esperaba de ellos resultaba bastante infrecuentemente proporcionada con los medios disponibles para afrontarla: *una voluntad política expresada en demandas estatales que, al tiempo que hacía factible la empresa historiográfica, la anudaba indisolublemente al mismo Estado; una ideología hegemónica, un aparato institucional concentrado en la universidad, sostenido materialmente por ese mismo Estado que le confería, además, el monopolio del saber legítimo y sobre el cual desplegar la gestión investigativa y docente; un grupo de agentes especializados – profesionales – cuya idoneidad permitía manejar los recursos técnicos que avalaban científicamente las pretensiones estatales.* (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 183, grifo meu).

Inspirando-se no exemplo de Ernest Lavisse, no ano de 1934, Ricardo Levene apresentou aos membros da então Junta de Historia e Numismática a proposta de escrita e publicação de uma história nacional, que deveria contar com 10 tomos em 14 volumes e abarcaria o período temporal iniciado com o período pré-hispânico até o ano de 1862. Os colaboradores poderiam ou não ser membros da Junta, mas deveriam ser especialistas nas temáticas sobre as quais escreveriam. Os textos compreenderiam diversos aspectos da história argentina, dentre os quais estariam os políticos, sociais, econômicos, culturais, educativos, militares e religiosos. Juntamente com a coleção, seriam publicados um manual escolar e um atlas histórico-geográfico. Assim, o projeto abrangeria, também, o ensino de história.

Tabela 6: Temáticas dos volumes da coleção *Historia de la nación argentina* (1936).

<b>Tomo</b>	<b>Tema</b>
I	Tiempos prehistóricos y protohistóricos
II	Europa y España y el momento histórico de los descubrimientos
III	Colonización y organización de Hispano América. – Adelantados y gobernadores del Río de la Plata.
IV	El momento histórico del virreinato del Río de la Plata (dos secciones)
V	La Revolución de Mayo hasta la Asamblea General Constituyente de 1813
VI	El proceso de la independencia y de la organización política interna, desde 1813 al advenimiento de Rosas en el gobierno de 1829
VII	Rosas y su época
VIII	La Constitución de 1853 y la organización definitiva de la nación en 1862
IX	Entre Ríos, Corrientes, Santa Fe, Buenos Aires y Territorios Nacionales
X	Córdoba, Mendoza, San Juan San Luis, La Rioja, Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, Salta y Jujuy

Fonte: Adaptado de Levene (1936).

O projeto foi apresentado por Levene à JHyN em 1934, em uma sessão realizada no dia dezenove de maio. A segunda edição da coleção, de 1939, traz, como pré-textos, uma série de documentos: o *Prólogo*, por Ricardo Levene; *El plan orgánico de la “Historia de la nación*



*argentina*”, por Ricardo Levene, que sintetiza a forma como a coleção se organizava, tomo a tomo, bem como uma listagem dos capítulos, seus títulos e os respectivos autores dos textos; *Advertencia a la 2ª edición*, por Ricardo Levene; *Algunos juicios sobre la “Historia de la nación argentina”*, que traz uma série de textos, notícias e resenhas publicados em jornais e periódicos tanto na Argentina quanto no exterior, e, também, comentários sobre a organização, a magnitude e o conteúdo da coleção; as *Actas de la Academia Nacional de la Historia relacionadas con la publicación de la “Historia de la nación argentina”*, que se constituem em excertos de discussões dentro da instituição sobre o projeto de Levene, antes e depois da aprovação pelo Congresso Nacional; *Documentación oficial*, que reúne as atas das discussões dentro da Câmara dos Deputados, no Senado, o Projeto de Ley, bem como a Ley 12114/1934, que autoriza, regulamenta e dispõe do financiamento para a publicação da coleção; uma lista de publicações da instituição até então intitulada *Publicaciones de la Academia Nacional de la Historia*; e *La Academia Nacional de la Historia. Breve noticia histórica*, por Enrique de Gandía, que traz uma reconstituição da história e dos principais feitos da instituição e seus membros desde a fundação da instituição até o ano de 1934.

O projeto teria sido bastante bem recebido dentro da JHyN/ANH. Ao apresentar a proposta, “el señor Correa Luna expresó que esta iniciativa tiene muy grande importancia, no sólo para la historia argentina, sino para el prestigio de la Junta, y que pedía que se autorizara a la Mesa Directiva y a su Presidente para realizar todas las gestiones que conduzcan a su éxito” (ACTAS, 1939, p. 77). Ficou também registrada a aprovação do financiamento estatal para a publicação pelo Congresso argentino: “En la sesión privada [de 20 de outubro de 1934], don Carlos Correa Luna hizo moción para que se felicitase al doctor Levene por la aprobación por el Congreso Nacional del proyecto de editar la *Historia de la Nación Argentina*, encomendando su redacción a los miembros de la Junta” (ACTAS, 1939, p. 79, grifos no original).

Na Câmara de Deputados e no Senado, a proposta também recebeu aprovação rápida. Na primeira, o deputado Rodolfo Ghioldi,<sup>108</sup> da bancada socialista, expressou a aprovação de seus colegas com as seguintes palavras:

Creemos oportuna la iniciativa de ensayar ahora una síntesis histórica, ya que ha pasado el período de análisis, del estudio y del detalle y de las investigaciones en los archivos y en las publicaciones de épocas pasadas. Después de los meritorios esfuerzos individuales de algunos historiadores y ensayistas del siglo pasado, surgió una generación de investigadores y estudiosos que ha hurgado en los archivos extranjeros, que organizó los

---

<sup>108</sup> Rodolfo Ghioldi (1897-1985) foi político, dirigente do Partido Comunista da Argentina e representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.

archivos nacionales, que rastrea en las publicaciones periodísticas, en los libros y documentos históricos preparando los materiales, y apiló los ladrillos con los cuales ahora se intentará reconstruir el edificio. (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 83).

É interessante notar, contudo, que alguns dos parlamentares tinham ressalvas em relação ao posicionamento interpretativo dos historiadores que participariam da coleção. Enrique Dickmann,<sup>109</sup> por exemplo, preocupava-se com a relação vencedores-vencidos na narrativa, que deveria embasar-se em uma epistemologia histórica baseada na ciência, que não atendesse a interesses individuais, mas que se ativesse aos fatos encontrados exclusivamente no estudo dos documentos.

Por eso he considerado que tal vez sustrayendo la redacción de la historia a los partidos militantes, sustrayéndola a los hombres interesados en los acontecimientos, quizá entregándola a un grupo de hombres de una educación científica y de una preocupación objetiva e impersonal, a un grupo de profesores, podríamos escribir una historia para el futuro argentino que se sustrajera a la influencia de los partidos dominantes y vencedores. Es ese el concepto central que me ha guiado al creer que es una iniciativa fecunda y útil. (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 89).

De forma geral, o projeto da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) não enfrentou grandes restrições no Congresso argentino, tendo sido aprovada com facilidade e resultando, daí, a já mencionada Ley 12114/1934, que regulamenta os recursos a serem empregados em sua publicação. No entanto, havia, também um interesse, como já comentado, do Estado em relação a esse projeto. Isto porque, em um Decreto del Poder Ejecutivo de maio de 1934, pode-se encontrar a seguinte consideração sobre a coleção: “Que la realización de una obra de conjunto, con la colaboración de especialistas, sin exclusiones, es de gran valor, por la coordinación del trabajo intelectual, que este Gobierno, fomenta y auspicia en toda oportunidad” (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 81). Mais adiante, na mesma página, esta intenção de uma história com caráter pedagógico e utilitário fica ainda mais clara, já que o Decreto afirma

Que la publicación de esa obra fundamental, será de gran beneficio y conveniencia, conjuntamente con el *Manual* y *Atlas* que se publicará con destino a la enseñanza que se imparte en los establecimientos oficiales y particulares, obras que permitirán *avivar el conocimiento histórico* y

---

<sup>109</sup> Enrique Dickmann (1874-1955), nascido na Letônia, foi médico, escritor e político na Argentina, onde se destacou como dirigente do Partido Socialista e fundou Partido Socialista de la Revolución Nacional, aliado do presidente Juan Domingo Perón.

*geográfico de nuestro país y difundir entre sus pobladores los gloriosos hechos del pasado y la vida de los prohombres de la nacionalidad argentina, contribuyendo con ello a apreciar en su valiosa importancia los faustos acontecimientos de nuestra nacionalidad y el cariño y respeto que ellos se merecen por parte del pueblo.* (DOCUMENTACIÓN OFICIAL, 1939, p. 81, grifo meu).

Se, para os historiadores envolvidos no projeto e, segundo a leitura dos deputados que analisaram a proposta, era necessário que a escrita de uma história da nação argentina se baseasse em critérios científicos, e que os profissionais envolvidos devessem ser especialistas nos temas de investigação e que seguissem – como esperavam os historiadores do grupo da Nueva Escuela Histórica, do qual Levene fazia parte – regras estritas em relação à construção teórico-metodológica de seus textos. Mesmo assim, a “pedagogia do exemplo”, através da qual grandes feitos do passado eram tidos como ilustrativos dos caminhos a serem seguidos pelos cidadãos argentinos, atendia plenamente a intenção do Estado de educar a população através de uma narrativa sobre um passado que deveria ser imitado.

Por sua condição de projeto estatal, à coleção *História de la nación argentina* (1936) foram concedidos vultosos recursos públicos (175000 pesos argentinos), destinados para sua impressão e distribuição. Nesta concessão de recursos, “pesaban demandas acumuladas y diversas; desde aquellas procedentes de los diputados socialistas que apoyaron la concesión del abultado subsidio [...] con la pretensión de que se tratase de una versión ‘liberal, democrática, objetiva y equidistante de partidos y intereses’” (DEVOTO; PAGANO, 2010, p. 185). Assim, com a intervenção e o controle dos deputados, as demandas do Estado argentino na década de 1930 viriam a ser expressadas nos textos publicados com o aporte governamental.

Além de organizador, Levene contribuiu com a escrita de um texto para a coleção, sendo que as páginas nela dedicadas à Revolução de Maio são de sua autoria. Além dele, outros membros do grupo da Nueva Escuela Histórica colaboraram com capítulos divulgados nos diferentes tomos, inclusive Jose Torre Revello e Guillermo Furlong. Na tabela abaixo, pode-se encontrar as contribuições de cada um dos historiadores filiados ao grupo.

Tabela 7: Capítulos da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) escritos por membros da Nueva Escuela Histórica.

<b>Tomo</b>	<b>Parte</b>	<b>Cap.</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
II	2ª	I	Diego Luis Molinari	La empresa colombina y el Descubrimiento
III	1ª	III	Ricardo Levene	La legislación de Indias durante el siglo XVIII
III	2ª	VIII	José Torre Revello	Los gobernadores de Buenos Aires (1617-1777)
III	2ª	X	José Torre Revello	La Colonia del Sacramento
III	2ª	XII	Guillermo Furlong	Las misiones jesuíticas
IV-I	1ª	I	Emilio Ravignani	El virreinato del Río de la Plata
IV-I	1ª	IV	Ricardo Levene	Riqueza, industria y comercio durante el virreinato
IV-I	1ª	VII	Ricardo Levene	Funciones económicas de las instituciones virreinales
IV-I	2ª	I	José Torre Revello	Sociedad colonial. Las clases sociales. La ciudad y la campaña
IV-I	2ª	II	José Torre Revello	Viajeros, relaciones, cartas y memorias
IV-I	2ª	III	José Torre Revello	Fiestas y costumbres
IV-II	1ª	XI	Guillermo Furlong	Cartografía colonial
V	1ª	X	Diego Luis Molinari	La política lusitana y el Río de la Plata. La alianza Franco-española y el Portugal (1800-1802). La rivalidad Hispano-portuguesa en el Río de la Plata (1777-1802)
V	1ª	XI	Ricardo Levene	Los intentos de independencia en el Río de la Plata
V	1ª	XII	Ricardo Levene	Significación histórica de la obra económica de Belgrano y Moreno
V	1ª	XIII	Ricardo Levene	Asonada del 1º de enero de 1809
V	2ª	I	Ricardo Levene	Los sucesos de Mayo
V	2ª	II	Ricardo Levene	La Revolución del 25 de Mayo
V	2ª	VII	Ricardo Levene	La obra orgánica de la Revolución: labor económica, administrativa y cultural
V	2ª	VIII	Ricardo Levene	El Congreso General de la Provincias y la Conferencia del 18 de diciembre
V	2ª	IX	Ricardo Levene	Las Juntas Provinciales creadas por el Reglamento de 10 de febrero de 1811 y los orígenes del federalismo argentino. El 5 y 6 de abril de 1811 y sus consecuencias nacionales
V	2ª	X	Ricardo Levene	El Triunvirato
VI	2ª	I	Ricardo Levene	Caída del régimen directorial. La Junta de Representantes. El tratado público y las

				estipulaciones secretas del Pilar. El tratado de 24 de noviembre de 1820. La anarquía de Buenos Aires
VI	2ª	VI	Ricardo Levene	La entrevista de Guayaquil. San Martín y Bolívar
VI	3ª	I	Emilio Ravignani	El gobierno de las Heras. La obra realizada por el Congreso. La Constitución de 1826
VI	3ª	II	Emilio Ravignani	La Presidencia de Rivadavia. Las Provincias y la Constitución de 1826. Disolución del Congreso
VI	3ª	III-3	Emilio Ravignani	Antecedentes de la paz con el Brasil. La convención preliminar de paz, de 1828
VI	3ª	IV	Emilio Ravignani	La revolución del 1º de diciembre de 1828 y sus consecuencias. El general Paz en el interior. Estado político, social y económico del país en 1829
VII	-	IV	Emilio Ravignani	Conflictos internacionales y política exterior
VIII	-	IX	Emilio Ravignani	Presidencia de Derqui y gobierno de Mitre. Sucesos de San Juan
VIII	-	XII	Emilio Ravignani	Reorganización nacional después de Pavón. Mitre encargado del Poder Ejecutivo Nacional
VIII	-	XV	Ricardo Levene	Síntesis de la historia política argentina

Fonte: Adaptado de Levene (1936).

Considerando-se os historiadores argentinos que foram referidos ao longo da Tese, destaco dois deles, Luis María Torres e Rómulo Carbia, que não tiveram textos publicados na coleção *Historia de la nación argentina* (1936). Embora Torres fosse o mais velho do grupo, faleceu apenas em 1937, sendo que os capítulos já estavam sendo preparados em 1934. Da mesma forma, Carbia, que faleceu apenas em 1944, estaria em condições de colaborar com a coleção. Contudo, “en 1933 fue invitado a dictar un curso en la Universidad de Sevilla en el que consideró la valoración crítica de las fuentes sobre las que descansa todo cuanto sabemos del proceso del descubrimiento de América por Cristóbal Colón” (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 213). Não encontrei informações sobre a atuação de Carbia no período de 1934 a 1936, e nem se se encontrava na Espanha ou em Buenos Aires. Ao mesmo tempo, não localizei qualquer informação quanto aos convites que ambos poderiam ter recebido ou, então, sobre uma eventual recusa à participação do projeto da coleção.

A maioria dos autores escreveu exatamente sobre os temas nos quais eram especialistas. Levene, por exemplo, além de se dedicar à Revolução de Maio e ao processo independentista, discutiu, muito provavelmente por sua formação em Direito, temas ligados à legislação e às

instituições coloniais. Já Furlong, contribuiu com um texto sobre as missões jesuíticas e outro sobre a cartografia do período colonial, temas sobre os quais já havia, inclusive, produzido textos,<sup>110</sup>

Chama a atenção, também, que Levene novamente traz Mariano Moreno como destaque de seus capítulos sobre o processo independentista, principalmente naquele intitulado *Significación histórica de la obra económica de Belgrano y Moreno*. Da mesma forma como havia feito no *Ensayo* (1920), o historiador coloca o texto do revolucionário em uma posição de grande importância para o movimento de 1810. No entanto, o que diferencia a publicação de 1936 daquela de 1920 é que Levene explora, de forma mais consistente, o aspecto intencional, político e organizacional da *Representación de los hacendados* (1809). Isto porque deixa claro que Moreno tinha um objetivo ao redigir este documento, o de propor uma forma de organização econômica para a região do Rio da Prata bastante diferente daquela seguida pela Coroa espanhola.

Porque, además, el escrito de Moreno es un documento político. En todo su texto flota la alusión intencionada. El tono subido de algunas frases se suaviza en seguida con otras atentas; la intención desnuda aparece por momentos, para retirarse fugitiva, cubriéndose con el velo de una reticencia. ‘Guárdese la tierra para el Emperador mi Señor, y gobiernela el Diablo’, había dicho el emperador Carlos V al licenciado Lagasca, cuando pasó a América a tranquilizar el reino del Perú, donde se habían alzado voces de independencia. Moreno evoca aquella fuerte escena de los orígenes de la conquista, afirmando que es necesario ‘graduar la gran necesidad q<sup>e</sup> obliga a sacrificarlo todo p<sup>a</sup> q<sup>e</sup> se guarde la tierra’. (LEVENE, 1936, p. 504).

Levene adiciona, ainda, a informação de que Moreno desejava publicar o mais rapidamente possível uma versão do documento, visto que as ideias nele contidas poderiam ser disseminadas por outras partes da América e, inclusive, influenciar outros processos independentistas. A partir dessa narrativa, o historiador atribui a Moreno uma atuação consciente no movimento de Maio. Ao invés de ler a Revolução – e a Independência posterior – como obra do acaso, surgida de uma oportunidade única que foi aproveitada pelos colonos, Levene aponta para a existência de uma iniciativa planejada para sua realização:

Moreno estaba advertido sobre la trascendencia pública, exterior e interior que tendría el asunto. ‘Una discusión de tanta importancia – dice – exitará la curiosidad de los demas Pueblos; las Naciones q<sup>e</sup> se interesan en su resultado, desearan averiguar los medios q<sup>e</sup> lo prepararon; lectores inteligentes seran los Jueces de esta gran Causa, y persuadidos de q<sup>e</sup> no habrán intervenido en ella

---

<sup>110</sup> Ver a Tabela 5.

sujetos desnudos de los precisos conocim<sup>tos</sup> q<sup>e</sup> exige la materia, lamentaran el estado de nuestras luces, q<sup>de</sup> vean los miserables papeles q<sup>e</sup> forman el Expediente'. (LEVENE, 1936, p. 509).

Por fim, Levene critica as investidas do Vice-rei Cisneros para que a *Representación* (1809) caísse no esquecimento, através da proibição de que fosse copiada e/ou publicada, exaltando os soldados britânicos que teriam levado cópias do texto a Londres e ao Rio de Janeiro, onde foi traduzida e publicada por José da Silva Lisboa.<sup>111</sup> A disseminação das ideias de Moreno seria, para o historiador, algo inestimável, principalmente por conta de sua inclinação liberal – a partir da defesa do livre-comércio, bandeira, também, dos próprios ingleses – e que, neste sentido, deve ser sempre preservado e rememorado.

Outra questão importante a ser levada em conta é a maneira como o conceito de nação é apresentado na coleção. Vale lembrar que Lavisse, em seu projeto para a França, havia recorrido a uma história teleológica que abarcava o extenso período que ia desde os gauleses até o século XIX e considerava a nação como algo natural, preexistente ao Estado propriamente dito. Da mesma forma, Levene não questionou a problemática da utilização do conceito de nação para o contexto argentino e não considerou a questão do papel que a própria historiografia possuía no sentido da construção de uma unidade, mesmo que ficcional, em seus relatos. Por outro lado, a coleção levou em conta, também, as histórias das diferentes províncias, já que era comum, à época, a centralização dos estudos na região de Buenos Aires, que, embora fosse a capital, deixava em aberto as significativas contribuições, desde o período colonial, de regiões do interior argentino.

Cabe mencionar, ainda, a recepção que a *Historia de la nación argentina* (1936) obteve. Sobre este ponto, Fernando Devoto e Nora Pagano (2009, p. 186, grifos meus) indicam que:

La recepción de la obra fue extremadamente dispar y por cierto que los señalamientos son, en este punto, muy ilustrativos del clima político en el que la obra se insertaba; no se trataba sólo de *fervientes nacionalistas y católicos*, quienes desde las páginas de *Crisol*, *El Pampero* o *Criterio* impugnaban el tratamiento de la masonería o la versión de las Invasiones Inglesas escrita por un historiador británico; hombres como Ricardo Zorraquín Becú aludía, desde una publicación tan reputada como el *Anuario* de la Sociedad de Historia Argentina, al *estilo difuso de la obra*, en tanto que Hernán Gómez, un historiador correntino colaborador de la colección, *criticaba su carácter fragmentario, monográfico y carente de ligazón de la misma*.

---

<sup>111</sup> José da Silva Lisboa (1756-1835), primeiro barão e Visconde de Cairu, foi economista, historiador, jurista, publicista e político brasileiro. Para maiores informações sobre sua trajetória, ver os trabalhos de José Flávio Pereira e Lupércio Antônio Pereira (2006), José Augusto Bezerra (2009) e José Luís Cardoso (2012).

É interessante notar que as críticas advinham não apenas de grupos alheios à Junta de Historia y Numismática, mas, também, dos colaboradores da coleção, o que pode levar à formulação de algumas hipóteses. Hernán Gómez, ao afirmar que a *Historia de la nación argentina* (1936) possuía um caráter fragmentário, monográfico e carente de ligação em si mesma, pode estar se referindo ao fato de que, por conta da especialização exigida dos colaboradores da coleção, possa ter havido, a despeito do grande esforço de aprofundamento das análises pelas quais alguns historiadores ficaram responsáveis, uma falta de visão de conjunto que produziu a percepção de descontinuidade entre os diferentes períodos e processos históricos. Neste sentido, Gómez aponta para o fato de que os volumes da coleção pareciam compostos de textos soltos, de temáticas as mais diversas, e que, segundo sua visão, não faziam sentido da forma como haviam sido apresentados ao público.

No entanto, se Levene revisitou a Revolução de Maio e, principalmente, a trajetória e os escritos de Mariano Moreno em algumas ocasiões diferentes, Furlong também teve sua oportunidade de comemorar o movimento de 1810. Em 1959, o presidente da Academia Nacional de la Historia faleceu e, um ano depois, comemorou-se o Sesquicentenário de Maio, do qual o jesuíta participou ativamente. Este será o tema da próxima seção deste capítulo.

#### 4.3 AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO

Em 1955, por ocasião do 50º ano de atuação na Companhia de Jesus (ARANCIBIA, 1968, p. 31), Guillermo Furlong SJ foi jubilado de suas atividades no Colégio del Salvador. A partir daí, de acordo com seus biógrafos, dedicaria a maior parte do seu dia às suas pesquisas. Segundo Mayochi (2009) o jesuíta consagrou, também, grande parte do ano de 1960 ao estudo da Revolução de Maio, tendo publicado artigos na revista *Estudios*<sup>112</sup> e proferido conferências em diversas cidades argentinas, como Entre Ríos, Mar del Plata e San Nicolás. Ao mesmo tempo, “se adhirió a los festejos con la publicación de cuatro libros: breve biografía de *Cornelio Saavedra*; *Los jesuitas y la escisión del Reino de Indias*; *La Revolución de Mayo* y *Bibliografía de la Revolución de Mayo*, que comprende más de nueve mil títulos” (MAYOCHI, 2009, p. 73, grifos do autor). Estas publicações se inserem no contexto das comemorações do

---

<sup>112</sup> A edição de maio de 1960 da revista *Estudios*, que comemora o sesquicentenário da Revolução de Maio, conta com dois textos de Guillermo Furlong, intitulados, respectivamente, *Hombres e ideas en los días de Mayo* e *Cornelio de Saavedra*, sendo este último uma versão reduzida de uma das obras, a biografia *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1979) que serão analisadas nos próximos capítulos desta Tese.



sesquicentenário<sup>113</sup> da Revolução de Maio, ocorridas em 1960, que se constitui, também, em momento significativo na trajetória do jesuíta, que introduz novos temas em suas investigações.

Chama-me a atenção o fato de Furlong, um historiador jesuíta, ter aderido de forma tão relevante aos festejos de Maio. Ao levar em consideração algumas das questões já expostas neste trabalho, como o Catolicismo Integral, pode-se compreender que, em um momento de comemoração, onde todos os argentinos são convidados – e teriam o dever – de festejar a nação, é natural que um historiador jesuíta venha a se dedicar à historicização deste evento pátrio. Pode-se considerar, ainda, que a comemoração traz a possibilidade de defesa de posicionamentos políticos/religiosos/ideológicos específicos, na medida em que investe na Revolução de Maio e coloca as trajetórias de seus líderes em evidência. Isto se torna mais evidente quando o contexto do período é considerado.

O final da década de 1950 na Argentina é compreendido pela historiografia mais recente como um período bastante instável do ponto de vista político. Com a queda do governo de Perón, os militares acabaram tomando o poder, dando início a um período de transição entre a ditadura e a democracia. Grupos pró e anti Perón<sup>114</sup> lutavam pelo poder. Em 1958, assumiu o poder o presidente Arturo Frondizi,<sup>115</sup> momento em que foi desencadeada a organização das comemorações que viriam a se realizar em 1960.

O novo presidente se viu envolvido em uma série de problemas provocados pelos diferentes grupos que lutavam pelo poder na Argentina, como os próprios militares, peronistas e antiperonistas, tendo que enfrentar, ainda, uma grave crise econômica e social. Todavia, as propostas desenvolvimentistas de Frondizi, direcionadas, principalmente para a indústria, motivaram o vislumbre de um futuro otimista por parte da população. Entretanto, medidas posteriores como “la ley que ponía en pie de igualdad a la enseñanza pública y privada, la tardanza en cumplir con los compromisos para levantar la proscripción del peronismo, la

---

<sup>113</sup> Cabe ressaltar que a bibliografia sobre as comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio não é extensa. Em *El sesquicentenario de la Revolución de Mayo*, María Estela Spinelli (2010) procura fazer um balanço tanto do cenário político, quanto do tom utilizado pela historiografia para rememorar o evento pátrio. Já Isabel Paredes (2010), em *El Sesquicentenario de Mayo, la memoria y la acción editorial: Memoria e Historia hacia 1960*, tem como objetivo realizar, não apenas uma contextualização do período, mas, também, analisar uma das produções historiográficas da época, a *Biblioteca de Mayo*. Pode-se citar, ainda, o trabalho de Victoria García (2010), intitulado *Configuraciones de Mayo en la prensa nacionalista católica del sesquicentenario: un caso*, Azul y Blanco. Neste texto, a autora reflete sobre o papel da imprensa nas comemorações no contexto de lutas políticas, polarização social e construção de narrativas sobre o fato histórico. Por fim, Raúl Fradkín e Jorge Gelman (2010) dedicam toda uma parte de seu livro *Doscientos años pensando la Revolución de Mayo* ao momento das comemorações do sesquicentenário, analisando, mais detidamente, a historiografia produzida à época sobre o acontecimento e os significados daí resultantes.

<sup>114</sup> Sobre as lutas entre peronismo e antiperonismo ver os trabalhos de Ferrari, Ricci e Spinelli (2007).

<sup>115</sup> Em relação ao contexto das lutas pelo poder na Argentina no final da década de 1950, recomenda-se ver os trabalhos de Barco et all. (1983) e Torre e Riz (2002).

repressão exercida ante los reclamos sociales, la inflación” (PAREDES, 2010, s/p), causaram grande descontentamento entre os argentinos. García (2010) aponta, ainda, o descontentamento das classes trabalhadoras, representadas por seus sindicatos, que convocaram greves. A mesma autora evidencia também o papel do catolicismo em relação a uma disseminação do nacionalismo: “[...] en efecto, ella [a Igreja] se instaló, en esos años, como factor de poder con influencia en lo político, particularmente a partir de la incorporación, durante la presidencia de Frondizi, de católicos nacionalistas en posiciones estratégicas del gobierno” (GARCÍA, 2010, P. 162). Em meio a esta instabilidade, transcorreram as comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio.

Assim como por ocasião do Centenário de Maio, as comemorações foram organizadas pelo governo federal, a partir do decreto de lei nº 14.587, que definiu a criação de uma Comissão Executiva para a organização dos eventos, bem como o financiamento público para os mesmos.

Esta Comisión quedó integrada por personalidades de la ciencia, las letras y la historia. Su presidente era el ministro del Interior, Dr. Alfredo Vítolo y el vicepresidente 1º, el Dr. Roberto Etchepareborda; entre los directores se encontraban el profesor Ricardo Caillet Bois,<sup>116</sup> el doctor Bernardo Houssay<sup>117</sup> y el doctor Enrique Larreta.<sup>118</sup> (PAREDES, 2010, s/p).

Estes “festejos oficiales del acontecimiento incluyeron eventos culturales a lo largo de todo el mes de mayo: exposiciones de artes plásticas, representaciones teatrales, espectáculos de música y danza, actos deportivos, [...] la Semana de Mayo [...]” (GARCÍA, 2010, p. 162). As comemorações contaram, também, com uma série de atos públicos, desfiles das Forças Armadas e publicações como as que compõem a *Biblioteca de Mayo*.

En 1960, no faltaron los actos conmemorativos y la ceremonia central del 25 de mayo contó con la participación de delegaciones de todo el mundo. El Congreso Nacional no se quedó afuera de las actividades del aniversario y mediante una ley dispuso que el Museo del Cabildo pasara a llamarse ‘Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo. Por otra parte, la Cámara de Senadores, presidida por quien luego asumió la presidencia de la Nación, José María Guido, promulgó una ley que dictaminaba la impresión de una colección que, bajo el nombre de *Biblioteca de Mayo*, reuniese los

---

<sup>116</sup> Historiador argentino, membro da *Nueva Escuela Historica* e presidente do IHH entre os anos de 1955 e 1973. Uma de suas principais obras é *Ensayo sobre el Río de la Plata y la Revolución Francesa* (1929). Caillet Bois ainda escreveu prólogos e foi revisor de diversas outras obras.

<sup>117</sup> Houssay (1887-1971) foi médico e, também, fisiologista, ganhador do primeiro Prêmio Nobel da América hispânica, em 1947.

<sup>118</sup> Larreta (1875-1961) foi um dos escritores expoentes do modernismo na narrativa de ficção. Era, também, professor de História Medieval no Colegio Nacional de Buenos Aires.

documentos, las memorias y los relatos del proceso revolucionario. (FRADKÍN; GELMAN, 2010, p. 308-309, grifos no original).

A *Biblioteca de Mayo* se constituía de diversos documentos referentes ao processo revolucionário, dentre eles memórias, autobiografias e textos literários. A coleção contava com uma tiragem de cinco mil exemplares de cada um dos vinte volumes que a compunha e tinha a finalidade didática e de construção de uma memória, sendo de interesse, especialmente, para professores, alunos e aquelas pessoas interessadas na história de Maio. Entretanto, a Biblioteca de Mayo pode ser considerada uma *comemoração em papel*, pois o momento vivido pelo país não era favorável. A população tinha preocupações em relação à política e à economia da época, sendo que as políticas de Frondizi beneficiavam as elites e deixavam os mais pobres em condições difíceis. O tom das festividades, marcadamente oficial, não possuiu o apelo popular esperado, principalmente se comparado a governos – como o peronista – que tinham nas massas seu ponto de apoio. “También fue una conmemoración cuasi forzada e inconclusa. Forzada por cuanto la manera de conmemorar fue impuesta desde distintos órganos de gobierno e instituciones ligadas a él, sin que se notara espontaneidad y acompañamiento por parte de la población” (PAREDES, 2010, s/p).

Não obstante, apenas uma corrente historiográfica esteve aí contemplada, ao dar destaque a historiadores que seguiam as interpretações de Mitre e da NEH, construindo, assim, uma memória bastante seletiva e que não criticava a história oficial, pois “hay exclusiones, selectividad, elusión de polémicas, omisiones, imposición de una visión única de lo sucedido. La selección estuvo dirigida a aquellos escritos que convalidaban la línea historiográfica de Mitre y de la Nueva Escuela.” (PAREDES, 2010, s/p). Ao mesmo tempo, pode-se pensar a expressão *comemoração em papel* com outro sentido. Como já mencionado acima, grande parte dos eventos organizados para a ocasião do Sesquicentenário foram uma iniciativa governamental. Por outro lado, e talvez por isso, estas comemorações não tiveram o reflexo esperado junto à população argentina. Segundo Paredes (2010), a insegurança, a situação econômica e a coerção das autoridades para que as pessoas assistissem aos atos públicos fez com que grande parte dos argentinos considerassem o significado de tais comemorações quase nulo. Assim, o termo *comemorações em papel* pode se referir, também, a este sentimento da população em relação aos festejos que, ocorridos em um momento político bastante instável, não mobilizaram a população argentina da maneira como queriam as autoridades.

Segundo Spinelli (2010, p. 14-15, grifo meu), as comemorações funcionaram como uma espécie de pausa para reflexão sobre o passado e o futuro argentinos:

La celebración de los 150 años de la Revolución de Mayo adquirió en la coyuntura de crisis política y social que se atravesaba el carácter de paréntesis,- efímero, pero paréntesis al fin-, en las disputas cotidianas, *una especie de búsqueda del símbolo de la unidad nacional en el rito patriótico, en el homenaje a los antepasados considerados los constructores de la Nación y en la historia compartida. Hubo un marcado respeto por el protocolo y reverencia hacia los valores republicanos en todos los actos públicos, del mismo modo que el reconocimiento a España como ‘madre patria’.*

Em seu discurso de abertura das comemorações do Sesquicentenário de Maio, Frondizi ressaltou que as festividades tinham a finalidade de fazer com que os argentinos relembassem o passado e seguissem os exemplos de conduta dos próceres da Revolução de Maio, como Saavedra e San Martín. Para o então presidente argentino, “El pensamiento de Mayo se hizo carne en el corazón de todo un pueblo, improvisó sus armas, exigió sacrificios a ricos y pobres y triunfó en praderas, ríos y montañas, muy lejos de esta Plaza Mayor”. Embora todo o povo bonaerense do início do século XIX tenha sido convocado para a luta, alguns homens se destacaram. Estes, por sua vez, teriam, a partir de suas ações e de seus testemunhos, deixado uma lição para a pátria: “Es que Saavedra, Moreno, Belgrano, San Martín y tantos otros poseen en su escala humana la dimensión de los héroes. Ganan batallas, organizan estados, publican libros. Ellos son los que responden victoriosamente a la adversidad, los que forjan el estilo y el perfil de la patria”. E esta lição, tão importante, deveria guiar o futuro da nação rumo a um ideal comum, o de assegurar o futuro argentino. “La lección de grandeza que nos han legado los hombres de Mayo, sirve para iluminar nuestra senda y templar nuestras voluntades. Sirve también para señalararnos el ideal común, acerca del cual no caben discrepancias: el afianzamiento definitivo de la nacionalidad” (FRONDIZI, 1960, p. 1-2).<sup>119</sup>

A posição assumida por Frondizi frente às comemorações do Sesquicentenário aponta para a tentativa de transformar a Revolução de 1810 em um lugar de memória<sup>120</sup> para a

---

<sup>119</sup> Ao evocar os próceres de Maio em seu discurso, Frondizi aponta para o fato de que suas condutas foram exemplares, não apenas para o processo independentista, mas, também, para a configuração daquilo que viria a ser denominado, posteriormente, de nação argentina. Neste sentido, parece indicar que as virtudes observadas nos próceres citados devem ser observadas pelos governantes argentinos para a condução da nação no momento das comemorações do sesquicentenário de Maio.

<sup>120</sup> Pierre Nora (1993), ao teorizar sobre o conceito de lugar de memória, apontou que estes incluem todo tipo de acontecimento, monumento, comemoração, documento e demais itens e/ou vestígios do passado que permitam a rememoração de um determinado fato histórico, mesmo que um determinado indivíduo não o tenha vivenciado diretamente. Para o caso francês, estudado especificamente por Nora (1993), a Revolução Francesa e suas datas – como o 14 de julho – tornaram-se, com o passar do tempo e a ajuda da historiografia, das comemorações patrocinadas pela República, bem como pela ideia de um dever cívico em relação ao acontecimento, lugares de memória, que geram um sentimento de pertencimento, de identidade. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É

Argentina. Este esforço pode também ser observado do ponto de vista historiográfico, pois segundo Spinelli: “La celebración de estos hitos que se conciben como constitutivos de las sociedades históricamente se han prestado [...] a [...] la evocación respetuosa de un pasado que se enaltece [...]”. Neste sentido, há um esforço para caracterizar a Revolução de Maio como um passado glorioso para a nação, onde “[...] se evoca a Mayo como un pasado limpio y puro, depurado de conflictos, de flaquezas, de traiciones, para hacer, por contraste, el inventario de las frustraciones y las deudas para con ese legado de su presente inmediato” (SPINELLI, 2010, p. 14), fazendo desta um exemplo a ser seguido no futuro.

Fronzizi, ao evocar os “grandes homens” argentinos aponta para uma intenção de secularização das comemorações e, também, para a formação de um panteão nacional, constatação que remete à obra intitulada *Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo*, do historiador português Fernando Catroga (2005), na qual analisa detidamente três casos – Estados Unidos, França e Portugal – onde as festas pátrias, em muitos casos, tomaram o lugar de festas anteriormente religiosas, secularizando as comemorações.

Na França, a “religião civil” teve a Revolução Francesa como marco de sua instituição. Símbolos que evocavam o catolicismo, como a própria corte, foram banidos dos festejos pátricos, sendo substituídos, aos poucos, por outros marcos, tais como a formação de um panteão de “grandes homens” – ao gosto tanto do positivismo comtiano, quanto do historicismo – que acabavam por servir de exemplo e de meio para a construção de uma memória nacional.

Auguste Comte limitou-se a sistematizar algo a que os próprios revolucionários franceses (e todos os novos Estados-Nação) recorreram. Procurando substituir muitas formas e funções do velho ritualismo religioso, a exaltação do passado, que os ‘grandes homens’ encarnavam, tornou-se um instrumento essencial (assim como a historiografia propriamente dita) para a produção e reprodução de uma nova memória nacional, ilustrada por uma nova hagiografia, e lembrada de acordo com um novo calendário de festas cívicas. (CATROGA, 2005, p. 102).

---

por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (NORA, 1993, p. 13).

Situação análoga pode ser encontrada em Portugal, onde, segundo Catroga, até os dias de hoje são construídos monumentos e mausoléus para abrigar restos mortais de nomes importantes da história do país. De acordo com o historiador, na tentativa de substituição de um símbolo religioso, os personagens históricos passam a ser, de certa forma, cultuados, o que faz com que se crie, através da constante rememoração e da exaltação de certas qualidades de seus grandes homens, uma pedagogia que procura incutir à população certa ideia de cidadão, fundada no amor à nação e no sacrifício pela mesma.

No momento histórico vivido pela Argentina no final da década de 1950 e inícios de 1960, as comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio, além de evidenciarem as dificuldades internas enfrentadas pelo país, devido à crise política e econômica – que fizeram, inclusive, com que a população não participasse como esperado dos festejos – parecem confirmar a estreita vinculação entre a rememoração e a formação de um panteão de grandes homens para a nação.

Cabe lembrar que instituições como a Academia Nacional de la Historia e o Instituto Ravnani também participaram dos festejos, tanto através do incentivo a publicações e a eventos, como da realização do Terceiro Congresso Internacional de História da América, organizado pela ANH. Neste sentido, percebe-se que as comemorações do Sesquicentenário de Maio foram resultado de uma iniciativa governamental, que envolveu diversos grupos da sociedade. Talvez por seu caráter marcadamente oficial, a maneira como as comemorações foram conduzidas pelo Estado argentino foi criticada por diversos grupos.

La celebración oficial, sin embargo, suscitó reacciones de oposición que exhibieron cómo la fecha constituía un momento propicio no solo para la consolidación de las alianzas entre sectores, sino también para el refuerzo de las oposiciones, que enfatizaba lo polarizado del orden social y habilitaba el surgimiento de la violencia. Así, durante la Semana de Mayo se produjeron varios atentados, como consolidación de una ola inaugurada en los inicios del año [...]. Por otra parte, los sindicatos de las 62 Organizaciones se reunieron el 21 de mayo en un plenario y, además de expresar su repudio a los festejos, determinaron la unidad de la lucha del movimiento obrero. (GARCÍA, 2010, p. 163).

Assim como as comemorações do Centenário serviram como momento de disputas políticas, sociais e identitárias, o Sesquicentenário é perpassado por uma série de discussões. O Estado, apoiado pela Igreja, as instituições, como a própria Academia Nacional de la Historia e os intelectuais, festejaram a Nação em uma *comemoração em papel*, que visava muito mais a produção de sentidos sobre Maio do que uma integração efetiva da população. O ano de 1960

se apresenta rico em projetos historiográficos, como o de Furlong para a comemoração, que lançaria uma série de textos e conferências que reconstituíam e rememoravam o movimento de 1810.

#### **4.3.1 A Revolução de Maio apresentada por Furlong: tradição, hispanismo e comemoração**

Quando das comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio, Furlong publicou uma série de textos e livros. Dentre eles, destaco os artigos intitulados *Cornelio de Saavedra* (1960b) e *Hombres e ideas en los días de Mayo* (1960a), publicados na revista *Estudios*, em uma edição especial comemorativa, e os livros *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960c) e *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1960, reimpresso em 1979).<sup>121</sup>

Grande parte dos argumentos do historiador, nesses trabalhos em específico, gira em torno dos teóricos e dos conceitos acionados por homens como Cornelio Saavedra e Mariano Moreno, revolucionários de 1810, para argumentar sobre a legalidade da formação de uma Junta de Governo quando da vacância do trono espanhol<sup>122</sup> a partir de um *Cabildo Abierto*. Haveria, por parte de homens como Saavedra, a defesa da manutenção das tradições espanholas no processo, através da adoção da doutrina de retroversão do poder ao povo para embasamento do argumento favorável à formação da Junta. Ao mesmo tempo, revolucionários como Moreno basear-se-iam nas ideias de pensadores iluministas para reivindicar uma verdadeira modificação das estruturas de governo no Rio da Prata. Neste sentido, as trajetórias destes próceres também são valorizadas no intuito de reafirmar um pensamento político considerado aceitável, ou seja,

---

<sup>121</sup> O artigo *Cornelio de Saavedra* (1960b) traz uma rápida biografia do líder revolucionário que dá título ao trabalho. O texto pode ser considerado uma versão reduzida da obra *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1979), que se constitui em um trabalho bastante completo sobre a trajetória de Saavedra. Já o artigo *Hombres e ideas en los días de Mayo* (1960a) se caracteriza por sintetizar as ideias defendidas por alguns dos principais líderes revolucionários, focando, novamente, em Saavedra e nas ideias que apresentou quando do *Cabildo Abierto* de 1810. Por fim, a obra *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960c), esta apresenta a contribuição de quatro jesuítas para a Revolução de Maio, tanto do ponto de vista da fundamentação político-filosófica do movimento quanto de ações efetivas para o processo independentista.

<sup>122</sup> As Guerras Napoleônicas, iniciadas no final do século XIX, modificaram o equilíbrio de poder na Península Ibérica. A Espanha, sofreu bloqueio, que resultou nas Invasões Inglesas ao Rio da Prata (1806-1807). Com o passar dos anos e o agravamento da crise na Europa, na tentativa de manter um poder cuja legitimidade fosse reconhecida na Espanha criou-se a Junta Central de Governo de Sevilha, devido à uma intriga palaciana, que provocou a abdicação de Fernando VII em favor de seu pai, o monarca Carlos IV. Tal situação fez com que Napoleão Bonaparte obrigasse Carlos IV a abdicar em favor de José Bonaparte, irmão do imperador francês. Esta Junta Central foi transferida para Cádiz, em 1809, quando da queda de Sevilha. Ao receber a notícia de que a Espanha havia caído nas mãos do exército francês, os colonos bonaerenses exigiram ao Vice-rei um *Cabildo Abierto*, com o objetivo de discutir as decisões a serem tomadas a partir de então.

“moderado”, em detrimento da “exaltação” ou das tentativas de se empreender um processo revolucionário mais contundente. Tais relações de interdependência manifestam-se, de forma mais clara, em ocasiões onde há uma necessidade, por parte dos historiadores e das instituições que representam, de produzir uma história que sirva a este momento. Exemplo disto são as comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio.

Guillermo Furlong, enquanto jesuíta, tinha acesso aos arquivos da Companhia de Jesus e, por isso, pôde tomar contato com uma série de fontes que versavam sobre a história da Ordem e sua atuação na América platina do período colonial e, também, durante o processo independentista. Tal vínculo, inclusive, fica claro pelo título de uma das obras que publicou no ano de 1960, *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias*. A obra possui cerca de 190 páginas, e é composta de uma Introdução e quatro capítulos, nos quais Furlong disserta sobre as trajetórias dos jesuítas Francisco Suárez, Juan José Godoy, Juan Pablo Vizcardo e Diego León Villafañe. Seu principal objetivo é mostrar como as ideias do primeiro e as atuações dos outros três personagens durante seu exílio na Europa após a expulsão da Companhia de Jesus auxiliaram na construção do processo de independência na região do Rio da Prata. Este texto de Furlong está inserido no âmbito dos trabalhos de História Eclesiástica, por ter como objeto, essencialmente, as trajetórias dos padres e de como suas posições enquanto religiosos puderam auxiliar nas suas atuações em relação à Revolução de Maio.

Um dos principais argumentos desenvolvidos por Furlong neste trabalho é o de que as ideias que orientaram o movimento de Maio de 1810 não têm relação com autores contemporâneos à ela ou à Revolução Francesa, mas, sim, com o Padre Francisco Suárez (1548-1617),<sup>123</sup> teólogo, filósofo e jurista que, em seus escritos, sustentava que o poder advém do povo e é por ele concedido ao governante (ou grupo deles), o qual deve respeitar os direitos naturais adquiridos. Desta ideia principal deriva a doutrina da retroversão do poder ao povo quando da vacância do trono espanhol.<sup>124</sup> Neste caso em específico, quando da quebra do

---

<sup>123</sup> O padre Francisco Suárez atuou como professor de Teologia na Companhia de Jesus e participou da elaboração da *Ratio Studiorum*. Entre suas principais obras estão: *Disputaciones metafísicas* (1597), *Sobre las leyes* (1612) (onde cristaliza seu pensamento jurídico-político, de posicionamento avançado para a época, com análises sobre as possibilidades de se retirar um governante de seu cargo, direito das gentes e sociedade internacional), *Defensa de la fe católica y apostólica contra los errores de la secta anglicana* (1613) e *Sobre el alma* (1621).

<sup>124</sup> A doutrina de Suárez sobre a origem e a posse da autoridade pode ser sistematizada a partir de quatro pontos principais: 1) o poder de Deus não é dado diretamente a uma pessoa; 2) a autoridade do governante é-lhe concedida pelo povo; 3) o povo a outorga, por seu consentimento, derivando daí os títulos de governo; 4) ao fazer essa doação do poder, este tem limitações, tanto por parte do governante que recebe, e não pode usá-lo ao seu bel-prazer, como por parte do povo que a confere e já não pode reassumi-lo a qualquer momento. Um ponto importante colocado por Furlong é que o fato de que esta doutrina é totalmente de origem hispânica, não tendo influência estrangeira, e funcionando para este contexto em específico. A partir da doutrina da origem do poder político é que advém aquela da retroversão do poder ao povo quando da vacância do trono espanhol. Neste caso em específico, quando da quebra do contrato político estabelecido pela doutrina da origem do poder,



contrato político estabelecido pela doutrina da origem do poder, principalmente no caso de uma sucessão não reconhecida como legítima, o poder voltaria ao povo, que o designaria novamente ao governante considerado legítimo. Este teria sido o argumento utilizado pelos revolucionários em 1810. Para Furlong (1960c), a doutrina de Suárez teve ampla divulgação na América, principalmente por conta das Universidades jesuíticas e pelo estudo massivo que os membros da Ordem faziam dela. Argumenta que os revolucionários teriam aprendido tal doutrina pois, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1767, o autor continuava sendo estudado.

As fontes que o historiador jesuíta utilizou neste trabalho derivam daquilo que Certeau (2011, p. 60) denomina “[...] arquivos circunscritos aos acontecimentos do grupo [...]”, ou seja documentos produzidos por sacerdotes vinculados à Companhia de Jesus e que se encontravam nos repositórios da Ordem, onde Furlong poderia consultá-los. A maior parte das fontes utilizadas pelo jesuíta diz respeito a cartas escritas por Godoy, Vizcardo e León Villafañe durante o período em que atuaram pela Companhia tanto na Europa quanto na América, além de outros registros de suas passagens pelos domínios coloniais espanhóis. Os documentos que cita estavam alocados no *Archivo de la Provincia Argentina de la Compañía de Jesús*.

Por outro lado, os outros textos que aqui analiso, *Cornelio de Saavedra* (1960b), *Hombres e ideas en los días de Mayo* (1960a) e *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1979), versam sobre as trajetórias de líderes da Revolução de Maio, especialmente de Cornelio Saavedra, conhecido por seu posicionamento político moderado e, no caso das obras de Furlong, muito elogiado por causa disso. Nestes trabalhos, o jesuíta se utiliza de outro conjunto de fontes, que divergem da obra antes apresentada e que versava sobre missionários da Companhia. Ao invés de consultar arquivos, Furlong optou por se utilizar de documentos já publicados em uma obra intitulada *Don Cornelio de Saavedra. Presidente de la Junta de Gobierno de 1810. Bosquejo histórico documentado* (1909), de autoria de A. Zimmermann Saavedra. A publicação trazia um texto de pouco mais de cem páginas cujo objetivo era fazer um esboço biográfico de Cornelio Saavedra. Nas mais de trezentas páginas seguintes, Zimmermann Saavedra (1909) se dedica a reproduzir uma série de fontes encabeçadas com o título *Documentos Justificativos*.<sup>125</sup> É importante considerar que, ao consultar esta obra – que

---

principalmente no caso de uma sucessão não reconhecida como legítima, o poder voltaria ao povo, que o designaria novamente ao governante considerado legítimo. Neste caso, quando da vacância do trono espanhol, os colonos americanos teriam autonomia, prevista pela tradição espanhola e por esta doutrina, para escolher outro governante ou forma de governo, já que eram súditos da Coroa ibérica. Esta presunção de legitimidade das ações dos líderes da Revolução de Maio norteou o argumento de Furlong, que utiliza esta doutrina para justificar não apenas o movimento, mas, também, as ações de Cornelio Saavedra.

<sup>125</sup> Nesta seção, foram reproduzidos os seguintes documentos: *Proclama de la Junta*; *Sentencia contra Liniers y demás complotados de Córdoba*; *Oficios y Cartas á Chicliana*; *Orden del día (Segundo decreto sobre honores)*;

já trazia um resumo da trajetória do personagem – Furlong conseqüentemente tinha acesso aos documentos que necessitava para construir sua pesquisa, seus argumentos e, posteriormente, seus textos, já que estes, em sua maioria, foram escritos por Saavedra e permitem a reconstituição de sua biografia e de sua atuação durante a Revolução de Maio.

Estabelecer as fontes que irá utilizar é um dos primeiros passos a serem dados pelo historiador. Quando selecionou como suas principais fontes tanto os arquivos da Companhia de Jesus, quanto textos escritos por homens como Cornelio Saavedra, Furlong buscava estabelecer um conjunto de documentos que lhe permitisse responder aos seus objetivos, ou seja, a discussão sobre a fundamentação político-filosófica da Revolução de Maio e as narrativas sobre as trajetórias de alguns de seus líderes. Ao mesmo tempo, o *corpus* documental do qual se apropria parece indicar que o jesuíta observou os conselhos a ele dados por Enrique Peña em sua juventude, e que recomendavam que o jesuíta deveria ater-se às fontes como método mais seguro para sua *prática* historiográfica.

Embora o cotejo de fontes com bibliografia especializada e de referência possa ser entendido um bom recurso metodológico tanto para conferência de dados quanto para comparação de versões sobre um mesmo acontecimento, Furlong opta pelo uso de documentos que lhe permitam a reconstituição dos fatos a partir da visão de um determinado personagem. Embora isto já ocorra em *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960c), texto no qual trata da contribuição de padres da Companhia para o processo independentista americano, recorrendo a documentos produzidos e resguardados nos repositórios da própria Ordem, é nos demais textos analisados ao longo do trabalho que esta relação de Furlong com suas fontes fica mais evidente. O jesuíta se utiliza, em grande medida, de textos produzidos por Saavedra, e, principalmente, de sua *Memória póstuma* ([1829] 2009), razão pela qual acaba reconstituindo a Revolução de Maio e todas as disputas ideológicas e de poder nela envolvidas a partir do olhar que um determinado personagem tinha dos acontecimentos.

Esta inflexão fica ainda mais evidente quando se analisam as passagens das fontes que Furlong transcreve em seus trabalhos, em especial quando o personagem principal é Saavedra. Em muitos momentos, as citações de documentos são bastante longas, ocupando várias páginas. Exemplo disso se dá no capítulo 23 da biografia *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina*

---

*Nota desconociendo al virrey Elío; Carta del General Domouriez á Saavedra; Instrucciones al apoderado em el juicio de Residencia; Oficio del Cabildo anulando la ley de destierro; Cartas con el Director Alvarez y Thomas; Juicio de Residencia (Presentaciones, diligencias, oficios y mandatos); Manifiesto al Congreso de 1818; Oficio solicitando nuevos despachos de Brigadier; Memória póstuma; Elogio fúnebre del padre Olavarrieta; Carta de Don Mariano Saavedra; Contestación del General Mitre; Saavedra – (Artículo del General Mitre, publicado en La Nación del 27 de Mayo de 1882).*

(1979), intitulado *Espíritu religioso de don Cornelio* onde, ao argumentar que o líder revolucionário teria um coração cristão, o jesuíta transcreve um trecho das *Memorias* ([1829] 2009) do biografado que se estende da página setenta e nove até a página oitenta do livro. Embora esta citação possua menos de duas páginas, outras ocupam mais de três, exemplificando o uso que o historiador faz dos documentos aos quais tem acesso.

Tal prática em relação às fontes tem relação direta, também, com o modelo de biografia considerado ideal pelo jesuíta. Para Padilla (1979, p. 76, grifos meus), Furlong tinha a clara noção de que “En toda esa intensa labor de biógrafo, realizada a la par de otras de mayor envergadura, se le pueden aplicar sus propias expresiones: 'Sinceramente, estoy satisfecho de la forma y del fondo, de lo que digo y de cómo lo digo, y es que *no soy yo, sino él (biografiado) el autor de estos volúmenes*”. Para o historiador jesuíta, o texto biográfico consistia em um relato no qual a palavra do biografado ganhava destaque, a partir do uso, pelo historiador-biógrafo, de transcrições de documentos de sua autoria, imprimindo à narrativa a impressão de que era o personagem quem falava no texto. Considero oportuno mencionar que tal percepção e, sobretudo, tal técnica remetem a um dos textos biográficos que Furlong mais admirava, a *Life of Johnson* (1791), escrita por James Boswell.

Intima emulación le despierta la placentera lectura de la vida de Samuel Johnson por James Boswell realizada, en 1911, en la biblioteca de Woodstock College. La califica ‘un ideal de biografías, ya que no era el biógrafo sino el biografiado quien más intervenía en su composición’ y, desde entonces, formula la íntima aspiración de escribir la vida de algún ilustre compatriota en conformidad con esa técnica y con esa táctica. (PADILLA, 1979, p. 73, grifos meus).

Vale lembrar que, para muitos críticos, a biografia de Samuel Johnson não passa de uma “colcha de retalhos” de diferentes documentos que são editados, remodelados e transcritos, formando, assim, grande parte do texto da obra. Nesta biografia, os parágrafos escritos por Boswell tiveram a finalidade de “costurar” os diversos documentos entre si, dando inteligibilidade ao texto que o autor se propôs a escrever. Mas, se, por um lado, tem-se a impressão de que o biografado se impôs no texto, por outro, as fontes utilizadas, as passagens transcritas, bem como o texto elaborado a partir delas foram escolhas feitas pelo autor, e não pelo biografado. Se comparamos a biografia de Samuel Johnson com a que Furlong escreveu sobre Saavedra, encontramos esta mesma “costura” entre documentos citados nas páginas 30 e 31, nas quais Furlong, ao dissertar sobre a oposição feita a Liniers em 1809, recorre a passagens das *Memórias*:

'Señor Saavedra, deje Vd. Es ésa la voluntad del Pueblo', *le dijo uno de los presentes, pero la respuesta fue tajante*: 'Esa es una de las muchas falsedades que se hacen jugar en esta comedia; venga el señor Liniers con nosotros, preséntese al pueblo, y si éste lo rechaza o dice no querer su continuación en el mando, yo y mis compañeros suscribiremos el acta de su destitución', *y tomando a Liniers por el brazo*, 'vamos, señor, preséntese V. E. al público y oiga de su boca cuál es su voluntad'.

*Salieron ambos a la Plaza y la ovación fue general. La ante y la anti revolución de los realistas había fracasado y la pre revolución de los patriotas era una realidad, y la revolución podía ser otra magnífica realidad. Ni éso fue todo, ya que de inmediato Liniers dispuso, y Saavedra ordenó, a los cuerpos armados, contrarios a los Patricios, que rindiesen las armas. No acataron la primera intimación, pero informados de que en caso de negarse, se usaría de la fuerza, 'arrojaron, escribía después Saavedra, las armas y corrieron por las calles como gamos buscando cada uno el rincón de sus casas en que ocultarse. Así terminó aquel memorable día, agrega Saavedra: he dicho memorable, porque, en efecto, en él, las Armas de los hijos de Buenos Aires abatieron el orgullo y miras ambiciosas de los europeos, y adquirieron superioridad sobre ellos'.*

*Estas son expresiones de Saavedra y responden a la verdad histórica más absoluta.* (FURLONG, 1979, p. 30-31, grifos meus).

Note-se que as partes grifadas no trecho acima são, todas elas, palavras de Furlong, e têm o objetivo de dar inteligibilidade ao texto, "costurando" as diferentes citações extraídas por ele das *Memorias* ([1829] 2009). Nas últimas duas linhas, percebe-se que Furlong atribui às palavras de Saavedra o *status* de verdade, não considerando a fonte consultada como a versão do biografado acerca dos fatos. Entretanto, cabe perguntar: Furlong pretendia chegar à outra versão dos fatos? Sua formação e seu posicionamento sobre a Revolução de Maio permitiriam outra abordagem?

Neste sentido, pode-se argumentar que a valorização, por Furlong, de algumas características dos personagens que estudava, poderia se dever, em grande medida, a esta intenção de tornar seus biografados exemplos de conduta para seus leitores. Assim, não apenas o argumento de seus trabalhos, mas a própria escolha dos homens que se tornaram objetos de estudo recairiam em indivíduos com trajetórias que ele considerava merecedoras de serem lembradas e seguidas. Se a filiação de um historiador a uma instituição, ou a mais de uma delas, bem como a inserção em contextos específicos podem delimitar o acesso a arquivos e fontes, além da *prática* utilizada e os conceitos acionados, é no momento da *escrita*, quando os resultados da pesquisa são apresentados em formato de texto e, posteriormente, publicados, que os processos envolvidos na *operação historiográfica* resultam em discurso.

É do ponto de vista da “lição”, da tentativa de transmissão de um posicionamento bastante bem-definido sobre a Revolução de Maio e a trajetória de seus líderes, bem como das “faltas”, das omissões deliberadas de Furlong em seus trabalhos sobre a temática que pode-se analisar os quatro textos do jesuíta, procurando compreender, no contexto específico das comemorações dos 150 anos do movimento, como este é apresentado.

Como já mencionado anteriormente, Furlong procura desenvolver o argumento de que não foram as ideias do Iluminismo europeu – e, principalmente, francês – que influenciaram o movimento de 1810, mas que a própria tradição política e filosófica espanhola teria dado conta de atender às questões e exigências dos líderes da ocasião. Isto se confirma pelo uso da doutrina de retroversão do poder ao povo, utilizada como argumento para a criação de uma Junta de Governo e amplamente explorada em *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960c).

Los hombres que gestaron la independencia nacional pusieron toda su fuerza en el hecho de haberse disuelto o roto el contrato o pacto que existió entre los reyes españoles y las colonias americanas, disolución o ruptura que había sido causada por la abdicación del rey Fernando, ruptura que ponía al Río de la Plata en circunstancias de reasumir su soberanía y organizar un nuevo sistema de gobierno. (FURLONG, 1960c, p. 46).<sup>126</sup>

A inflexão de Furlong neste argumento se dá por conta da questão central do primeiro capítulo do livro: Rousseau não poderia ser o “filósofo” da Revolução, principalmente porque suas obras, como o *Contrato Social*, ainda não circulariam na América antes de maio de 1810. O historiador jesuíta faz uma crítica a toda uma historiografia que, já na primeira metade do século XX, associava os movimentos revolucionários do final do século XVIII e as

---

<sup>126</sup> Para Furlong (1960), a doutrina de Suárez teve ampla divulgação na América, principalmente por conta das Universidades jesuíticas e pelo estudo massivo que os membros da Ordem faziam dela. Argumenta que os revolucionários teriam aprendido tal doutrina pois, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1767, o autor continuava sendo estudado. “Todo hace creer que, en el decurso del siglo XVII, ejerció Francisco Suárez un señorío absoluto e indiscutido, aunque a fines de esa centuria ya asomaron, y en el correr del siglo XVIII adquirieron cuerpo, algunas opiniones o sentencias contrarias a las expuestas y defendidas por el pensador granadino. A este movimiento de contradicción, beneficioso en algunos aspectos para el progreso en los estudios, se refiere la resolución del Claustro de la Universidad de Córdoba, del 28 de setiembre de 1730, por la que se ordenó no admitir para que se incorporaran en esa Universidad ‘a los que hubiesen estudiado artes (esto es, filosofía), en algunas de las ciudades de estas Provincias, en escuelas opuestas a la Suarística’” (FURLONG, 1960c, p. 37). Para reforçar seu argumento, Furlong aponta que, ao consultar manuais de ensino do período, em todos estavam presentes as doutrinas de Suárez: “Por lo que respecta a la filosofía suareciana, podemos decir que no hemos hallado cartapacio o código de lecciones, no hemos visto tesis o conclusiones algunas, anteriores a 1767, en las que no se ponga el principio de individuación en la entidad total del ser; en las que no se defienda la distinción de razón entre la esencia y la existencia, y no la sola distinción real; en las que no se dé validez a la primera vía aristotélica, señalada por Santo Tomás para demostrar la existencia de Dios; en las que no se propugne que Dios conoce los futuros contingentes por intuición directa de la realidad de las cosas que acontecerán contingentemente; en las que no se afirme la llamada ciencia media; en las que no se sostenga que entre el alma y sus potencias hay distinción real” (FURLONG, 1960c, p. 38).

independências na América à Ilustração europeia. Esta foi – e ainda é – uma tendência historiográfica amplamente divulgada e aceita, que trabalha a circulação e a produção de conhecimento entre a Europa e o Novo Mundo, inserindo este último em um contexto mais amplo de ideias e contestações das estruturas do Antigo Regime.<sup>127</sup> Para tal crítica, Furlong cita, inclusive, autores que seguiriam a tendência que repudia:

Quienes, hasta la fecha, se han ocupado de conocer, y dar a conocer, quiénes fueron los pensadores que más eficazmente llegaron a influir en los sucesos de la Revolución americana, con rara unanimidad, aunque no sin algunas nobilísimas excepciones, señalan en primer plano a Juan Jacobo Rousseau, y declaran que así como su *Contrato Social* hizo viable la ruta que condujo a la Revolución francesa, así también hizo viable la que habría de llevar, y en efecto, llevó, a las colonias hispanas a obtener su independencia. Hasta un estudioso de la envergadura filosófica y espiritual del colombiano Rubén Darío Restrepo, en su magnífica lucubración sobre las *Causas filosóficas y políticas de la Independencia*, ha considerado una realidad esta influencia roussoniana. (FURLONG, 1960c, p. 29).

Desenvolvendo, ainda, seu argumento, Furlong coloca a questão das diferenças entre a teoria de Rousseau e as doutrinas de Suárez. Para o historiador argentino, enquanto o segundo procura demonstrar os argumentos filosóficos, teóricos e teológicos do contrato político entre a Coroa espanhola e seus súditos, o primeiro constrói sua teoria a partir do contrato firmado, de forma consciente ou não, entre os indivíduos, indo, assim, muito além dos pressupostos de Suárez. Entretanto, é nesta diferença que, para Furlong, reside a especificidade da teoria formulada pelo jesuíta, já que, no momento da Revolução de Maio interessava aos líderes do movimento invocar uma justificativa para a deposição do vice-rei que satisfizesse a especificidade do momento histórico com o não reconhecimento de José Bonaparte no trono espanhol. Assim, o contrato social de Rousseau não seria operacional para legitimar o início do

---

<sup>127</sup> Levene também se utilizou desta tendência em seu *Ensayo histórico sobre la Revolución de Maio y Mariano Moreno* (1920), no qual atribuiu às leituras de Rousseau parte das ideias revolucionárias e, principalmente, liberais, do personagem que dá nome à obra. Furlong, mais adiante, utiliza-se deste trabalho de Levene, no qual atesta a influência de Rousseau para a Independência argentina, para legitimar o seu argumento, dado o fato de que, mesmo inserindo a Revolução de Maio no contexto maior dos movimentos ilustrados, aponta a viabilidade de se considerar as doutrinas de Suárez como válidas para legitimar a atuação dos líderes de 1810: “La Revolución de 1810 está enraizada en su propio pasado y se nutre en fuentes ideológicas hispanas e indianas. Se ha formado durante la dominación española y bajo su influencia, aunque va contra ella, y sólo periféricamente tienen resonancia los hechos y las ideas del mundo exterior a España e Hispanoamérica, que constituía un orbe propio. Sería absurdo filosóficamente, además de serlo históricamente, concebir la Revolución de Mayo como un acto de imitación simiesca, como un epifenómeno de la Revolución francesa o de la Revolución norteamericana. El solo hecho de su extensión y perduración en veinte o más Estados libres es prueba de las causas lejanas y vernáculas que movieron a los pueblos de América a abrazar con fe el ideal de su emancipación...” (LEVENE apud FURLONG, 1960c, p. 31, grifos meus).

processo independentista, e, por isso, não teria sido acionado pelos revolucionários naquele momento em específico.

Decimos que no, por cuanto Rousseau no pudo ser el filósofo de la emancipación americana, por más que algunos historiadores hayan soltado esa especie, y muchos simiescos escritores la hayan repetido. Conocemos el tren de ideas que desarrollaron los patriotas en los días de Mayo, y hemos leído muy detidamente las expuestas por Rousseau, y confesamos que nos sorprende que se haya querido considerar a aquéllas como hijas de éstas. *Hasta hay una diferencia fundamental y básica: el contrato al que se refieren los próceres de Mayo no es el contrato que une a los ciudadanos entre sí, sino que es el contrato que liga los ciudadanos con el gobernante, y es precisamente éste el contrato plasmado y defendido por Suárez, y es precisamente éste el contrato rechazado y anatematizado por Rousseau.* (FURLONG, 1960c, p. 67, grifos meus).

É importante notar que os argumentos descritos até o momento se repetem diversas vezes no texto de Furlong. Acredito que tal estratégia tenha por objetivo a fixação, para o leitor, das ideias do autor em relação ao substrato filosófico da Revolução de Maio. De certa forma, pode ser, também, uma resposta aos historiadores que procuraram vincular o movimento às ideias de Rousseau, explicação que, em 1960, já era bastante difundida e repetida.

O argumento de Furlong é repetido em *Hombres e ideas en los días de Mayo* (1960), artigo publicado na revista *Estudios* e que condensa muitas das premissas apresentadas em *Los jesuitas y la escisión del reino de Indias* (1960). Ao comentar “lo que pensaban sobre el origen del poder”, o jesuíta afirma que

Sabían que la autoridad era algo que viene de arriba, era algo divino; comprendían que no podían crearla ni destruirla, sabían que no era algo suyo, de ellos, pero en conformidad con la doctrina católica, magníficamente expuesta e ilustrada por el Padre Francisco Suárez, que fue en toda la América Hispana, desde fines del siglo XVI hasta principios del XIX, el pensador de mayor influencia, esa autoridad viene de Dios a los hombres y corresponde a éstos establecer, en un país dado, la forma de gobierno, y para ello elegir a la persona o personas que han de ejercer la autoridad. Sabían finalmente que entre el pueblo y el mandatario había un contrato, pacto o convención, el que quedaba anulado en caso de faltar un gobernante a los compromisos estipulados. (FURLONG, 1960c, p. 180).

Talvez, possa-se pensar o texto de Furlong como um apelo à tradição, que se vincula diretamente com a instabilidade política vivida desde meados da década de 1950, que se reflete, também, nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução. Quando alguns historiadores vinculam o movimento à Ilustração, estes invocam uma inovação em relação ao pensamento

político e social do Antigo Regime. Da mesma forma, propõem a circulação de ideias para além das fronteiras dos domínios espanhóis, atestando uma influência estrangeira no processo independentista.

Por outro lado, Suárez era espanhol, e, segundo Furlong, suas doutrinas diziam respeito à origem do poder da coroa de Castela em específico. Como mencionado anteriormente, esta inflexão era muito importante para o historiador jesuíta, já que provaria a influência hispânica do movimento. Assim, o autor coloca a Revolução como um fenômeno americano legitimado por uma teoria que trata exatamente da quebra do contrato político espanhol, e não é influenciada por autores ou questões estrangeiras, mas simplesmente por uma questão interna. É neste sentido que Furlong invoca a tradição para defender seu argumento em relação ao “filósofo” da Revolução de Maio.

Levando em consideração o momento vivido pela Argentina de meados do século XX, a proposta de Furlong vem a calhar por retomar exatamente a tradição hispânica e americanista do movimento de Maio. Isto porque esta abordagem do problema aponta para a legalidade do processo independentista. Afinal, se era possível, por ocasião da quebra do contrato político por parte do soberano, realizar uma mudança de regime, a Revolução não rompia com esta concepção teórica da origem do poder. Neste período de transições políticas, a invocação de outra mudança de regime, mesmo que passados já cento e cinquenta anos, pode apontar para uma intenção de demonstrar a importância de uma modificação constitucional, bem como para a tentativa de manutenção da ordem neste movimento. Isto porque, desde a queda de Perón, em 1955, as Forças Armadas vinham intervindo na política argentina, procurando uma saída que representasse, minimamente, uma alternativa democrática. Frondizi, então, precisou lidar com os diversos problemas que essa transição representava, e tinha como principal função a manutenção de um *status quo* que permitisse um controle do Estado em relação às diferentes forças políticas que atuavam nesse momento.<sup>128</sup> Pode-se, assim, a partir dos textos escritos por Furlong, perceber a vinculação entre o momento de incerteza protagonizado pela Revolução de Maio, no qual Saavedra teria optado por um artifício do direito espanhol para justificar uma

---

<sup>128</sup> Sobre este ponto, Paredes (2010, s/p) complementa: “A partir del golpe de Estado contra el gobierno que encabezaba Juan Domingo Perón, se inició un período en el que las fuerzas armadas acrecentaron el predominio que ejercían desde 1930, con lo que limitaron a los gobiernos constitucionales que surgieron de elecciones condicionadas y proscriptivas, características estas últimas que le restaban legitimidad a las nuevas autoridades. Cuando en 1958 se reorganizaron los poderes de gobierno y ocupó la presidencia de la Nación Arturo Frondizi, éste debió hacer frente a graves problemas provocados por los planteamientos militares, la presión para que levantara la proscripción del peronismo, la profundización de la crisis económica y los reclamos sociales. Sin embargo, las perspectivas que brindaba el desarrollismo, provocó la ilusión de que era posible vislumbrar el futuro con optimismo”.



transição legal que mantivesse as tradições, com a aspiração das Forças Armadas no final da década de 1950.

Aliada a isso, a exaltação da trajetória de um líder revolucionário e, também, por seu turno, a depreciação da atuação de outro, faz parte da tentativa de estabelecer um discurso que opta pela moderação, pela legalidade e, também, pelas boas ações. É neste sentido que textos como as biografias *Cornelio de Saavedra* (1960b) e *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1979) são importantes, no conjunto das publicações de Furlong no Sesquicentenário da Revolução de Maio, para identificar e discutir as nuances da percepção em relação à conjuntura vivida então.

É necessário considerar, em primeiro lugar, que a escolha de Saavedra como aquele que será biografado por Furlong se deve ao fato de que este personagem teria acionado a doutrina de retroversão do poder ao povo quando do Cabildo Abierto de maio de 1810. Tal motivação fica clara quando, no artigo biográfico publicado na revista *Estudios*, Furlong (1960b, p. 219-220, grifos no original), ele afirma que

Grande en la guerra, fue también Saavedra igualmente grande en la paz, ya que en el histórico Cabildo fue él la figura más relevante. Es sabido que después de dar su voto, por la cesación del Virrey, agregó Saavedra algo que debió sorprender en gran forma a todos con aversión de parte de los realistas, con satisfacción inmensa de parte de los patriotas: ‘y conste que pueblo es el depositario de la autoridad’.

Entretanto, para além da questão da fundamentação político-filosófica da Revolução, pesam também as qualidades pessoais do personagem histórico, tanto no que diz respeito à sua capacidade de liderança, já que foi presidente da Primeira Junta de Governo, quanto à conduta própria de um bom católico. No início do artigo e da biografia, Furlong se utiliza de comparações entre Saavedra e George Washington<sup>129</sup> para ilustrar o reconhecimento obtido pelo líder revolucionário:

Va para dos centurias que en los Estados Unidos de Norte América se ha cristalizado con vigor diamantino y luce con destellos de rubí, el dicho popular, referente a George Washington: fue el primero en la guerra, fue el primero en la paz, fue el primero en el corazón de sus conciudadanos. Hubo también entre nosotros, no tan solo uno, sino tres varones máximos que se hicieron acreedores a igual elogio, en cuanto a los tres incisos del mismo: *Saavedra*, Belgrano, San Martín. Pero si el héroe de Tucumán y el de Maipú,

---

<sup>129</sup> George Washington (1732-1799) participou das campanhas militares da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783) e foi um dos atores da construção das bases democráticas do país. Foi eleito o primeiro presidente dos EUA, sendo que seu mandato se estendeu de 1789 a 1797.

cada uno a su manera, fue el primero en la guerra, el primero en la paz, y el primero en el corazón de sus conciudadanos, *esto postrero, por razones menguadas, no se otorgó al que fue, a la par de Liniers, el primero en la lucha contra los invasores británicos, y al que, frente al pueblo bonaerense, fue el numen y el nomen en los días de Mayo, y fue la encarnación de los ideales de la revolución y fue el alma grande y firme, luminosa y con intuiciones de la más fina política, en la Primera Junta.* (FURLONG, 1979, p. 15, grifos meus).

Para o historiador argentino, se Washington tinha lugar privilegiado no coração de seus concidadãos norte-americanos, devido à sua atuação política, o mesmo podia ser observado em relação a Saavedra, igualmente respeitado pelos argentinos. Sua atuação durante a Revolução de Maio, sua habilidade política e os ideais que carregava consigo faziam-no digno desta comparação. Neste sentido, uma questão importante para o jesuíta é o fato de Saavedra ter sido escolhido em diversos momentos, tanto no caso das invasões inglesas ao Rio da Prata, quanto durante a própria Revolução de Maio, para cargos importantes. Entre as páginas dezenove e vinte da biografia aqui estudada, Furlong afirma que Saavedra possuía qualidades que o fariam ser reconhecido para os cargos de chefia:

[...] su equilibrio moral, su hombría de bien y su amplio humanismo. Positivamente consta que se reconocía y se admiraba su ponderación, su equilibrio, su capacidad directiva, como se admiraba lo que fue de estas eximias dotes: el singularísimo ascendiente que ejerció sobre la tropa y, a través de ella, sobre la población toda de Buenos Aires. (FURLONG, 1979, p. 19-20).

A narrativa prossegue e, em alguns momentos, o historiador jesuíta regressa no tempo para trazer aspectos da formação e da infância de Saavedra para melhor elucidar seu caráter. Um dos elementos mais importantes da formação do personagem – que estará presente no capítulo intitulado *Saavedra: todo un caballero* (páginas 23 a 26), e nos capítulos *Espíritu religioso de don Cornelio* (páginas 79 a 82) e *Religiosidad de la Primera Junta* (páginas 82 a 91) – é a formação católica e a expressão deste catolicismo ao longo de sua trajetória.

[...] *tal todo el testamento de Don Cornelio, rebotante de piedad y cuyas últimas palabras a sus hijos, plenas de patriotismo y de religiosidad, dicen así: ruego a mis hijos reciban el legado que les deixo y 'espero sabrán conservarlo y cultivarlo con su sumisión y obediencia a las leyes, con la uniformidad de su conducta a ellas y con ser buenos ciudadanos y servidores de su patria, por cuya conservación en su libertad e independencia de toda dominación extranjera, les ruego con el mayor encarecimiento prodiguen no solo sus bienes sino también sus vidas, y en la última vez que [su padre] les habla, también les pide, no abandonen la Santa Religión e sus mayores.* (FURLONG, 1979, p. 80, grifos do autor).

E, logo abaixo, o historiador argentino acrescenta o seguinte comentário:

Como quien había estudiado la sagrada teología, sabía Saavedra que en la sumisión y en la razón consiste el verdadero cristianismo, ya que si éste eleva a los plebeyos a lo interior y sublime, humilla a los soberbios a lo exterior, y es perfecto por tener ambos elementos, ya que es preciso que el pueblo sea capaz de entender el espíritu de la letra y no es menos preciso que los intelectuales sometan la letra al espíritu. (FURLONG, 1979, p. 80).

Para Furlong, o respeito e a devoção à Igreja já faziam de Saavedra um homem especial. Pode-se pensar que tal valorização não tem por objetivo apenas ressaltar a religião do próprio historiador argentino, mas, principalmente atribuir valor à moral cristã e todas as qualidades que um bom cidadão deveria ter. A insistência de Furlong em relação às virtudes de Saavedra tem ligação direta com o Catolicismo Integral e, como já ressaltado em outro momento, com suas premissas de levar os preceitos e boas ações religiosas a todos os âmbitos da vida do indivíduo. O líder revolucionário serve, assim, de exemplo de atuação tanto em sua vida pessoal quanto em sua carreira política.

Esta estratégia de Furlong fica ainda mais clara quando compara a trajetória de Saavedra com a de Mariano Moreno. O trecho do texto no qual a figura de Moreno tem mais evidência é o segundo, onde, após tecer diversos comentários sobre a exemplaridade da atuação de Saavedra, dá ênfase às divergências políticas entre Saavedra e Mariano Moreno. Apesar de considerar o segundo como um dos mais importantes líderes de Maio, Furlong comenta que “Era, sin embargo, de un temperamento impulsivo, y era terco en sus opiniones y en los pocos meses de actuación al lado de Saavedra, creyó que éste era poco enérgico. Quería llegar al fin cuanto antes, sin etapas, contrariando así las leyes de la naturaleza, y las de la historia”. E, diferentemente de Saavedra, suas ações não seriam condizentes com suas ideias políticas: “El renunciar a su puesto en la Junta, por la incorporación de los diputados, y alejarse del país en un momento de los más trascendentales de nuestra historia, no dice bien de él” (FURLONG, 1960b, p. 222; 1979, p. 91-92).

Note-se, ainda, que as ideias políticas ilustradas de Moreno não eram bem recebidas naquele contexto. As elites bonaerenses e, principalmente, os líderes de Maio, estavam assustados com o posicionamento “exaltado” de Moreno, já que este preconizava mudanças, sendo que os primeiros, frutos da educação tradicional recebida naquela época, gostariam de manter o *status quo*, procurando apenas a mudança do governo da região do Rio da Prata:

El brillo de Moreno y su carácter arrebatado debían pesar y molestar si se quiere, a la mayoría de los graves y sesudos personajes de la Junta, con antecedentes tradicionales en el servicio público, recientes y gloriosos, algunos de ellos, en las luchas con el soldado inglés y en la manera de preparar la preponderancia criolla después, para llevar a buen fin, como lo estaban haciendo, el pensamiento triunfante el 25 de Mayo. (ZIMMERMANN apud FURLONG, 1960b, p. 224).

Furlong descreve negativamente não apenas o comportamento de Moreno, mas, também, suas ideias. Nessa descrição, seu temperamento e comportamento, somados ao seu posicionamento político, incomodariam parte dos participantes do *Cabildo Abierto* e da Primeira Junta. Enquanto Saavedra, por conta de suas características pessoais, é celebrado como um bom exemplo de revolucionário e de cristão, Moreno pode ser considerado o anti-herói da narrativa de Furlong, em uma tentativa de demonstrar que seu posicionamento “exaltado” não era o que a nação argentina necessitava no momento político de 1960.

#### 4.4 REMEMORANDO LEVENE: A REVOLUÇÃO DE MAIO EM SUAS OBRAS

No mesmo ano em que comemorou-se o Sesquicentenário da Revolução de Maio, a morte de Levene, ocorrida em março de 1959, completou um ano. A Academia Nacional de la Historia, envolvida, como mencionado neste capítulo, na organização de ações e eventos que visavam inserir-se nas festividades de então, aproveitou a ocasião para homenagear aquele que foi por três mandatos seu presidente e que se deteve, em trabalhos como o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920) e a coleção *Historia de la nación argentina* (1936), no movimento de 1810.

Neste sentido, a instituição propôs, em reunião ocorrida em dezessete de maio de 1960, que fossem preparadas e editadas as *Obras completas de Ricardo Levene*.

Cuando ocurrió el fallecimiento del Dr. Ricardo Levene, el 13 de marzo de 1959, la Academia acordó diversas resoluciones para honrar la memoria del que fuera su ilustre presidente por más de tres décadas. Entre esos actos de homenaje se halla la iniciativa de editar sus ‘Obras Completas’, cuya edición debe alcanzar la jerarquía que le corresponde por los méritos del autor, por la institución que la realiza y por el ánimo consagratorio que la determina, propósito que solo podrá concretarse con la colaboración de los Poderes públicos. (ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, 1960, p. 291).

No *Boletín* publicado pela Academia em 1960, a publicação é justificada para o poder público argentino – ao qual era solicitada uma quantia de 500000 pesos anuais para seu

financiamento – e apresentada como necessária, devido à trajetória e à importância dos livros e textos de Levene, segundo a instituição. Para os membros da Academia, Levene era, inequivocamente, o principal estudioso da Revolução de Maio, como se pode constatar nesta passagem:

Dos cumbres próceres atraían preferentemente su espíritu: allá lejos, en los días de la gloria, Mariano Moreno; y acá, en los días tumultuarios de las pasiones políticas y de las luchas internas, Bartolomé Mitre. Ricardo Levene es, por antonomasia, el historiador de la Revolución de Mayo. Al magno acontecimiento de nuestra historia le dedicó uno de sus más serios y profundos trabajos, ‘La Revolución de Mayo y Mariano Moreno’, cuya primera edición data de 1920 y con el que obtuvo el primer premio del Concurso Nacional de 1921 y el Premio ‘Raza’ de la Real Academia de la Historia de Madrid en 1925, obra traducida al francés y al italiano, y que ha visto la luz de reiteradas ediciones. Pero aún más: prácticamente toda la labor de Ricardo Levene, tanto de los hechos históricos como de los próceres que estudió, se concentra en la Revolución de Mayo, en su ideología y en sus corifeos y continuadores. (ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA, 1960, p. 292).

Considerando-se o já mencionado contexto das comemorações do Sesquicentenário, bem como a morte ainda recente de Levene, chama a atenção que ele tenha sido lembrado e homenageado por suas obras sobre a Revolução de Maio. Esta estranheza parece se justificar ao analisar-se a composição do primeiro volume da coletânea, que conta com três importantes textos: o primeiro, intitulado *Ricardo Levene (7-II-1885 – 13-III-1959)* – já utilizado nesta Tese –, é de autoria de Carlos Heras e se constitui em uma bastante extensa biografia do historiador; o segundo texto, e aquele que considero mais importante para esta análise, foi escrito por Atilio Cornejo, e intitula-se *Ensayo sobre la obra de Ricardo Levene*; o terceiro é uma *Bibliografía del Doctor Ricardo Levene*, de autoria de Ricardo Rodríguez Molas. Embora tenha sido efetivamente impressa apenas em 1961, a organização do volume ocorreu ainda em 1960.

Sobre o texto de Cornejo, é importante assinalar que esta não é a primeira versão publicada. Em 1957, veio a público em Salta, no *Boletín del “Instituto de San Felipe y Santiago de Estudios Históricos de Salta”*, a primeira versão do trabalho, na época intitulado *Ricardo Levene. Auténtico maestro de la historia argentina*. Parece provável que sua reprodução nas *Obras completas* (1961) tenha se dado por conta do seu conteúdo. Pode-se descrever o texto de Cornejo como uma espécie de resenha – bastante elogiosa, por sinal – da produção do historiador. Contendo 244 páginas na edição de 1961, possui a mesma subdivisão que sua versão anterior: *Bodas de oro*; *El Maestro*; *El Investigador*; *Acción y pensamiento*; *Las obras maestras*; *La última labor*; *Palabras finales*. Acredito que o tópico do trabalho de Cornejo

(1961) que mais serve aos propósitos deste subcapítulo da Tese é aquele intitulado *El investigador*, no qual o autor analisa, de forma aprofundada, o *Ensayo* (1920) de Levene.

Cornejo (1961) dedica cerca de trinta páginas àquela que considera a “obra fundamental” do historiador, ressaltando que, para Levene,

[...] el movimiento de 1810 ‘es parte de un cuadro general de la revolución de fines del siglo XVIII’, siendo ‘un acto en el proceso de desintegración de la monarquía hispánica’. Más le interesa es aspecto civil de la Revolución y su naturaleza institucional, económica y jurídica, aunque sus apariencias sean políticas y militares, pues como lo confiesa, *no profesa adhesión al culto de la historia heroica*. (CORNEJO, 1961, p. 185, grifo meu).

Para o autor, Levene teria optado por uma abordagem que não privilegiou os sucessos militares ou o processo de formação da Primeira Junta de Governo, exclusivamente, mas, principalmente, o clima de ideias: “[...] los hechos de la historia interna que promovieron la evolución de las ideas liberales en el Virreinato del Río de la Plata [...]” (CORNEJO, 1961, p. 187). Neste contexto, ao ter escolhido Mariano Moreno como personagem principal – junto com a Revolução, obviamente –, Levene, que não professava adesão ao culto dos heróis, acabou por construir um a seu modo, e de forma distinta daquela adotada por outros historiadores, como Guillermo Furlong, por exemplo.

*A los fenómenos sociológicos e históricos se unen los elementos de carácter individual, que informan y justifican el título y contenido de esta obra, vale decir, de la Revolución de Mayo y Mariano Moreno, de elementos inseparables. Con precisión y método, pues el autor entra en el Cap. II a considera la versación del núcleo revolucionario en materia de derecho público indiano, como continuación lógica del capítulo precedente, dedicado, como vimos, a la lucha por el derecho nuevo; vale decir, que la Revolución de Mayo se caracteriza fundamentalmente por haber sido una revolución jurídica dirigida por juristas de fuste.* (CORNEJO, 1961, p. 188, grifos meus).

Como afirmei no início deste capítulo, no *Ensayo* (1920) de Levene, Mariano Moreno é apresentado como um exemplo de personagem que constrói uma identidade liberal e, a partir disso, procura definir um plano de ação para uma possível independência, ancorado no livre-comércio, também defendido pela Inglaterra. As ideias que defendeu representavam, assim, uma ruptura marcante com as diretrizes do sistema colonial espanhol. Ao mesmo tempo, homens como Cornelio Saavedra, a quem Furlong deu destaque em seus textos, escritos por ocasião do Sesquicentenário de Maio, poderiam representar a manutenção de uma ordem vigente, mesmo com a tomada de poder pelos colonos. A única modificação proposta seria a

formação da Primeira Junta de Governo, que manteria os demais aspectos da organização anterior da região do Rio da Prata.

Essa diferenciação entre os dois personagens acabou por criar dois heróis do evento pátrio, com características bastante distintas para Levene e Furlong. Enquanto Saavedra, militar e defensor da população rioplatense durante as Invasões Inglesas pode ser considerado, por Furlong, o “padre de la patria”, justamente por ter assumido o cargo de presidente da Primeira Junta, Moreno aparece na narrativa de Levene como um símbolo da erudição e da forma como as ideias e sua intenção de aplicação na sociedade podem modificar uma situação política.

Deve-se ressaltar que as produções de Levene e Furlong sobre os dois personagens possuem quatro décadas de intervalo entre si. Como assinalado ao longo desta Tese, os contextos vividos pelo país em 1920 e em 1960 foram bastante diferentes. No entanto, quando a Academia Nacional de la Historia optou, no bojo das comemorações do Sesquicentenário de Maio, por rememorar não apenas a trajetória de Levene, mas, principalmente, sua produção, através da publicação de suas *Obras completas* (1961), a instituição acabou por reabilitar, também, sua leitura sobre o movimento de 1810.

Enquanto historiadores como Furlong defendiam, em 1960, que heróis militares, que haviam defendido o constitucionalismo, deveriam ser vistos como exemplos para o país que celebrava os cento e cinquenta anos do evento de 1810, Levene, tanto em 1920, quanto por ocasião da rememoração de sua trajetória e produção intelectual, assinalava a importância de ideias novas e de planos de governo mais ousados, principalmente do ponto de vista da economia, a partir do personagem Moreno. Conciliar estas duas visões tão diferentes sobre um mesmo movimento talvez fosse o desafio do Sesquicentenário, momento em que os militares, com suas políticas de cunho conservador, e com a justificativa de manutenção da ordem – e de uma pretensa democracia –, procuravam se contrapor a tendências políticas que poderiam ser consideradas, na visão de Furlong, mais exaltadas. “Sin embargo, los cambios operados desde el peronismo y el contexto internacional sembraron contradicciones irreversibles y las dictaduras o semi-democracias subsecuentes no pudieron frenarlas a pesar de los importantes niveles de represión de las primeras” (VALDEMARCA, 2012, p. 343). A Revolução de Maio e seus líderes poderiam servir, dependendo do olhar do historiador, como um *exemplum* do passado a ser repetido no presente e no futuro.

No que diz respeito ao *Ensayo* (1920) de Levene, contudo, Cornejo (1961) não esgota sua análise com a leitura que o historiador fez em relação a Moreno e à Revolução de Maio. Logo no início do texto, traz a seguinte passagem:

Este libro mantiene incólume la concepción histórica del autor fundada en la verdad, utilizando procedimientos técnicos de absoluta probidad, señalando ‘el camino a los que siguen las lentas pero estimulantes investigaciones sobre el pasado argentino’, como el propio autor lo expresa, insistiendo que en este libro de sus primeras y hondas preocupaciones históricas, formula votos ‘*para que los nuevos historiadores continúen renovando y ampliando la investigación, la crítica y la filosofía social del hecho magno de la Historia Argentina de todos los tiempos*’. Y tenía que ser así, pues, junto al investigador, priva el auténtico Maestro; siempre generoso. (CORNEJO, 1961, p. 186, grifo meu).

Ao mencionar os “procedimientos técnicos de absoluta probidade”, Cornejo (1961) procura identificar em Levene uma *operação historiográfica* próxima das mais rigorosas diretrizes praticadas por grupos como a Nueva Escuela Histórica, como exposto no primeiro capítulo desta Tese. O autor frisa, ainda, um pedido do próprio historiador, para que as novas gerações de historiadores continuassem renovando e ampliando o conhecimento sobre a história de seu país. No entanto, embora a vinculação com a escola historiográfica possa parecer evidente, em nenhum momento a mesma é citada especificamente no texto.

Mais adiante, ao comentar o tratamento dado por Levene ao *Plan de Operaciones* (1810) de Moreno, Cornejo (1961, p. 206) comenta:

La reconstrucción histórica, fundada en documentos, ha de regirse, también por esos principios. No se trata de hechos históricos sustentados por la tradición con exclusión de documentos. Se trata de lo contrario, esto es, de la existencia o inexistencia del documento mismo, y no de un hecho aislado demostrado en dicho documento.

Ocorre, nesta passagem, uma referência literal à importância do documento para a epistemologia histórica. No entanto, novamente, não há nenhuma referência à Nueva Escuela, o grupo que justamente deu grande ênfase à prática. Neste sentido, enquanto Levene foi lembrado e associado não apenas a uma leitura específica sobre a Revolução de Maio, mas, também, a uma *operação historiográfica*, tal vinculação não se dá da mesma forma em relação ao grupo do qual fez parte no início do século XX.

Talvez tal descolamento da imagem do historiador em relação ao grupo que integrava se deva, em parte, ao fato de que, a partir da década de 1920, Levene tenha seguido uma trajetória, de certa forma, diferente de outros membros da Nueva Escuela, afastando-se – embora não totalmente – da FFyL da UBA. Ao lecionar em La Plata e, ao mesmo tempo, assumir funções e cargos importantes dentro da Junta/Academia, o historiador circulou por



espaços nos quais pôde apresentar projetos importantes e, ao mesmo tempo, exercer controle sobre as práticas historiográficas. Por seu turno, Furlong construiu sua trajetória junto à Companhia de Jesus e, concomitantemente, manteve laços de amizade com Ravignani, da FFyL da UBA, e ingressou na Academia de la Historia.

Esta percepção é corroborada pelo trabalho de Pompert de Valenzuela (1991). A autora, já ao final de seu texto, aponta que a Nueva Escuela Histórica passou por algumas fases, desde a sua constituição, na década de 1910, até finais da década de 1940, quando teria conhecido um certo declínio em sua influência. Isto porque, nos primeiros anos do século XX, teria havido um movimento importante de homens aos quais Pompert de Valenzuela denomina “maestros formadores”, que teriam alcançado cátedras universitárias e atuado na formação de historiadores nas décadas seguintes. Homens como Carbia e García, citados no início desta Tese, tiveram esse papel nas trajetórias dos historiadores ligados ao grupo.

Na década de 1910, momento que a autora identifica como de “configuración y consolidación”, a Sección de Historia da FFyL da UBA atuou como espaço de agregação desses jovens historiadores em torno de projetos de publicação de fontes, como *Documentos para la historia argentina*, e, também, de sua própria formação enquanto profissionais, evidenciada na defesa de Teses de Doutorado sobre temáticas relacionadas à história Argentina, como o supracitado trabalho de Ravignani. No entanto,

El período de apogeo de la actividad, la tercera década del siglo, con el Instituto como entidad aglutinadora de los historiadores y difusora de los nuevos principios, desarrollando importantes y diversos planes editoriales, promoviendo la investigación histórica monográfica, relacionándose con el movimiento historiográfico mundial, desarrollando las disciplinas instrumentales que apoyan la investigación histórica e iniciándose la proyección del movimiento a comienzos de la década del treinta. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 202).

Note-se que a autora aponta que, na década de 1920, o já renomeado IIH da FFyL da UBA, constituía-se em espaço importante para a Nueva Escuela. Deve-se recordar, contudo, que Levene, nesse momento, já traçava caminhos paralelos à instituição, atuando como docente na Universidad de La Plata, alcançando cargos de direção na Junta de Historia y Numismática e exercendo sua influência enquanto historiador sobre outros espaços, indo muito além da FFyL da UBA. O próprio Furlong, no mesmo período, empreendeu longas pesquisas na Europa e passou, também, a dedicar-se à publicação de livros e artigos, que versavam, principalmente,

sobre a história da Companhia de Jesus e sua atuação na América platina durante o período colonial.

Será na década de 1940 que, segundo Pompert de Valenzuela (1991, p. 203), ocorrerá uma notável ruptura na influência que o grupo exerceu sobre as práticas historiográficas: “El grupo inicial ya está casi desmembrado, sin embargo no es posible hablar de decadencia. Porque la acción realizada ya ha dado sus frutos. El rumbo ha quedado marcado. La historiografía argentina se ha transformado en científica”. Neste sentido, embora Levene e Furlong tenham seguido trajetórias que os afastaram dos principais espaços de influência da Nueva Escuela Histórica, o fato de terem exercido cargos de importância – como a presidência da Academia Nacional de la Historia, no caso do primeiro –, permitiu que seu *modo de fazer* história pudesse ser usado como um exemplo de uma prática correta e, também, do rigor científico que se deveria exigir. Por isso, não é de se estranhar que, ao rememorar Levene, Cornejo (1961) dê amplo destaque à forma como o historiador construiu seu texto e seu argumento, e não cite o grupo ao qual foi vinculado, em 1916, por Juan Agustín García.

Os momentos de comemorações, como o Centenário e o Sesquicentenário, permitiram, por outro lado, que esses historiadores, com trajetórias tão distintas, pudessem escolher temáticas de pesquisa e epistemologias bastante próximas. Ao analisar suas obras, a fim de identificar como leram, criticaram e se apropriaram de documentos e livros – constata-se que, em relação a estes procedimentos técnicos, Levene e Furlong foram muito semelhantes, apesar de terem feito leituras inequivocamente diferentes sobre a Revolução de Maio. Mesmo sem a prevalência do grupo da Nueva Escuela Histórica, a epistemologia sobreviveu ao longo dos anos, possibilitando, através das estratégias de seus membros, uma influência ainda maior sobre as práticas historiográficas na Argentina.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1960, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio, os historiadores que, nas primeiras décadas do século XX, integravam o grupo da Nueva Escuela Histórica, não seguiam mais o que se poderia denominar de um “padrão”. Luis María Torres havia falecido em 1937, Rómulo Carbia em 1944, Emilio Ravignani em 1954 e Ricardo Levene em 1959. Dentre os que viviam à época das festividades, José Torre Revello faleceria em 1964, aos 71 anos, Diego Luis Molinari viveria até 1971, chegando aos 82 anos; e Furlong, o mais longevo, faleceria apenas em 1974, com 85 anos. A morte do jesuíta, inclusive, se tornaria notícia quando, em vinte de maio daquele ano, regressava de metrô de uma conferência proferida em Villa Devoto, e foi encontrado sem vida no final de uma das linhas em Buenos Aires.

As trajetórias dos historiadores estudados nesta Tese iniciaram-se com diversos pontos em comum. O *núcleo* do grupo, formado por Ravignani, Levene, Carbia, Molinari e Torres seguiu caminhos bastante parecidos, em um primeiro momento. A Universidad de Buenos Aires foi, principalmente através da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, um espaço importante para a formação desses homens – à exceção de Carbia, que estudou na Espanha. No entanto, o fato de passaram por uma mesma Universidade não é suficiente para agregar historiadores em torno de um projeto comum.

Acredito que o vínculo entre Torres, Levene, Carbia, Ravignani e Molinari se deu efetivamente por terem frequentado a Facultad de Filosofía y Letras da UBA. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a FFyL foi fundada com o objetivo de fornecer à intelectualidade bonaerense uma formação específica em Ciências Humanas e, principalmente, em História. A partir do momento em que passaram a fazer parte da instituição – primeiramente como alunos, no caso de Carbia, Ravignani e Molinari – esses historiadores puderam tomar contato com professores e disciplinas que discutiam não apenas temáticas próprias à história argentina, mas, também, a própria epistemologia da disciplina, com reflexões sobre as discussões em torno da utilização de fontes e de metodologias próprias para sua escolha, leitura, crítica e utilização nos textos produzidos.

Em segundo lugar, esta incursão nas fontes para a construção do conhecimento histórico, que, posteriormente, tornou-se um dos pilares de sustentação da Nueva Escuela Histórica, foi extremamente valorizada dentro da FFyL, sendo que foi nesta instituição que surgiram projetos voltados para a busca, coleta, cópia e publicação de documentos, como a coleção *Documentos*

*para la historia argentina*. Considerando-se que a FFyL foi criada a partir das diretrizes da Ley Avellaneda e que a interferência do Estado – a partir do controle de recursos, da nomeação de cargos e do controle sobre as atividades – era um aspecto importante da relação administrativa da instituição, a possibilidade de financiamento para iniciativas como essa apontam para um interesse por projetos desta natureza. Mais ainda, pode-se inferir que esta experiência de dependência/proximidade em relação ao Estado atuou como uma espécie de treinamento em relação às estratégias político-institucionais de afirmação profissional.

Em terceiro lugar, há de se considerar o ano de nascimento dos historiadores que integravam a assim denominada Nueva Escuela Histórica. Embora pareça um detalhe de menor importância para a formação de um grupo de historiadores, no caso aqui tratado, isto acabou por definir as ligações e os vínculos que vieram a estabelecer entre si. Para Fernando Devoto e Nora Pagano (2009), como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, os profissionais ligados à Nueva Escuela haviam nascido entre os anos de 1885 e 1889. Partindo desse critério, homens como Luis María Torres, nascido em 1878, deveriam ser automaticamente excluídos do grupo. Por outro lado, Torres já encontrava-se trabalhando junto à Sección de Historia da FFyL, como seu diretor, quando do ingresso de homens como Ravignani, Molinari e Carbia – e de Levene, como professor – em cargos nos quais eram responsáveis pelas iniciativas de coleta e publicação de fontes. É possível, talvez, localizá-lo como potencial fator agregador dos demais historiadores, ainda mais se levamos em consideração que Torres, provavelmente, teve um maior contato com homens como Bartolomé Mitre e Paul Groussac do que os jovens estudantes.

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma intenção de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. (SIRINELLI, 2003, p. 254-255).

Torres, ao ocupar o cargo de diretor da Sección de Historia da FFyL pode não ser considerado exatamente um discípulo de Mitre ou de sua herança historiográfica. Contudo, encontrava-se em uma posição de destaque e, ao mesmo tempo, cercado de intelectuais que estavam no início da construção de suas carreiras, o que merece ser considerado.

Junto a isso, deve-se considerar que a inserção de historiadores como Ravignani, Molinari, Carbia, e do próprio Levene na Sección de Historia da FFyL se deu em um momento no qual não apenas a Escola Metódica, mas outros grupos de intelectuais vinham, ao longo do

século XIX, discutindo aspectos específicos quanto à epistemologia histórica. Vale lembrar que diferentes formas de ler e interpretar o passado, assim como a utilização dos documentos como principal fio condutor da pesquisa, foram apropriadas por historiadores franceses, alemães, britânicos e, também, por intelectuais na América Latina. Alguns dos principais historiadores argentinos, dentre eles, Mitre, praticavam, também, uma *operación historiográfica*, que tinha como ponto de apoio as fontes.

Em quarto lugar, merece ser destacado o acesso que os dois intelectuais estudados nesta Tese tiveram às carreiras de docentes universitários. Esse exercício profissional possibilitou a ambos os historiadores atuar em meio à demarcação de um espaço, através da Reforma Universitária de 1918, que previa que apenas profissionais com formação específica na área atuassem nas Universidades argentinas. Os membros da Nueva Escuela Histórica, ao defenderem teses de doutorado com temáticas vinculadas à disciplina, inseriram-se nesse contexto e puderam atuar na formação de historiadores, criando mecanismos de reprodução das estratégias de afirmação profissional por eles utilizadas.

Por fim, no que diz respeito à FFyL, deve-se mencionar que a instituição acabou por integrar, talvez de forma improvável, Jose Torre Revello e Guillermo Furlong à Nueva Escuela Histórica. Estes dois historiadores, cujas características de suas trajetórias acabaram por fugir ao padrão do grupo, possuem suas biografias e produções ligadas à FFyL tanto por questões de oportunidades de trabalho – já que Torre Revello foi comissionado para ir à Espanha e, no Archivo de Indias, localizado em Sevilla, copiar as fontes de interesse para as pesquisas desenvolvidas na instituição –, quanto por vínculos pessoais – como a amizade entre Ravignani e Furlong.

Apesar de todos esses dados que, quando somados, permitem uma aparência de conjunto em relação às trajetórias dos membros do grupo da Nueva Escuela Histórica, pode-se indagar: haveria realmente um projeto em comum para que se pudesse considerar, conforme a reflexão iniciada no primeiro capítulo deste trabalho, que existiu efetivamente uma *escuela historiográfica*? Se, como mencionado anteriormente, era necessário um propósito em comum, pode-se encontrá-lo na Nueva Escuela?

Após assumirem cargos na FFyL, homens como Torres, Ravignani e Carbia envolveram-se diretamente na coordenação de coleções como *Documentos para la historia argentina*, enquanto Levene dedicou-se, exclusivamente, à docência, não havendo notícias de sua participação nesse projeto. Já Torre Revello, após realizar tarefas administrativas e obter experiência em pesquisas em arquivo, foi designado para levantamento de fontes na Espanha.

Furlong, por sua vez, esteve, durante certo tempo, no exterior, e, após seu retorno, pesquisou em arquivos e em outras instituições em Buenos Aires. Mas esses indivíduos atuaram em um mesmo espaço ou em espaços similares e próximos.

Talvez, durante os anos em que estiveram atuando dentro da FFyL, pode ter havido a constituição não de um projeto comum, no sentido de uma agenda de estudos, mas, sim, de uma *prática historiográfica* que permitiu que esses personagens pudessem delimitar os parâmetros academicamente aceitos como ciência e, ainda, projetar sua ascensão profissional. A importância desse aspecto recai no fato de que, ao não encerrar um projeto em um núcleo de historiadores, mas estabelecer um *modo de fazer* História, essas práticas pudessem ser difundidas em outros espaços através da ocupação de cargos de grande importância que permitiram um – mais ou menos extenso – controle sobre as *operações historiográficas*. Esta conclusão fica mais clara ao observar-se os caminhos seguidos pelo grupo logo após o Congresso de 1916, quando os historiadores foram identificados como uma *escola historiográfica*.

Foi por ocasião do Congreso Americano de Ciencias Sociales, ocorrido em 1916, que observou-se uma espécie de desintegração do núcleo inicial da Nueva Escuela, e que resultou do prestígio profissional que alguns membros, como Ricardo Levene, passaram a desfrutar junto a instituições como a Universidad de La Plata e a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia.

Quanto à primeira instituição, esta merece destaque, já que Levene foi um dos fundadores, em 1920, da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FHyCE). Soma-se a isso o fato de que Luis María Torres e Rómulo Carbia compunham, então, o corpo docente do departamento. No caso da JHyN, Levene nela ingressou em 1915, alcançando seu primeiro mandato na presidência da instituição em 1927. Foi durante os períodos que permaneceu nesse cargo que seus projetos mais importantes foram levados a cabo, como a escrita e publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936), a organização e realização do IIº Congreso Internacional de Historia de América e, ainda, suas proposições em relação ao hispano-americanismo historiográfico.

Neste mesmo período, a FFyL contava com o Instituto de Investigaciones Históricas – nova denominação da remodelada Sección de Historia – e, sob o comando de Ravignani e de homens como Molinari e Torre Revello, seguiu com seus projetos de publicações de fontes, passando a dedicar-se à formação de historiadores e a uma série de livros e Teses que resultaram das diversas pesquisas desenvolvidas na instituição.

Para que essa configuração pudesse ficar mais clara, optei por analisar as trajetórias de dois dos membros da MEH, Ricardo Levene e Guillermo Furlong, que auxiliam na compreensão sobre como se deu a formação e a posterior desintegração do grupo, as estratégias adotadas por esses indivíduos para sua ascensão profissional e a manutenção de *práticas historiográficas*. Os dois historiadores construíram trajetórias bastante diferentes. Levene, durante toda a década de 1910 e parte da década de 1920, dedicou-se a uma trajetória acadêmica, baseada, em grande medida, na docência. Já o jesuíta, teve sua formação dentro da Companhia de Jesus na Argentina, na Espanha e nos Estados Unidos. A Ordem, contudo, permitiu que o historiador tivesse uma formação não apenas como sacerdote e professor, mas, também, como pesquisador, com vasta experiência em arquivos europeus, norte-americanos e argentinos, o que permitiu que integrasse grupos e instituições tanto de pesquisa, quanto de divulgação do conhecimento.

É preciso, no entanto, considerar que, por seu vínculo à Ordem, Furlong teve acesso facilitado a documentos e acervos que foram fundamentais para as suas posteriores publicações. Deve-se somar a isso o fato de que a própria Igreja, enquanto instituição, necessitava se adaptar a contextos de mudanças, a partir da década de 1920, com o surgimento das políticas de massas, a chegada ao poder do Radicalismo e sua transposição para os movimentos católicos com a emergência do Catolicismo Integral. Neste sentido, o movimento militante visava incorporar essas modificações, inclusive com tentativas de levar para dentro da Igreja as discussões políticas, fazendo com que as autoridades eclesiásticas tivessem que intervir, no sentido de evitar uma pluralização de posicionamentos dentro do catolicismo.

Desde las primeras décadas del siglo, la relación entre la Iglesia y la política comenzó a complejizarse respecto de los períodos precedentes. Justamente el nacimiento del movimiento católico, y por ende la inserción de un laicado militante en la actividad social de la Iglesia, introdujo en ella una suerte de ‘pluralismo’ político, social y cultural de hecho. Era inevitable entonces que los militantes católicos llevaran al interior de los muros de la Iglesia, junto a otras numerosas diferencias, también distintas preferencias políticas. Por su parte, también la vida política en general, con la extensión del sufragio y la ampliación de la ‘sociedad de masas’ devino en esta época cada vez más ‘compleja’ e inevitablemente ‘pluralista’. *Precisamente por eso, para homogeneizar ideológicamente a los católicos y ‘neutralizar’ tal pluralismo, que consideraban una amenaza para la fuerza y un atentado contra el principio monárquico que servían de base a la institución eclesiástica, las autoridades de la Iglesia se preocuparon por someter al movimiento católico con todos los medios a su disposición, manteniéndolo ‘fuera de’ y ‘por encima’ de la lucha política.* (DI STEFANO; ZANATTA, 2009, p. 404, grifo meu).

No que diz respeito a essa necessidade de adequação a contextos onde era necessário manter uma unidade por parte da Igreja, o fator pedagógico adicionado sempre à construção de conhecimento histórico, conforme mencionado anteriormente por Carino (1999), e a utilização da exemplaridade poderiam proporcionar uma oportunidade de atingir esse objetivo. As produções de Furlong, a partir de 1929, giraram, em grande medida, em torno das trajetórias de missionários do período colonial. As ações desses indivíduos, cujos comportamentos poderiam ser representados – através de uma rigorosa seleção de fontes – como aqueles esperados de um bom católico, que os assumiria nos diferentes aspectos de sua vida.<sup>130</sup>

Assim como Furlong, que tinha um compromisso com a Igreja e com a Ordem à qual pertencia, Levene demonstrou ter apreço pela história nacional. Rememorar os principais eventos pátrios, dentre eles a Revolução de Maio, mediante o incentivo de instituições ou do próprio governo, possibilitou que o historiador estabelecesse aproximações com o cenário político contemporâneo. Em 1920, justamente em um momento onde os governos radicais, então no poder, procuravam romper com as políticas liberais dos governantes da virada do século, Levene optou, em seu trabalho, por ressaltar as ideias do liberalismo econômico. Tal concepção seria reforçada na edição de suas *Obras completas* (1961), nas quais essa defesa será elogiada por Cornejo (1961).

O personagem Mariano Moreno foi apresentado por Levene como um dos principais símbolos do movimento juntista, defensor de políticas de inspiração liberal – e, em última instância, iluministas – possibilitando, desta forma, abordagens que valorizavam, a seu modo, o nacionalismo, em uma interpretação que tomava como positiva a emergência de ideias baseadas nos referenciais então em voga na Europa da virada do século XVIII para o século XIX. Por outro lado, Furlong, ao analisar a trajetória de Saavedra, apresentará Moreno como seu anti-herói, e, em um outro momento da história argentina, o das comemorações do Sesquicentenário de Maio, que ocorreram durante o governo de Frondizi, visto pelos próprios militares como uma alternativa constitucional para a transição pós-Perón, oferecerá uma interpretação contrária à de Levene.

---

<sup>130</sup> No entanto, para Néstor Auza (1999), um aspecto o diferenciaria de outros historiadores da Igreja que atuaram na mesma época ou em anos anteriores: Furlong teria atuado como um profissional, não como um religioso que se dedicou a questões históricas. Isso faria com que tivesse um olhar mais imparcial sobre seus objetos de estudo. “Monseñor Cabrera y Furlong tienen algo en común y es el de haber realizado esfuerzos en trabajar, esencialmente, como historiadores, es decir, descifrar, reconstruir e interpretar la historia como historiadores incluyendo en su oficio la preocupación por las cuestiones religiosas. En otros términos, escribieron historia en sentido completo, sin parciales enfoques” (AUZA, 1999, p. 63).



Note-se, contudo, que essa inflexão no liberalismo não tem a ver, efetivamente, com a valorização de um pensamento que rompia com os referenciais coloniais espanhóis, no caso do presidente da Academia, mas, sim, com as ideias políticas e econômicas praticadas durante as primeiras décadas do século XX. Mesmo que o Radicalismo tenha rompido, aparentemente, com uma série de governos oligárquicos, as políticas de massas propostas não chegaram a retirar efetivamente do poder os grupos que sempre tiveram acesso aos privilégios. A retomada conservadora da década de 1930 serviu apenas para, em última análise, expor uma crise do modelo liberal até então vigente quanto pela ascensão e retomada de ideologias nacionalistas e católicas.

Desde el punto de vista ideológico, se asistía el desarrollo de varios fenómenos importantes y relativamente novedosos: una crisis de la mirada liberal sobre el mundo, que excedía el plano local y era más profunda que las anteriores; ciertas reorientaciones en las posiciones de los grupos de izquierda, varios de los cuales pasaron de la certeza en la inminencia de la revolución a la consideración de otras vías para alcanzar la reforma social; el ascenso de actitudes que, sin ser del todo uniformes ni nuevas, se proclamaban nacionalistas, en muchos casos vinculadas al catolicismo. Varios de esos procesos habían comenzado en los años veinte, pero en la década de 1930 se volvieron más intensos y evidentes. (CATTARUZZA, 2016, p. 116).

De certa forma, o presidente Agustín P. Justo se tornou uma espécie de conciliador entre as diversas forças políticas, trabalhando com o oficialismo e com a oposição e tomando as decisões políticas em última instância, com o apoio das Forças Armadas. Se o período do governo radical foi importante, mesmo que de formas diferentes, para ambos os historiadores, no sentido de sua ascensão profissional, foi durante os governos conservadores, entre 1930 e 1945, que se deu grande parte de suas produções e alguns de seus principais projetos, principalmente no caso de Levene.

Os projetos desenvolvidos pelo historiador durante a década de 1930, principalmente a escrita e publicação da coleção *Historia de la nación argentina* (1936) e o IIº Congreso Internacional de Historia de América, se tornaram espaços compartilhados pelos historiadores pertencentes ao grupo. Embora a proposição dessa publicação e desse evento tenha se dado por Levene, que também atuou como organizador e colaborador, estas foram ocasiões em que cada um dos historiadores pôde escrever sobre temas nos quais eram especialistas. Pode-se inferir, inclusive, que a escolha das temáticas a serem trabalhadas por cada um dos autores dos capítulos, no caso da coleção, foi realizada de forma estratégica, pensando efetivamente na

epistemologia histórica, em uma *operação historiográfica* que valorizasse uma metodologia baseada no uso dos documentos como base para a construção dos textos.

Chamam a atenção, ainda, nesse sentido, as propostas em relação a uma revisão da produção de conhecimento histórico na América a partir do modelo explicativo do hispano-americanismo historiográfico. Sobre este ponto, pode-se indagar: afinal, havia alguma relação entre os demais membros da Nueva Escuela Histórica com o hispano-americanismo ou seria este um projeto pessoal de Levene? É interessante notar, como afirmei anteriormente, que, com a vinda de Altamira para a Argentina em 1909, não apenas Levene, mas outros membros da NEH tiveram contato com o espanhol. Entretanto, o historiador argentino parece, por sua proximidade com o espanhol, ter construído, ao longo do tempo, uma relação mais sólida com este modelo explicativo, chegando, inclusive, às suas proposições mais extremas nas décadas de 1940 e 1950. Note-se, ainda, que historiadores como Beired (2009), Silva (2011), Tau Anzoátegui (2016), que se debruçaram sobre a temática, ao estudarem a aplicação do modelo explicativo por historiadores argentinos enfatizam a atuação de Levene como capitaneador da implementação do projeto de Altamira em seu país.

Ao mesmo tempo, se o hispano-americanismo historiográfico não parece evidente, em um primeiro momento, como projeto coletivo do grupo da NEH. O fato de Levene ter proposto à Academia Nacional de la Historia a não utilização, pelos historiadores a ela filiados, do termo “colônia” nos trabalhos historiográficos, aponta para a tentativa de ampliação da influência do modelo explicativo entre os historiadores argentinos. Tal artifício pode indicar, assim, a existência de um debate – que poderia ser circunscrito à NEH ou não – sobre uma implantação mais efetiva do hispano-americanismo historiográfico.

Neste sentido, a confluência entre o pertencimento de Levene à Nueva Escuela Histórica e sua atuação junto à Academia Nacional de la Historia fazem com que um projeto bastante específico ora se confundisse como individual, ora como coletivo. A influência e os cargos importantes que o historiador passou a ocupar fizeram com que a implantação do hispano-americanismo historiográfico na Argentina possa ser vista como uma iniciativa que tinha como representantes Altamira e Levene, ignorando, por isso, proposições coletivas.

Por outro lado, as vinculações institucionais e intelectuais entre os sujeitos constituem uma estratégia de investigação que permite a relativização de algumas posturas consideradas pessoais e que podem ter, em si, um caráter coletivo. É neste sentido que se pode – e deve – levar em consideração o papel dos espaços institucionais e das mencionadas “redes de crítica” para a legitimação de uma proposta como a do hispano-americanismo historiográfico. Talvez

Ricardo Levene possa ser considerado um representante de um projeto, mas não o seu único executor.

Ao observar-se os dados sobre Levene e Furlong, pode-se colocar em perspectiva suas trajetórias, comparando suas cronologias. Em primeiro lugar, como já mencionado anteriormente, enquanto o primeiro encontrou-se, durante as décadas de 1910 e 1920, ocupado com algumas de suas principais publicações, como o *Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920) e com os diversos cargos que foi assumindo, aos poucos, tanto na FFyL quanto na Universidad de La Plata, Furlong havia regressado de seu primeiro período de formação na Europa, que se deu entre 1913 e 1920, sendo bastante provável que já tivesse contato com os membros do grupo da Nueva Escuela. Diante dessa constatação, cabe perguntar: será que esses historiadores chegaram a conversar sobre suas pesquisas? Trocaram informações sobre materiais, documentos e formas de construir o conhecimento histórico? Até que ponto podem ter compartilhado o desejo de estudar temas próximos?

Em 1924, ao retornar novamente ao seu país de origem, depois de um novo período na Europa, Furlong encontrou homens como Levene e Ravignani em posições consolidadas frente à FFyL e à FHCE da Universidad de La Plata. A partir daí, o jesuíta acaba por ter uma trajetória que, em certo sentido, o aproximou dos demais historiadores aqui estudados. Atuando como docente, iniciou a publicação sistemática de livros, ganhando evidência no meio historiográfico. Talvez sua dedicatória feita a Levene na obra *Glorias santafecinas* (1929) seja um reflexo disso. Logo após seu ingresso na já Academia Nacional de la Historia, foi também um dos fundadores da Junta de Historia Eclesiástica Argentina. A instituição visava a demarcação de um campo de estudos – a história eclesiástica – mas, além disso, propunha a abertura de um espaço de divulgação dos trabalhos e de controle em relação às práticas desse objeto em específico.

Todas essas considerações em relação às trajetórias e produções dos historiadores da Nueva Escuela Histórica – a importância da FFyL, a fragmentação do grupo após 1916, a ocupação de cargos em instituições, as publicações em conjunto, a semelhança nas trajetórias – permitem apontar que o grande investimento desses indivíduos se deu na reprodução das estratégias de afirmação profissional. É possível supor que, se todos esses historiadores continuassem, nas décadas posteriores ao Congreso Americano de Ciencias Sociales, a trabalhar quase que exclusivamente na FFyL, o alcance e a evidência alcançados pelo grupo não seriam tão grandes. O fato de Levene ter posto seu foco na Universidad de La Plata e na JHyN/ANH me leva a compreender e defender que houve a intenção por parte do historiador

de, em primeiro lugar, ganhar destaque no cenário historiográfico argentino e, em segundo lugar, de ampliar a área de influência de um *modo de fazer* história.

Ao observar os momentos de desagregação do grupo e as estratégias de afirmação profissional individual realizadas pelos membros da Nueva Escuela Histórica, pode-se retomar as considerações de Burke (1991), Leclerc (2004) e Barros (2012) em relação ao conceito de *escuela historiográfica* e à possibilidade de considerar o grupo como um *movimiento historiográfico*. Se, dentro da FFyL pode-se falar em um projeto em comum em relação a uma epistemologia histórica, há poucos indícios que de haveria efetivamente uma agenda de estudos que unisse esses intelectuais em torno de um objetivo comum. Da mesma forma, as discussões em torno da utilização das fontes para a construção do conhecimento histórico não eram novas, tanto na Europa quanto na Argentina, e eram acompanhadas pelos historiadores da Nueva Escuela. O próprio Levene inspirava-se abertamente em homens como Bernheim, Langlois e Seignobos e Lavisse.

É nesse sentido que acredito que a noção de *movimiento historiográfico* pode responder às inquietações relativas à Nueva Escuela. Em 1991, María Cristina de Pompert de Valenzuela, em sua tese de doutorado publicada na revista *Folia Histórica del Nordeste*, descreveu o grupo da seguinte maneira:

[...] La Nueva Escuela que ‘postula una reconstrucción histórica americana y en particular argentina, a base de pesquisas documentales y bibliográficas realizadas con los más estrictos métodos de Bernheim, seriando los hechos, estableciendo los procesos con concepto de universalidad de los fenómenos y haciendo revivir el pasado, sin que la forma literaria obedezca a la preocupación de lo estético’. Afirmo también que este *movimiento* ‘entraña una reacción contra el fundado criterio de autoridad y marcha en búsqueda de una cumplida intelección del pretérito, con un afán parecido a aquel que en el último tercio del siglo XVIII caracterizó al movimiento iluminista, pero aplicando el mismo juicio orientador y las mismas técnicas de la escuela historiográfica de Ranke’ conceptos con los cuales señala la orientación racionalista y científica del *movimiento*. (POMPERT DE VALENZUELA, 1991, p. 50, grifos meus).

Ao utilizar o termo *movimiento* para caracterizar a Nueva Escuela, Pompert de Valenzuela (1991) sinalizou um aspecto que considero extremamente importante na relação construída pelo grupo com a historiografia do período. Esses historiadores propuseram uma forma de epistemologia que os permitia definir objetos de pesquisa, selecionar as fontes a serem utilizadas, através de critérios que visavam garantir a objetividade desse conhecimento. Além disso, segundo a autora, é necessário considerar que, ao estabelecer procedimentos específicos

para a construção do conhecimento histórico, os profissionais da Nueva Escuela estariam desconsiderando o critério da autoridade – indivíduos que validariam os resultados de suas pesquisas apenas a partir de sua titulação ou do reconhecimento que obtiveram. É preciso, contudo, lembrar que os historiadores do grupo se utilizaram do fato de possuírem uma formação específica para requerer cargos em universidades quando da Reforma Universitária.

Indo além do raciocínio de Pompert de Valenzuela (1991), há o fato de que, como já visto, os membros da Nueva Escuela lançavam mão de estratégias de afirmação profissional que os levaram a ocupar espaços importantes que lhes permitiam o controle sobre as práticas. No entanto, para que esse controle fosse exercido de forma suficientemente exitosa, era preciso poder reproduzir um comportamento que fosse passível de aprendizado. No caso dessa epistemologia proposta, e partindo do fato de que os historiadores do grupo eram, eles também, professores universitários, isso permitiu que esse controle fosse possível e reproduzível.

Outro ponto a considerar é a manutenção desse *movimiento historiográfico* ao longo do tempo. Isto porque, se uma *escuela*, reunida ou não em torno de um mestre e com um programa de estudos em comum, pode extinguir-se juntamente com seus membros, no caso do *movimiento*, a ênfase pode ser mais duradoura, exatamente porque a reprodução das práticas é possível. Ainda assim, as personalidades dos historiadores, de forma individual, tiveram grande relevância, e o enfraquecimento do *movimiento* não deu-se apenas em função do falecimento de seus líderes, mas, também, devido à emergência de novas abordagens, como as historiografias de esquerda e as discussões vindas da Europa, com destaque para os Annales da segunda geração.

La Nueva Escuela aunque asentada sobre principios y objetivos comunes pronto se esfumó como esfuerzo colectivo, debido sobre todo al temperamento individualista de sus principales integrantes, pero alcanzó su plenitud por vía de las instituciones, cátedras, o líneas de trabajo que ellos encabezaron. (TAU ANZOÁTEGUI apud ZARRILLI; GUTIÉRREZ; GRACIA, 1998, p. 45).

Pensando, especificamente, no caso de Levene e de Furlong, por exemplo, a hipótese de que a Nueva Escuela Histórica se constitua em um *movimiento historiográfico* se confirma, ainda, quando observados os resultados a que ambos chegaram ao analisar o tema da Revolução de Maio. Embora o tenham feito em momentos diferentes – Levene, em 1920, e Furlong, em 1960 –, o primeiro exaltou o papel de Mariano Moreno enquanto líder revolucionário, o segundo não apenas rechaçou essa hipótese, um ano após a morte de seu colega de profissão, como também propôs uma abordagem alternativa, colocando as ideias do filósofo jesuíta

Francisco Suárez no centro da discussão em relação à fundamentação acionada pelos revolucionários. Esta abordagem que considera a existência de um movimento permite diferentes visões sobre uma mesma temática, já que imposições interpretativas como o hispano-americanismo historiográfico podem ser consideradas elemento central de um projeto pessoal de Levene.

Restam, ainda, duas questões sobre as quais gostaria de discorrer nestas páginas finais. A primeira pode ser formulada da seguinte maneira: Houve, então, em algum momento, uma *escuela historiográfica*? Esta pergunta pode ser respondida sob dois pontos de vista: o institucional e o pessoal.

Sob o ponto de vista institucional, espaços como a Sección de Historia/Instituto de Investigaciones Históricas da UBA, principalmente no período compreendido entre os anos de 1910 e 1916, podem ter sido uma tentativa de organização e coesão do grupo. No entanto, os objetivos pessoais e as diferentes personalidades não permitiram sua consolidação e permanência ao longo do tempo. Considerando especificamente esse aspecto, acredito que a trajetória de Levene se constitua em uma possibilidade interessante de explicação para o que ocorreu:

Ricardo Levene supo capitalizar el creciente peso que fue adquiriendo dentro de la universidad desde sus cargos docentes y de gestión, y fuera de ella a través de sus fluidas y versátiles relaciones con funcionarios públicos. Apoyándose en un poderoso aparato institucional que él mismo contribuyó a crear y a robustecer, canalizó a su modo las aspiraciones de su mentor, Joaquín V. González, prolongando en cierto modo aquel espíritu del Centenario aun cuando ésta ya se había disuelto en la vorágine del siglo. Desde esos lugares, alimentó un conjunto de iniciativas en las que la institucionalización fue su nota central; ellas se iniciaron durante el clima reformista con el reordenamiento que dio origen a la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación a cuya creación contribuyó y a la cual regentó entre los '20 y '30 en calidad de decano y presidente. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 155).

Sua atuação como docente e como pesquisador na Universidad de La Plata, da qual, com a institucionalização da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, tornou-se decano e presidente, possibilitou que exercesse grande influência nos *modos de fazer* história ali praticados. Talvez seja neste espaço que se possa encontrar características mais próximas à definição de *escuela historiográfica*, onde um mestre é capaz de agrupar discípulos que trabalham conjuntamente em um projeto em comum ou em uma agenda comum de estudos.

Si volvemos a enfocar la atención en la Universidad de La Plata, observamos que su conformación como un centro importante en el desarrollo de la historiografía científica a nivel nacional y aun internacional, está ligada especialmente – como se ha dicho – a un personaje de fuerte presencia intelectual: Ricardo Levene. Hay ocasiones en que la férrea personalidad y el impulso a la acción que caracterizan a determinadas figuras dominan el escenario y, sin dejar de tener en cuenta al resto de los actores sociales que dan vida a una institución y a una escena intelectual, es necesario referirse a ellas para comprender el proceso en que ocurre la evolución de las mismas. Ése fue el caso de Ricardo Levene y los estudios históricos en La Plata en el período que nos ocupa, cuya actuación estuvo estrechamente unida al surgimiento y afianzamiento de los estudios humanísticos y la historiografía de cuño platense. (ZARRILLI; GUTIÉRREZ; GRACIA, 1998, p. 48).

Aqui, seria necessário um estudo de fôlego para compreender até que ponto os alunos de Levene, profissionais que passaram por sua influência como professor, reproduziram, com ou sem êxito, suas estratégias de afirmação profissional. Isto também permitiria compreender se houve alguma inovação desses historiadores em relação à epistemologia histórica ou, ainda, em relação às interpretações em relação ao passado.

A segunda questão é aquela que, em grande medida, motivou esta investigação: E Furlong? Pode se dizer que fez parte da Nueva Escuela Histórica? Considerando-se a tentativa de formação de um grupo coeso no contexto da FFyL da UBA, pode-se afirmar que, embora tenha tido algumas ligações com homens como Ravignani, Furlong não pode ser associado ao núcleo da Nueva Escuela. No entanto, com o passar dos anos, o movimento abriu a possibilidade de uma validação do conhecimento produzido a partir de uma epistemologia específica. E, neste sentido, cabe lembrar que o jesuíta não construiu sua *prática historiográfica* da mesma maneira e, ao mesmo tempo, que os demais integrantes da NEH, apesar de, muito provavelmente, ter tido contato, durante os anos de formação no exterior, com as discussões teórico-metodológicas da época.

Enquanto movimento difusor e, ainda, de controle sobre as práticas historiográficas, a Nueva Escuela pôde agregar intelectuais de diferentes vivências – tome-se o exemplo de Torre Revello, que não possuía formação acadêmica – sobre um mesmo *modo de fazer* história. Isso garantiu a manutenção do grupo em papéis de evidência, permitindo sua sobrevivência, mesmo a partir da atuação de historiadores que não fizeram parte do seu núcleo. Furlong, nesse contexto, inseriu-se nas discussões do *movimento*, apesar de ter outros propósitos, mas pôde receber a validação do conhecimento que produziu e o reconhecimento de seus pares, garantindo um espaço não apenas para si, mas para a Companhia de Jesus e a Igreja no cenário historiográfico de sua época.

Grupos de historiadores como a Nueva Escuela Histórica argentina podem ser encontrados em diversos países e em contextos distintos. Há, também, uma historiografia já consolidada sobre a temática, como é o caso dos trabalhos de Fernando Devoto (1997) e de Nora Pagano (2009). Ao refletirem sobre a existência de uma escola historiográfica, a tentativa destes pesquisadores foi a de encontrar padrões que pudessem explicar o agrupamento de um determinado número de indivíduos sob um rótulo específico. Defendo que uma interpretação alternativa ao já proposto como explicação para a formação destes grupos pode partir do questionamento de categorizações e padronizações restritas e da incursão analítica nas relações que esses historiadores mantiveram entre si e com outros profissionais, possibilitando a reconstituição de seus vínculos tanto historiográficos quanto institucionais e as influências que eles exerceram sobre sua produção. No caso específico das instituições, elas se constituem em espaço de sociabilidade para os intelectuais que delas participam, na medida em que possibilitam discussões, a implantação de redes de crítica e, também, a implementação de projetos coletivos que mobilizem historiadores de diferentes origens, trajetórias e formações a se dedicar a temáticas comuns de pesquisa.

A proposta desta Tese foi a de lançar um outro olhar sobre a Nueva Escuela Histórica e sobre os historiadores que a ela foram tradicionalmente vinculados. Para tanto, detive-me nas trajetórias de Ricardo Levene e Guillermo Furlong, bem como na sua produção intelectual, para, a partir delas, refletir sobre o que caracterizava o grupo. Isto permitiu a conclusão de que, embora tenha havido a reunião de historiadores dentro de uma mesma instituição – a FFyL da UBA – e que eles tivessem trabalhado em conjunto em alguns projetos, as trajetórias individuais de seus integrantes fizeram com que o núcleo acabasse por se desagregar, o que não sustentou uma agenda de estudos em comum e sua identificação como uma *escuela historiográfica*.

Estes homens, e, principalmente Levene e Furlong, ocuparam cargos de docência e de direção em instituições, o que lhes permitiu uma grande influência sobre as práticas historiográficas. Neste sentido, quando entendida como um movimento, a Nueva Escuela Histórica ganha um sentido importante, o da constituição de um *modo de fazer* história que pôde ser ensinado, através da formação de outros profissionais, e de controle sobre as práticas dentro de espaços como a Junta de Historia y Numismática/Academia Nacional de la Historia.

Certamente, as discussões aqui iniciadas não estão esgotadas e há diversos aspectos que podem vir a ser ainda explorados, como, por exemplo, os projetos coletivos de escrita da história surgidos dentro do grupo aqui estudado. A discussão destes projetos a partir de suas inserções



em tradições historiográficas pode ser um caminho frutífero para investigar a escrita de uma história nacional argentina da primeira metade do século XX.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Boletín de la Academia Nacional de la Historia**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1944.

\_\_\_\_\_. **Boletín de la Academia Nacional de la Historia**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1960.

ACTAS de la Academia Nacional de la Historia relacionadas con la publicación de la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

ALGUNOS JUICIOS sobre la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

ARANCIBIA, U. G. 1968. El hombre que hizo más, *Estudios*, (597), p. 30-33.

CARBIA, Rómulo. Historia de la historiografía argentina: Los historiógrafos eruditos y críticos. **Humanidades**, La Plata, v. 4, 1922, p. 97-114.

\_\_\_\_\_. **Historia crítica de la historiografía argentina**. Desde sus orígenes en el siglo XVI. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de La Plata, 1939.

CORNEJO, Atilio. **Ricardo Levene**: auténtico maestro de la historia argentina. Salta: [s. e.], 1957.

\_\_\_\_\_. Ricardo Levene: auténtico maestro de la historia argentina. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Obras de Ricardo Levene**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1961.

DECRETO de oficialización. In: IIº CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE AMÉRICA. **Disertaciones, Discursos, Actas y Resoluciones Generales del Congreso**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938.

DOCUMENTACIÓN OFICIAL. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

FRONDIZI, Arturo. **Discurso inaugural del presidente Arturo Frondizi de las celebraciones del sesquicentenario de la Revolución de Mayo, pronunciado en los balcones del Cabildo de Buenos Aires**, el 22 de mayo de 1960. Disponible em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/21484>. Acessado em: 25/07/2014.

FURLONG, Guillermo. **Glorias santafesinas**. (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene) Buenos Aires: Editorial Surgo, 1929.

\_\_\_\_\_. **Entre los pampas de Buenos Aires.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene) Buenos Aires: Talleres Gráficos “San Pablo”, 1938.

\_\_\_\_\_. **Entre los vilelas de Salta.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Talleres Gráficos “San Pablo”, 1949.

\_\_\_\_\_. **Entre los Lules de Tucumán.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Talleres Gráficos “San Pablo”, 1941.

FURLONG, Guillermo. **Los jesuitas.** Buenos Aires: [editora não identificada], 1941.

\_\_\_\_\_. Carta solicitando envío de estatutos y reglamentos de la Academia Nac. de Historia. Buenos Aires, agosto 15 de 1942. **Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene.** Series: RLP Epistolario.

\_\_\_\_\_. Carta en referencia a conferencia que daría el remitente sobre Lamas. Buenos Aires, abril 30 de 1943. **Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene.** Series: RLP Epistolario.

\_\_\_\_\_. Carta agradeciendo envío de pasaje a Montevideo. Buenos Aires, mayo 9 de 1943. **Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene.** Series: RLP Epistolario.

\_\_\_\_\_. Carta sugiriendo nombrar al jesuita Peter Dunne como miembro de la Academia Nac. de la Historia. Buenos Aires?, 9 de Noviembre de 1943. **Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene.** Series: RLP Epistolario.

\_\_\_\_\_. **Bibliotecas argentinas durante la dominación hispánica.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Huarpes, 1944.

\_\_\_\_\_. **Historia del Colegio del Salvador.** Tomo I. (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Colegio del Salvador, 1944a.

\_\_\_\_\_. **Matemáticos argentinos durante la dominación hispánica.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Huarpes, 1945.

\_\_\_\_\_. **La cultura femenina en la época colonial.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Kapelusz, 1947.

\_\_\_\_\_. **Naturalistas argentinos durante la dominación hispánica.** (Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene). Buenos Aires: Huarpes, 1948.

\_\_\_\_\_. Hombres e ideas en los días de Mayo, **Estudios**, n. 513, 1960a, p. 177-195.

\_\_\_\_\_. Cornelio de Saavedra, **Estudios**, n. 513, 1960b, p.211-227.

\_\_\_\_\_. **Los jesuitas y la escisión del Reino de Índias.** Buenos Aires: Sebastián Amorrortu e Hijos SA, 1960c.

\_\_\_\_\_. **Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina.** Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación de la Nación, 1979.

GANDÍA, Enrique de. **Los estudios históricos en la Argentina**. I. La obra histórica de Ricardo Levene. Buenos Aires: El Ateneo, 1931.

\_\_\_\_\_. La Academia Nacional de la Historia. Breve noticia histórica. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

GARCÍA, Juan Agustín. Advertencia. **Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Tercera Serie, Tomo Primero, 1916.

GEOGHEGAN, A. R. Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 31-42.

IIº CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE AMÉRICA. **Disertaciones, Discursos, Actas y Resoluciones Generales del Congreso**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938.

LEVENE, Ricardo. **Leyes Sociológicas**. Buenos Aires: Valerio Abeledo Editor, 1907.

\_\_\_\_\_. **Ensayo histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno**. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1920.

\_\_\_\_\_. **Lecciones de Historia Argentina**. 2 Tomos. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia Editores, 1930.

\_\_\_\_\_. Advertencia. In: IIº CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE AMÉRICA. **Disertaciones, Discursos, Actas y Resoluciones Generales del Congreso**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938, p. 25-28.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. Prólogo. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. El plan orgánico de la “Historia de la nación argentina”. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. Advertencia a la 2ª edición. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939.

\_\_\_\_\_. Significación histórica de la obra económica de Manuel Belgrano y Mariano Moreno. In: LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de la nación argentina**. Buenos Aires: Librería y Editorial “El Ateneo”, 1939a.

MAYOCHI, Enrique Mario. El hombre, el sacerdote, el historiador, **Archivum**, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 43-56.

\_\_\_\_\_. **Guillermo Furlong Cardiff**. Buenos Aires: Junta de Historia Eclesiástica Argentina, 2009.

PADILLA, E. E. Una especialidad: las biografías. **Archivum**, Buenos Aires, 13, 1979, p. 73-76.

SAAVEDRA, C. **Memoria autógrafa**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009.

TORRE REVELLO, José. Carta con datos bibliográficos. Buenos Aires, 11 de octubre de 1935. **Archivo y Biblioteca Dr. Ricardo Levene**. Series: RLP Epistolario.

TORRES, Luis María. Advertencia. In: FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS. **Documentos para la Historia Argentina**. Tomo I. Real Hacienda (1776-1780). Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1913.

ZIMMERMANN SAAVEDRA, A. **Don Cornelio de Saavedra**. Presidente de la Junta de Gobierno de 1810. **Bosquejo Histórico Documentado**. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia, 1909.

## BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Edberto Oscar. **Ilustración y Liberalismo en hispanoamérica**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 2010.

ADAMOVSKY, Ezequiel. ¿Un “revisionismo popular”? Criollismo y revisionismo histórico en Argentina, **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, agosto, 2017, p. 77-96.

AGUERRE, Marina. Lazos de bronce y mármol. In: AZNAR, Yayo WECHSLER, Diana (Comp.). **La memoria compartida: Espanha y la Argentina en la construcción de un imaginario cultural: 1898-1950**. Buenos Aires: Paidós, 2005, p. 47-76.

ÁLVAREZ, Enrique Zuleta. Los Gobiernos de la Concordancia. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Nueva Historia de la nación argentina**. Tomo VII. Buenos Aires: Planeta, 2001, p. 265-298.

ALVAREZ, Gineth Andrea. ¡En defensa de la educación católica! Actores, redes y conexiones en el Catolicismo Integral de las Revistas Criterio y Javeriana (1942-1946). In: RODRIGUES, Cândido Moreira; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). **Catolicismos e sociabilidade intelectual no Brasil e na Argentina**. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2013, p. 103-128.

ANDINO, Mario Daniel. **Idea de nación en la historia argentina**. Santa Fe: Universidad Católica de Santa Fe, 2016.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, 2013, p. 34-44.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Funciones**. Disponible em: <http://www.mininterior.gov.ar/archivo/mision.php?idName=arc&idNameSubMenuDerPrincipI=arcMision&idNameSubMenu=&idNameSubMenuDer=arcMision>. Acceso em: 18/11/2013.

ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e Organização das *Constituições* dos jesuítas (1539-1540), **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, 2002, p. 103-113.

AUZA, Néstor T. **La Iglesia Argentina**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1999.

\_\_\_\_\_. Revistas culturales de orientación católica en el siglo XX en Argentina, **Anuario de Historia de la Iglesia**, nº 9, 2000, p. 329-347.

AYROLO, Valentina. El Padre Guillermo Furlong, historiador. In: **JESUITAS 400 años en Córdoba**: congreso internacional, 21 al 24 de setiembre de 1999, sede: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba, Volume 1, p. 47-58.

BALMORI, Diana; VOSS, Stuart F.; WORTMAN, Miles. **Las alianzas de familias y la formación del país en América Latina**. México: FCE, 1990.

BARRAL, María Elena. El grupo de curas en la opción por los pobres (OPP) 1986, 1996 y 2016. In: BARRAL, María Elena. **Curas con los pies en la tierra**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016, pp. 253-280.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. O que é uma “escola” na historiografia? – Um paralelo com a Filosofia, **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.13, n. 18, 1º sem, 2012.

BEIRED, José. O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e América na perspectiva de Ricardo Levene e Rafael Altamira. **História Unisinos**, vol. 13, janeiro/abril, 2009, p. 43-53.

BERNHEIM, Carlos Tünemann. La reforma universitaria de Córdoba, **Educación superior y sociedad**, vol. 9, nº 1, 1998, p. 103-127.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 61, No. 2, Abr- Jun, 1999, p. 107-135.

\_\_\_\_\_. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas, **Anuario IEHS**, nº 15, Tandil, 2000.

BEZERRA, José Augusto. José da Silva Lisboa – estadista e intelectual. 2009. Disponível em: [http://institudoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/07\\_Art\\_JosedaSilvaLisboa.pdf](http://institudoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/07_Art_JosedaSilvaLisboa.pdf). Acesso em: 09/04/2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE MAESTROS. **Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene**. 2018. Disponível em: [http://www.bnm.me.gov.ar/la\\_biblioteca/areas/levене.php](http://www.bnm.me.gov.ar/la_biblioteca/areas/levене.php). Acesso em 10/02/2018.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRUNO, Paula. **Paul Groussac**. Un estratega intelectual. Buenos Aires: Universidad de San Andrés/ Fondo de Cultura Económica, 2005.

BUCHBINDER, Pablo. **Historia de la Facultad de Filosofía y Letras**. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.

\_\_\_\_\_. **¿Revolución en los claustros?** La Reforma Universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

\_\_\_\_\_. Emilio Ravignani: su tesis doctoral y sus primeros pasos en la práctica de la investigación histórica. In: RAVIGNANI, Emilio. **Las finanzas argentinas desde 1810 a 1829**. (Serie Las Tesis del Ravignani). Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 2014.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CALLEGARICH, Belén. **La Nueva Escuela Histórica y los espacios institucionales**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, José Luís. O liberalismo económico na obra de José da Silva Lisboa. **História Econômica & História de Empresas**, v. 5, n. 1, 2002, p. 147-164

CARGNEL, Josefina. *La Historia de la conquista* en la versiones de Pedro Lozano y José Guevara. Estudios comparados de la producción escrita de la Compañía de Jesús en el siglo XVIII, **História Unisinos**, São Leopoldo, nº13, Vol. 3, Setembro/Dezembro, 2009, p. 297-307.

CARINO, Janaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa, **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, Agosto, 1999, p. 153-181.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, **Topoi**, Rio de Janeiro, Nº 1, 2000, p. 123-152.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 43-69.

\_\_\_\_\_. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

\_\_\_\_\_. Ainda será a História Mestre da Vida?, **Estudos Ibero-americanos**, núm. 2, 2006, p. 7-34.

CATTARUZZA, Alejandro. La historia y la profesión de historiador en la Argentina de entreguerras, **Saber y Tiempo**, Nº 12, 2001, p. 107-139.

\_\_\_\_\_. Debates y representaciones de la historia nacional. In: CATTARUZZA, Alejandro (Org.). **Nueva historia argentina**. Tomo 7. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001, p. 429-476.

\_\_\_\_\_. **Historia de la Argentina 1916-1955**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. **Políticas de la historia**. Argentina 1860-1960. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 307-331.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, Vol. 24, Nº 69, 2010, p. 7-30.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata, **Anos 90**, Vol 1, Ano 1, 1993, p. 49-83.

CHICOTE, Gloria; GOBEL, Barbara. (Eds.). **Ideas viajeras y sus objetos. El intercambio científico entre Alemania y América austral**. Berlín: Iberoamericana/Vervuert, 2001.

CIBOTTI, Ema. Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante. In: LOBATO, Mirta. **Nueva Historia Argentina**. Tomo V. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916). Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 365-408.

COLEGIO DEL SALVADOR. **Historia del Colegio del Salvador**. s/d. Disponível em: [https://colegiodelsalvadorescedu-my.sharepoint.com/personal/comunicacion\\_colegiodelsalvador\\_esc\\_edu\\_ar/Documents/Página%20Web/Breve%20Historia%20del%20Colegio%20del%20Salvador%20-%202017.pdf?slid=bcc07e9e-4008-6000-030b-a2ef9b545cc3](https://colegiodelsalvadorescedu-my.sharepoint.com/personal/comunicacion_colegiodelsalvador_esc_edu_ar/Documents/Página%20Web/Breve%20Historia%20del%20Colegio%20del%20Salvador%20-%202017.pdf?slid=bcc07e9e-4008-6000-030b-a2ef9b545cc3). Acesso em 20 de março de 2018.

DEL BARCO, Ricardo [et all.]. **1943-1982**. Historia política argentina. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1985.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DEVOTO, Fernando (Org.). **La historiografía argentina en el siglo XX (I)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1997.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DI TELLA, Torcuato. **Historia social da Argentina contemporânea**. Brasília, FUNAG, 2017.

DOSSE, François. A idade heroica. In: DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 123-193.

\_\_\_\_\_. História e Historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 15-32.

\_\_\_\_\_. **A História**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.



DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ESCUADERO, Eduardo. **Ricardo Levene: políticas de la Historia y de la Cultura 1930-1945**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2010.

EGGERS-BRASS, Teresa. **Historia argentina: una mirada crítica**. Ituzaingó: Maipue, 2006.

FERRARI, Marcela P.; RICCI, Lila; SPINELLI, María Estela. **Memorias de la Argentina contemporánea, 1946-2002: la visión de los mayores**. Mar del Plata: EUDEM, 2007.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidade e espaço das experiências reducionistas, **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 156, 2007, p. 59-77.

FRADKÍN, Raúl Osvaldo; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La argentina colonial**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

FRADKÍN, Raúl Osvaldo; GELMAN, Jorge (Org.). **Doscientos años pensando la Revolución de Mayo**. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

FURLONG, Guillermo. **Torre Revello: “a self-made man”**. Buenos Aires: Universidad del Salvador, 1968.

GARCÍA, Victoria. Configuraciones de Mayo en la prensa nacionalista católica del sesquicentenario: un caso, Azul y Blanco. In: VÁZQUEZ VILLANUEVA, Graciana (Org.). **Memorias del Bicentenario: discursos e ideologías**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras – UBA, 2010, p. 159-184.

GAUT VEL HARTMAN, Sergio. **Bicentenario 1810-2010**. Pensamientos que hicieron la patria. Mariano Moreno, Manuel Belgrano, Cornelio Saavedra, Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi. Buenos Aires: Andrómeda, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOLDMAN, Noemí; SOUTO, Nora. De los usos de los conceptos de “nación” y la formación del espacio político en el Río de la Plata (1810-1827), **Secuencia**, nº 37, sept-dici, 1997, p. 35-56.

GOLDMAN, Noemí. Independencia y soberanía: significados en disputa en el camino hacia la emancipación. **Boletín de la Biblioteca del Congreso Nacional**, Buenos Aires, vol. 130, 2010, p. 9-13.

GRAU, Carmen-José. **Las revistas de historia eclesiástica en América Latina en el siglo XX**. Disponible em:  
[http://www.unav.es/adi/UserFiles/CvFiles/Files/27145/Revistas%20H%20Ig%20\(2000\).pdf](http://www.unav.es/adi/UserFiles/CvFiles/Files/27145/Revistas%20H%20Ig%20(2000).pdf).  
Acesso em: 04/052014.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Estudos Históricos**, v. 10, n. 20, 1997, p. 217-229.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Revolução e guerra: formação de uma elite dirigente na argentina crioula**. São Paulo: Hucitec, 2015.

HERAS, Carlos. Ricardo Levene (7-II-1885 – 13-II-1959). In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Obras de Ricardo Levene**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1961, p. 13-122.

HERMANN, Jacqueline. “História das religiões e religiosidades.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 14ª tiragem. Rio de Janeiro, Elsevier; Campus, 1997, p. 329-352.

HERNANDEZ PEÑALOZA, Amor Arelis. Las redes intelectuales como mecanismo que permiten la constitución de la teoría y crítica literaria. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, 2013, p. 93-114.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IMÍZCOZ, José María. Las redes sociales de las elites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: MESA, Enrique Soria; CARO, Juan Jesús Bravo; BARRADO, José Miguel Delgado (eds.). **Las elites en la época moderna: la monarquía española**. Córdoba: Universidad de Córdoba (España), 2009.

IMOLESI, María Elena. **Sobre el país de los felicianos**. La narrativa histórica de Guillermo Furlong SJ acerca de las misiones jesuíticas de guaraníes. Disponível em: [https://www.academia.edu/4242363/Sobre\\_el\\_Pa%C3%ADs\\_de\\_los\\_Felicianos.\\_La\\_narrativa\\_a\\_hist%C3%B3rica\\_de\\_Guillermo\\_Furlong\\_SJ\\_acerca\\_de\\_las\\_misiones\\_jesu%C3%ADtas\\_de\\_guaran%C3%ADes](https://www.academia.edu/4242363/Sobre_el_Pa%C3%ADs_de_los_Felicianos._La_narrativa_a_hist%C3%B3rica_de_Guillermo_Furlong_SJ_acerca_de_las_misiones_jesu%C3%ADtas_de_guaran%C3%ADes). Acessado em 23/05/2014.

\_\_\_\_\_. De la utopía a la historia. La reinención del pasado en los textos de Guillermo Furlong, **Italie et Méditerranée modernes et contemporaines**, nº 126-1, 2014.

JIMÉNEZ CALLE, Josefina. Cornelio Saavedra, ¿Padre de la patria? In: SAAVEDRA, Cornelio. **Memoria autógrafa**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009, p. 9-21.

JULIA, Dominique. A religião: História religiosa. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KATO, Volia Regina Costa. El radicalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 13, n. 4, Out.-Dez., 1973.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Ernest Lavisse. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 353-374.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los estudios históricos**. Salamanca: KADMOS, 2003.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LEVENE, Ricardo. La historia de las ideas sociales y la nueva escuela histórica argentina. **Revista de Historia de América**, México, D.F., n. 18, 1944.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

LIDA, Miranda. **Historia del catolicismo en la Argentina: entre el siglo XIX y el XX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

LIERNUR, Jorge Francisco. La construcción del país urbano. In: LOBATO, Mirta. **Nueva Historia Argentina**. Tomo V. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916). Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 409-464.

LOPES, José Rogério. **Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais**. Porto Alegre: CirKula, 2017.

LOPES, Maíne Barbosa. **O Museo Nacional de la Inmigración: História, memória, representação**. Buenos Aires, 1985-2003. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, 2012.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LYNCH, John. Los orígenes de la independencia hispanoamericana. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. (Vol. 5 – La independencia). Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 1-40.

LUNA, Félix. **Historia integral de la Argentina**. Vol. 8. Los años de prosperidad. Buenos Aires: Booket, 2010.

MOLINA, Raúl A. **Misiones Argentinas en los Archivos Europeos**. México: D.F.: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1955.

MUSEO MITRE. **Orígenes y creación**. Disponible em:  
<http://www.museomitre.gov.ar/historia.htm>. Acessado em 25/07/2013.

NASCIMENTO JUNIOR, José Lucio. **Congresso Internacional de História da América (1922): redes de intelectuais e disciplinarização do conhecimento histórico**. **Revista Maracanan**, n. 21, maio/ago. 2019, p. 192-200.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, Dez., 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Paulo Rogério. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **História da Historiografia**, v. 7, p. 266-278, 2011.

PAGANO, Nora. **Un historiador argentino en la década del treinta: el caso de Diego Luis Molinari**. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1999.

\_\_\_\_\_. Una conmemoración de la declaración de la independencia argentina: el Congreso Americano de Ciencias Sociales (1916). **Pasado Abierto**, Mar del Plata, n. 4, jul.-dez., 2016, p. 6-22.

PAGE, Carlos. El desarrollo del género biográfico entre los jesuitas del Paraguay antes de la expulsión de España, **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, p. 5-22.

PALTI, Elías José. **Sarmiento: una aventura intelectual**. Cuadernos del Instituto Ravignani. Buenos Aires: Instituto Ravignani, 1991.

PAREDES, Isabel. El Sesquicentenario de Mayo, la memoria y la acción editorial: Memoria e Historia hacia 1960, **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, nº 10, 2010, p. 137-163.

PAVEZ, Leonardo Acquaviva. **História Magistra vitae: história e oratória em Cícero**. Dissertação (Mestrado) – USP, 2011.

PEREIRA, José Flávio; PEREIRA, Lupércio Antônio. Instituições jurídicas, propriedade fundiária e desenvolvimento econômico no pensamento de José Da Silva Lisboa (1829). **História**, Franca, v. 25, n. 2, 2006, p. 192-213.

PÈREZ, Óscar. **Historiadores de primera**: Mn. Manuel Betí Bonfill. Disponible em: [http://www.bisbattortosa.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=527;](http://www.bisbattortosa.org/index.php?option=com_content&view=article&id=527;), Acessado em 23/07/2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 3, 1989, p. 3-15.

POMPERT DE VALENZUELA, María Cristina de. La Nueva Escuela Histórica, 1905-1947: su proyección e influencia em la historiografía argentina. **Folia Histórica del Nordeste**, n.10, 1991.

PRADO, Andre Pires do; SILVA Jr., Alfredo Moreira da. História das religiões, história religiosa e ciência da religião em perspectiva: trajetórias, métodos e distinções. **Religare**, v.11, n.1, março de 2014, p.04-31.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST/São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RAPALO, María Ester. La relación entre los Círculos de Obreros y los sectores patronales en las dos primeras décadas del siglo XX, **Prismas - Revista de Historia Intelectual**, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina, núm. 9, 2005, pp. 141-153.

REGUERA, Andrea. Introducción. In: REGUERA, Andrea (Dir.). **Vínculos que configuran redes**. Las dimensiones relacionales de lo social y sus articulaciones a escalas diferenciadas. Buenos Aires: Teseo, 2017, p. 9-16.

ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 1880-1916. In: LOBATO, Mirta. **Nueva Historia Argentina**. Tomo V. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916). Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 15-70.

ROCK, David. **Argentina 1516-1987**. Desde la colonización española hasta Alfonsín. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1989.

\_\_\_\_\_. **El radicalismo argentino, 1890-1930**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1992.

RODRÍGUEZ, Martha. **Los historiadores, el patrimonio y la memoria**. La gestión de Ricardo Levene en el Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires durante el peronismo. Undécimo Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina, Córdoba, 20 a 22 de setembro de 2001.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 125-159.

\_\_\_\_\_. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

ROSA, Henrique. **Os jesuitas de sua origem aos nossos dias**. São Paulo: Vozes, 1954.

RUIZA, M.; FERNÁNDEZ, T.; TAMARO, E. **Biografías y Vidas**. La enciclopedia biográfica en línea. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/>. Acesso em: 20/05/2020.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 144, 2001, p. 151-180.

SANTOS LEPERA, Lucia. Entre la autoridad eclesiástica y el liderazgo local: los curas párrocos de la diócesis de Tucumán durante el primer peronismo, **Quinto Sol**, Santa Rosa, La Pampa, v. 19, n 3, 2015, p. 1 – 21.

SAURO, Sandra. Producción y defensa de la Tesis Doctoral de Emilio Ravignani: una ficha técnica. In: RAVIGNANI, Emilio. **Las finanzas argentinas desde 1810 a 1829**. (Serie Las Tesis del Ravignani). Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 2014.

SCHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos aires, 1835-1852)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018, 280 f.

SERNA, Justo; PONS, Anaclét. O Buraco da Agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 15-72.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina**. História de uma ideia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. **Diálogos sobre a escrita da história: ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **História das ideias: a construção da identidade**. Curitiba: Prismas, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SOLANO, Francisco Alexandre. A biografia desafiada: os contornos de uma vida por François Dosse, **Fênix**, Vol. 7, Nº 2, Maio/Agosto de 2010, p. 1-10.

SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. Nación. In: GOLDMAN, Noemí. **Lenguaje y Revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. **Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPINELLI, María Estela. **El sesquicentenario de la Revolución de Mayo**. Crisis política e historiografía. Disponível em: [http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/vj\\_spinelli.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/vj_spinelli.pdf), Acesso em 15/08/2014.

STEFANO; Roberto Di; ZANATTA, Loris. **Historia de la Iglesia Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

SUÁREZ, Carlos Alberto; SAAB, Jorge. El Estado, Ricardo Levene y los lugares de memoria, **Clío & Asociados**, nº 16, 2012, p. 211-227.

TANZI, Héctor J. **Historia de la Junta Eclesiástica Argentina**. Conferencia pronunciada el 11 de junio de 2012 al concluir la Asamblea de la Junta de Historia Eclesiástica Argentina. Disponível em: <http://www.jhea.org.ar/historia.html>. Acessado em: 24/07/2013.

TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Altamira y Levene: una amistad y un paralelismo intelectual. **Cuadernos del Instituto de Investigaciones Jurídicas**, Ano V, n. 15, Ste.-Dez., 1990.

\_\_\_\_\_. As Índias: Províncias, Reinos ou Colônias? Em torno da proposta de Zorraquín Becú, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 151, dezembro de 2016, p. 13-71.

TEDESCHI, Sonia Rosa. La construcción del Estado y la nación en Iberoamérica: algunos trayectos, perspectivas y Proyecciones de la problemática en el seno del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras (AUGM). In: FREGA NOVALES, Ana et. al. (Orgs.). **História, Regiões, Fronteiras**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012, p. 49-60.

TEDESCO, Alexandra Dias Ferraz. O persuasor permanente entre a solidão e o alinhamento: o processo de profissionalização da sociologia na Argentina e a construção de um campo intelectual (1955-1966), **Antíteses**, vol. 9, nº 17, jan/jun, 2016, p. 246-269.

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina: Diez lecciones iniciales, 1810-1980.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

TESLER, Mario. **La obra oculta del padre Furlong.** Buenos Aires: Ediciones Theoría, 1994.

TORRE, Juan Carlos; RIZ, Liliana de. Argentina, 1946-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina.** Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 60-155.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História,** São Paulo: ANPUH, n.43, p.11- 32, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALDEMARCA, Laura. Disciplina y valor (Es). Educación Universitaria y Proyectos de Nación e la Argentina de los Sesenta y Setenta. In: FREGA NOVALES, Ana et. al. (Orgs.). **História, Regiões, Fronteiras.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012, p. 339-358.

WASSERMAN, Claudia. Historia intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos,** v. 9, n. 1, 2015, p. 36-79.

ZARANDONA, Juan Miguel. Si las Indias no eran colonias, ¿Guinea Ecuatorial tampoco?: contradicciones del discurso oficial del colonialismo español. **Tintas. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane,** n°2, 2012, p. 55-65.

ZARRILLI, Adrián; GUTIÉRREZ, Talía; GRACIANO, Osvaldo. **Los estudios históricos em la Universidad Nacional de La Plata (1905-1990).** Tradición, renovación y singularidad. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia/Fundación Banco Municipal de La Plata, 1998.